

**Políticas de Extensão
Universitária Brasileira
1975 - 1999**

378.154098
N778p
T

Maria das Dores Pimentel Nogueira Gonçalves

Políticas de Extensão Universitária Brasileira 1975 - 1999

AC.292019 13
11/INV 05
20 U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

09

04

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Políticas Públicas

Orientadora: Profa. Maria do Carmo de Lacerda Peixoto

Belo Horizonte
Faculdade de Educação da UFMG

Nogueira, Maria das Dores Pimentel, .

N778p

Políticas de extensão universitária brasileira : 1975 - 1999 /
Maria das Dores Pimentel Nogueira. -
Belo Horizonte : UFMG/ FaE, 1999.

255 p.

Dissertação – Mestrado em Educação

Orientadora: Maria do Carmo de Lacerda Peixoto.

1. Extensão universitária - Brasil. 2. Políticas públicas –
Brasil. I. Título. II. Peixoto, Maria do Carmo de Lacerda.
III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade
de Educação.

CDD – 378.1540981

Catlogação da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG

0296-57860

BIBLIOTECA UNIVERSITARIA

18/09/00

1246400-07

Agradecimentos

À professora Maria do Carmo de Lacerda Peixoto, pela competência e rigor com que orientou este trabalho.

Ao professor Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves, pela disponibilidade e rigor com que orientou o difícil trato com Habermas.

Às professoras Luciola Licínio de Castro Paixão Santos e Maria das Graças Castro Sena, pelo incentivo, apoio e orientação quando da seleção ao mestrado.

Aos professores Carlos Roberto Jamil Cury e Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero por aceitarem participar da banca examinadora.

Ao professor Roberto Mauro Gurgel pelo exemplo de incansável dedicação à questão da extensão universitária, pelo incentivo e sugestões, pela disponibilização de extenso e raro material sobre a extensão.

Ao professor Edison José Correa, Pró-Reitor de Extensão da UFMG, pelo apoio na realização deste trabalho.

Aos colegas da Pró-Reitoria de Extensão pelo companheirismo e inestimável apoio durante a elaboração da dissertação.

A Samuel Correa Duarte pelo cuidadoso e eficiente trabalho de digitação da dissertação.

A Amílcar Figueiroa dos Santos e Rodrigo de Melo Araujo pela eficiente ajuda na formatação final deste trabalho.

A Ricardo Miranda pela disponibilidade e eficiência na orientação das referências bibliográficas.

À equipe de funcionários e estagiários da biblioteca da FAE pela gentileza e competência no trato profissional ao longo dos anos do curso de mestrado.

Aos funcionários da FAE, Neuza, Gláucia, Rose e Élcio pela amizade e apoio sempre demonstrados.

Aos entrevistados, professores Geraldo Guedes, Nilson Oliveira, Tania Baibich, Evandro Lemos, Maria das Graças Tavares, Arnon Mascarenhas, Malvina Tuttman e Roberto Mauro Gurgel pela disponibilidade em discutir as questões da extensão universitária e pelos subsídios fornecidos.

À professora Dóris Faria, por possibilitar acesso a todo o material do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, sob a guarda da UnB.

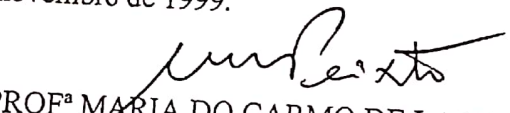
Ao Paulo, à Paulinha, aos meus pais e irmãos, de forma muito especial, pelo estímulo, apoio, carinho e compreensão ao longo de toda esta jornada.

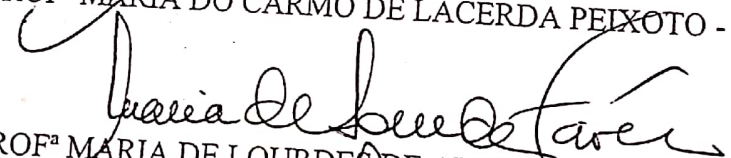
A todos os amigos que compreenderam o desafio que se colocava e incentivaram na consecução deste objetivo.

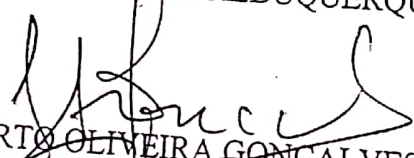
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ATA DA 318ª (Trecentésima Décima Oitava) DEFESA DE DISSERTAÇÃO NO COLEGIADO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA FAE/UFMG.

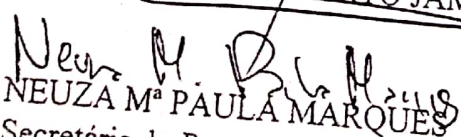
Aos vinte e dois dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e nove, realizou-se na sala 307 da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, uma reunião para apresentação e defesa da dissertação: "POLÍTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: 1987-1999", da aluna MARIA DAS DORES PIMENTEL NOGUEIRA GONÇALVES, requisito final para obtenção do Grau de Mestre em Educação. A banca examinadora, aprovada pelo Colegiado em 18/10/99, foi composta pelos seguintes professores: Maria do Carmo de Lacerda Peixoto - Orientadora, Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Carlos Roberto Jamil Cury. Os trabalhos iniciaram-se às 14 horas e 15 minutos com a síntese da dissertação feita pela mestrand. Em seguida os membros da banca fizeram uma arguição pública à candidata. Terminadas as arguições, a banca examinadora se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para fazer a avaliação final da defesa da dissertação apresentada. Em conclusão, a banca examinadora considerou a dissertação aprovada, ressaltando a relevância e atualidade do tema, o trabalho sério de levantamento de fontes documentais textuais e orais e a abertura que proporciona para outros estudos e pesquisas. O resultado final foi comunicado a MARIA DAS DORES PIMENTEL NOGUEIRA GONÇALVES e ao público, concedendo à aluna o título de Mestre em Educação, devendo encaminhar à Secretaria do Programa a versão final em 04 (quatro) exemplares. Nada mais havendo a tratar, eu, Neuza Maria de Paula Marques, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será por mim assinada e pelos membros da banca examinadora. Belo Horizonte, 22 de novembro de 1999.

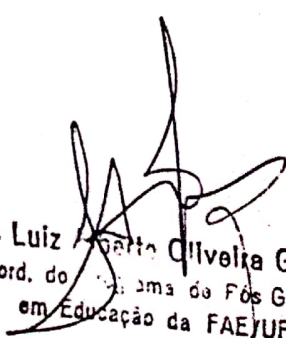

PROFª MARIA DO CARMO DE LACERDA PEIXOTO - ORIENTADORA


PROFª MARIA DE LOURDES DE ALBUQUERQUE FÁVERO


PROF. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA GONÇALVES


PROF. CARLOS ROBERTO JAMIL CURY


NEUZA Mª PAULA MARQUES
Secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação - FAE/UFMG


Prof. Luiz Alberto Oliveira Gonçalves
Coord. do Programa de Pós-Graduação
em Educação da FAE/UFMG

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I	
TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA: CONCEITOS QUE ORIENTAM A ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO	16
1.1. Conceitos básicos.....	19
1.2. Mediação: Da teoria à análise.....	50
CAPÍTULO II	
ENSAIOS DE POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	56
2.1. As concepções de extensão presentes na legislação e na prática - 1911 até a década de 70.....	57
2.2. Plano de Trabalho de Extensão Universitária - a primeira política de extensão brasileira.....	72
2.2.1. Analisando o Plano de Trabalho de Extensão Universitária.....	79
CAPÍTULO III	
O FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: A DIFÍCIL CONSTRUÇÃO DE UM ATOR SOCIAL	84
3.1. Década de 80: o momento propício.....	85
3.2. A criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.....	92
3.3. Como o ator se constitui.....	105
3.3.1. Como o Fórum atua: os atores criam a sua própria história.....	117
3.3.2. A instável relação com o MEC.....	130

3.3.3. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão e suas relações interinstitucionais..... 141

CAPÍTULO IV

GRANDES DIRETRIZES POLÍTICAS DO FÓRUM..... 149

4.1. Diretrizes Políticas de Ação dos Atores / Pró-Reitores de Extensão..... 152

4.2. Elaboração de Políticas de Extensão..... 192

4.2.1. Programa de Fomento à Extensão Universitária - PROEXTE..... 193

4.2.2. Plano Nacional de Extensão Universitária..... 210

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 224

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 248

ANEXOS..... 256

A- Plano de Trabalho de Extensão Universitária

B- Programa de Fomento à Extensão Universitária / PROEXTE

C- Plano Nacional de Extensão Universitária

D- Relação dos Encontros Nacionais do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

RESUMO

Políticas de Extensão Universitária Brasileira consiste num trabalho de sistematização e análise de algumas questões básicas da extensão universitária. Busca apreender, desde as primeiras manifestações da atividade nas universidades brasileiras até os dias atuais, as concepções de extensão que estiveram presentes no texto legal e na prática extensionista seja coordenada pelas universidades, pelos próprios estudantes, pelo MEC, ou por órgãos externos às universidades.

Tem como eixo central a análise das três políticas de extensão formuladas no país, buscando compreender o processo de formulação das mesmas a partir dos atores sociais que as elaboraram. Do início do século até a década de 70 não se verifica, a rigor, uma política de extensão para as universidades brasileiras, constituindo-se, de fato, em alguns ensaios. A primeira política de extensão é o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, elaborada pelo MEC em 1975. Não se encontra um ator social na concepção e formulação, tanto dos ensaios de política, quanto do Plano de Trabalho de Extensão Universitária.

No final da década de 80 cria-se o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que toma para si a atribuição de definir diretrizes conceituais e políticas para a extensão universitárias nas IES públicas. A criação do Fórum acontece em uma fase em que as discussões no meio acadêmico concentram-se nas questões da autonomia universitária e do papel da universidade pública, no seu compromisso com setores menos favorecidos da população. O Fórum elaborou, em um trabalho articulado com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, duas políticas de extensão para as universidades brasileiras, o Programa de Fomento à Extensão Universitária e o Plano Nacional de Extensão Universitária, respectivamente, em 1993 e em 1998. São analisados os quinze encontros nacionais realizados pelo Fórum, desde 1987, ano da sua criação, até o ano de 1999, nos quais se estabeleceram as diretrizes conceituais e políticas que embasaram as duas políticas de extensão referidas.

Para análise da atuação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão tomou-se como base a Teoria da Ação Comunicativa, de Jürgen Habermas, que se apresentou como um quadro teórico consistente e adequado ao objeto de estudo. Este fórum tem se caracterizado como um ator social em construção, que tem o entendimento lingüístico como mecanismo de coordenação da sua ação. As diretrizes políticas por ele elaboradas baseiam-se em convicções racionalmente construídas, a partir de uma realidade intersubjetivamente compartilhada.

Abstract

This is a work that intends to analyse some basic questions of extramural affairs in the Brazilian universities. It seeks to comprehend, from present day, the concepts of extramural affairs in the legal text as well as in the practice of this activity.

The focus of this work is the analysis of three politics of extramural affairs created in Brazil, trying to comprehend the process of their formulations through the social agents who elaborated them. From the beginning of this century until the 70s there was not a real politics of extramural affairs, but a few attempts. The first politics in this field was the Plan of Extramural Affairs in Universities, created by the Ministry of Education and Culture — MEC — in 1975. All the attempts of systematizing the extramural affairs do not present a social agent.

In the late 80s the National Forum for Deans of Extramural Affairs of Brazilian Public Universities is created with the task of defining conceptual and political directives to that activity in the public universities. The creation of the forum happened at a time when all the academic discussions were around the questions of autonomy and role of the public university, and its engagement with the less favoured sections of the population. The forum elaborated, together with the Department of Higher Education of the Ministry of Education, two politics of extramural affairs to the Brazilian universities, the Financial Support Program for Extramural Affairs in 1993 and the National Plan for Extramural Affairs in 1998. This work analyses the fifteen national meetings accomplished by the forum from the date it was created (in 1987) until 1999, in which the political and conceptual directives that constituted the basis of the two politics of extramural affairs were established.

In the analysis of the action of the National Forum for Deans of Extramural Affairs Jürgen Habermas' Theory of Communicative Action serves as a theoretical basis appropriated to the object of study. The present work intends to analyse this forum as a social agent in construction.

INTRODUÇÃO

A extensão universitária é um tema que se tornou relevante nas discussões no meio acadêmico, em especial, a partir da década de 80. No contexto de abertura política, os segmentos universitários - docentes, servidores técnico-administrativos e discentes - além da sociedade civil em geral, passaram a discutir a universidade enquanto instituição pública e estatal, cobrando dela o seu compromisso com setores menos favorecidos da população. A extensão é, então, resgatada como um meio através do qual a universidade vai cumprir sua função social. Repensar a extensão enquanto atividade acadêmica, significava colocá-la ao lado do ensino e da pesquisa, na cadeia de produção e difusão do conhecimento. Significava entendê-la como o instrumento que vai possibilitar democratizar o conhecimento produzido e ensinado na universidade e atender às demandas mais urgentes da população. Ao mesmo tempo, ela se constitui em uma forma privilegiada, através da qual, a universidade avalia e submete à avaliação da sociedade o conhecimento que produz, pelo confronto com situações concretas.

Refletir sobre a extensão universitária tem se colocado como um desafio para esta pesquisadora, em toda a sua trajetória profissional, dentro da universidade. As atividades desenvolvidas, sejam elas acadêmicas ou administrativas, estiveram, em sua maioria, ligadas à extensão. Inicialmente, na Universidade Federal do Pará, na coordenação do Programa de Interiorização daquela instituição e, posteriormente, na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais.

O início das atividades desta pesquisadora na extensão universitária, deu-se, exatamente, em meados dos anos 80, quando a discussão da extensão ganhava ênfase no meio acadêmico. É a ocasião em que se cria o Fórum de Pró-Reitores de Extensão como resultado de uma articulação nacional, a partir

de discussão de temas comuns que vinham ocorrendo nas universidades de todo o país. Este Fórum se constitui realizando reflexões sobre a extensão, que visavam orientar a ação extensionista nas universidades e definir políticas de extensão para as IES públicas brasileiras.

Ao longo dos anos de trabalho nas duas instituições, algumas indagações colocaram-se para a pesquisadora, para as quais se buscavam respostas:

- Existe algum eixo norteador que orienta essas atividades de extensão desenvolvidas nesta universidade? (UFPA e posteriormente, UFMG)
- Como acontece nas outras IES? Existem orientações comuns?
- Como é que o Ministério da Educação atua, com relação à extensão universitária?
- Como se avaliam as ações extensionistas desenvolvidas nas IES públicas brasileiras?
- Que mudanças se processaram no âmbito da extensão universitária, a partir da criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão?

Quando da decisão de fazer o Mestrado em Educação, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais a opção pela linha de Políticas Públicas se fez clara e definitiva, pois o objeto de pesquisa se colocava de forma decisiva: era a política de extensão para as universidades públicas brasileiras.

Dentre as questões que inquietavam a pesquisadora, algumas foram recortadas para análise nesta pesquisa, ficando as demais para outra oportunidade ou como sugestão para novos pesquisadores que se interessem pelo tema.

Podem ser citados como objetivos centrais da pesquisa:

- 1- Analisar as três políticas de extensão universitária elaboradas no Brasil: Plano de Trabalho de Extensão Universitária, Programa de Fomento à Extensão Universitária - PROEXTE e o Plano Nacional de Extensão Universitária; buscando apreender, em cada uma delas, as concepções de extensão e as diretrizes políticas que as fundamentam.
- 2- Identificar, na história da extensão universitária brasileira, as concepções de extensão que estiveram presentes na legislação e na execução das ações extensionistas, buscando apreender o processo de construção do conceito de extensão que fundamenta a política nessa área, que vem sendo implantada nas IES públicas, a partir de 1987.
- 3- Analisar a atuação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras enquanto um ator social que, desde 1987, vem formulando políticas e diretrizes de ação na área da extensão universitária visando a articulação e o fortalecimento entre as IES públicas.

Para realizar a pesquisa foram necessários dois tipos de procedimentos metodológicos. Um deles, onde se garantiria um quadro teórico consistente para analisar as diferenças e semelhanças na relação dos atores que determinaram a constituição do Fórum enquanto um ator social, e o outro, articulado com este quadro, que consiste na discussão histórica da extensão brasileira. Observa-se que a criação do Fórum é antecedida por uma série de ensaios de política, até se chegar ao Plano de Trabalho de Extensão Universitária, que se caracteriza como a primeira política de extensão universitária brasileira. Tanto nos ensaios de política quanto no Plano de Trabalho não havia um ator social na construção dos mesmos, entendeu-se assim, que seria interessante e, ao mesmo tempo, necessário, mostrar como essas propostas eram produzidas e construídas antes de se ter um ator social,

chamado Fórum. Esta situação pressupôs, portanto, os dois procedimentos. Em um primeiro momento, recupera-se a história, e em seguida procede-se à análise do Fórum enquanto ator social que vem construindo e sistematizando a política de extensão para as universidades públicas brasileiras.

Este recorte foi possível fundamentado na visão que Habermas apresenta da ação social, em especial a ação teleológica com relação a fins e a ação comunicativa, que podem ser tomadas como referência para as políticas de extensão elaboradas, respectivamente, antes do Fórum e a partir de sua atuação.

A recuperação histórica teve como eixo central as concepções de extensão, vistas sob dois ângulos, um deles o aspecto legal e o outro o desenvolvimento da ação extensionista, sendo o estudo de ambos feito baseado em análise documental. Quanto ao aspecto legal, procedeu-se a um levantamento de toda a legislação brasileira, referente ao ensino superior, dela retirando o que diz respeito à extensão. Quanto à prática extensionista, registrada nas universidades brasileiras, foram analisados documentos diversos, além da consulta a autores que têm significativa produção na área.

Para análise da atuação Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão tomou-se como base o referencial habermasiano, em especial a Teoria da Ação Comunicativa, que se apresentou como um quadro teórico consistente e adequado ao objeto de estudo. Este quadro mostrou-se capaz de dar suporte ao que se pretendia, qual seja, entender a constituição e a atuação do Fórum enquanto um ator social que vem elaborando e assumindo a implantação de políticas públicas de extensão universitária.

Considerando o Fórum como uma comunidade de comunicação, como um espaço permeado pelo diálogo e direcionado pelo entendimento, foram

utilizados os conceitos básicos da teoria habermasiana para sua análise. A metodologia utilizada consistiu basicamente em:

- análise documental

foram analisados os documentos referentes aos quinze encontros nacionais de Pró-Reitores de Extensão, realizados no período compreendido entre 1987 e 1999; correspondências formais e informais trocadas entre os atores individuais que compõem o Fórum e deste com órgãos públicos, privados e de outros setores da sociedade civil. Foram também analisadas atas de reuniões dos encontros nacionais e regionais além de documentos institucionais de várias universidades.

- análise de diálogos ocorridos entre os Pró-Reitores em reuniões nacionais e regionais, através de gravação dos referidos encontros. Este material consistiu-se de grande importância, tendo em vista o referencial teórico utilizado que privilegia a linguagem como mediador na ação comunicativa para se chegar ao entendimento.

- entrevistas

foram realizadas nove entrevistas com Pró-Reitores, Coordenadores do Fórum Nacional, além de outros atores que tiveram destacada atuação em momentos de construção das políticas de extensão, para obtenção de informações que auxiliassem na análise do Fórum e do processo de elaboração das políticas. As citações das entrevistas foram feitas com o consentimento dos entrevistados, segundo um padrão ético de pesquisa.

Analisar, portanto, a atuação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, na perspectiva da Teoria da Ação Comunicativa, de Jürgen Habermas, significou utilizar esses mediadores, tomando como referência os conceitos fundamentais da teoria, para verificar como o Fórum, em sua atuação, se aproxima ou se afasta do

modelo teórico. Como o Fórum se adequou aos seus conceitos e às suas relações, enquanto se constituía como ator social, na formulação de políticas de extensão para as IES públicas brasileiras.

A análise das políticas de extensão utilizando o referencial habermasiano foi possível a partir do entendimento da construção de políticas como um confronto de atores sociais, e que este confronto nem sempre leva à ruptura, mas são confrontos que buscam o entendimento, a organização social.

O resultado da pesquisa sobre **Políticas de Extensão Universitária** está estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo apresentam-se os conceitos básicos da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas, que orientaram a análise da atuação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão. Considerando este Fórum como uma comunidade de comunicação, composta por sujeitos capazes de linguagem e ação, que buscam elaborar intersubjetivamente orientações para suas ações, foram selecionados os seguintes conceitos, como referência para esta análise: racionalidade, pretensões de validade, argumentação, mundo da vida, mundos objetivo, social e subjetivo, ação comunicativa e entendimento. Dedicou-se a parte final deste capítulo à explicitação da forma como se deu a mediação do referencial teórico à análise do Fórum, delimitando quais foram os mediadores utilizados para tratar os conceitos.

No segundo capítulo, resgatam-se as concepções de extensão presentes na legislação brasileira desde o início do século até a década de 70, buscando contrapor à concepção legal, a extensão praticada, seja no âmbito das universidades, seja à margem delas, em atividades coordenadas por estudantes, pelo MEC e por órgãos externos às universidades. Nessa análise histórica, buscou-se também delinear esboços de política de extensão,

chegando-se nos anos 70 ao Plano de Trabalho de Extensão Universitária, elaborado pelo MEC, que pode ser considerado como a primeira política de extensão universitária brasileira.

No terceiro capítulo procede-se a uma análise do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, como um ator social em construção. Contextualiza-se inicialmente os anos 80 que, em função de suas características sociais e políticas, constituem momento propício para o aparecimento do Fórum. Em seguida, aborda-se a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, tendo como base questões comuns que vinham amadurecendo em discussões que ocorriam nas diferentes regiões do país.

Este capítulo mostra ainda como o Fórum se constitui enquanto um ator social, ao analisar a ação dos atores individuais que o compõem no seu contexto interno, isto é, as relações que se estabelecem durante a realização dos encontros nacionais e regionais e os desdobramentos deles decorrentes, no âmbito do próprio Fórum. Analisa-se também a relação deste Fórum com o MEC, outros ministérios, e organismos como o CRUB, a ANDIFES e demais Fóruns-Nacionais, o de Graduação, o de Pós-Graduação e Pesquisa e o de Planejamento e Administração.

No quarto capítulo, aborda-se a atuação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão enquanto ator social que tem sistematizado a política de extensão nas universidades públicas brasileiras. Na primeira parte do capítulo destacam-se as diretrizes políticas por ele elaboradas como orientação para a atuação dos Pró-Reitores em suas respectivas instituições. Para isso procedeu-se à análise dos encontros nacionais - entendido como o espaço privilegiado onde o Fórum define políticas de extensão - e seus desdobramentos, através

dos encontros regionais e das atuações da coordenação nacional e das coordenações regionais.

A outra parte deste capítulo trata das políticas de extensão para as universidades públicas brasileiras, que constitui o principal objeto de análise da pesquisa. Discute-se aqui o Programa de Fomento à Extensão Universitária - PROEXTE e o Plano Nacional de Extensão Universitária, que são as duas propostas elaboradas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão em parceria com a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, respectivamente em 1993 e em 1998. Situa-se aqui o Fórum enquanto ator que propõe, sistematiza e cuida da implantação dessas políticas nas IES públicas brasileiras e ainda, defende junto ao MEC, a sua institucionalização, financiamento e continuidade.

Por último, apresentam-se algumas considerações finais, fruto das análises realizadas durante a pesquisa, enfatizando as políticas de extensão universitária. Apontam-se ainda algumas questões que ficaram em aberto como sugestão para análises posteriores.

Quanto aos anexos, optou-se pela reprodução dos textos originais, no sentido de garantir a originalidade dos documentos, por serem alguns deles, de difícil acesso. Em especial, o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, datado de 1975, encontrado pela pesquisadora em forma datilografada e mimeografada.

CAPÍTULO I

TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA: CONCEITOS QUE ORIENTAM A ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO

Neste capítulo apresentam-se alguns conceitos que devem orientar a análise da atuação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Partindo-se do suposto de que esse Fórum tem se constituído, ao longo de doze anos, em um espaço comunicativo de referência para os Pró-Reitores de Extensão, por meio do qual eles buscam produzir orientações coordenadas intersubjetivamente para suas respectivas ações, entendeu-se que alguns conceitos que estruturam a Teoria da Ação Comunicativa, desenvolvida por Jürgen Habermas, poderiam ser uma referência adequada aos propósitos do presente trabalho. A hipótese central com que se trabalha é que a atuação do Fórum é orientada pelo entendimento, compreendido como um acordo racionalmente motivado entre sujeitos lingüística e interativamente competentes.

O autor realiza um estudo profundo da teoria da ação social e sua fundamentação racional, bem como da capacidade comunicativa da linguagem, oferecendo um modelo teórico de análise onde os conceitos se articulam de forma coerente na busca da compreensão da racionalidade numa perspectiva discursiva e não puramente instrumental, como na tradição weberiana. Visando ressaltar essa capacidade comunicativa da linguagem, mostra que, apesar dos aspectos subjetivos dos atos da fala é possível identificar nestes atos uma fundamentação racional, ou seja, com vistas a uma dada objetividade¹.

¹ Os conceitos trabalhados neste capítulo foram desenvolvidos por Jürgen Habermas, especialmente na obra Teoría de la acción comunicativa, t. I e II. Ver HABERMAS, 1987

Dentre os principais conceitos analisados encontram-se os quatro tipos básicos de ação social identificados por Habermas: a ação teleológica ou ação com relação a fins, a ação regulada por normas, a ação dramaturgica e a ação comunicativa. Entendendo que em cada uma dessas ações evoca-se um conceito de racionalidade, buscou-se, no presente capítulo, conservar do referido conceito aquilo que Habermas chama de "*disposição dos sujeitos capazes de linguagem e ação*" (1987a:42), ou seja, sujeitos capazes de falar e agir. Esta disposição encontra-se presente em todos os tipos de ação social, embora em cada um deles a razão apareça de forma diferenciada, dependendo dos objetivos dos atores. Para o autor, portanto, a razão não é única, ela é plural, é variável.

O sujeito, ao se manifestar - seja através de uma afirmação ou de uma ação que objetiva determinado fim - precisa necessariamente vincular à manifestação uma pretensão de que ela é válida. Isto é, o sujeito justifica que a sua manifestação é digna de ser reconhecida e espera o reconhecimento intersubjetivo desta validade, por parte dos demais participantes na ação. É o que Habermas chama de *pretensões de validade*, que são estabelecidas com base em um saber compartilhado intersubjetivamente pelos atores envolvidos na comunicação. São elas: verdade proposicional, correção normativa, veracidade subjetiva e inteligibilidade.

As pretensões de validade colocadas pelo sujeito podem ser aceitas ou recusadas pelos demais participantes, sendo suscetíveis de fundamentação e de crítica. O sistema de pretensões de validade é aqui trabalhado quanto a sua correspondência aos atos de fala, quanto a sua forma de fundamentação e quanto ao enfoque semântico dos tipos de enunciados.

Outro conceito útil à pesquisa, cujas implicações serão analisadas mais adiante é o de argumentação, que no entender de Habermas, funciona para os

sujeitos como um meio racional de fundamentar suas pretensões no ato de validar suas emissões.

Outro grupo de conceitos de fundamental importância para compreensão da ação comunicativa, são aqueles que compõem a teoria dos três mundos, de Popper: mundo objetivo, mundo social e mundo subjetivo, e o conceito de mundo da vida, desenvolvido por Habermas a partir da fenomenologia e da teoria das formas de vida.

Finalmente são abordados o conceito de entendimento e os atos de fala, especialmente focalizados na ação comunicativa.

A segunda parte do capítulo se propõe a mostrar quais foram os mediadores utilizados para, a partir da Teoria da Ação Comunicativa, proceder à análise do Fórum de Pró-Reitores de Extensão.

1.1. Conceitos básicos:

Racionalidade

Para Habermas, a racionalidade tem "*menos a ver com o conhecimento ou com a aquisição do conhecimento que com a forma em que os sujeitos capazes de linguagem e ação fazem uso do conhecimento*"² (1987a:24).

O autor procura desenvolver um conceito alternativo de racionalidade, livre das reduções cognitivo - instrumentais que a consideram apenas como um meio de utilizar um saber para se conseguir determinado fim. Trabalha o conceito de **racionalidade comunicativa**, compreendida como uma disposição dos sujeitos capazes de linguagem e ação para o entendimento.

Inicia sua discussão sobre a racionalidade³, citando quem pode ser chamado racional: as pessoas que detém um saber e as manifestações simbólicas, sejam elas lingüísticas ou não. Indaga o autor: - que tipo de comportamento deverá ter uma pessoa para ser considerada racional, ou que características deverá ter uma manifestação para ser considerada racional? Responde a estas indagações registrando que as manifestações simbólicas, sejam emissões lingüísticas ou ações direcionadas a um determinado fim, para serem consideradas racionais devem poder ser criticadas ou defendidas, isto é, ser fundamentadas. Isto quer dizer que um sujeito, ao fazer uma afirmação com intenção comunicativa, coloca a pretensão de que seu enunciado é verdadeiro e que, se necessário, poderá fundamentá-lo. Da mesma forma, um sujeito que faz uma intervenção no mundo, com intenção de conseguir determinado fim, coloca com sua ação, uma pretensão de eficiência, e que, se

² As citações, feitas em português, decorrem de tradução livre da autora.

³ HABERMAS, 1987a:24

necessário poderá justificar a escolha desta determinada ação. E assim, a verdade se refere a como as coisas existem no mundo e a eficácia se refere a intervenções no mundo que podem produzir o estado de coisas desejado. Portanto, as afirmações e as ações teleológicas, quanto mais puderem fundamentar suas pretensões de verdade proposicional e de eficácia, tanto mais racionais serão. De modo correspondente, designam-se racionais às pessoas que apresentam esse tipo de manifestação - afirmações ou ações que se vinculam a fins - fundamentadas.

Habermas pondera, no entanto, que quando se trata de julgar a racionalidade de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, não é suficiente analisar apenas uma ou outra de suas manifestações. Para se considerar um sujeito racional é necessário que suas manifestações sejam, com freqüência, racionais. Isto é, que sejam fundamentadas por boas razões e tenham êxito no caso de emissões relativas à dimensão cognitiva; que sejam confiáveis quando se trata da dimensão prático-moral; que sejam inteligentes e convincentes quando se trata da discussão avaliativa; que sejam sinceras no caso de manifestações da dimensão expressiva (HABERMAS, 1987a:70).

Alerta ainda para os riscos de uma tendência que reduz a racionalidade de uma emissão ou manifestação a sua suscetibilidade de crítica e fundamentação. Tal proposta representa uma visão restrita da racionalidade, pois este termo não pode ser reduzido a uma vinculação com emissões que podem ser verdadeiras ou falsas, nem a intervenções no mundo eficazes ou ineficazes. Na prática comunicativa o termo racionalidade guarda relação com as diversas formas de argumentação e ainda com outras possibilidades de prosseguir a ação comunicativa com meios reflexivos.

O autor distingue duas direções possíveis no desenvolvimento do conceito de racionalidade, dependendo da utilização que se faz do saber

proposicional: de forma não comunicativa em ações orientadas ao êxito ou de forma comunicativa nos atos de fala orientados ao entendimento.⁴ No primeiro caso, ao se considerar a utilização do saber proposicional, de forma não comunicativa, em ações orientadas ao êxito, chega-se ao conceito de **racionalidade cognitivo - instrumental**, caracterizada pela manipulação instrumental. A ação do sujeito agente se constitui em propor fins e realizá-los, manipulando as informações de forma inteligente a fim de intervir eficazmente no mundo. O conceito de “agir instrumental”, básico no sistema teórico habermasiano, mostra a ação como uma escolha racional de meios adequados para se chegar a determinados fins.

Essa dimensão da racionalidade centrada na “razão com relação a fins” foi desenvolvida por Max Weber⁵, em sua clássica teoria da racionalização. Segundo Siebenichler, este paradigma considera a razão a partir do sujeito, pois *"a razão centrada no sujeito encontra suas medidas em critérios de verdade do conhecimento de objetos e de sucesso no domínio sobre objetos e coisas"*(1989:63).

Em outros termos, o paradigma da “ação racional com relação a fins” considera que a ação do sujeito se orienta à realização de objetivos definidos em condições dadas. Para isso ele elege os meios mais adequados e considera as outras conseqüências previsíveis da ação. Se completa com a escolha certa entre estratégias e o emprego de tecnologias apropriadas. O êxito da ação se mede pelo alcance dos resultados desejados e pelas conseqüências da ação⁶.

A análise da ação teleológica, se restringe a considerar as condições que o sujeito agente deve cumprir para se propor fins e realizá-los.

⁴ HABERMAS, 1987a: 27- 33, 366 - 369

⁵ Habermas critica a abordagem weberiana por sua estreiteza conceitual que não permite a análise de outras dimensões da racionalidade.

⁶ O agir racional com relação a fins – ou a ação orientada ao êxito – pode ser instrumental ou estratégico (Ver a propósito HABERMAS, 1980:321)

Por outro lado, ao se considerar a utilização do saber proposicional de forma comunicativa nos atos de fala, chega-se ao conceito de **racionalidade comunicativa**, caracterizada pelo entendimento⁷. Este conceito de racionalidade remete à capacidade que tem a fala argumentativa de unir os participantes na interação sem coações e de possibilitar o consenso entre eles. Na situação de comunicação os sujeitos – falantes e ouvintes – superam a subjetividade de seus pontos de vista iniciais, que trazem consigo. E, durante o processo de comunicação, a partir de *convicções racionalmente construídas* em conjunto, através da linguagem, esses participantes asseguram a unidade de seu mundo objetivo e a intersubjetividade do contexto no qual desenvolvem suas vidas (HABERMAS, 1987a:27).

Para Siebeneichler este paradigma considera a razão centrada na comunicação. Substitui o conceito de razão não processual, centrada no sujeito, pelo conceito de razão processual e comunicativa, que se constitui na comunicação lingüística, voltada ao entendimento e ao consenso. Substitui, portanto, a reflexão individual e solitária que objetiva o conhecimento e o domínio sobre a realidade, pela configuração da ação e do discurso no interior do processo comunicativo (1989:63). Em síntese, substitui a *subjetividade* pela *intersubjetividade*. O conceito de “agir comunicativo”, fundamental na teoria habermasiana, considera a ação como uma interação mediada pela linguagem e orientada pelo entendimento. É baseada em normas sociais reconhecidas como legítimas pelos sujeitos participantes, que definem a partir delas expectativas recíprocas de comportamento. As normas sociais cujo sentido se objetiva na comunicação mediatizada simbolicamente, têm sua vigência fundamentada na intersubjetividade de um entendimento que se

⁷ A esses dois conceitos de racionalidade - instrumental e comunicativa - correspondem respectivamente os dois tipos básicos de ação humana: o modo de agir racional com relação a fins e o modo de agir comunicativo. Embora possam ainda ser citadas a ação regulada por normas e a ação dramaturgica.

estabelece entre os sujeitos sobre as intenções e é assegurada pelo reconhecimento universal das obrigações. Na ação comunicativa os sujeitos não partem de *cálculos egocêntricos* visando seu próprio êxito, mas seus objetivos individuais são harmonizados sobre uma definição comum da situação, obtida através de *entendimento* entre os demais participantes.

A análise da ação comunicativa não parte, como no caso da ação teleológica, do pressuposto ontológico de um mundo objetivo, um mundo de estados de coisas existentes. Na análise da ação comunicativa esse pressuposto é problematizado ao se indagar quais são as condições sob as quais se constitui a unidade do mundo objetivo para os integrantes de uma comunidade de comunicação. São os próprios sujeitos socializados que, ao participarem de processos cooperativos de interpretação, constroem coletivamente um conceito de mundo, com base em sua percepção comum. Eagleton afirma que Habermas sustenta uma teoria de verdade muito mais baseada no "consenso" que na "correspondência" (1997:119). Isso quer dizer que a verdade é muito mais uma questão do tipo de afirmação que seria aceita por todos que estão em diálogo não coagido com o falante, do que uma certa adequação entre mente e realidade. Ainda neste sentido, Freitag e Rouanet consideram que, segundo a teoria consensual de verdade de Habermas,

"verdadeira não é uma afirmação que corresponde a um objeto ou a uma relação real, mas uma afirmação considerada válida num processo de argumentação discursiva. A verdade não tem que ver com conteúdos, e sim com procedimentos: aqueles que permitem estabelecer um consenso fundado" (FREITAG e ROUANET, 1980:21).

Em suma, a verdade é construída coletivamente por aqueles que participam do processo comunicativo.

A questão da objetividade somente pode ser colocada pelo fato do mundo ser considerado um e o mesmo pelos membros de uma comunidade de sujeitos capazes de linguagem e ação. Esta forma de considerar o mundo é condição indispensável para a prática comunicativa, ou seja, para que os sujeitos que atuam comunicativamente possam entender-se sobre o que acontece no mundo e sobre o que deve nele produzir-se (HABERMAS, 1987a:30). No contexto comunicativo, uma afirmação somente pode ser considerada racional se o participante da comunicação cumpre as condições necessárias para conseguir o fim ilocucionário de entender-se sobre algo no mundo com, pelo menos, um outro participante da comunicação.

Comparando os dois tipos de ação pode-se dizer que na ação teleológica o *a priori* é o objetivo e na ação comunicativa o *a priori* é o entendimento, ou seja, na primeira o sujeito é orientado pelos fins e na segunda, é orientado pelo entendimento.

Pretensões de Validade⁸

Qualquer manifestação que o sujeito faz no mundo – seja ela uma ação teleológica ou uma afirmação – é vinculada a uma pretensão de que ela seja válida perante os demais sujeitos. Uma ação pode ser criticada sob o ponto de vista de sua eficácia, isto é, se ela realmente conduz aos resultados desejados, se terá êxito. Da mesma forma, uma afirmação pode ser questionada sob o ponto de vista de ser ou não verdadeira. Ambas são, portanto, suscetíveis de crítica. E o sujeito, ao emitir uma ou outra, necessita validá-las racionalmente. Isto é, ele deve ser capaz de justificar sua ação demonstrando que acredita em sua perspectiva de êxito ou fundamentar seu enunciado demonstrando acreditar que ele é verdadeiro.

⁸ FREITAG, B e ROUANET, S. P. (1980) chamam " expectativas de validade".

Para Habermas não apenas as afirmações fundamentadas, vinculadas à pretensão de verdade, e ações eficientes, vinculadas à pretensão de eficiência, devem ser consideradas racionais. No âmbito da comunicação, considera-se racionalidade não apenas a expressão de uma afirmação e sua subsequente fundamentação a partir de evidências pertinentes. São também racionais aquelas afirmações que têm relação com a obediência a uma norma vigente associada à capacidade de justificar em função de expectativas sociais legítimas de comportamento. Ou ainda, a expressão de um sentimento ou um desejo em que o sujeito demonstre capacidade de convencer os interlocutores de sua autenticidade, e manifeste comportamento consistente com a vivência desvelada. Da mesma forma pois que a ação comunicativa, as ações reguladas por normas e as manifestações expressivas são providas de sentido, têm inteligibilidade em seu contexto e são vinculadas a determinadas pretensões de validade suscetíveis de fundamentação e de crítica. Habermas registra ainda a existência de outro tipo de manifestação, as emissões avaliativas que, embora não estejam vinculadas a uma determinada pretensão de validade, podem ser justificadas mediante um critério de juízo de valor (1987a:33).

Para o autor portanto, compõem a **prática comunicativa**: os atos de fala constatativos, as ações reguladas por normas, as manifestações expressivas ou dramatúrgicas, as manifestações avaliativas. Esta prática comunicativa, tendo como base o mundo da vida intersubjetivamente compartilhado pelos sujeitos agentes, *"tende à obtenção, manutenção e renovação de um consenso que se forma com base no reconhecimento intersubjetivo de pretensões de validade suscetíveis de crítica"* (HABERMAS, 1987a:36).

Siebeneichler, apresenta a questão registrando que os sujeitos, quando realizam atos de fala ou jogos de linguagem, precisam apoiar-se

necessariamente num consenso que serve como saber de fundo para sua ação comunicativa (1989:96). Este consenso baseia-se no fato de que os participantes - falantes e ouvintes - manifestam um reconhecimento sobre pretensões de validade que correspondem a quatro classes básicas de atos de fala:

— **Atos de fala constatativos pretendem a verdade do conteúdo proposicional** da emissão. O sujeito, ao fazer um enunciado cognitivo referente ao mundo objetivo, pretende, validar uma verdade na proposição que apresenta.

A verdade de um enunciado ou de uma emissão significa que o “estado de coisas” que a afirmação coloca, existe realmente no mundo objetivo. O falante pretende, pois, através de argumentos, que o enunciado por ele feito seja verdadeiro, que corresponda à realidade, para que o ouvinte possa compartilhar e assumir esse saber manifesto.

— **Atos de fala regulativos e valorativos pretendem a correção, a retidão do conteúdo normativo e valorativo** da emissão. Neste, o sujeito, ao fazer uma emissão referente ao mundo social, pretende validar seu comportamento tomando como base as normas sociais vigentes.

A correção de um ato de fala com relação a um dado contexto normativo significa que a relação interpessoal obtida na comunicação merece ser reconhecida como componente legítimo do mundo social. Assim, o participante na comunicação pretende que seu comportamento seja correto, tomando como referência um contexto normativo reconhecido como legítimo, para com ele, estabelecer uma relação interpessoal com o ouvinte.

— **Atos de fala expressivos visam a autenticidade** de uma emissão. Ao fazer uma emissão referente ao seu mundo subjetivo o sujeito pretende validá-la convencendo os ouvintes de que ela é autêntica.

A autenticidade ou veracidade de uma expressão significa que esta formula verazmente opiniões, intenções, sentimentos e desejos, relativos à vivência do locutor para que o interlocutor creia naquilo que é expresso. E, esta vivência, sendo própria do mundo subjetivo do falante, a ela, somente ele mesmo tem acesso privilegiado.

— **Atos de fala explicativos visam a inteligibilidade e compreensibilidade da mensagem.** Ao emitir uma mensagem explicativa, o sujeito pretende validá-la provando que ela é clara e compreensível.

A inteligibilidade de uma emissão significa que os meios de expressão foram usados corretamente. O participante na comunicação pretende que o enunciado feito por ele seja inteligível. Os atos de fala constatativos referem-se a fatos, os regulativos a normas e os expressivos a vivências.

Outra maneira possível de focalizar a análise das pretensões de validade é o enfoque semântico das formas de enunciado.

- **as orações descritivas**, que fazem a constatação dos fatos, podem ser confirmadas ou negadas sob o aspecto de verdade de uma proposição;
- **as orações normativas** que fazem a justificativa das ações, podem ser validadas sob o aspecto da retidão ou correção de uma forma de atuar;
- **as orações avaliativas** ou juízos de valor, que servem à valoração de algo, podem, por sua vez, ser confirmadas ou negadas sob o aspecto de adequação dos padrões de valor;
- **as orações explicativas** que servem à explicação de operações como falar, julgar, calcular, classificar podem ser validadas sob o aspecto da inteligibilidade ou da correção formal das expressões simbólicas (HABERMAS, 1987a:64).

Os enunciados - descritivos, normativos, avaliativos, explicativos e expressivos - se distinguem com relação à sua forma. Ao se proceder à análise

da **fundamentação** da validade desses enunciados, deve-se considerar que o seu sentido difere de acordo com a forma do enunciado. A fundamentação de manifestações descritivas pressupõe que na relação intersubjetiva os atores provem o que está sendo dito, o conteúdo da proposição, enquanto que nas emissões normativas significa que os sujeitos demonstrem a aceitabilidade da norma, isto é, se ela é legítima ou ilegítima. Por sua vez, a fundamentação de emissões avaliativas, significa provar a preferibilidade de determinados valores, enquanto que a dos enunciados expressivos pressupõe que os atores demonstrem a transparência e veracidade de sua apresentação. E, finalmente fundamentar os enunciados explicativos significa demonstrar que as expressões simbólicas foram produzidas de acordo com regras corretas (HABERMAS, 1987a:65).

Percebe-se, no entanto, que a fundamentação ou justificação das pretensões de validade não se processa da mesma forma nos diversos tipos de enunciados. A verdade das proposições, a retidão das normas morais e a inteligibilidade ou correta formação das expressões simbólicas são pretensões de validade que podem ser demonstradas através de razões, através da argumentação. Por outro lado, a pretensão de autenticidade de uma expressão não pode ser fundamentada em argumentos, pode apenas mostrar-se. Isto é, o falante somente pode mostrar que pensa realmente o que diz, agindo de forma conseqüente, ou seja, deve garantir consistência entre sua fala e suas ações a ela vinculadas. E isto pode ser constatado na própria situação da interação, quando os outros interlocutores perceberão se ele está ou não sendo verídico. Quanto à pretensão de adequação de padrões de valor, feita através de manifestações avaliativas, a sua fundamentação se dá, sem dúvida, através de argumentos. No entanto, é interessante observar que os valores culturais não

são válidos universalmente, limitam-se ao âmbito de um determinado mundo da vida (HABERMAS, 1987a:67).

Argumentação

A racionalidade imanente à prática comunicativa remete à prática da argumentação como meio de fundamentar as pretensões de validade que se tornaram problemáticas em uma situação de busca de consenso. Habermas conceitua argumentação como o tipo de fala em que os participantes colocam como temas as pretensões de validade criticáveis e, por meio de argumentos, tentam defendê-las ou recusá-las (1987a:37). Os argumentos são meios através dos quais o proponente procura obter reconhecimento intersubjetivo para a pretensão de validade que coloca. A força de um argumento se mede pela pertinência de suas razões na capacidade de convencer os demais participantes.

As manifestações racionais, sejam elas ações ou emissões verbais, são suscetíveis de crítica e, portanto, também suscetíveis de correção. A argumentação tem função importante tanto em relação a uma quanto à outra, no sentido de identificar erros e apontar as correções possíveis. No âmbito cognitivo-instrumental isso se dá através do *discurso teórico*, que é a forma de argumentação através da qual se colocam como temas os conteúdos proposicionais que são problemáticos para o grupo. Isto significa que a afirmação problematizada será discutida, será debatida através do discurso teórico. Ele possibilita aprender a partir de experiências negativas, de hipóteses equivocadas sobre o mundo ou de intervenções fracassadas no mesmo, apontando correções pertinentes.

No âmbito prático-moral, a crítica e a indicação de correções se dá através do *discurso prático*, que é a forma de argumentação através da qual se

colocam como tema a legitimidade das normas. Isto é, através dele se examina se uma norma de ação é de fato reconhecida pelo grupo; se debate a norma de conduta, subjacente ao comportamento do ator, que é problematizada pelo interlocutor.

No âmbito da comunicação o mesmo processo ocorre através do *discurso explicativo*, que é uma forma de argumentação através da qual, para resolver problemas de compreensão, tomam-se por objeto ou tema de comunicação os próprios meios de entendimento, refletindo sobre regras linguísticas. Trata-se, por um lado, de analisar se as expressões simbólicas são inteligíveis ou corretas do ponto de vista linguístico e, por outro lado, trata-se de explicar exatamente o significado das manifestações ou emissões⁹.

Os argumentos vêm carregados de uma força que visa o consenso e o discurso faz parte do processo de comunicação voltado ao entendimento. Segundo Eagleton, na concepção habermasiana, a situação ideal de discurso seria aquela situação totalmente livre de dominação, em que cada um dos participantes teria chances iguais de exhibir atos discursivos (1997:119). Assim, o convencimento dependeria apenas da força do *melhor argumento* e não da retórica, da autoridade ou de sanções coercitivas. Claro que essa situação ideal representa, de certa forma, uma ficção. Guarda, no entanto, implicitamente uma relação inerente da linguagem com a comunicação, pois até mesmo nas manifestações linguísticas com intenção de dominação está presente o componente intencional da comunicação.

Quando dois ou mais agentes estabelecem uma relação comunicativa e colocam manifestações com pretensão de validade, as reações possíveis de um ouvinte à emissão de um falante são: aceitação, negação ou abstenção.

⁹ HABERMAS (1987a:37-42) desenvolve os três conceitos dos discursos citados, acrescentando a eles os de crítica estética e crítica terapêutica como formas de argumentação.

Assim, quando um falante faz uma proposição e pelo menos um ouvinte reage a ela, entram ambos em uma relação interpessoal de fala - réplica - fala, que inclui também outros ouvintes e outros sujeitos presentes, mesmo que não participem diretamente da ação comunicativa.

Mundo objetivo, mundo social e mundo subjetivo

Ao fazer uso da teoria dos três mundos de Popper - mundo objetivo, mundo social e mundo subjetivo - Habermas¹⁰ estabelece a distinção entre os dois mundos nos quais se repartem os objetos: o âmbito que representa a natureza física e o âmbito do entorno sócio-cultural. Ambas, natureza e cultura, pertencem ao mundo dos fatos, sobre os quais é possível formular enunciados verdadeiros; é o **mundo externo**. Compõem pois o mundo externo, o mundo objetivo e o mundo social.

Conceitua-se o **mundo objetivo** como o conjunto dos objetos físicos ou estados físicos ou de coisas existentes. Aquele que é comum para todos os observadores, constituindo a totalidade dos fatos. O **mundo social** é o mundo das normas vigentes, ou seja, o conjunto das relações interpessoais legitimamente reguladas. Dito de outra forma: o mundo social é constituído por um contexto normativo que fixa quais são as interações legitimadas interpessoalmente, ou seja, é o mundo intersubjetivamente compartilhado pelos integrantes de um grupo.

Complementar ao conceito de mundo externo é o conceito de **mundo interno** ou da subjetividade. É o **mundo subjetivo** que representa a totalidade das vivências do falante e que, em cada caso, apenas o próprio indivíduo tem acesso privilegiado. Atribui-se ao mundo subjetivo tudo aquilo que não pode ser incorporado ao mundo externo. Aqui Popper relaciona como componentes

¹⁰ Ver HABERMAS, 1987a: 76-82 e 112-146

essenciais as teorias, os problemas e os argumentos, ou seja, os elementos cognitivos da tradição cultural, elaborados cientificamente.

Habermas mostra que em qualquer um dos tipos básicos de ação social – teleológica, regulada por normas, dramatúrgica ou orientada ao entendimento – podem ser estabelecidas as seguintes relações ator-mundo:

- o sujeito pode relacionar-se com algo que existe ou pode ser produzido no mundo objetivo, como entidades sobre as quais é possível formular enunciados verdadeiros;
- o sujeito pode relacionar-se com algo no mundo social que é reconhecido pelos componentes de uma comunidade como correto, como relações interpessoais legitimadas pelo coletivo;
- ou pode relacionar-se com algo atribuído ao mundo subjetivo do falante, ou seja, a totalidade das vivências que ele pode expor verazmente em público (HABERMAS, 1987b:170).

O autor considera em seguida que a ação comunicativa caracteriza-se pela ocorrência, ao mesmo tempo, de diversas relações ator-mundo. Isto significa que na ação comunicativa os participantes se referem simultaneamente a coisas no mundo objetivo, no social e no subjetivo. Mesmo que o tema seja um destes, os atores utilizam-se de um sistema de referência baseado nos três mundos, para definições comuns de uma situação de ação. Cada nova redefinição de situação de ação traz subjacente as pressuposições formais de comunidade ou intersubjetividade que são o mundo objetivo, o social e o subjetivo de cada sujeito. Falantes e ouvintes se desvelam frente a esses mundos, pois, à cada definição comum de uma situação, eles estabelecem os limites entre natureza externa, sociedade e natureza interna.

Mundo da Vida

Correlato aos conceitos de mundos objetivo, social e subjetivo, há o conceito de **mundo da vida**. Considerado pelo próprio Habermas como conceito "difícil" e "demasiado complexo" (1987a:70), o mundo da vida constitui o contexto onde os processos de entendimento ocorrem.

O autor fundamenta a elaboração de seu conceito de mundo da vida na fenomenologia de E. Husserl e M. Heidegger e na teoria das formas de vida e jogos de linguagem de L. Wittgenstein e P. Winch, com uma proposta de reconstrução do conceito fenomenológico e hermenêutico de mundo da vida em nível linguístico¹¹. Em Husserl, o conceito de mundo da vida aparece como corrente da vida, como horizonte vivo da consciência que reflete; em Heidegger, o mundo da vida aparece como um conjunto de referências do mundo cotidiano de atores sociais. Na reconstrução de Habermas o mundo da vida abrange não apenas o horizonte da consciência como também o contexto da comunicação lingüística, a *praxis* comunicativa do dia a dia. (SIEBENEICHLER, 1989:117). Compõem assim o mundo da vida, além do horizonte da consciência, o acervo de padrões de interpretação que são transmitidos culturalmente e organizados linguisticamente. Assim, linguagem e cultura são considerados elementos constitutivos deste conceito (HABERMAS, 1987b:176).

Valendo-se da análise de Durkheim sobre o processo de diferenciação do mundo da vida, Habermas considera como seus componentes estruturais: cultura, sociedade e personalidade. A cultura constitui o acervo de saber e conhecimento no qual os participantes se nutrem de interpretações para se entenderem sobre algo no mundo. Este acervo inclui conteúdos culturais,

¹¹ Ver HABERMAS, 1987b:169, SIEBENEICHLER, 1989:117.

padrões de interpretação, de avaliação e de expressão. A sociedade é composta pelas ordenações legítimas através das quais os participantes na interação social regulam sua pertinência a grupos sociais e garantem a solidariedade. A personalidade configura as competências que tornam o sujeito capaz de falar e agir, de participar de processos voltados ao entendimento e afirmar sua própria identidade. A esses três componentes correspondem respectivamente os processos de reprodução cultural, de integração social e de socialização (HABERMAS, 1987b:190-196).

O mundo da vida é intersubjetivamente¹² compartilhado pelos sujeitos que compõem uma comunidade; eles já o encontram interpretado no que diz respeito a seus conteúdos, às situações problemáticas. É um mundo aproblemático ou como o consideram os fenomenólogos "... *horizonte atematicamente co-dado dentro do qual se movem em comum os participantes na interação quando se referem tematicamente a algo no mundo*" (HABERMAS, 1987a:119).

O autor chama a atenção para o fato de que os três mundos - objetivo, social e subjetivo - não podem ser confundidos com o mundo da vida. Com ele guardam relação, pois são os três mundos que, em conjunto, constituem o sistema de referência que os participantes num processo de comunicação supõem em comum. Mas, o mundo da vida abarca e extrapola esses mundos. Ele pré-existe, é o próprio mundo da existência, acrescido do contexto da comunicação lingüística. É o estar no mundo que faz com que o homem se sinta ser neste mundo. O mundo da vida não é objetivo, nem social, nem subjetivo; estes mundos são os que as ciências físicas, sociais e a psicologia investigam. Compõem o mundo das ciências, já está compartimentado para

¹² O mundo da vida é intersubjetivo porque a estrutura básica de sua realidade é compartilhada por todos; não é o mundo privado de nenhum participante.

efeito de estudo. O mundo da vida precede a constituição dos outros mundos; as coisas não estão situadas no espaço, nem no social, nem no psicológico. Representa o momento em que as coisas se apresentam em sua essência, em seu estado primordial, é o próprio movimento da existência do indivíduo, incorporando a tradição cultural transmitida linguisticamente.

E é esse mundo da vida, esse saber de fundo da existência que os participantes na ação comunicativa compartilham. É com base em um sistema de referência comum que os participantes no processo comunicativo definem sobre que coisas é possível chegar a um entendimento. Daí o conceito de mundo da vida ser considerado por Habermas como correlato dos processos de entendimento (1987a:104, 1987b:169).

O mundo da vida provê os participantes na interação de um saber de fundo aproblemático, um saber de fundo que garante a interpretação, culturalmente compartilhada, da conexão existente entre mundos objetivo, social e subjetivo. Quando é introduzido um elemento novo na situação dada, os participantes ultrapassam o horizonte culturalmente auto evidente. Isto quer dizer, o tema se desloca, o fragmento do mundo da vida que era relevante para a situação se transforma, trazendo assim uma nova necessidade de entendimento quanto às possibilidades de ação na situação que agora se apresenta.

Os agentes comunicativos se movem dentro do horizonte de seu mundo da vida, e as estruturas deste mundo definem as formas da intersubjetividade do entendimento possível. Em função dessas estruturas, os participantes assumem uma posição extramundana frente às questões intramundanas sobre as quais é possível entender-se. O mundo da vida pode ser entendido como o lugar transcendental onde falante e ouvinte se encontram, onde podem resolver suas divergências e chegar a um acordo. Isto significa que eles se

entendem a partir de um mundo da vida que lhes é comum sobre algo no mundo objetivo (fatos), no mundo social (normas) e no mundo subjetivo (vivências) (HABERMAS, 1987b:179).

Modelos básicos de ação social:

Ação teleológica, Ação regulada por normas, Ação dramática e Ação comunicativa

Habermas faz interessante análise dos quatro conceitos básicos de ação social buscando as implicações que esses conceitos têm para a racionalidade a partir das relações que cada um deles pressupõe haver entre ator e mundo¹³.

A **ação teleológica**, conceito já referido anteriormente, caracteriza-se pelo fato do ator realizar um fim ou conseguir que se produza um estado de coisas desejado, escolhendo os meios mais adequados e aplicando-os da melhor forma para obter o fim pretendido. Caracteriza o ator solitário que, ao agir, encontra-se com outros atores.

Nesse tipo de ação o sujeito relaciona-se apenas com um mundo, o objetivo. Representa ele a totalidade das coisas que existem ou que podem ser produzidas mediante uma intervenção adequada. O sujeito pode pois, formar opiniões sobre estados de coisas existentes, ou desenvolver intervenções com o objetivo de criar os estados de coisas desejados. Em ambos os casos ele pode contrair relações racionais com o mundo, na medida que há correspondência entre suas opiniões e percepções e aquilo que existe realmente no mundo. As ações do ator podem também ser analisadas quanto ao seu ajuste ou desajuste com o mundo. Isto quer dizer que as afirmações do

¹³ É a conexão entre as ações sociais e as relações ator-mundo, desenvolvida por I. C. Jarvie. (HABERMAS, 1987a:111, 122 - 138)

ator podem ser verdadeiras ou falsas, e suas intervenções podem ter êxito ou fracassar. No contato, pois, com o mundo objetivo, o sujeito pode alcançar ou não o efeito que pretende produzir.

O segundo conceito, o da **ação regulada por normas**, refere-se à ação dos membros de um grupo social orientadas por valores comuns. Estes valores se expressam através de normas, que são acordos firmados entre os participantes do grupo. Cada sujeito espera que os demais atuem observando determinadas normas que regem o comportamento do grupo. Há, portanto, uma expectativa generalizada de comportamento que define, em uma dada situação, como o ator deve comportar-se, executando ou omitindo ações, respectivamente consideradas obrigatórias ou proibidas.

Na ação regulada por normas o ator relaciona-se com dois dos referidos mundos: o objetivo e o social, ao qual pertence o sujeito e os outros atores com os quais estabelece interações normativamente reguladas. Uma norma alcança validade social ou vigência quando é reconhecida como válida por aqueles aos quais ela é destinada, ou seja, quando obtém assentimento de todos os sujeitos por ela afetados, porque regula os problemas de ação em benefício do coletivo.

Na ação regulada por normas, as relações que o ator estabelece com o mundo social podem ser analisadas sob dois aspectos: primeiro, se os motivos e as ações do ator estão de acordo ou se desviam das normas vigentes. Segundo, coloca-se a questão de se as normas vigentes encarnam valores e refletem interesses dos destinatários, merecendo por isso serem validadas. No primeiro caso, julgam-se as ações; no segundo caso, julgam-se as normas.

Ao se afirmar que, na ação regulada por normas, o sujeito estabelece relações com dois mundos, o objetivo e o social, está se pressupondo que ação feita em conformidade com normas exige que o sujeito saiba distinguir entre

os componentes fáticos (fatos, condições, meios) e os componentes normativos (normas e valores). Ele pode adotar uma atitude com vistas a tornar objetivos os componentes fáticos, ou uma atitude de conformidade ou não conformidade frente a uma norma.

O conceito de **ação dramática**¹⁴ difere, inicialmente, dos anteriores por não se referir nem a um ator solitário, nem a um membro de um grupo social, mas a participantes em uma interação social. Entende-se por ação dramática uma interação social, um encontro em que os participantes se constituem, uns para os outros, um público e atores ao mesmo tempo, frente ao qual eles se colocam mutuamente em cena. Na encenação, o ator suscita no público uma imagem de si mesmo, uma determinada impressão, ao desvelar intencionalmente a sua própria subjetividade. É certo que cada sujeito pode controlar o acesso dos demais participantes da ação à sua subjetividade, representada por seus sentimentos, desejos, atitudes e pensamentos. Assim, na ação dramática, os participantes controlam o acesso dos demais ao seu mundo subjetivo. Trata-se aqui, não de uma ação espontânea, mas de uma “teatralização” que cada um faz quando expressa suas próprias vivências, com vistas aos espectadores.

Na ação dramática o sujeito relaciona-se com dois mundos: o seu próprio mundo interno e o mundo externo. O mundo subjetivo compreende tanto os desejos e sentimentos (que são vivências subjetivas do ator), quanto elementos do tipo cognitivo, como as opiniões e as intenções. Estes guardam uma relação interna com o mundo objetivo. Habermas chama a atenção para uma certa afinidade que as qualidades dramáticas guardam para com a estrutura de ação teleológica, pois as pessoas controlam o estilo de sua apresentação em função de seus propósitos.

¹⁴ Conceito introduzido por E. Goffman na obra *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, 1975.

Da mesma forma que nos outros dois tipos de ação descritos acima, na ação dramaturgica a relação que o ator estabelece com o mundo também pode ser analisada. A questão que se coloca é se o ator expressa no momento adequado suas vivências, se pensa realmente o que diz, ou se, simplesmente finge.

O conceito de **ação comunicativa**¹⁵, introduzido de forma provisória no início deste capítulo, refere-se a uma interação entre pelo menos dois sujeitos capazes de linguagem e ação, que através de meios verbais ou extra-verbais, estabelecem uma relação interpessoal (HABERMAS, 1987a:124). Os sujeitos envolvidos em uma ação, procuram entender-se sobre a situação, através de negociação de aspectos da mesma suscetíveis de consenso. Assim, podem coordenar de comum acordo seus planos de ação.

No modelo de ação comunicativa a linguagem ocupa um papel fundamental, pois **o entendimento lingüístico é o mecanismo de coordenação da ação**. Isto quer dizer que na ação comunicativa a linguagem é um meio de entendimento em que falantes e ouvintes, partindo do seu mundo da vida pré-interpretado de forma compartilhada, se referem simultaneamente a questões nos mundos objetivo, social e subjetivo, para negociar aspectos da situação e chegar a um consenso. Integram, pois, em um sistema, os três conceitos de mundo e o pressupõem como marco de interpretação comum, dentro do qual podem chegar a entender-se.

Para que se consiga coordenar as ações, há necessidade de comunicação. E, uma teoria da ação comunicativa que considera o entendimento lingüístico como o mecanismo de coordenação das ações, deve

¹⁵ HABERMAS (1987a:138) registra que o modelo de ação comunicativa baseia-se no interacionismo simbólico de Mead, no conceito de jogos de linguagem de Wittgenstein, na teoria dos atos de fala de Austin e na hermenêutica de Gadamer.

partir da estrutura das expressões linguísticas e não das intenções do falante.¹⁶ É preciso verificar como as ações dos atores são coordenadas através do entendimento. O autor considera adequado a esse tipo de análise o modelo de Karl Bühler, para o qual um signo linguístico é utilizado pelo falante (emissor), com a finalidade de entender-se com um ouvinte (receptor), sobre objetos e estados de coisas.

Bühler distingue três funções da linguagem:

- expositiva - é a função cognitiva de expor um estado de coisas, relaciona o sujeito com o mundo;
- expressiva - mostra as vivências do falante, expressa a sua interioridade;
- apelativa - coloca as exigências do falante dirigidas aos destinatários.

Segundo Habermas, não apenas na ação comunicativa os sujeitos utilizam atos de fala. Os outros tipos de ação - teleológica, regulada por normas e dramática - também podem vir mediadas pela linguagem. Em cada uma delas, no entanto, a sua concepção é unilateral e a sua utilização também é feita de forma unilateral. No caso do modelo teleológico a linguagem é concebida como o meio através do qual o falante procura influenciar o ouvinte. No caso da ação regulada por normas ela é o meio através do qual se transmitem normas e valores culturais e se ratificam consensos. No modelo de ação dramática a linguagem é o meio através do qual se processa a auto-encenação. A linguagem desempenha, respectivamente, as funções de: provocar efeitos desejados, estabelecer relações interpessoais e expressar vivências. Já no modelo de ação comunicativa a linguagem desempenha todas as funções, pois é um meio de entendimento através do qual falantes e ouvintes, partindo de seu mundo da

¹⁶ Ver a respeito semântica intencional, semântica referencial e semântica veritativa. (HABERMAS, 1987a:353)

vida compartilhado, se referem simultaneamente a algo que tem significação nos mundos objetivo, social e subjetivo, para negociar definições da situação que poderão ser compartilhadas por todos envolvidos na comunicação (HABERMAS, 1987a:136).

O autor alerta para o fato de que não se pode cair em uma visão simplista de ação comunicativa, reduzindo-a às operações interpretativas que os participantes fazem durante a interação. Não se pode tomar o simples **falar** por **atuar**, nem se pode confundir **conversaço** com **interaç**o. Na verdade, o entendimento lingüístico é apenas o mecanismo através do qual se coordena a ação. É através dele que se ajustam os planos de ação e as atividades teleológicas dos participantes individuais para que se possa chegar a uma interação. É também através dele que os participantes, na interação, entram em acordo sobre as pretensões de validade que colocam para suas emissões e manifestações. O locutor, ao fazer uma manifestação, estabelece uma relação com, pelo menos, um mundo; esta manifestação coloca uma pretensão de validade que pode ser aceita ou recusada pelos interlocutores; a relação ator-mundo é suscetível de um julgamento objetivo e deve suscitar no ouvinte uma reação racionalmente motivada.

Considerando que na ação comunicativa o sujeito relaciona-se com os três mundos: objetivo, social e subjetivo, Habermas demonstra essa afirmação da seguinte forma:

— o ator que se orienta ao entendimento, ao fazer uma manifestação, deve colocar explicitamente três pretensões de validade: a pretensão de que o enunciado que faz é verdadeiro, a pretensão de que o ato de fala é correto com relação ao contexto normativo vigente e a pretensão de que a intenção por ele expressa coincide realmente com o que pensa.

— na ação comunicativa, pois, as relações ator - mundo são adscritas à perspectiva dos próprios falantes e ouvintes. São eles que buscam o consenso e o submetem a critérios de verdade, correção e veracidade; critérios estes de adequação entre os atos de fala e os três mundos com os quais o sujeito estabelece relações, através de sua manifestação.

— estas relações se dão entre a manifestação do ator e o mundo objetivo - como um conjunto de entidades sobre as quais é possível fazer enunciados verdadeiros, com o mundo social - como o conjunto de relações interpessoais legitimamente reguladas, e com o mundo subjetivo - como a totalidade das vivências do próprio ator (HABERMAS, 1987a:144).

Todo processo de entendimento acontece sobre o saber de fundo de uma pré-compreensão compartilhada culturalmente. O saber de fundo, como um todo, permanece aproblemático. Apenas parte desse acervo de saber, que os participantes em uma interação utilizam em suas interpretações, é problematizado. Assim que os participantes chegam a um consenso sobre o tema problematizado, através de definições da situação de ação, eles incorporam ao seu mundo da vida esta situação atual de ação (HABERMAS, 1987a:145).

Em um processo cooperativo de interpretação que visa o entendimento, nenhum participante detém o monopólio interpretativo. Do ponto de vista ideal, a tarefa interpretativa consiste em que cada um inclua em sua própria interpretação, a interpretação que o outro faz da situação, de forma que as definições da situação antes diferentes, possam tornar-se coincidentes.

Para que a ação comunicativa ocorra são necessárias algumas condições, pois este modelo pressupõe uma interação totalmente livre de pressões externas e internas ao processo. Tais condições podem ser assim resumidas:

- é necessário que os participantes possam, igualmente e sem constrangimentos, participar do discurso, formulando argumentos, aceitando ou refutando manifestações dos demais interlocutores;
- é necessário que os participantes se reconheçam como interlocutores válidos: que falem a verdade e não mintam, consciente ou inconscientemente;
- é necessário que os participantes atuem de acordo com normas que lhes pareçam justificáveis, que sejam aceitas pelo grupo, sem nenhum tipo de coação.

Habermas situa que a ação voltada ao entendimento não representa, de fato, um tipo de ação normal, comum, na prática cotidiana. As interpretações não conduzem, necessariamente, a um acordo estável e unívoco. Na verdade, estabilidade e univocidade são muito mais exceção do que regra na prática comunicativa cotidiana. Registra ainda o autor que é muito mais realista a visão que a etnometodologia oferece de uma comunicação difusa e frágil, frequentemente submetida a revisões e somente conseguida por alguns instantes. Uma comunicação na qual os participantes partindo de pressuposições problemáticas e não esclarecidas, movem-se por tentativas a partir de algo sobre o qual ocasionalmente estão de acordo (1987a:145,192).

Retomando as considerações de Habermas¹⁷ sobre os processos de reprodução cultural, integração social e socialização e seus correspondentes componentes estruturais do mundo da vida – cultura, sociedade e personalidade – referidos anteriormente, considera-se necessário desenvolver, mesmo que provisoriamente, a proposição do autor de que as ações comunicativas são processos de reprodução cultural, integração social e socialização.

¹⁷ HABERMAS (1987b:195-204)

Sob que ponto de vista a ação comunicativa reproduz o saber cultural? Segundo o autor, isto se dá sob o aspecto funcional do entendimento, pois os participantes em uma ação comunicativa, para se entenderem sobre uma situação, partem de uma tradição cultural, a qual, simultaneamente utilizam e renovam. Isto porque este acervo cultural utilizado para se chegar às definições comuns da situação precisa ser validado frente ao mundo (aos fatos, às normas e às vivências) conduzindo frequentemente a revisões. Sob este ponto de vista, portanto, a ação comunicativa se apresenta como um mecanismo de interpretação por meio do qual se reproduz o saber cultural.

A ação comunicativa pode ser considerada processo de integração social sob o aspecto da coordenação da ação, pois os participantes na interação, ao coordenar suas ações através do reconhecimento intersubjetivo de pretensões de validade suscetíveis de crítica, confirmam e renovam a sua pertinência a grupos sociais.

E, por último, a ação comunicativa pode ser considerada processo de socialização por possibilitar a formação de identidades pessoais. Isto porque a criança, ao tomar parte em interações, internaliza as orientações de valores do seu grupo social e, ao mesmo tempo, adquire capacidades de ação.

Habermas considera necessário registrar que no modelo de ação comunicativa não se equipara ação e comunicação. A linguagem é aqui apenas um meio de comunicação para se chegar ao entendimento e os atores, ao se entenderem para coordenar suas ações buscam, cada um, alcançar determinadas metas. Neste sentido a estrutura de ação teleológica é importante tanto para o modelo de ação comunicativa, como para os demais modelos (1987a:145). Pois todos eles, embora de forma diferenciada, supõem a coordenação das ações teleológicas dos participantes na interação: seja como um conjunto de cálculos egocêntricos de utilidade, seja como um

acordo entre valores e normas, seja como uma relação entre público e atores ou como entendimento no sentido de um processo cooperativo de interpretação. Isso quer dizer que, nos quatro modelos de ação social aqui estudados, se pressupõe a estrutura de ação teleológica, pois em todos eles, se atribui aos atores a capacidade de se proporem fins, de agir teleologicamente e de ter interesse na execução de seus planos de ação. No caso da ação comunicativa, considera-se que a ação não se esgota no ato de entendimento que é realizado em termos de interpretação. Considerando-se como unidade de análise um ato de fala realizado por um ator, frente ao qual, pelo menos um outro participante na comunicação pode reagir com um "sim" ou com um "não", pode-se esclarecer quais as condições da coordenação comunicativa da ação, que significa que um ouvinte entenda o significado daquilo que foi dito. Conclui pois o autor que, *"a ação comunicativa designa um tipo de interação que vem coordenada mediante atos de fala, mas não coincide com eles"* (HABERMAS, 1987a:146).

Entendimento

Não se pode discutir a ação comunicativa desligada do conceito de entendimento pois *"o conceito de ação comunicativa deve ser analisado tendo como elo condutor o entendimento linguístico"* (HABERMAS, 1987a:110).

Todo ato de entendimento pode ser compreendido como um acordo racionalmente motivado entre sujeitos linguística e interativamente competentes. Faz parte de um processo cooperativo de interpretação de uma

dada situação que tem como finalidade chegar a definições que possam ser intersubjetivamente reconhecidas¹⁸.

Neste processo de interpretação os conceitos relativos aos três mundos - objetivo, social e subjetivo - funcionam como um sistema de coordenadas que os participantes supõem em comum. Assim, a situação é ordenada de tal forma que seja possível chegar a um acordo sobre o que, na interação, os participantes podem tratar como um fato, uma norma ou uma vivência subjetiva (HABERMAS, 1987a:103).

Em qualquer ação comunicativa, o motivo pelo qual um falante escolhe uma expressão lingüística inteligível é **a intenção de entender-se com um ouvinte sobre algo e dar-se a entender a si mesmo.**

Esta intenção comunicativa do locutor compreende: fazer um enunciado verdadeiro para que o interlocutor possa compartilhar este saber manifesto; emitir uma manifestação que seja correta de acordo com as normas vigentes, para através dela estabelecer relações interpessoais legítimas com o interlocutor; expressar verazmente opiniões, intenções, desejos e sentimentos para que o interlocutor possa crer naquilo que ouve. Assim, as funções do entendimento lingüístico são: a exposição de um estado de coisas (referente ao mundo objetivo); o estabelecimento e a renovação de relações interpessoais (relativos ao mundo social); e a expressão de vivências (relacionadas ao mundo subjetivo).

Avalia-se se o acordo comunicativo foi alcançado ou não, analisando a aceitação dessas três pretensões de validade. Pois, se o locutor recusa o ato de fala do interlocutor por considerá-lo não verdadeiro, normativamente incorreto ou não veraz, na realidade, com sua recusa ele está expressando que tal emissão não cumpre as suas funções (HABERMAS, 1987a:393).

¹⁸HABERMAS, 1987a: 103, 110, 386.

Um acordo alcançado comunicativamente é aceito como válido pelos participantes. Não pode vir imposto por nenhuma das partes na interação, seja instrumentalmente, através de uma intervenção direta na situação de ação, ou seja estrategicamente, através de influência sobre as decisões do oponente. Um “acordo” forçado não pode ser considerado acordo. Este deve basear-se em convicções comuns. Somente se pode considerar que um ato de fala de um ator teve êxito, se o outro participante aceita a oferta que este ato de fala traz, reagindo com uma posição de aceitação ou negação com relação a ele.

Atos de Fala

Os atos de fala foram anteriormente referidos neste capítulo quanto a sua correspondência às pretensões de validade. No entanto, devido à importância a eles atribuída por Habermas no contexto da ação comunicativa, considera-se relevante e, ao mesmo tempo necessária, a abordagem do conceito na perspectiva desenvolvida por Austin.¹⁹ Este autor concebe a linguagem como uma atividade, como uma forma de ação ou um lugar de interação, ou seja, *todo dizer é um fazer*. A linguagem é uma ação intersubjetiva; é um lugar de interação que permite aos atores, na interlocução, estabelecerem vínculos e compromissos.

Austin distingue entre três atos de fala: locucionário, ilocucionário e perlocucionário. (HABERMAS, 1987a:370 e KOCH, 1995:19)

- O **ato locucionário** é um enunciado. Com ele o falante expressa um estado de coisas no mundo, diz alguma coisa.

¹⁹ KOCH, I. V. (1995:19) registra que a Teoria dos Atos de Fala surgiu no interior da Filosofia da Linguagem, sendo apropriada posteriormente pela Linguística Pragmática. Os principais nomes a ela ligados são Austin, Searle e Strawson, filósofos da Escola Analítica de Oxford.

- O **ato ilocucionário** estabelece o modo como se emprega uma oração, isto é, atribui ao conteúdo proposicional uma força: de afirmação, de pergunta, de promessa, de ordem, de confissão, etc. Geralmente o ato ilocucionário é expresso através de um verbo na primeira pessoa do presente do indicativo, utilizando um performativo, de forma explícita (Ex: Eu prometo que virei hoje.), ou sem utilizar o performativo (Ex: Eu virei hoje.).
- O **ato perlocucionário** destina-se a provocar determinados efeitos no interlocutor: de medo, de convencimento, de agrado, etc. Mediante um ato de fala, o falante pretende causar um efeito no mundo. Mas, este efeito pode produzir-se ou não, pois um ato de persuasão pode persuadir ou não o ouvinte; um ato com a intenção de agradecer pode não surtir o efeito desejado.

Koch lembra que todo ato de fala é, ao mesmo tempo, locucionário, ilocucionário e perlocucionário. A interação através da língua pressupõe o proferimento de um enunciado linguístico, dotado de uma certa força, que provocará no interlocutor determinados efeitos, ainda que não sejam os esperados pelo locutor (1995: 20).

Freitag e Rouanet explicam que, para Habermas, toda comunicação lingüística - que é uma transmissão de conteúdos proposicionais - é também, ao mesmo tempo, uma metacomunicação, ou seja, a especificação das condições de aplicação dessas proposições (1980:17). Isso porque, uma mesma sentença tem sentido completamente distinto, dependendo da forma como é enunciada: de promessa, de ordem, de afirmação, de pergunta, etc. Habermas considera o papel ilocucionário de uma emissão como o componente que especifica qual pretensão de validade coloca o locutor com sua emissão, como a coloca, e em defesa de que o faz (1987a:357).

Alerta o autor para o fato de que a *ação comunicativa* é um tipo de interação mediada linguisticamente, na qual todos os participantes procuram,

com seus atos de fala, alcançar fins ilocucionários, e somente fins ilocucionários. Quando pelo menos um dos locutores pretende provocar, com seu ato de fala, efeitos perlocucionários em seu interlocutor, ocorre outro tipo de ação, denominada *ação estratégica mediada linguisticamente* (HABERMAS, 1987a:378).

Em toda situação de fala voltada ao entendimento, encontram-se presentes as quatro expectativas de validade (ou pretensões de validade), analisadas no início deste capítulo: a de que os conteúdos da proposição são verdadeiros; a de que o locutor, ao emitir seu ato de fala, agia de acordo com normas que considera legítimas; a de que os interlocutores são verazes e a de que os conteúdos transmitidos são compreensíveis.

Da mesma forma que um ato de fala é validado sob estes aspectos, ele pode ser questionado ou rechaçado como inválido sob os mesmos aspectos. O ato de fala emitido pelo locutor pode ser questionado pelos interlocutores sob o aspecto da verdade do enunciado; sob o aspecto da retidão de seu comportamento com relação a normas consideradas válidas; e sob o aspecto da veracidade que ele quer que os outros reconheçam ao exprimir suas vivências subjetivas.

1.2. Mediação: Da teoria à análise

Realizar a análise da atuação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras na perspectiva da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas, pressupõe entender o espaço do agir comunicacional como um modelo ideal e não como uma situação concreta que pode ser observada empiricamente. É um modelo teórico do qual o Fórum se aproxima ou se afasta. É necessário, portanto, verificar como o Fórum se adequou às relações e aos conceitos deste modelo.

Proceder a esta análise numa perspectiva teórica que tem o entendimento linguístico como mecanismo de coordenação da ação, supõe, necessariamente, a análise da fala dos Pró-Reitores nas reuniões do Fórum. No entanto, tratando-se de uma pesquisa que abrange o período compreendido entre 1987, data da criação do Fórum, até os dias atuais, não é possível proceder a uma análise das discussões dessa comunidade de comunicação em todo o período, pois não há registro disponível de todas as reuniões *enquanto diálogo*.

Portanto, parte da atuação do Fórum é analisada tomando como base os meios *extra-verbais* - correspondências formais ou informais, além de documentos produzidos coletivamente- através dos quais os Pró-Reitores de Extensão procuraram estabelecer uma relação interpessoal. Isto significa buscar apreender quais foram os aspectos das situações suscetíveis de consenso que os Pró-Reitores de Extensão negociaram, para assim coordenarem de comum acordo seus planos de ação.

Outra parte da atuação do Fórum é analisada baseada nos diálogos e discussões do grupo de participantes, cujo entendimento linguístico conduziu a interações, registradas em reuniões nacionais e regionais.

Ambas as fontes foram completadas por relatos orais, através de entrevistas realizadas com atores que participaram em momentos de fundamental importância de atuação do Fórum, no estabelecimento de políticas de extensão universitária.

Considerando que o Fórum é uma comunidade de comunicação e que seus membros - os Pró-Reitores de Extensão das IES públicas - nos contextos de ação comunicativa, buscam o entendimento, importa verificar se eles são capazes de orientar sua ação por expectativas de validade intersubjetivamente reconhecidas pelo grupo.

Dentro desta comunidade de comunicação, um grau mais alto de racionalidade comunicativa amplia as possibilidades de se coordenar as ações sem recorrer a coerções e de resolver consensualmente os conflitos de ação. Entendendo-se aqui que os consensos são resultados de uma ação coletiva mobilizada pelo entendimento e que esses consensos tem, neste caso, a função de estar definindo políticas de extensão. Elas podem ser amplas, como quando se elaboram políticas nacionais de extensão, ou mais restritas, como quando se definem diretrizes políticas específicas de atuação dos atores individuais. O que se busca é apreender como essas ações se articularam, que idéias instauraram uma estratégia, uma política, uma ação.

Explicitados, anteriormente, os conceitos habermasianos que orientam a análise da atuação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, cabe delimitar os mediadores utilizados para tratar tais conceitos.

A racionalidade comunicativa, conceituada por Habermas, como a disposição dos sujeitos capazes de linguagem e ação para o entendimento, é trabalhada através da observação dos diálogos que se deram entre os Pró-Reitores, nos encontros nacionais e regionais e da análise de suas falas. Tais encontros, que ocorrem com periodicidade anual, vêm desde o primeiro,

quando se criou o Fórum, se constituindo como espaço onde os Pró-Reitores procuram cumprir o principal papel do Fórum, que é a definição de políticas de extensão para as IES públicas brasileiras. Através da análise das falas procura-se verificar como os Pró-Reitores usam a racionalidade discursiva para enfrentar as incoerências, as dissensões, as contradições e chegar ao entendimento.

A análise dos diálogos nos Encontros Nacionais e Regionais permite avaliar ainda a racionalidade dos atores individuais - sujeitos capazes de linguagem e ação - conforme sua reação ao participar de uma argumentação sobre algum tema em discussão. Se está aberto aos argumentos, poderá aceitá-los em função da força de sua razão ou poderá recusá-los; e em ambos os casos estará se comportando racionalmente. Porém, se sua postura é de recusa aos argumentos, reagirá ignorando suas razões lógicas ou as replicará com asserções dogmáticas; e em ambos os casos, não estará enfrentando racionalmente as questões.

Os argumentos são analisados através de diferentes mediadores. Em primeiro lugar, a partir da fala dos Pró-Reitores. Importa mais a força do argumento que a verificabilidade da idéia; são os apoios, as intenções, a persuasão, tudo que se coloca para justificar uma idéia é que representam a força de um argumento. Em segundo lugar, os documentos produzidos pelo Fórum, em especial os registrados nos anais dos encontros, constituem mediadores adequados para se analisar os argumentos. Nestes anais registram-se posições pessoais diferentes e os respectivos argumentos que as fundamentam, e mesmo posições conclusivas das regionais que compõem o Fórum. E, os documentos finais votados nos eventos, como conclusões do Fórum Nacional permitem verificar quais as teses que passaram e portanto, qual a força dos argumentos que as sustentaram. Permitem apreender também

a forma de argumentação utilizada: discurso teórico, discurso prático e explicativo.

Quanto aos atos de fala, classificados por Habermas como constataativos, regulativos, expressivos e explicativos, constituem mediadores para sua análise ainda as reuniões regionais e nacionais, através da observação exatamente dos atos de fala dos Pró-Reitores, nessas ocasiões. Analisam-se as falas, sua sequência, as réplicas dos ouvintes. Busca-se apreender aqui as pretensões de validade colocadas pelo locutor, seja a verdade do conteúdo proposto, a correção normativa da conduta, a autenticidade da emissão ou inteligibilidade da mensagem.

Como o próprio Habermas alerta, a fundamentação da validade dos enunciados, difere de um tipo para outro. A verdade de uma proposição, a retidão das normas e a inteligibilidade ou a correta formulação de expressões simbólicas, são pretensões de validade que podem ser demonstradas através de razões e de argumentos. Neste caso, torna-se possível recorrer a fontes documentais, formais ou informais para analisá-las. Já o caso da pretensão de autenticidade de uma expressão, esta não pode ser fundamentada em argumentos, mas fundamenta-se através da própria consistência da conduta do locutor. Neste caso, o único mediador possível é a observação da fala do ator individual e suas ações a ela vinculadas.

Quanto aos conceitos de mundo da vida, mundos objetivo, social e subjetivo, tomam-se como mediadores os encontros nacionais e regionais, os documentos produzidos coletivamente e as correspondências formais e informais trocadas entre os componentes do Fórum. Tanto a observação das falas quanto a análise documental buscam apreender como locutores e interlocutores se referem simultaneamente ao mundo objetivo, social e subjetivo, empregando um sistema de referência em que os três mundos

constituem marco de interpretação para elaborar as definições comuns da situação de ação. Importa apreender qual é esse mundo da vida, esse saber de fundo da existência que os participantes do Fórum compartilham intersubjetivamente. Qual é esse acervo de padrões de interpretação culturalmente transmitidos e linguisticamente organizados que os Pró-Reitores utilizam para definir sobre que coisas é possível chegar ao entendimento.

Utilizam-se os mediadores para compreender as situações de ação do mundo da vida dos componentes do Fórum, considerado como uma comunidade de comunicação quais são: as definições comuns, os temas, os fins e os planos de ação relacionados ao tema; os marcos normativos de ação, o sistema de referência espaço-temporal e social do mundo cotidiano dos participantes. É preciso buscar nas situações de ação quais são as necessidades atuais de entendimento e quais são as possibilidades atuais de ação. E, quando é introduzido um elemento novo em uma situação dada e, portanto, o tema se desloca, e com ele o fragmento do mundo da vida relevante se transforma, é importante analisar como se comportam os membros do Fórum frente à necessidade de redefinições da situação.

Quanto ao conceito de ação comunicativa, básico no sistema habermasiano, utilizam-se os mesmos mediadores citados anteriormente, tendo como mediador privilegiado as discussões ocorridas entre os Pró-Reitores nos encontros formais do Fórum. Através da observação e análise dos diálogos, busca-se verificar se estão presentes as condições necessárias a uma ação comunicativa, ou seja, se todos os participantes podem igualmente e livres de constrangimentos participar do discurso, se atuam de acordo com normas aceitas pelo grupo e se se reconhecem como interlocutores legítimos. A análise dos diálogos permite ainda verificar se os participantes conseguem

superar a subjetividade dos pontos de vista iniciais e, durante o processo de comunicação, a partir de convicções racionalmente construídas, chegam a um consenso intersubjetivamente compartilhado. Pode-se verificar assim a teoria consensual de verdade de Habermas, segundo a qual, em uma ação comunicativa, verdadeira não é uma afirmação que corresponde a um objeto ou relação real, mas uma afirmação considerada válida num processo de argumentação discursiva.

Capítulo II

ENSAIOS DE POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Nesta pesquisa, considera-se o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras como o ator social que tem coordenado a discussão sobre a extensão universitária, em nível nacional. Sua ação tem sido primordialmente no sentido de direcionar as reflexões para a elaboração de diretrizes políticas que orientem o desenvolvimento da extensão dentro das IES públicas e a elaboração de políticas de extensão universitária.

Considerando que a primeira política de extensão é elaborada antes da criação do Fórum e, sendo também ela, objeto deste estudo, entendeu-se que seria necessário proceder a uma análise desta política e do contexto no qual ela foi gestada. Considerando ainda que na história da extensão universitária brasileira encontram-se algumas referências legais à essa atividade, mesmo que não cheguem a constituir em política oficial, e que a extensão praticada, muitas vezes distanciou-se da prescrição legal, entendeu-se também que seria necessário proceder a uma análise dessas questões.

Em vista disso, este capítulo estrutura-se em torno de duas questões básicas. A primeira delas consiste nas concepções de extensão que estiveram presentes no texto legal e na prática, desde 1911, data em que se registraram as primeiras experiências de extensão universitária no Brasil até a década de 70, tomando como referência a Lei Nº 5540/68, lei básica da reforma universitária. A outra questão é o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, que pode ser considerado como a primeira política de extensão universitária brasileira.

2.1. As concepções de extensão presentes na legislação e na prática - 1911 até a década de 70

A extensão universitária surge na Inglaterra, na segunda metade do século passado, vinculada a uma nova idéia de **educação continuada**, destinada não apenas às camadas menos favorecidas, mas à população adulta em geral, que não se encontrava na universidade. As demandas específicas dessa clientela eram atendidas através de cursos breves e outras atividades (PAIVA, 1986:135). Alguns anos depois, registram-se atividades de extensão nas universidades americanas, caracterizando-se pela prestação de serviços na área rural e também na área urbana.

É marcadamente sob influência do modelo europeu que se inicia essa atividade universitária no Brasil. A antiga Universidade de São Paulo, criada em 1911, é apontada como a primeira instituição de ensino superior no país a desenvolver atividades de extensão. Vinculada a ela estava a Universidade Popular que ministrava cursos gratuitos sobre temas diversos, abertos à população em geral. As conferências versavam sobre os assuntos mais variados, sendo expressamente proibida a propaganda política, religiosa ou comercial (CUNHA, 1986:204).

Este autor registra ainda manifestação publicada no editorial do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, de 11 de maio de 1917, onde se coloca a incompreensão pelo fato das camadas populares praticamente ignorarem as atividades desenvolvidas na Universidade Popular (CUNHA, 1986:204). No entanto, tendo em vista alguns dos temas das lições públicas que lá se ministravam - como **O fogo sagrado na Idade Média, A latinidade da Rumânia, Grandes viagens e grandes viajantes do Brasil,**

Importância e progresso da otorrinolaringologia, etc. - não parece tão estranha a ausência das classes populares nessas atividades. Tais temas, que provavelmente não seriam do interesse imediato dessa clientela, demonstram um certo distanciamento da intelectualidade responsável pelos cursos quanto aos problemas vividos, no cotidiano, pelas massas.

Observa-se que esse era um período de organização da classe operária brasileira, sob orientação socialista e predominantemente anarquista, marcado por constantes greves, cada vez mais freqüentes e mais longas. O movimento se intensifica a partir de 1913, quando "*fatores econômicos internos e externos determinaram o agravamento das condições de vida das classes trabalhadoras, não só da operária*" (CUNHA, 1986:158). É uma fase de grande repressão por parte do governo, com a criação de legislação para evitar manifestações dos trabalhadores, com a expulsão de operários estrangeiros envolvidos em mobilização política das classes trabalhadoras e o desterro de líderes operários brasileiros para o Nordeste ou a Amazônia (SPINDEL, 1987:73).

Alguns anos mais tarde, outro modelo de extensão começa a se desenvolver no país. A Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa/MG (hoje Universidade Federal de Viçosa), criada em 1926, inspirando-se na atuação dos Land Grant Colleges americanos, inicia atividades de extensão voltadas para a prestação de serviços na área rural, logo em seus primeiros anos de funcionamento, levando assistência técnica aos agricultores.

Nesta mesma perspectiva a Escola Agrícola de Lavras (hoje Universidade Federal de Lavras), também em Minas Gerais, já iniciara, em 1922, suas primeiras atividades de extensão, através do jornal "O Agricultor", de circulação nacional, que se propunha a "*disseminar, de*

modo claro e preciso, os conhecimentos indispensáveis ao inteligente aproveitamento..." das riquezas naturais (O Agricultor, 1921). Contava com uma seção de cartas - resposta destinada a responder às consultas dos agricultores. Segundo Oliveira (1987:5) a mais importante atividade de extensão agrícola da instituição inicia-se em 1924, quando foi criado o Serviço de Propaganda Agrícola, que visava levar *instrução agrícola* ao fazendeiro e sua família. O serviço incluía, além de publicações, correspondências e consultas, visitas às propriedades rurais, cooperação em experiências agrícolas e campanhas abordando problemas da agricultura e da pecuária.

Essas duas vertentes, de influência inglesa - cursos - e a de influência americana - prestação de serviços - (GURGEL, 1986:31), estarão presentes posteriormente, em maior ou menor grau, nas ações extensionistas das universidades brasileiras.

A primeira referência legal à extensão universitária é encontrada no Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto Nº 19.851, de 11 de abril de 1931. A concepção de extensão presente no decreto do Ministro Francisco Campos, fica bastante clara na Exposição de Motivos que o encaminhou ao Presidente da República. Diz o texto:

"A extensão universitária se destina a dilatar os benefícios da atmosfera universitária àqueles que não se encontram diretamente associados à vida da Universidade, dando assim maior amplitude e mais larga ressonância às atividades universitárias, que concorrerão, de modo eficaz, para elevar o nível da cultura geral do povo ..."

A extensão é objeto de alguns artigos desse Decreto, dentre eles:

"Art. 42: - A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizados pelos diversos institutos da Universidade com prévia autorização do Conselho Universitário."

O parágrafo 1º deste artigo estabelece que tais cursos e conferências destinam-se à " *difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, solução de problemas sociais e propagação de idéias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais.*"¹

Pelo texto do Decreto percebe-se a intenção da institucionalização da extensão na universidade, colocando-a sob controle do Conselho Universitário, que deverá efetivá-la em entendimentos com os conselhos técnico-administrativos da instituição. Nele está definida a forma como a extensão se processará, isto é, através de cursos e conferências destinados à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos. Possibilita ainda a apreensão da concepção de universidade e de extensão universitária: a universidade deve exercer influência sobre a sociedade elevando o nível de cultura do povo, e a extensão é o mecanismo através do qual isso se processará. Assim, a extensão foi utilizada como um instrumento de transmissão de conhecimento da universidade para a sociedade e de propagação de valores de uma classe hegemônica que definia a ordem política e econômica que se instaurava no país.

Pouco tempo depois de publicada essa legislação que instituiu a organização técnica e administrativa das universidades brasileiras (1931), são criadas várias instituições de ensino superior: Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933), Universidade de São Paulo (1934), Universidade do Distrito Federal (1935) e reorganizada a

¹ Ver BRASIL, 1931.

Universidade do Rio de Janeiro como Universidade do Brasil (1937)². Analisando os respectivos documentos de criação ou reorganização dessas instituições percebe-se, no entanto, que o papel consagrado à extensão universitária no Estatuto das Universidades Brasileiras não é assegurado na concepção e organização de todas elas, à exceção da Universidade do Distrito Federal. Esta surge no projeto elaborado por Anísio Teixeira e seus colaboradores como parte de um programa de sistema público de educação para o Distrito Federal. Esta surge no projeto elaborado por Anísio Teixeira e seus colaboradores como parte de um programa de sistema público de educação para o Distrito Federal. No Decreto Nº 5.513, de 4 de abril de 1935, que instituiu esta universidade, lê-se:

"Art. 2 - São seus fins:

c) propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular".

Na Universidade de Minas Gerais (hoje Universidade Federal de Minas Gerais), criada em 1927, registrou-se a realização de cursos e conferências, desde 1930. Eles passam a ser institucionalizados com a aprovação do Conselho Universitário, a partir de 1932, contando inclusive com rubricas orçamentárias da instituição.

Reverendo a atuação das universidades, com relação à extensão, observa-se nos anos seguintes, que o próprio desenvolvimento dessas atividades vai definindo-a como uma função exercida de forma isolada e dependente do ensino e da pesquisa, na medida em que se limita à divulgação da pesquisa produzida nas universidades e ao reforço do ensino elitista ministrado para uma camada mais privilegiada da população.

² Ver a respeito FÁVERO, 1980.

" ... são os cursos e conferências, ministrados por docentes e voltados para ilustrar a população dentro de uma cultura da classe dominante, que vão delinear as atividades de extensão universitária(...) sem que houvesse qualquer relação com os interesses, mediatos e imediatos, da maioria da sociedade em que a instituição estava inserida" (TAVARES, 1997:38-40).

Segundo Souza, durante todo o período do Estado Novo até o Golpe de 1964 as universidades, no que diz respeito à extensão, mantiveram-se à margem de qualquer concepção original não parecendo haver, então, preocupação por parte delas, quanto à formulação de um caminho próprio para a extensão (1995:145).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 4024, em 1961, novamente se faz sentir, de forma acentuada, a distância entre o texto legal e a prática. Por um lado, o texto da lei faz rápida referência à extensão universitária em seu artigo 69, ao registrar que nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados "*cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino, abertos a candidatos com preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos*". Assim, a extensão institucionalizada reduz-se ainda mais a cursos ministrados por docentes e dirigidos, de modo geral, a uma clientela já ligada às universidades, seja frequentando seus cursos regulares ou portadores de diplomas universitários.

Por outro lado, a par dessa vaga referência à extensão, no período de 1960/64, os estudantes universitários realizaram intensa atividade extensionista, mas desvinculada da instituição universitária. A União Nacional de Estudantes - UNE tinha uma proposta de atuação no sentido de levar o estudante a participar da vida social das comunidades, propiciando

a troca de experiências entre estudantes de áreas profissionais afins e realizava ações de atendimento a comunidades carentes. Sua maior contribuição foi a metodologia de trabalho utilizada que possibilitava a reflexão sobre as ações realizadas.

Das várias ações de caráter extensionista levadas a efeito no período, assumiram maior dimensão: Centro Popular de Cultura - CPC, Centro de Estudos Cinematográficos, o Serviço de Extensão Cultural - SEC e a UNE Volante. Algumas iniciativas eram exclusivamente de estudantes, outras tinham participação de docentes e técnicos, mas o que se pode apontar como diretriz comum entre elas era a tentativa de aproximar a universidade e a sociedade, levando para o âmbito acadêmico a discussão dos problemas das classes populares.

Importante registrar também, o papel da extensão universitária nas propostas dos estudantes presentes nos documentos da UNE sobre Reforma Universitária. A Declaração da Bahia³, documento do I Seminário de Reforma Universitária, realizado em Salvador, em maio de 1961, no item que define as diretrizes para a Reforma no Compromisso com as Classes Trabalhadoras e com o Povo, recomenda dentre outros aspectos: abrir a Universidade para o povo, através da criação de cursos acessíveis a todos; utilizar os Diretórios Acadêmicos ou as próprias Faculdades para realização de cursos de alfabetização de adultos, de mestre de obras nas Escolas de Engenharia, para líderes sindicais nas Faculdades de Direito. Promovê-los não só nos prédios das Escolas, como em favelas, circunvizinhanças de fábricas e bairros operários. Colocar a Universidade a serviço dos órgãos governamentais, sobretudo no interior dos Estados e a serviço das classes desvalidas com a criação de escritórios de assistência judiciária, médica,

³ Ver FÁVERO, 1995.

odontológica, técnica (habitações, saneamento de vilas ou favelas), etc. O documento recomenda que estas medidas não tenham caráter paternalista, pois é necessário sobretudo despertar a consciência popular para seus direitos.

Percebe-se, a partir dessas idéias, como de outras registradas em documentos da UNE produzidos por ocasião da realização dos II e III Seminários de Reforma Universitária, respectivamente em Curitiba e Belo Horizonte, que a universidade que a UNE defendia era uma universidade comprometida com as classes populares, enquanto proletariado urbano e rural. Uma universidade onde a extensão universitária tinha papel fundamental, seja através de cursos ou de serviço social destinados às classes populares, seja através de ações de apoio aos órgãos de governo, ou da proposta de trabalho curricular em período de férias, sob forma de estágios.

Com o golpe militar de 1964 e toda legislação que se seguiu, a UNE é dissolvida e as universidades, da mesma forma que outros segmentos da sociedade civil, são submetidas a rígido controle ideológico. Àquela época não existia movimento docente organizado, assim, intelectuais progressistas unem-se ao movimento estudantil, que ao lado de operários e artistas encabeçam a resistência ao regime.

O governo militar, no entanto, utilizou várias das propostas estudantis em sua orientação de institucionalização da extensão universitária, numa atuação assistencialista junto às comunidades mais carentes, com uma proposta claramente incorporada ao ideal **desenvolvimento e segurança**, onde os alunos eram apenas executores.

Continuando na perspectiva da institucionalização da extensão é importante citar a atuação do Conselho de Reitores das Universidades

Brasileiras - CRUB, criado em 1965, responsável pela organização de seminários (Ponta Grossa/PR e Fortaleza/CE) com objetivo de sensibilizar dirigentes universitários sobre a necessidade da extensão. O CRUB foi influenciado pelas concepções de Rudolph Atcon⁴, para quem a extensão deveria *"promover contatos estreitos com a comunidade para servir às suas instituições espirituais, sociais, artísticas, econômicas, científicas e industriais"* (ATCON apud GURGEL, 1986:68). Defendia, ainda, a idéia de que a universidade deveria ter interligadas as suas funções de ensino, pesquisa e extensão. Assim, ao traçar as Diretrizes da Extensão Universitária, durante o seminário realizado em Fortaleza/CE, em 1972, o CRUB considera a extensão como desdobramento natural da atividade didática, estabelecendo que a extensão, o ensino e a pesquisa constituem o tripé sobre o qual se firma a universidade. Dessa forma, as três atividades são igualmente funções inerentes à universidade.

Em 1968, após anos de discussões nos meios acadêmico e governamental, é promulgada a Lei Básica da Reforma Universitária, a Lei 5540/68. Esta lei, que pretendia uma nova concepção de universidade legaliza a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa. No dizer de Newton Sucupira, membro do grupo de trabalho que a elaborou:

"Trata-se de uma universidade polivalente, multifuncional, baseada na indissociação do ensino e da pesquisa, mas que pretende abrigar, ao mesmo tempo, a formação técnico-profissional, inclusive de nível intermediário, e as mais altas formas de saber" (SUCUPIRA:1972).

⁴ Técnico norte americano a serviço do governo brasileiro; exerceu forte influência na reforma das universidades brasileiras. Foi o idealizador do CRUB, do qual foi o seu primeiro secretário executivo, no período de 1965/68. Ver a respeito FÁVERO, 1991.

A Lei 5540 faz referência à extensão universitária em alguns artigos, embora de forma secundária:

"- Art. 20 -

... as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes".

"- Art. 40 -

a) as instituições de ensino superior, por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento".

Pela análise desses artigos percebe-se que, na concepção da lei, permanece a influência das duas vertentes presentes nas atividades de extensão do início do século: a européia, acentuando a realização de cursos e a americana, com ênfase na prestação de serviços. A extensão continua sendo a forma como a universidade transmite às comunidades seu ensino e o resultado de sua pesquisa, de forma isolada. Não se concebe um processo em que as atividades de ensino e pesquisa se articulem com a extensão, da mesma forma não se percebe a troca de saberes entre universidade e sociedade. Esta é vista como mera receptora.

O artigo 40, em especial, traz a concepção de extensão como assistencialismo prestado por estudantes, desvinculado da participação docente e, conseqüentemente, da organização e planejamento departamental. Consagra, ao mesmo tempo, a intenção de envolver o estudante na ideologia desenvolvimentista do governo.

Nesta perspectiva, merecem registro dois programas que estiveram diretamente ligados ao aparecimento da primeira política de extensão

universitária elaborada no país. Trata-se do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC e o Projeto Rondon.

O primeiro CRUTAC estava em pleno funcionamento desde 1966, criado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Segundo Paiva, o CRUTAC foi instituído com o objetivo de proporcionar ao estudante universitário, especialmente da área da saúde, a oportunidade de atuar junto às comunidades rurais, dentro de um *“espírito humanitarista que dominava os administradores da universidade nesse período, engajados nos propósitos do novo governo brasileiro de combate à pobreza e ao potencial subversivo que a acompanharia”* (1986:136). Ampliado para outras áreas do conhecimento, esse treinamento converteu-se em estágio obrigatório para todos os estudantes da Universidade.

O programa expande-se e obtém o reconhecimento por parte do governo. Assim, em 1969, cria-se a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária - CINCRUTAC⁵, vinculada ao Ministério da Educação, com a finalidade de criar condições materiais e técnicas, para implantação do programa nas Universidades brasileiras. Segundo Gurgel, no período de 1971 a 1975 foram instalados dezenove CRUTAC em todas as regiões do país, chegando a um total de vinte e dois núcleos (1986:111).

O programa CRUTAC coadunava-se bem com a ideologia do grupo no poder que procurava consolidar sua hegemonia mostrando para a sociedade civil a sua preocupação com a condição de miserabilidade das camadas desvalidas. Essa miséria não é atribuída, no entanto, às condições econômico-sociais do país, mas é culpa do povo analfabeto, incapaz de usar

⁵ O Decreto-Lei no. 916, de 7 de outubro de 1969 que cria o CINCRUTAC é instituído pelos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, que à época respondiam pelo governo brasileiro.

a técnica para melhorar suas condições de vida. No dizer de Paiva, ao comentar a ideologia do programa, a universidade, que é a instituição que representa a “cultura”, através de suas ações de extensão, iria atuar no interior civilizando e instruindo as populações incultas, levando aos que “não tem cultura”, os grandes benefícios do mundo civilizado (1986:137).

O outro programa de caráter extensionista que teve dimensão nacional foi o Projeto Rondon. As idéias básicas sobre o desenvolvimento do projeto são apresentadas pela primeira vez pelo prof. Wilson Choeri, no I Seminário sobre Educação e Segurança Nacional, com participação de militares e professores da Universidade do Estado da Guanabara, em 1966. A educação era considerada assunto de segurança nacional, especialmente o ensino superior, interessando ao governo manter os estudantes universitários sob tutela, inculcando-lhes a ideologia da segurança nacional, aproximando-os dos militares. Assim, foi decidido que só ao abrigo das Forças Armadas o projeto alcançaria a dimensão desejável. Foi instituído em nível nacional através do Decreto 62.927, de 23 de junho de 1968, vinculado ao MINTER. O pensamento filosófico que embasava sua ação é resumido em um “decálogo de princípios”, dentre os quais: participação da juventude no processo de desenvolvimento nacional; participação da universidade no desenvolvimento nacional; preparação do universitário para o exercício consciente da cidadania, com fundamento nos princípios que aprimoram o caráter e asseguram a prevalência dos valores espirituais e morais.

Na fase inicial do projeto, os estudantes universitários passam a ser recrutados sem a participação da instituição universitária como tal. Um ano mais tarde porém, começa a se processar uma certa integração entre o Projeto Rondon e as universidades. A partir das críticas dos próprios

estudantes ao caráter esporádico do projeto, o governo cria o programa dos *Campi Avançados*, visando dar às suas atividades caráter mais contínuo e permanente. Em cinco anos são criados vinte e dois *Campi Avançados*, sendo a maioria deles na Amazônia além de outras áreas consideradas estratégicas para a segurança nacional⁶. Os *campi* são administrados por Universidades de outras regiões do país.

O Projeto Rondon é extinto oficialmente em 1989, mas a década de 80 já não registra o grande número de atividades e estudantes constantes no programa na década de 70. Dentre as várias ações que demonstram a emergente decadência do Projeto Rondon / Programa *Campus Avançado*, está o empenho do Governo em convencer as universidades regionais a assumirem os *Campi Avançados*. Por um lado, a idéia era aceita por boa parte das comunidades acadêmicas locais que viam com restrições a presença de universidades “estrangeiras” desempenhando supostamente a função redentora de encontrar a solução para os problemas locais. Na Região Norte, especialmente, houve uma reação semelhante por parte das universidades locais que assumiram *campi* avançados anteriormente administrados pelo Projeto Rondon e neles desenvolveram atividades de cunho mais permanente, tais como cursos regulares de graduação.

Por outro lado, o caráter altamente dispendioso do programa deixava as Instituições de Ensino Superior locais temerosas de assumirem as instalações e o pessoal dos *campi*, ainda mais quando o apoio logístico dos ministérios militares foi sendo gradualmente retirado.

⁶ São eles: Roraima; Rondônia; Tefé, Parintins, Humaitá e Benjamin Constant no Amazonas; Médio Araguaia em Goiás; Rio Branco e Cruzeiro do Sul no Acre; Santarém, Altamira, Marabá e Itaituba no Pará; Irecê e Barreiras na Bahia; Picos e Parnaíba no Piauí; Imperatriz no Maranhão; Limoeiro do Norte no Ceará; Araçuaí no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, Cáceres no Mato Grosso e o do Amapá.

Resumindo pois, as concepções de extensão presentes na legislação e na prática, no período de 1911 a 1968, pode-se dizer, quanto ao primeiro aspecto, que a legislação de 1931 - conjunto articulado de três decretos e exposição de motivos - considera como função da universidade elevar o nível de cultura do povo consagrando papel de destaque à extensão na execução dessa função. Já a Lei 4024/61 trata muito vagamente a questão da extensão, registrando apenas que as universidades podem oferecer essa modalidade de cursos. A Lei 5540/68 assume a indissociabilidade entre as atividades de ensino e pesquisa, tratando a extensão como a forma através da qual a universidade estende à comunidade sua atividade de ensino e o resultado de suas pesquisas.

Na prática, que concepções de extensão se evidenciam nesse recorte histórico? Os dois modelos experimentados no início do século, de extensão enquanto realização de cursos e conferências e de prestação de serviços estão presentes durante todo o período. De modo geral, são realizados como atividades desarticuladas das demais atividades acadêmicas - ensino e pesquisa - mas, delas dependentes.

A extensão praticada pelos estudantes universitários no início da década de 60 é o primeiro aceno de mudança na sua concepção. É quando se vêem ações concretas na direção do compromisso com as classes populares, não de forma assistencial, mas com a intencionalidade de conscientizá-las sobre seus direitos. Há ainda a preocupação de integração com órgãos governamentais, sobretudo no interior dos Estados; a percepção quanto à necessidade da interdisciplinaridade ao recomendar a atuação conjunta de estudantes de diferentes áreas; e a visão quanto às possibilidades do trabalho extensionista poder ser computado como estágio curricular, executado em período de férias.

Mesmo o retrocesso imposto à extensão universitária pelo governo militar, dando-lhe uma feição assistencialista, não impede que essas idéias delineadas pelos estudantes reapareçam, se superem e se consolidem em nova concepção presente na fase posterior. Algumas dessas idéias aparecem embutidas nas propostas políticas para a extensão universitária, elaboradas dentro do próprio MEC, na década de 70, disfarçadas, por vezes, através de palavras diferentes, mas que conservavam o conteúdo das idéias. Neste sentido, pode-se citar como exemplo, segundo GURGEL⁷, a palavra "retroalimentação" - melhor absorvida pela censura - em substituição à palavra "comunicação", associada às concepções de Paulo Freire.

Algumas dessas propostas estudantis também reaparecem nas concepções do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, aqui assumidas com a liberdade que o momento político permitia.

⁷ Entrevista concedida a autora, em março de 1998

2.2. O Plano de Trabalho de Extensão Universitária - a primeira política de extensão brasileira

Ainda na década de 70, estando em pleno funcionamento os dois programas - CRUTAC e Projeto Rondon / - é criada a Comissão Mista CRUTAC/MEC - *Campus Avançado* / MINTER, instituída pelos Ministérios da Educação e do Interior⁸ com a função de propor medidas que os integrassem e articulassem. No relatório apresentado por esta Comissão, registra-se que a discussão do inter-relacionamento dos programas foi feita tendo em vista a função de ambos "*enquanto instrumento de extensão universitária para o desenvolvimento*"⁹. O documento é composto de três partes: na primeira realiza-se uma discussão sobre o conceito de extensão e os pontos de relacionamento dos dois programas; apresenta-se em seguida uma proposta de operacionalização da extensão universitária, com vistas ao processo de desenvolvimento nacional e, por último, fazem-se algumas recomendações.

A discussão sobre a conceituação de extensão universitária é marcadamente influenciada pelas propostas do CRUB, pela Lei Nº 5540/68, da Reforma Universitária e pela ideologia do desenvolvimento e segurança nacional do governo militar. Quanto à influência do CRUB, ela pode ser percebida em vários pontos do relatório. Registra ele que a extensão, enquanto atividade sistemática relacionada ao ensino e à pesquisa é algo novo na universidade. E, ao mesmo tempo, a pouca clareza sobre sua função, leva a considerar como extensão várias atividades totalmente desvinculadas do sistema acadêmico. A Comissão parte da concepção de

⁸ Portaria Nº 289 - MEC, de maio de 1974 e Portaria Nº 398 - MINTER.

⁹ MEC, 1974.

extensão do CRUB, que defendia o comprometimento didático da extensão, vinculada à missão da universidade, não podendo ser compreendida como qualquer atividade extramuros da instituição. "*O que compete à Universidade é estender à comunidade suas atividades inerentes (ensino e pesquisa) sob a forma de cursos ou serviços especiais*".¹⁰

Reportando à Lei Nº 5540/68, ao citar os Artigos de Nº 20 e 40, o relatório da Comissão Mista registra a idéia de que a extensão deveria ser encarada como atividade própria e permanente na vida da universidade.

Considera ainda que a extensão é um eficiente instrumento da Reforma Universitária e um meio através do qual a universidade participa da vida nas comunidades, em função do processo de desenvolvimento nacional. E, sendo

"a educação um fator de desenvolvimento e não a mera repercussão desse(...) a Comissão vê a necessidade de que a extensão universitária seja organizada, planejada e acionada de forma a atender as exigências do Brasil de hoje(...)

Assim sendo, a política de extensão universitária deve estar vinculada às diretrizes desenvolvimentistas nacionais."¹¹

O documento acena para a possibilidade da extensão vir a constituir-se em ponto de partida para a atualização e reformulação de currículos dos cursos de graduação e dar novas perspectivas aos trabalhos de pesquisa. E ainda, constituir-se em instrumento de retroalimentação das universidades e demais instituições, possibilitando maior inserção da primeira nas realidades regional e nacional e no momento histórico do país.

¹⁰ MEC, 1974, p. 3.

¹¹ MEC, 1974, p. 4.

A partir do estudo dos dois programas- CRUTAC e Projeto Rondon- a Comissão, depois de identificar seus pontos comuns e diferentes, apresenta uma proposta de operacionalização da extensão universitária em função do processo de desenvolvimento nacional. Tal proposta consiste basicamente na criação de uma Coordenação Nacional da Extensão Universitária, vinculada ao MEC, e uma Coordenação Nacional de Desenvolvimento, vinculada ao MINTER. À primeira caberia propor a política de extensão universitária nacional, traçando normas e diretrizes, além de acompanhar a execução dos trabalhos nas instituições. À segunda coordenação caberia propor a política de desenvolvimento relacionada à extensão universitária e, da mesma forma, traçar normas, diretrizes e acompanhar os trabalhos. Quanto às universidades, embora o documento assegure que o planejamento da atuação extensionista deva partir dos departamentos, são consideradas apenas como instituições executoras da extensão universitária, que deverá ser programada de acordo com a política e as diretrizes das Coordenações Nacionais.

O documento recomenda ainda que as universidades devem contar, em sua estrutura, com um órgão responsável pelo desenvolvimento da extensão, além de outras medidas que visam a institucionalização da extensão na vida acadêmica e a sua vinculação ao estágio curricular.

A proposta da Comissão de criação de uma coordenação centralizada é efetivada ainda em 1974. Cria-se a **Coordenação de Atividades de Extensão - CODAE**, vinculada ao Departamento de Assuntos Universitários - DAU /MEC. No quadro das influências que determinaram a concepção de extensão e a atuação dessa Coordenação, estão presentes as idéias de Rudolph Atcon e dos documentos do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

Gurgel registra que para o consultor norte-americano a extensão ocupa função de destaque, *“devendo permear todos os níveis da instituição de ensino superior, através de múltiplas atividades culturais e científicas”*, que a universidade deveria ter interligadas suas funções de ensino, pesquisa e extensão, sendo que a última deveria contar ainda com estrutura administrativa própria para cuidar da *“projeção e execução de todas as atividades de extensão da universidade, com a autoridade de solicitar a colaboração estreita das demais unidades administrativas”* (ATCON apud GURGEL, 1986:68).

Com a criação da CODAE, o MEC passa a ter maior responsabilidade com relação à extensão universitária assumindo a coordenação dessa atividade em nível nacional. Apesar de não ter sido instituída formalmente, através de ato legal, a CODAE teve significativa atuação no sentido de avançar um pouco mais na concepção de extensão, na definição de diretrizes políticas comuns para as universidades brasileiras e na proposta de articulação entre as atividades de extensão, ensino e pesquisa.

Em abril de 1975, o MEC divulga o **Plano de Trabalho de Extensão Universitária**, estabelecendo que a sua execução seria função do DAU, por meio da CODAE. Através desse Plano, o MEC assegura para si a competência de propor a política de extensão para as universidades brasileiras, traçando diretrizes e normas em âmbito nacional e estimulando o intercâmbio de experiências desenvolvidas pelas IES. Estabelece ainda como sua função acompanhar a execução dos trabalhos de extensão realizados pelas universidades. Este acompanhamento seria executado pela CODAE, que além da supervisão sistemática através da observação do andamento das experiências, realizaria a avaliação por meio de relatórios e

encontros entre os executores. Define-se ainda como responsabilidade da dessa Coordenação a manutenção de um fluxo de informações entre as universidades, a promoção da articulação, ao nível de instituição, das várias experiências existentes, além da busca de parceria com outros órgãos públicos.

Tomando como base a Lei 5540/68, que já procurava incentivar a participação de discentes em atividades extensionistas, o Plano amplia-a na direção do papel dos docentes. Define a extensão como

"a forma através da qual a Instituição de Ensino superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa" (MEC / DAU, 1975).

Este conceito de extensão contém dois elementos novos: **a idéia de relação entre a extensão, o ensino e a pesquisa e a idéia de comunicação entre universidade e sociedade**, não mais no sentido de transmissão de conhecimento, mas de interlocução. Pois, no contato com a sociedade, o conhecimento produzido é testado e confrontado com a realidade e retorna à academia reelaborado.

Para Tavares, de acordo com essa definição de extensão, *"a troca entre os saberes acadêmico e popular possibilitava a efetivação de uma política extensionista mais comprometida com as necessidades vivenciadas pela população, possibilitando assim que o ensino e a pesquisa desenvolvidos na universidade estivessem mais integrados com a realidade social" (1997:63).*

Esse Plano foi influenciado pelas idéias de Paulo Freire, expressas especialmente no livro *Extensão ou Comunicação?*¹², no qual as camadas populares não são vistas como objeto que sofre a ação extensionista, mas como sujeitos da ação. E, na comunicação entre os sujeitos da ação - universidade e sociedade - ocorre a troca dos saberes acadêmico e popular. Dessa forma, através da extensão, seria possível integrar as atividades de ensino e pesquisa às necessidades da maioria da população.

O Plano de Trabalho de Extensão Universitária amplia as formas através das quais a extensão se processaria:

"cursos, serviços, difusão de resultados de pesquisas, projetos de ação comunitária, de difusão cultural e outras formas de atuação exigidas pela realidade da área onde a instituição se encontra inserida, ou exigências de ordem estratégica" (MEC / DAU, 1975, p.1).

Registra que as atividades de extensão executadas pelas universidades e coordenadas pelo MEC restringiam-se aos Projetos de Integração das Universidades nas Comunidades- os CRUTACs - e os Projetos de Integração Escola - Empresa - Governo, tendo, ambos, vários núcleos espalhados por todo o país. E, considerando que várias universidades desenvolviam interessantes experiências na área da extensão e ainda, a existência de outros programas como o dos *Campi Avançados*, do Projeto Rondon, de caráter eminentemente extensionista, o Plano de Trabalho defende a necessidade da articulação, em nível nacional, das diferentes experiências de extensão desenvolvidas. Esta seria a principal meta da CODAE que figura no Plano como sua principal executora.

¹²FREIRE, 1988.

Recomenda que as atividades de extensão devem ser planejadas nas próprias universidades, a partir dos departamentos, em sintonia com projetos e programas de outras instituições ou da comunidade onde se desenvolve a ação extensionista. O estágio é considerado como importante meio de integração da política de extensão com o ensino e a pesquisa.

O Plano de Trabalho, propriamente dito, define três linhas de ação:¹³

- coordenação, supervisão e avaliação das experiências de extensão em andamento, a ser executada através de observação direta. Argumenta-se aqui que o conhecimento das experiências de extensão tornaria possível a articulação entre as mesmas.

- Articulação, ao nível das instituições, das várias experiências. Recomenda-se aqui a criação na estrutura das universidades, de um organismo central que articule as experiências de extensão em desenvolvimento, de modo a racionalizar o trabalho e os recursos humanos, materiais e financeiros. Tais organismos, considerados como “pólos de extensão”, desenvolveriam experiências piloto como: a articulação das ações extensionistas com os projetos do Plano Setorial de Educação e Cultura; o relacionamento das experiências de extensão com os mecanismos de estágio e com o sistema de bolsas; articulação com os programas e projetos estratégicos do Governo e com os programas de extensão rural.

- A integração com órgãos públicos ou privados que atuam como suporte no desenvolvimento da extensão, como as Superintendências de Desenvolvimento Regional (SUDAM, SUDENE).

A partir de 1977, o DAU / MEC decidiu intensificar sua ação de acompanhamento de projetos diversificados desenvolvidos nas

¹³ MEC / DAU, 1975, p. 8.

universidades, abrindo mão das propostas contidas no Plano de uma busca da unidade na ação extensionista .

"...as IES em 1978 consolidaram um processo de redefinição interna quanto à forma mais adequada de correlacionar o ensino, a pesquisa e a extensão. Evoluiu do ensino exclusivo em sala de aula, do laboratório experimental, da aula prática para o estágio na comunidade urbana ou rural (...) Departamentos Acadêmicos estão cada vez mais assumindo projetos nas áreas sócio-econômica, saúde, agropecuária, educação, tecnologia, artes e da pesquisa pura e aplicada, o que vem a comprovar um processo de mudança dentro da IES" (MEC / DAU, apud GURGEL, 1986:158).

Em 1979, quando a CODAE se propunha a intensificar o acompanhamento às experiências de extensão, processa-se uma reforma administrativa no MEC. Nessa reforma, a CODAE é extinta, não havendo nenhum órgão encarregado da extensão na nova estrutura, o que comprometeu a continuidade das ações em andamento.

2.2.1. Analisando o Plano de Trabalho de Extensão Universitária

A criação da CODAE e a divulgação e implantação do Plano de Trabalho de Extensão Universitária representaram uma ação política e estratégica do Ministério da Educação. A extensão que vinha ocorrendo no cenário brasileiro, envolvia estudantes universitários sem o controle do MEC. Na verdade, os únicos programas coordenados por este Ministério e executados pelas universidades eram o CRUTAC e o Projeto de Integração Escola-Empresa-Governo. E, as ações de extensão desenvolvidas pelas IES não se restringiam a estes programas. Alguns, de âmbito nacional, como o

Projeto Rondon / Programa *Campus* Avançado eram coordenados por outros ministérios sem a participação do MEC; outros, consistiam em propostas das próprias universidades e, da mesma forma, eram realizados sem interferência do MEC. Ao trazer para si a competência de “coordenar, em nível nacional, as experiências de extensão em andamento nas instituições”¹⁴ o MEC tenta resgatar a sua função de formulador de política educacional no ensino superior.

Na proposta política intitulada Plano de Trabalho de Extensão Universitária misturam-se a CODAE e o próprio Plano de Trabalho. Este é concebido de tal forma a ser executado pela Coordenação de Atividades de Extensão, que não se distinguem bem no documento uma coisa da outra. A justificativa do Plano é a justificativa da criação da CODAE, os objetivos do Plano são os objetivos da atuação da CODAE.

O Plano apresenta alguns avanços que certamente merecem registro, especialmente considerando o quadro político, de severa vigilância ideológica, que vivia o país à época de sua criação, em 1975.

A concepção de extensão nele explicitada supera a da Lei 5540/68, que restringia a extensão à mera realização de cursos e prestação de serviços como formas de estender à comunidade o ensino e o resultado da pesquisa produzida na academia. Na concepção de extensão do Plano, a ampla idéia de comunidade é substituída por “organizações, outras instituições e populações” com as quais as IES deveriam interagir. Introduce assim, o elemento novo que é a troca de saberes acadêmico e popular que se daria através da extensão. Formula ainda a relação entre as atividades acadêmicas, o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo que, através desta última se faria o repensar das outras duas. Observe-se que esta idéia de

¹⁴ MEC / DAU, 1975, p.7

articulação entre as atividades acadêmicas estará presente durante as décadas de 80 e 90, tanto no discurso de docentes, servidores e discentes, quanto em documentos oficiais.

Ao definir as formas através das quais a extensão se processaria, o Plano de Trabalho supera a idéia de “cursos e prestação de serviços” presente na legislação e na prática cotidiana das universidades. A estas atividades acrescentam-se: difusão de resultados de pesquisas, projetos de ação social e comunitária, difusão cultural e outras formas de atuação que se fizessem necessárias no contato com a realidade onde se encontra inserida a instituição universitária.

O Plano de Trabalho procura envolver os docentes na ação extensionista, aconselhando que esta deverá ser planejada nas próprias universidades a partir dos departamentos acadêmicos. Incentiva ainda as universidades a realizar novas experiências em extensão, mostrando a necessidade da integração interna à instituição das várias ações em desenvolvimento. Recomenda que a extensão seja integrada às demandas das comunidades locais e compatibilizada com as ações executadas por outros órgãos públicos ou privados que atuem na área.

A questão da institucionalização da extensão é trabalhada, no Plano, em dois níveis. Ao nível das universidades, recomenda-se a criação de uma estrutura central, responsável pela extensão, em constante relacionamento com o ensino e a pesquisa. Ao nível do MEC, cria-se a CODAE com amplas atribuições garantindo a institucionalização de toda ação extensionista universitária no Ministério.

Outro avanço está na concepção de estágio curricular presente no Plano. Considerado como um meio através do qual se integram e se complementam as atividades de extensão, ensino e pesquisa, ele deve ser

planejado, executado, acompanhado e avaliado tendo em vista estas dimensões do fazer acadêmico. No sentido da integração entre os estágios curriculares e a extensão, foi criado um programa de bolsa-extensão.¹⁵

No entanto, mesmo considerando que a atuação da CODAE e o Plano de Trabalho de Extensão Universitária representem realmente alguns avanços na concepção e realização da extensão universitária, algumas críticas podem a eles ser feitas. Em primeiro lugar, todo o controle e poder de decisão estavam nas mãos do MEC, cabendo às universidades apenas a execução das atividades. Com efeito, cabia ao MEC o estabelecimento de diretrizes políticas da ação, a coordenação, supervisão e avaliação das ações em andamento, além da articulação com os organismos públicos ou privados, nacionais, regionais ou estaduais para realização das atividades de extensão. Apesar de toda essa centralização no MEC, contraditoriamente, o Plano recomenda que a extensão deve ser planejada nos departamentos acadêmicos das IES.

A despeito do esforço da CODAE, cuja atuação foi no sentido de reforçar a relação de influência recíproca entre universidade e sociedade e a relação entre extensão, ensino e pesquisa, além de procurar envolver os docentes na extensão, enquanto atividade acadêmica, o que se verificou na prática foi a reprodução do padrão de atuação extensionista já sedimentado nas universidades brasileiras.

Na avaliação de GURGEL (1986:153), foi através das atividades de capacitação de pessoal, com a realização de treinamentos e seminários, que a CODAE mais desenvolveu sua ação política, visando redefinir a prática extensionista. Acreditava-se que das discussões críticas, envolvendo

¹⁵ Observa-se que esta é uma reivindicação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão ao MEC, desde sua criação, ainda não atendida.

elementos da universidade e dos órgãos de apoio à extensão, surgiria uma nova perspectiva de atuação. Com este objetivo, realizaram-se vários seminários e encontros regionais.

Extinta a CODAE, toda a sua ação, fundamentada no Plano de Trabalho de Extensão Universitária, no sentido de articular, coordenar e aglutinar as propostas de extensão desenvolvidas em nível nacional, pelas universidades e órgãos de apoio à extensão, fica sem continuidade. Alguns dos projetos em andamento permanecem, por força de termos legais, como convênios, que asseguraram sua execução. Transcorrem alguns anos sem que um órgão instituído pelo MEC ou outro ministério desempenhe a função de coordenar em nível nacional a discussão e a reflexão sobre a extensão universitária, embora sejam registradas algumas publicações de caráter acadêmico sobre o tema. As discussões, no entanto, prosseguem em níveis locais e regionais, sedimentando em torno de questões comuns, a proposta vinda das universidades públicas, qual seja, a criação de um fórum que passaria a coordenar, em nível nacional, a discussão da extensão universitária e a proposição de diretrizes políticas para a sua realização.

Capítulo III

O FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: A DIFÍCIL CONSTRUÇÃO DE UM ATOR SOCIAL

Neste capítulo aborda-se o processo de constituição do Fórum de Pró-Reitores de Extensão como um ator social, que tem o entendimento lingüístico como mecanismo de coordenação de sua ação. Composto pelos Pró-Reitores de Extensão das universidades públicas, estes atores individuais, no processo de comunicação, superam a subjetividade de seu pontos de vista iniciais e, através de convicções racionalmente construídas, elaboram suas diretrizes consensuais de ação.

Inicia-se pela contextualização da década de 80, que pelo processo social e político que se instaurava, apresentou-se como um momento propício à articulação que culminou na criação do Fórum. O processo de constituição do Fórum é analisado a partir de ações regionais, que tiveram como base discussões sobre temas comuns, considerando também a questão da disputa de poder interno nas IES.

O processo de construção do ator, propriamente dito, é analisado sob três perspectivas. A primeira delas considera a atuação do Fórum, do ponto de vista de suas ações internas, entendendo que, ao agir, os atores criam a sua própria história. As duas outras perspectivas consideram a atuação externa do Fórum, buscando compreender como tem sido o seu relacionamento com o MEC, com outros ministérios e organismos diversos.

3.1. Década de 80: o momento propício

O momento político pelo qual passava o país na década de 80¹ caracteriza-se por intensa mobilização social, em especial das classes operária e média. Enquanto o governo militar iniciava a abertura política, vários segmentos da sociedade civil se organizavam e desencadeavam discussões na revisão dos rumos nacionais e na luta pela democratização do país.

No âmbito das universidades registram-se alguns fatos significativos. Em 1981 é criada a Associação de Docentes de Ensino Superior - ANDES. Alicerçada em discussões já em fase de amadurecimento nas várias associações de docentes existentes no país, a ANDES propõe como temas centrais de reivindicação, a defesa do ensino público e gratuito, a autonomia e democratização das universidades, a isonomia salarial e o regime único de trabalho.

Processo semelhante ocorre com os servidores técnico-administrativos que, contando com várias associações espalhadas pelo país, criam, ainda no início dos anos 80, a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras - FASUBRA, que apresenta suas propostas em torno de temas coincidentes com os do movimento docente. Quanto aos estudantes, cuja entidade representativa encontrava-se na clandestinidade desde 1964 (Lei Nº 4464, de 9 de novembro de 1964) têm a legalidade da UNE restabelecida em 1985.²

A luta nas IES pela mudança nas relações de poder, tem significativo avanço com a implantação da consulta direta à comunidade universitária para escolha do reitor, apresentando processos diferenciados de uma instituição

¹ A propósito ver: TAVARES, 1997: 73 - 112.

² Lei nº 7395, de 31/10/1985.

para outra, com voto paritário ou voto universal. A defesa da eleição do reitor pela comunidade interna, como um aspecto importante da autonomia universitária, era algo que unia integrantes dos movimentos docente, de servidores técnico-administrativos e de estudantes. Mudam, progressivamente, as relações de poder com o Governo Federal, à medida que o mesmo passa a reconhecer e nomear o eleito pela comunidade universitária.

Internamente, registram-se experiências de eleição em outros níveis administrativos, como direção de unidades acadêmicas, com participação dos diversos segmentos - professores, funcionários e alunos -, apontando para a consolidação de um processo de democratização interna nas universidades.

As discussões no meio acadêmico, nesse momento, giram em torno de dois eixos centrais: a autonomia universitária e o compromisso social da universidade com os setores menos favorecidos da população. No bojo dessas discussões constitucionaliza-se o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em 1988. Nesse clima torna-se possível e necessária a reflexão sobre o papel da universidade pública, criticada por estar mais a serviço de interesses de determinados grupos da sociedade - as classes dominantes e a elite dirigente, melhor organizadas para reivindicar serviços à universidade - e do próprio Estado, do que de interesses do conjunto da população. Os questionamentos que se faziam no interior da própria instituição sobre os seus fins, conduziram a um posicionamento sobre a sua função social enquanto *"universidade pública num país cujas condições econômicas, culturais e políticas comprometem a plenitude do ser homem"* (LOPES, 1990:77). A extensão universitária é então resgatada enquanto instrumento que vai possibilitar à universidade cumprir a sua função social. Repensar a extensão universitária enquanto atividade acadêmica significava

colocá-la ao lado do ensino e da pesquisa como meio para democratizar o conhecimento produzido e ensinado na universidade e, ao mesmo tempo, possibilitar que esta mesma universidade atendesse às demandas mais urgentes da população, na crítica e na reconstrução de uma sociedade mais justa.

Na análise de Renato Hilário o novo quadro de forças emergente no país, refletindo-se internamente nas universidades com a eleição dos dirigentes e o compromisso destes em situar as universidades mais próximas dos anseios da população, provocou discussões e gerou iniciativas que acenavam para a necessidade de se superar a "*visão tradicionalista de extensão como mera transmissão de conhecimentos, prestação de serviços assistenciais ou difusão de cultura*" (1992:68).

Nesse momento, a discussão da extensão universitária ultrapassa os limites da academia e dos movimentos organizados de docentes, servidores e discentes. No CRUB e no próprio MEC, registram-se discussões que conduziram a tomada de posições formais sobre a questão. Fagundes, ao analisar documentos oficiais do CRUB, relaciona alguns temas retomados com frequência, dentre eles a autonomia universitária e a integração da universidade com a realidade na qual está inserida (1985:85). Registra ainda esse autor que é na XXXVII Reunião Plenária do CRUB, realizada em Campinas, em julho de 1983, que os reitores passam a assumir posição mais ousada e crítica ao debaterem o papel da universidade (1985:102). As contradições internas, no entanto, são nítidas. De um lado, defende-se a universidade autônoma, livre, comprometida com a realidade social; de outro lado, assume-se o compromisso de cooperar com o MEC e as demais autoridades governamentais, sem questionar o autoritarismo interno e o modelo econômico de dependência externa.

O CRUB propõe a realização, nas universidades, de discussão sobre problemas locais, regionais e nacionais, através de foros de debates, estudos interdisciplinares e pesquisas com a participação de estudantes, submetendo seus planos e programas à apreciação de lideranças comunitárias. Nesse sentido, elabora uma concepção de autonomia vinculada à idéia de compromisso social com a maioria da população. Nesse contexto, a extensão universitária veio, no dizer de Fagundes, *"como um desdobramento dessa universidade que se queria autônoma e que pretendia colocar-se ao serviço da sociedade"* (1985:108).

Na delimitação do conceito de extensão e no estabelecimento de suas diretrizes, pelo CRUB, duas idéias merecem destaque. A primeira delas é de que a extensão deveria se processar através da prestação de serviços que objetiva a integração com a sociedade desassistida. A segunda é o entendimento da extensão enquanto função inerente à universidade. Considera a extensão, o ensino e a pesquisa como o tripé sobre o qual se firma a universidade, concepção já formulada em 1972, quando da realização do Seminário de Fortaleza, conforme citado no capítulo anterior.

A extensão figura também nas propostas formais do MEC para o ensino superior brasileiro, como a da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, instituída pelo Decreto nº 91.177, de 29 de março de 1985, conhecida como "Comissão de Alto Nível", e a do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior - GERES, criado pela Portaria nº 100, do MEC, de 06 de fevereiro de 1986.

A Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior, apresenta ao Ministro da Educação seu relatório, em documento intitulado Uma Nova Política para a Educação Superior, em 21 de novembro de 1985. Algumas referências são feitas à extensão universitária, considerando-a como

essencial em qualquer sociedade moderna e que a inadequação da universidade à realidade brasileira se deve, dentre outras causas, à quase inexistência de atividades de extensão e de serviços prestados às comunidades. O documento considera ainda:

- *"O treinamento profissional e a extensão universitária estão entre os aspectos mais negligenciados no ensino superior brasileiro. No entanto, eles podem se constituir em mecanismos de grande importância para o ensino superior e a sociedade. A atividade de extensão pode alimentar os cursos, currículos e programas com conhecimentos oriundos do dia-a-dia da população com a qual o estudante deverá trabalhar..."* (MEC, 1985:23).

A extensão, considerada como uma das dimensões essenciais às finalidades das IES, integradas ao ensino e à pesquisa, tem como objetivos:

"a difusão dos conhecimentos obtidos, a continuidade dos serviços oferecidos à população, a contínua ação recíproca entre a extensão, por um lado e, por outro, o ensino e a pesquisa" (MEC, 1985:31).

O relatório da Comissão Nacional argumenta ainda que grande diversidade de ações vinham sendo executadas sob a denominação de extensão universitária, tais como estágios, consultorias, assessorias, serviços assistenciais e culturais, cursos, treinamentos, etc. Recomendava por isso, a realização de estudos sistemáticos para especificar a natureza e o significado da extensão.

No sentido de dar prosseguimento às recomendações do relatório e de elaborar proposta operacional para sua implementação foi criado, no MEC, o Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior, em fevereiro de 1986. O GERES opta por não tentar a reformulação completa do ensino superior, mas apenas do segmento federal deste sistema. Em sua concepção

existem dois tipos de instituição: a universidade de ensino, que não tem a pesquisa como atividade - fim e a universidade de pesquisa, baseada no desempenho científico e acadêmico. Na proposta do GERES extingue-se a indissociabilidade entre ensino e pesquisa como obrigação legal nas IES federais, constante no texto da Lei 5540/68.

Observa-se que sendo o relatório do GERES, bem como o anteprojeto de lei por ele elaborado, apresentados como documentos que dariam prosseguimento, de certa forma, ao trabalho da Comissão de Alto Nível, no que diz respeito à extensão universitária, o papel de certo destaque a ela reservado no relatório da Comissão não se confirma nos documentos do GERES. O Anteprojeto por ele elaborado, registra em seu Art. 5º:

"A universidade, em razão de sua autonomia no campo da criação, conservação, aplicação e transmissão do conhecimento, e de sua extensão à comunidade, fica sujeita apenas ao controle finalístico do Poder Executivo" (MEC / GERES, 1986).

As propostas do GERES provocaram grandes reações por parte da comunidade acadêmica em nível nacional e acabaram não sendo implementadas pelo Governo Federal.³

No ano de 1985 aparece, pela primeira vez, em um texto legal, segundo Tavares, uma antiga proposta do movimento docente: o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão (1997:109). Através da Portaria nº 742 / SESu / MEC, de 20 de setembro de 1985, que fixa as diretrizes básicas para orientar a elaboração e atualização dos Planos de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens das Fundações Educacionais, contempla essa proposta do movimento docente ao registrar que *"A estrutura*

³ Ver análise do relatório da Comissão de Alto Nível e do GERES, em TAVARES, 1997.

da carreira do magistério superior deverá observar o princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão".

A necessidade de se vincular o ensino e a pesquisa aos interesses da maioria da população - o que se daria através da extensão - é uma idéia que ganha força dentre os vários segmentos da comunidade acadêmica nas IES, em nível nacional.

O princípio da indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão passa a estar presente nas discussões e documentos elaborados tanto pela ANDES, como pela UNE e a FASUBRA.

Em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil, no cap. III, Da Educação, da Cultura e do Deporto, Art. 207, consagra o princípio da indissociabilidade entre as atividades universitárias ao assegurar:

"As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

Nesse contexto, surge um novo ator, que passa a desempenhar papel decisivo na conceituação, institucionalização e na definição de políticas de extensão para as IES públicas. É o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, criado em 1987.

Este fórum tem se caracterizado, ao longo de seus doze anos de atuação, como um ator que tem buscado o entendimento como mecanismo de coordenação de sua ação. Dentre os atores individuais que articularam a criação do Fórum, encontram-se vários que participaram do movimento docente em suas IES, e em nível nacional. As reflexões iniciais do Fórum refletem discussões dos movimentos acadêmicos e técnico-administrativos dos anos 80. A indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, seria a base sobre a qual se redimensionaria a ação extensionista,

superando a antiga visão de transmissão de conhecimento e assistencialismo⁴. O Fórum vem atuar no sentido de resgatar o caráter acadêmico da extensão como instrumento de democratização do conhecimento produzido e como meio de cumprir a função social da universidade.

No item seguinte deste capítulo procede-se a uma análise das condições favoráveis ao entendimento que orientaram a ação dos Pró-Reitores de Extensão e a criação do Fórum.

⁴ Ver a respeito FREIRE, 1988.

3.2. A Criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

A criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão não pode ser vista como uma ação independente, isolada do contexto histórico-político do país, menos ainda como fruto de uma decisão governamental, como foi a criação do CRUB, programada nos gabinetes do MEC. A ação que culminou na sua criação foi, na verdade, fruto de um processo de articulação em nível nacional, a partir de discussões bastante semelhantes, em torno de temas comuns, que vinham ocorrendo nas universidades públicas de todo o país. Nas várias regiões começaram a se registrar, mesmo que de forma diferenciada, experiências que visavam a discussão e a articulação das universidades em torno da questão de sua relação com a sociedade.

Ao nível interno das instituições, considerando que a extensão era uma atividade em fase mais recente de institucionalização, e que a própria legislação lhe conferia menor prestígio que as atividades de ensino e pesquisa, os Pró-Reitores sentem a necessidade de criar espaços para esta atividade, buscando dar maior visibilidade às Pró-Reitorias de Extensão. A disputa de poder interno é também um motivo que leva os Pró-Reitores a se articularem ao nível regional e, posteriormente, nacional, no sentido de se fortalecerem enquanto um grupo que tinha problemas e interesses bastante semelhantes.

Em dezembro de 1985, os Pró-Reitores de Extensão das Universidades Federais da Região Norte realizaram, em Manaus/AM, o Encontro de Pró-Reitores de Extensão do Norte do País, com participação de representantes do MEC, SUDAM e do Projeto Rondon, tendo como

tema central a integração da universidade no contexto regional⁵. O entendimento se dá em torno da idéia central do comprometimento da universidade com a realidade amazônica. Isto significava uma universidade comprometida com as questões regionais e direcionada, o máximo possível de suas atividades, para enfrentá-las. Dentre tais questões, são apontadas a grande concentração populacional nas capitais, resultantes de projetos de impacto, a concentração de terras em torno de grandes projetos extrativos e agropecuários, dificuldades de acesso e comunicação entre estados e municípios, discrepância entre as riquezas naturais e a pobreza da maioria da população, problemas de saúde, educação, etc.

O Documento Final produzido no evento, assevera nesse sentido que a universidade,

*"por ser uma Instituição Educativa, o seu compromisso prioritário é o de ampliar o universo de percepção da população para com a sua problemática, assim como colaborar na busca de soluções para a superação dos problemas existentes"*⁶.

Fazendo essa opção pelo tipo de universidade que se queria, definem-se alguns princípios básicos quanto à ação extensionista:

- a atividade de extensão é essencial e sua realização deve ser priorizada, explicitando-a nos documentos legais de cada universidade de modo a permitir o reconhecimento formal e a valorização da participação de professores e estudantes nessas atividades;
- o processo de retroalimentação extensão-pesquisa-ensino é cíclico e aproxima a universidade da sociedade; abordar a comunidade numa

⁵ O movimento de integração das universidades da Região Norte já havia se iniciado na década de 70, através de iniciativa dos Reitores, com a criação do Protocolo de Integração das Universidades da Amazônia Legal - PIUAL, em 1979.

⁶ Universidade do Amazonas, 1986 (mimeo).

atitude de troca é essencial para a construção da universidade inserida no contexto regional.

- o caráter interdisciplinar da extensão deve ser fomentado, de modo a propiciar a articulação dos departamentos;
- cabe ao Governo alocar recursos para as universidades realizarem suas atividades de extensão em atendimento às aspirações da sociedade e cabe a cada universidade autonomia de gestão democrática desses recursos.

Nesse contexto a relação entre as IES públicas era de fundamental importância. Assim, o grupo reunido em Manaus estabelece como meta a integração das universidades da região, recomenda a divulgação sistemática das atividades de ensino, pesquisa e extensão e cria mecanismos de intercâmbio com participação das unidades internas das IES e da sociedade, objetivando formular políticas comuns às universidades da região norte. Este grupo passa a atuar como um fórum de extensão das Universidades da Amazônia Legal e elege como eixo básico de atuação a interiorização das universidades na formação de professores dos ensinos fundamental e médio, pois os dados indicavam um número muito pequeno de professores licenciados atuando nesses graus de ensino, o que era um impedimento à própria democratização do acesso à educação nesses Estados. A interiorização foi a linha mestra para produzir um trabalho conjunto das universidades que desse uma feição regional a uma ação universitária.

Na Universidade Federal do Pará, encontrava-se, à essa época, em fase de implantação, o seu Projeto de Interiorização, com a criação de quarenta cursos de graduação em oito *campi* universitários instalados em municípios pólo do Estado. Prosseguindo a articulação iniciada em Manaus, durante os primeiros meses de 1986, o grupo de Pró-Reitores

trabalhou na elaboração de um projeto comum, envolvendo todas as IES públicas da região: o Projeto Norte de Interiorização. Cada uma das universidades definiu suas metas de interiorização e implementou o projeto de forma diferenciada.⁷

Firmava-se, assim, o consenso entre os três segmentos das comunidades acadêmicas das universidades da região norte, de que a universidade não poderia ser mera repetidora de conhecimentos produzidos em outras regiões do país, mas, deveria resgatar os valores regionais, "*retirando de suas atividades de extensão subsídios para seus projetos de pesquisa e para elaboração de currículos adaptados às necessidades regionais*".⁸ Esta orientação, que reaparece como diretriz tanto no Projeto Norte de Interiorização quanto em outros documentos produzidos nessa época, na região, aponta de maneira clara e radical para a articulação entre as atividades de extensão, ensino e pesquisa.

A região nordeste é a primeira a criar formalmente um fórum de Pró-Reitores. Em abril de 1987, durante a realização do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste, em Aracaju / SE, com participação de representantes de todas as IES da região, além do Pró-Reitor de Extensão da UFMG, que participou como convidado, é criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste. Este encontro tinha como objetivo principal a implementação do Projeto CUCA - Circuito Universitário de Cultura e Arte do Nordeste. Sendo este um espaço onde os Pró-Reitores de Extensão se reuniam para discutir uma questão de interesse comum das universidades - a definição de

⁷ Da mesma forma, os Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação elaboraram o Projeto Norte de Pós-Graduação e ambos foram entregues ao Ministro da Educação, em maio de 1986, em Belém / PA.

⁸ Universidade Federal do Pará, 1985.

políticas na área cultural para as IES nordestinas - representava portanto, oportunidade propícia à criação de um fórum regional de Pró-Reitores.

A ata da sua criação e instalação registra como seus objetivos: "*contribuir para a formulação de diretrizes básicas de uma política de extensão que seja comum às Universidades da Região; gerenciar meios que possam garantir melhor integração das ações extensionistas das Universidades...*" (Fórum de Pró-Reitores de Extensão Nordeste, 1991:09).

Ainda durante o ano de 1987, no mês de setembro, realiza-se o II Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste, cujo documento final intitulou-se **Carta de Fortaleza**. Neste documento, marcado por posicionamento e diretrizes políticas, os Pró-Reitores defendem o comprometimento da universidade com a realidade regional, no sentido de constituírem em agentes de transformação social. Assevera que

"sem o trabalho extensionista, o Ensino Superior não conduz as IES ao nível de sua verdadeira dimensão social" (Fórum de Pró-Reitores de Extensão Nordeste, 1991:12)

Argumenta que a falta de institucionalização da extensão ao nível das próprias universidades, vem restringindo seu papel, e propõe estratégias de ação, internas e externas. São elas: a valorização da extensão, através de sua institucionalização a partir dos departamentos, possibilitando a realização de trabalhos interdisciplinares; o financiamento de projetos e de atividades de extensão, através de disponibilização orçamentária, além da garantia de bolsas equivalentes às de pesquisa e de iniciação científica; o estabelecimento de mecanismos de aferição do produto extensionista e de sua divulgação. Recomenda ainda a representação dos Pró-Reitores de Extensão junto ao CRUB e a criação ou reativação no MEC de um órgão

que fosse referência e apoio a uma política de extensão das IES. Esse encontro de Pró-Reitores de Extensão do nordeste recomenda o fortalecimento de fóruns regionais e aponta para a necessidade da criação de um Fórum Nacional.

Na região sudeste, alguns Pró-Reitores coordenaram ações que visavam criar oportunidade para que todas as IES públicas pudessem discutir juntas a questão da extensão e propor políticas comuns. Os Pró-Reitores de Extensão das Universidades Federal de Minas Gerais e de Juiz de Fora e o Decano de Extensão da Universidade de Brasília reuniram-se, primeiramente em Juiz de Fora e, em seguida, no Rio de Janeiro, aqui juntamente com a Pró-Reitora de Extensão da UFRJ. Ambas as reuniões, realizadas em 1987, tiveram como objetivo discutir questões específicas da extensão universitária e preparar um encontro regional que ocorreria em setembro do mesmo ano, em Ouro Preto para o qual foram convidadas todas as IES públicas do sudeste.

Tal reunião contou com a participação dos Pró-Reitores ou ocupantes de cargos congêneres da quase totalidade das universidades públicas da região sudeste, federais e estaduais. No encontro, que teve como temas o conceito, a institucionalização e o financiamento da extensão, foi criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas da Região Sudeste. As discussões conduziram à elaboração e aprovação conjunta de um documento chamado **Carta de Ouro Preto**.

Nele, o conceito de extensão assinala para uma visão da mesma enquanto

"processo educativo e cultural amplo, instrumentalizando e articulando o ensino e a pesquisa de forma indissociável (...) como uma via de mão dupla, com trânsito assegurado a docentes e

discentes, que encontrarão na sociedade a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico" (Carta de Ouro Preto, 1987:4).

Considera que, no retorno à academia, docentes e discentes submeterão esse aprendizado à reflexão teórica e, assim, será acrescentado ao conhecimento acadêmico. Valoriza a troca de saberes acadêmico e popular, apontando como consequência a construção do conhecimento mais voltado à própria realidade regional e nacional, além da apropriação do saber acadêmico pela comunidade e a participação desta na definição do papel da universidade.

Quanto à questão da institucionalização da extensão, o documento traz recomendações de orientação das ações dos Pró-Reitores nas suas respectivas instituições. Algumas delas referem-se a atribuições do setor de extensão, outras à organização interna da instituição e outras são de caráter externo. As principais delas podem ser assim resumidas: o órgão da universidade responsável pelas atividades de extensão deve cuidar exclusivamente da extensão, propondo normas e políticas, fomentando, acompanhando, avaliando e divulgando as atividades da área; esse órgão deve ter status equivalente ao dos órgãos responsáveis pelo ensino e pela pesquisa; a instituição de bolsas como uma das formas de incentivar os estudantes à participação no planejamento e execução da extensão. Recomenda que a atividade extensionista seja marco referencial para aprovação em concursos públicos nas IES e para provimento de vagas nos departamentos, e que sejam regulamentados os estágios junto aos órgãos de ensino como um instrumento através do qual se faz extensão. Do ponto de vista da atuação externa, propõe a criação na estrutura do MEC de um órgão responsável pela ação extensionista, além de buscar uma

representação formal dos Pró- Reitores de Extensão junto ao CRUB. Quanto ao financiamento, o documento recomenda que as IES façam distribuição eqüitativa de recursos entre atividades de ensino, pesquisa e extensão e que sejam buscados recursos junto a órgãos de fomento para desenvolver projetos nessa área.

Quanto à região sul, registra-se a ocorrência regular dos Seminários de Extensão Universitária da Região Sul / SEURS, já no início da década de 80, em encontros anuais que congregavam IES públicas e privadas, sendo um espaço onde se divulgava a extensão das universidades.

O primeiro deles realiza-se em Curitiba, no período de 7 a 9 de agosto de 1983, registrando dentre seus objetivos o estabelecimento de uma maior integração entre as IES da região sul, a fim de possibilitar um intercâmbio entre os interesses didático-pedagógicos das instituições e as necessidades de desenvolvimento regional. Propõe ainda o estudo de estratégias que permitam fazer da extensão universitária uma atividade pedagógica regular das IES, centrada nos departamentos e integrada com a comunidade visando acelerar o processo de desenvolvimento e realimentar o próprio sistema educacional do país (Documento Final do I Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1983, mimeo).

Dentre os temas debatidos no evento, figura na palestra de abertura a "Conceituação de extensão universitária" e na de encerramento "Política de extensão universitária do MEC". Tanto a questão da conceituação quanto a cobrança ao MEC da definição de uma política de extensão são temas presentes nas discussões acadêmicas em universidades das outras regiões do país.

Como conclusões do evento são relacionadas várias recomendações, feitas às IES, ao MEC, ao Projeto Rondon e aos reitores e dirigentes das IES da região sul. Quanto às universidades recomenda-se a elaboração de normas que estimulem a realização de atividades de extensão, com carga horária docente fixada nos planos departamentais, constituindo um dos indicadores de avaliação docente para progressão na carreira. Que as atividades de extensão sejam preferencialmente realizadas através de estágios curriculares servindo como aceleradoras do processo de desenvolvimento e do comprometimento das universidades com a realidade social do país. Recomenda-se ainda que as IES, em seu planejamento financeiro, aloquem recursos para as atividades de extensão universitária realizadas no processo didático dos estágios curriculares e a elaboração de programas estaduais conjuntos de extensão universitária. Quanto às IES que mantêm *campus avançado* aconselha-se a integração com as universidades da região onde ele está instalado (Documento Final do I Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1983, mimeo).

Os seminários regionais continuam acontecendo regularmente, congregando IES públicas e privadas, assumindo, na verdade, o caráter de um fórum de extensão universitária da região sul.

A análise dos documentos apresentados, referentes às quatro regiões, mostra que os do norte e do nordeste vêm carregados de forte apelo regional. Na região norte em torno da interiorização das universidades públicas, em ações de qualificação de professores para os ensinos fundamental e médio, e na região nordeste, em torno do eixo da cultura. Ambas, trazem como temas o resgate dos valores da cultura e do saber regionais indicando, possivelmente, a afirmação de sua identidade baseada

em valores locais, em contraposição aos valores transplantados do sul do país, através de diversos meios. Os documentos das regiões sudeste e sul não se caracterizam por um cunho regional tão forte, trazendo, no entanto, a marca do compromisso com a sociedade local. É interessante observar que, sendo a universidade a instituição que, por natureza, trata do universal, são os Pró-Reitores de Extensão que trazem para seu interior a discussão da questão regional. E este direcionamento vem em decorrência da questão mais ampla, que constitui o compromisso social da universidade com a comunidade na qual encontra-se inserida.

Constata-se que havia já o entendimento entre os participantes desses grupos de que era necessário que os Pró-Reitores de Extensão de todo o país pudessem conversar, trocar experiências e informações. Assim, nos dias 4 e 5 de novembro de 1987 realiza-se, em Brasília, promovido pela UNB, o **I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**, com a participação de representantes de trinta e três universidades públicas, federais e estaduais. Neste evento cria-se o **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**, estruturado com uma Coordenação Nacional e cinco Coordenações Regionais, respectivamente: Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Define-se que a coordenação provisória do Fórum seria colegiada, formada por cinco Pró-Reitores de cada uma das regiões do país⁹.

Ao final do Encontro elabora-se o Regimento do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, discutido durante as reuniões regionais e posteriormente aprovado em plenária,

⁹ O Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Região Centro-Oeste é criado posteriormente. Encontram-se referências da realização do I Encontro de Extensão das Universidades Públicas do Centro-Oeste, em 30/10/89, dois anos após a criação do Fórum Nacional.

realizada em 24 de maio de 1988, durante o II Encontro, em Belo Horizonte.

Os objetivos definidos no Regimento do Fórum podem ser agrupados em três linhas amplas: a formulação de políticas e diretrizes de atuação na área de extensão universitária visando a articulação e o fortalecimento das ações entre as IES públicas, em níveis regional e nacional; a articulação com órgãos como o CRUB, os Fóruns de Pró-Reitores de Ensino e de Pró-Reitores de Pesquisa e de Pós-Graduação¹⁰, além de contato com órgãos governamentais e da sociedade de modo geral; a divulgação das atividades de extensão realizadas pelas universidades públicas. Todos estes objetivos derivam da **proposta central da criação do Fórum Nacional que é a elaboração da política de extensão para as IES públicas brasileiras.**

Este regimento é reformulado em 1992, no item Funcionamento, mantendo-se inalterados os demais. A versão aprovada em 1988 estabelecia que os Coordenadores Regionais seriam eleitos durante a reunião anual ordinária, dentre os membros da região e que o Coordenador Nacional seria eleito pelos regionais, dentre seus pares. Isto implicava em que o Coordenador Nacional necessariamente seria um dos Coordenadores Regionais e, numa questão que contrariava todo o fundamento de articulação coletiva e democrática da criação e atuação do Fórum, que era o fato de somente os coordenadores regionais votarem na eleição da Coordenação Nacional.

O novo regimento aprovado em reunião plenária do Fórum, realizada em 24 de abril de 1992, durante o VI Encontro Nacional, em Santa Maria /

¹⁰ Embora o Regimento do Fórum de Pró-Reitores de Extensão faça referência ao "Fórum de Pró-Reitores de Ensino", este só vem a ser criado, em 15/09/88, durante realização do VI Encontro Nacional de Pró-Reitores de Graduação, em Ouro Preto, com o nome de Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação, composto por Universidades Públicas e Privadas e Instituições Isoladas Públicas de Ensino Superior.

R.S., cria a figura do Sub-Coordenador e a Secretaria Executiva, estabelecendo que a eleição do Coordenador Nacional seja feita durante a reunião anual ordinária dentre todos os membros natos e por todos eles presentes. Muda também o procedimento para eleição dos Coordenadores Regionais. Estes, passam a ser eleitos nos encontros regionais e empossados na reunião anual ordinária do Fórum Nacional. Exclui ainda o acúmulo de funções nos níveis regional e nacional, estabelecendo que, caso o Coordenador Nacional eleito seja um Pró-Reitor em exercício de uma Coordenação Regional, o mesmo será substituído pelo respectivo Subcoordenador.

A criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão se deu, em função de uma necessidade institucional. No sistema de ensino superior público do país, as atividades de ensino- seja de graduação ou de pós-graduação - e a pesquisa, contavam com políticas próprias, com financiadores e interlocutores institucionais, seja no MEC ou no Ministério de Ciência e Tecnologia. A extensão realizava-se de forma bastante diferenciada nas universidades, carecendo de institucionalizar-se internamente. Além disso, não contava com uma política nacional que estabelecesse diretrizes gerais para seu desenvolvimento, nem com financiamento para suas atividades, e nem mesmo com interlocutores formais no MEC.

Neste sentido, a principal questão para o Fórum será a elaboração de políticas de extensão para as universidades públicas brasileiras. Na sua criação já estão estabelecidas como consenso entre seus membros participantes, questões fundamentais para a formulação de diretrizes políticas. O entendimento para a definição dessas políticas se daria baseado

nessas idéias consensuais que podem ser apreendidas nos documentos dos fóruns regionais. São elas:

- função social da universidade, entendida como compromisso da instituição pública na busca de soluções para os graves problemas sociais que afligem a grande maioria da população. A extensão é vista como instrumento básico para realizar a função social da universidade;
- institucionalização da extensão, seja ao nível interno das próprias universidades, seja ao nível do MEC;
- indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão como componentes do processo acadêmico;
- o caráter interdisciplinar da atividade extensionista a ser incentivado;
- financiamento da ação extensionista nas IES públicas como responsabilidade governamental, garantida a autonomia das instituições;
- importância do processo de troca entre os saberes acadêmico e popular na produção do conhecimento¹¹.

A análise da atuação do Fórum, em sua fase de criação, baseada apenas no estudo dos documentos produzidos à época, permite apreensão tão somente dos consensos, que resultaram de uma ação coletiva voltada ao entendimento para a definição de políticas de atuação. Não sendo possível conhecer os interesses individuais, subjetivos, dos quais os atores precisaram abrir mão para chegar ao consenso. Neste sentido, foi necessário complementar informações em fontes orais, através de entrevistas com Pró-Reitores que tiveram participação ativa na criação do Fórum. O relato destes participantes confirma que o clima entre os Pró-Reitores à época era de extrema cooperação, favorável ao entendimento.

¹¹ Ver Saviani, 1984:61

3.3- Como o Ator se Constitue

Neste item procura-se abordar como o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão se constitui enquanto ator social, desde quando o movimento social cria a organização, e como ela se fortalece no processo de construção do entendimento nos Encontros Nacionais e seus desdobramentos. O processo indica que se trata de um ator ainda em construção, que apresenta fragilidades e incoerências.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas caracteriza-se como uma comunidade de comunicação, composta por sujeitos capazes de linguagem e ação, ou seja, capazes de falar e agir. Sujeitos que se aceitam e se reconhecem como interlocutores. Em seus doze anos de atuação, vem se constituindo como um ator que tem o entendimento linguístico como mecanismo de coordenação de sua ação.

Estrutura-se com uma Coordenação Nacional e cinco Coordenações Regionais, respectivamente Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. O relacionamento formal entre os componentes do Fórum segue o fluxo de correspondência da Coordenação Nacional para as Regionais e destas para os demais Pró-Reitores de IES públicas. Os Encontros Nacionais e Regionais constituem espaço privilegiado onde discutem-se diretrizes políticas e estratégias de ação. Os temas das reuniões nacionais são discutidos preliminarmente nas reuniões regionais, com a recomendação de que se produzam documentos consensuais que representem o entendimento ao qual cada grupo chegou.

Assim, os atores individuais buscam entender-se sobre uma situação de ação, para poder então, coordenar de comum acordo seus planos de ação

em suas respectivas instituições. Negociam aspectos da situação suscetíveis de consenso. Quando se fala, por exemplo, na necessidade da institucionalização da extensão nas universidades, todos os Pró-Reitores estão de acordo. Quando se fala, no entanto, em aproveitamento das atividades de extensão realizadas pelos estudantes para efeito de integralização curricular, o Fórum não chega a um consenso sobre a forma como isto deverá se processar. Fica, portanto, o princípio como entendimento alcançado e a operacionalização do mesmo como deliberação a ser tomada em cada instituição, de acordo com suas especificidades.

O Fórum nasce de uma necessidade institucional. Cria-se o Fórum para interferir na política acadêmica. Internamente, nas IES públicas, os Pró-Reitores de Extensão sentem a necessidade de abrir espaço para a atividade extensionista, numa disputa de poder com outras atividades como a pesquisa e a pós-graduação, tradicionalmente detentoras de maior prestígio no meio acadêmico. A ação extensionista vinha desenvolvendo-se de forma extremamente diversificada de uma instituição para outra, sendo necessário que se fizessem reflexões sistemáticas no sentido de conceituá-la, delimitá-la e orientar sua institucionalização. Ao nível do MEC, era necessário criar um canal de interlocução para a extensão, da mesma forma que as outras atividades acadêmicas, que facilitasse a sua institucionalização e garantisse recursos para sua execução.

Havia já um movimento dos Pró-Reitores, mesmo que ainda de forma incipiente, constatado através da realização de reuniões regionais ou inter-regionais, troca de correspondência e visitas às universidades, que objetivavam discutir a extensão universitária nas IES públicas brasileiras. Este movimento cria a organização - o Fórum - com a intenção de interferir

na realidade, de produzi-la, de orientar a ação extensionista desenvolvida nas universidades e de elaborar políticas de extensão em nível nacional.

A análise de Nilson Pinto de Oliveira / UFPA, um dos articuladores da criação do Fórum, sobre este processo, pode ser apreendida de alguns trechos pinçados de sua fala:

“Quando nós criamos o Fórum não queríamos que aquele movimento fosse um movimento que se isolasse da vida da universidade como um todo. Pelo contrário, o próprio conceito de extensão que nós desenvolvemos tinha tudo a ver com o envolvimento do ensino, da pesquisa com as questões gerais da sociedade (...) Era a criação de um Fórum que discutisse as questões relevantes da extensão, com a pretensão de influenciar claramente o ensino e a pesquisa (...) O clima entre os Pró-Reitores era de absoluta cooperação (...) todo mundo estava consciente da necessidade da universidade se reposicionar (...) a extensão não poderia ser aquela atividade desenvolvida em 5% de carga horária livre de alguns professores. Mas que a extensão era uma ação que decolava e integrava, articulava o ensino e a pesquisa, trazendo-os cada vez mais para perto da realidade. E havia mesmo, pela maior parte dos Pró-Reitores, o entendimento de que se nós conseguíssemos que a universidade fizesse um ensino e uma pesquisa de tal forma articulada com a sociedade, a extensão deixaria de existir como função da universidade”¹².

A criação do Fórum Nacional é feita por grupos que tinham interesses comuns, mas também interesses divergentes. A análise dos

¹² Entrevista concedida à autora em julho / 1998. Observe-se que esta última idéia reaparece no IV Encontro, 1990 e em BOTOMÉ, 1996.

documentos que registram os encontros regionais de Pró-Reitores de Extensão que antecederam o I Encontro Nacional quando se criou o Fórum, permite apreender quais eram os pontos defendidos nas regionais e que foram assumidos como consenso em nível nacional. Ao mesmo tempo, permite verificar que interesses defendidos pelos grupos ficaram fora das diretrizes nacionais. Portanto, de que interesses os atores individuais precisaram abrir mão para se entenderem.

Os documentos finais das reuniões das regiões norte, nordeste e sudeste que antecederam a criação do Fórum defendem o compromisso social da universidade, a institucionalização da extensão, nas IES e no MEC, a indissociabilidade entre as atividades de ensino, extensão e pesquisa e o financiamento das ações de extensão. Norte e sudeste defendem a troca de saberes acadêmico e o popular, o norte defende ainda a interdisciplinaridade e o nordeste propõe a criação do Fórum Nacional. Todos estes princípios e propostas são contemplados nos documentos iniciais do Fórum. A autonomia e a avaliação que eram defendidas, respectivamente, nos documentos da região norte e nordeste, são contempladas em documentos posteriores. Portanto, o entendimento se deu em torno de basicamente todas as propostas regionais.

Que interesses regionais, portanto, ficaram de fora do consenso nacional? Bem poucos. Resumem-se, na verdade, às propostas de atuação regional das IES, colocadas pelas regiões norte e nordeste. Estas, não chegam a ser contempladas nos documentos iniciais do Fórum Nacional, mas aparecem em documentos posteriores, em propostas ligadas à interiorização das universidades, mas não permanecem enquanto consenso nacional. Isto, no entanto, não representa perda, pois o Fórum tem sempre defendido a unidade das universidades respeitando sua diversidade.

Trecho publicado no Boletim de nº 5, de outubro de 1994, confirma esta análise. O Editorial considera que o Fórum está maduro, tendo ao longo dos anos se transformado em um canal positivo da ação articulada e unitária dos Pró-Reitores. E ainda: "*Definimos melhor o seu papel e a sua ação, compreendemos as diferenças regionais e as existentes entre cada universidade, para podermos ter uma política de unidade sem interferências e com participação*" (Boletim Nº 5, 1994).

O fato do discurso da ação regional das IES estar presente na fala de representantes das universidades do norte e nordeste, de forma ainda mais radical nos da região norte, e em documentos por eles produzidos permite uma análise. Ao firmar a posição de que as universidades da região devem estar comprometidas na busca da solução de problemas vividos pela população e de que, juntas, devem formular políticas comuns de atuação¹³, e ao propor a interiorização das ações das IES nas atividades de extensão, ensino e pesquisa¹⁴, as universidades fazem uma opção política e declaram uma disposição em ocupar um espaço que vinha, nos últimos anos, sendo ocupado por instituições de outras regiões do país.

Neste sentido, pode-se dizer que este conjunto de propostas constituía, por um lado, uma reação das universidades da região que mais sofreu a ação do expansionismo das universidades do sul e do sudeste, através dos programas do Projeto Rondon. O documento produzido no IV Seminário de Extensão das Universidades da Região Norte, realizado em Manaus, no período de 09 a 12 de novembro de 1987, faz algumas recomendações com relação ao Projeto Rondon e aos *campi* avançados instalados na Amazônia, que confirmam esta análise. Propõe-se uma avaliação ampla que contemple

¹³ Universidade do Amazonas, Sub-Reitoria de Extensão, 1986 (mimeo).

¹⁴ Universidade do Amazonas, 1987(mimeo).

dentre outras questões: o estudo da possibilidade das IES amazônicas assumirem os *campi* avançados mantidos na região pelo Projeto Rondon; no caso de permanência de IES de outras regiões nos *campi* da Amazônia, que sua atuação seja discutida e realizada de forma conjunta com as IES locais; que o Projeto Rondon tenha como base de sua atuação nos *campi* avançados da Amazônia o Projeto Norte de Interiorização.

Por outro lado, não se pode analisar a questão das propostas das IES da Amazônia para a ação extensionista, apenas sob este aspecto. Elas se inserem num contexto mais amplo, em nível nacional, consonantes com propostas dos movimentos docente, técnico-administrativo e discente, de defesa da universidade pública, comprometida com a sociedade na qual está inserida.

Esta posição em defesa de interesses regionais tampouco significa alguma forma de dissenso ou desacordo com as diretrizes gerais do Fórum Nacional. O IV Seminário de Extensão das Universidades da Região Norte que ocorre três dias após o I Encontro Nacional, em seu documento síntese, intitulado “Recomendações”, reproduz o conceito de extensão e subscreve o documento final do I Encontro Nacional.

No Fórum Nacional, os Pró-Reitores regulam seu comportamento por normas de conduta aceitas pelo grupo, entendem-se sobre fatos, através de fala constativa e expressam subjetivamente suas vivências. As diretrizes políticas são estabelecidas através de proposições – fala constativa – discutidas em plenário, e depois assumidas consensualmente pelos componentes. A expectativa dos membros é de que as críticas se façam às idéias a aos argumentos e não aos proponentes.

As propostas do Fórum são feitas com base em uma realidade comum: a universidade pública. Mas, esta realidade comum que constitui o mundo

objetivo é intersubjetivamente construída. Ela se articula com o mundo social através das regras que o grupo segue. Ao mesmo tempo, os componentes deste grupo tem experiências e vivências diferenciadas, em função da própria especificidade das IES e das diferentes atividades de extensão por elas desenvolvidas.

A questão da objetividade só pode ser colocada porque o mundo é considerado um e o mesmo pelos participantes do movimento social. Isto quer dizer que é no conjunto das considerações que os membros do Fórum vão dizer o que é objetivo. O conceito de objetividade é assim, subjetivamente construído. É no encontro, é no diálogo que os Pró-Reitores vão dizer o que é o mundo objetivo; a objetividade está no entendimento.

Há um mundo da vida, intersubjetivamente compartilhado pelos Pró-Reitores. As questões propostas como temas de discussão vão originando diretrizes de ação construídas coletivamente. Assim, eles vão construindo uma realidade objetiva e pretendem, não apenas o consenso, mas o reconhecimento da validade dessas diretrizes pela comunidade acadêmica, ao nível de cada instituição e ao nível nacional.

Os Pró-Reitores organizam seus encontros porque eles precisam se entender. Não por suas intenções individuais, embora eles as tenham. O que antecipa o encontro é, de fato, a vontade de se entender. O que precede é a disponibilidade para alcançar o objetivo principal: o entendimento. E, neste processo, o Fórum vai se constituindo como um ator social. Nas discussões ele gera seus temas que serão problematizados, defendidos e refutados através de argumentos. Ele gera seus conflitos e tenta resolvê-los através do consenso. Precisa identificar quem são seus adversários, quem são seus aliados, o que ele precisa combater e com quem poderá fazer alianças. O Fórum não tem somente projetos coletivos; em seu meio

surgem também projetos individuais. E o ator se posiciona quanto aos projetos individuais, pois alguns deles são assumidos como projetos coletivos e outros são refutados pela força dos argumentos.

O Fórum tem idéias que permanecem, como as diretrizes políticas baseadas em princípios que se confirmam no discurso e nos documentos deste ator social. Mas ele tem idéias que desaparecem, outras que reaparecem. Ele tem temas recorrentes. Tem temas que foram problematizados e sobre os quais se chegou a um consenso e, os discursos posteriores o confirmam. Este é o caso, por exemplo, dos princípios da interdisciplinaridade e da indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Outros temas, no entanto, voltam sempre a ser problematizados nos encontros do Fórum, como é o caso da avaliação da extensão, questão que já foi tema de dois Encontros Nacionais, precedidos dos respectivos Regionais e o Fórum, em seu XV Encontro, volta a se debruçar sobre ele. Isto parece indicar que, mesmo alcançado o consenso sobre o tema, há dificuldade na operacionalização das diretrizes.

O Fórum é um espaço de comunicação. A racionalidade comunicativa que orienta a atuação dos seus membros pode ser percebida pela capacidade da fala argumentativa de unir os participantes sem coação e possibilitar o entendimento entre eles no estabelecimento de diretrizes políticas de ação. Neste sentido, é procedente citar a análise da Prof. Maria Izabel Lopes / UEMA, sobre a criação do Fórum:

“O processo de constituição do Fórum ocorre em meio aos questionamentos que vinham surgindo no interior da universidade em que seus segmentos buscavam (e ainda buscam) uma nova proposta para o momento cultural e político porque passa o país. Este processo não se deu sem muitas discussões e incertezas (...) Ao longo deste

últimos anos, num esforço de âmbito nacional, vimos forjando um novo projeto para a universidade e conseqüentemente, repensando a extensão. Não há consenso sobre sua prática, mas há uma disposição em discuti-la" (Lopes,1990:76)

O Fórum parece cumprir as condições para que ação comunicativa ocorra. Seus encontros nacionais e regionais são organizados de tal forma que todos os seus membros podem falar, sem constrangimentos, expondo suas idéias, apresentando seus argumentos e aceitando ou refutando as manifestações dos demais participantes. O nível de confiança entre seus membros, todos Pró-Reitores de Extensão, ou ocupantes de cargos congêneres, facilita a segunda condição que é reconhecer os participantes enquanto interlocutores válidos e falar a verdade. Por último, os participantes atuam de acordo com as normas consideradas válidas pelo grupo, sem coações.

No desenrolar das reuniões, no entanto, ocorre, por vezes, em função da premência de tempo, limitação de duração da fala de um ou outro participante. Por vezes, uma fala extremamente longa provoca reações de impaciência nos ouvintes. Outras falas não provocam nenhuma reação por parte dos ouvintes, demonstrando talvez a fragilidade da idéia ou do argumento. Percebe-se ainda uma certa diferença na fala dos veteranos e dos novatos. Pode-se inferir que o fato dos veteranos se conhecerem e a participação conjunta em reuniões ter permitido o aparecimento de uma confiança recíproca, facilita por vezes, uma expressão mais segura por parte deles.

Entende-se que os consensos entre os Pró-Reitores de Extensão, no Fórum Nacional, são resultado de uma ação coletiva mobilizada pelo entendimento e esses consensos tem a função de estabelecer políticas de

extensão, diretrizes de atuação. E, todos os princípios e diretrizes políticas estabelecidos pelo Fórum foram inicialmente colocados como tema de discussão e, através de argumentos de seus participantes constituíram-se em acordos alcançados comunicativamente.

Sabe-se, no entanto, que a ação voltada ao entendimento não é comum na prática cotidiana. A comunicação é em geral, frágil e difusa, e seus acordos precisam sofrer revisões constantes. Assim, percebe-se que nem todos os consensos alcançados pelo Fórum são estáveis. Eles são revistos e reafirmados nas ações que caracterizam os desdobramentos dos Encontros Nacionais, por vezes através de correspondências ou diretrizes de ação para os Pró-Reitores, que confirmam o acordo.

Cria-se o Fórum tendo como uma de suas metas a articulação com toda a comunidade acadêmica e a interlocução com o Governo e a sociedade, de modo geral. Registram-se ao longo de sua trajetória várias ações nesse sentido, junto aos Fóruns Nacionais de Pró-Reitores de Graduação, de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, CRUB, Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, Associação Brasileira de Universidades Estaduais e Municipais - ABRUEM, Ministérios da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Trabalho e outros.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão é um ator em construção. Ele hoje é reconhecido no meio acadêmico e na esfera da administração federal como um interlocutor. Em suas reuniões formais tem sido usual representantes de programas desenvolvidos por diversos Ministérios, solicitarem espaço para expor seus programas e propor que o Fórum seja o intermediador, ou mesmo assuma o desenvolvimento dos respectivos projetos em suas universidades. A título de exemplo citam-se o Programa

Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - PRONAICA , o Programa Nacional de Reforma Agrária - PRONERA, o Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA , PROCON, IBGE, Instituto Euvaldo Lodi - IEL, etc.

É também um ator que sofre pressões. Ao se posicionar frente às pressões externas, se fortalece enquanto ator. Uma das principais pressões que o Fórum vem sofrendo ao longo de seus doze anos de constituição, é por parte de universidades e faculdades particulares, pela sua inclusão no Fórum. Registre-se que o último pedido formal neste sentido, encaminhado pela presidência do CRUB, foi votado em assembléia, durante a realização do X Encontro Nacional, em 1997. A posição unânime dos Pró-Reitores foi de recusar o pedido e reafirmar a composição do Fórum exclusivamente de IES públicas.

Sendo um ator em construção, o Fórum apresenta fragilidades. A principal delas está ligada à sua renovação. O processo administrativo acadêmico, com mandatos de duração definida, conduz a um rodízio entre os componentes do Fórum. Se, por um lado, esta renovação possibilita novas idéias e novas formas de interpretação, por outro lado, promove a descontinuidade no trabalho do ator. Há sempre um recomeço, as diretrizes consensuais precisam ser retomadas periodicamente. A maior dificuldade, neste sentido, parece ser o repasse das informações dentro das próprias IES, dos Pró-Reitores para seus sucessores. Como consequência disso, temas já problematizados no Fórum, já discutidos e sobre os quais já se chegou a um consenso, por vezes retornam. Este foi o caso de um documento produzido em uma reunião regional, que antecedeu o IV Encontro Nacional e que se refere à extensão como componente do "tripé" que sustenta a universidade; ou o caso do Pró-Reitor que argumentou em favor da entrada das IES

particulares no Fórum de Pró-Reitores de Extensão, durante reunião regional, que antecedeu o XV Encontro Nacional.

Outra fragilidade pode ser percebida com relação à atuação dos Pró-Reitores em suas respectivas universidades. A expectativa do Fórum é de que seus membros atuem em suas instituições no sentido de divulgar as decisões do Fórum, de defender e assumir a implantação da política proposta, seja internamente, seja na discussão com parceiros do sistema público em suas diversas esferas e a sociedade de modo geral. Na realidade, não se percebe este desempenho por parte de todos eles.

Analisando a atuação do Fórum desde sua criação, pode-se dizer que ele vem se constituindo. Nos encontros, nas reuniões, nos embates com setores do MEC, na busca de recursos em vários Ministérios, na definição de diretrizes, na tentativa de implantação das mesmas, nas alianças, na solução dos conflitos. Ele tem demonstrado ter consciência de que precisa interferir na política acadêmica. Há momentos em que consegue um pouco mais, outros menos. Depende de sua força de articulação e dos interlocutores, especialmente no MEC. No entanto, do ponto de vista da análise do movimento social importa mais o quanto o ator social se estruturou e se constituiu, do que os resultados obtidos.

Na tentativa de mostrar como o Fórum se constitui enquanto ator social, aborda-se nos itens seguintes como o Fórum atua: a ação dos seus componentes na implantação das diretrizes definidas nos Encontros Nacionais, o relacionamento do Fórum com o MEC e outras relações interinstitucionais do Fórum.

3.3.1 Como o Fórum atua: os atores criam a própria história

Com base nos dados apresentados a seguir, pretende-se mostrar como o Fórum atua. A partir da ação dos atores individuais - Pró-Reitores de Extensão - em suas instituições, da atuação dos fóruns regionais e do Fórum Nacional, este ator social constrói a sua própria história. A ênfase é dada na ação, deixando o conteúdo dos encontros, que constituem as diretrizes políticas, para ser analisado no capítulo seguinte.

Que desdobramentos podem ser registrados logo após a criação do Fórum?

O Documento Final do I Encontro foi encaminhado ao MEC / SESU, a outros ministérios e órgãos financiadores. Os Pró-Reitores retornaram para suas instituições com o compromisso de divulgar as conclusões do Encontro, promovendo ampla discussão nos meios acadêmicos sobre a concepção de extensão nele elaborada, com o compromisso também de intervir na estrutura organizacional da universidade no sentido de promover a institucionalização da extensão, seja na sua representação em órgãos colegiados superiores, seja na criação de fundos institucionais para financiamento de suas atividades ou outras ações que se fizessem necessárias.

Pode-se avaliar que o Fórum, de imediato, alcançou muito pouco em termos de aporte de recursos financeiros, ou mesmo, na tentativa de redirecionar as ações do MEC. No entanto, a sua criação e atuação teve alcances bastante significativos à medida que impulsionou o redimensionamento das ações nas universidades. Antes da sua criação, cada universidade conduzia essa ação à sua moda. A partir desse entendimento nacional, da observação do que outras universidades faziam, da troca de

informações, ficou mais fácil identificar prioridades, definir metas. A atuação do Fórum deu certa unidade às ações extensionistas das IES e fortaleceu-as dentro das instituições.

Após a criação do Fórum Nacional, ao final do ano de 1987 e início de 1988 ocorrem vários encontros locais e regionais, promovidos por dirigentes de órgãos de extensão das universidades, todos comprometidos com as propostas do I Encontro Nacional:

a) No período de 09 a 12 de novembro/87 realiza-se, em Manaus, o IV Seminário de Extensão Universitária da Amazônia. O documento produzido no evento, chamado “Carta de Manaus”, subscreve o conceito de extensão elaborado no Encontro Nacional, enumera ações no sentido da sua institucionalização, reafirma a proposta de interiorização das universidades da região, propondo diretrizes para a articulação interinstitucional e financiamento das atividades de extensão. O encontro tratou ainda da questão do Projeto Rondon e os *campi* avançados além de formular diretrizes de atuação para as universidades nas áreas da saúde, cultura, educação, trabalho e tecnologia.

b) Em 13 de janeiro de 1988 a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá no documento intitulado “Estudos Conclusivos do Grupo de Trabalho de Extensão” registra o compromisso da instituição com os interesses fundamentais da população e suas demandas, colocando a universidade como agente responsável pelo processo de mudança da sociedade. Destaca a função da ação extensionista no sentido de provocar mudanças no ensino e na pesquisa, devendo ser entendida como prática de confronto com a sociedade no cotidiano. Define-se uma política básica de extensão, seus objetivos, estratégias, além de procedimentos relativos à revisão da

legislação, à institucionalização e ao financiamento na universidade. Tais propostas balizam-se na política estabelecida pelo Fórum.

c) Em maio de 1988 ocorrem os encontros regionais, em preparação para o segundo encontro nacional, cuja pauta foi previamente encaminhada para discussão. O II Encontro de Pró-Reitores de Extensão da Região Sudeste ocorre no Rio de Janeiro sendo produzido um documento síntese, que remete para a reunião nacional a discussão de questões sobre as quais não se chegou a um consenso.

O Encontro de Pró-Reitores de Extensão da Região Sul fez uma avaliação do I Encontro Nacional e dos seus encaminhamentos, considerando as definições deste evento como ponto de partida para uma nova prática universitária, constatando-se, no entanto, a existência de uma certa dificuldade em trabalhar na direção de uma efetiva articulação entre ensino e pesquisa.

Realiza-se em Terezina o III Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Região Nordeste que produziu um documento dando ênfase às questões da relação extensão / pesquisa como parte de um processo capaz de contribuir para a transformação da sociedade; da relação extensão / estágio curricular, considerado este como o mais adequado instrumento para viabilizar a extensão na universidade brasileira, além da discussão do conceito de sala de aula.

O Documento Final do II Encontro Nacional representa uma síntese das propostas regionais, em especial da região nordeste, cujo documento foi incorporado quase integralmente. Encerrado o evento, a Coordenação Nacional – que até aquele momento era formada pelos Coordenadores Regionais - reuniu-se ainda em Belo Horizonte, com os objetivos de

analisar o II Encontro, definir providências sobre os encaminhamentos por ele propostos e eleger o Coordenador Nacional.

A análise do Documento Final do II Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas e do Relatório da Reunião da Coordenação do Fórum Nacional permite algumas conclusões. Os Pró-Reitores coordenaram a sua ação visando a divulgação e a consolidação da proposta política de extensão universitária elaborada por ocasião da criação do Fórum. O II Encontro confirma e amplia, de forma coerente, as diretrizes originais, especialmente quanto ao compromisso social da universidade e ao papel da extensão enquanto articuladora do ensino e da pesquisa. Avança numa concepção crítica da sala de aula e na discussão do estágio curricular.

A avaliação do encontro feita pela Coordenação Nacional demonstra a preocupação em assegurar aos participantes conhecimento preliminar de textos referenciais sobre os temas a serem discutidos nos encontros seguintes, bem como das conclusões dos encontros regionais. Definem-se os encaminhamentos, privilegiando a comunicação e articulação entre os membros do Fórum, estabelecendo medidas operacionais nesse sentido, além de reafirmar as propostas de integração com outros fóruns de Pró-Reitores e com o CRUB.

O ano de 1989 inicia-se com forte movimentação no cenário político nacional em função da eleição presidencial que ocorreria depois de um intervalo de quase 30 anos. O primeiro semestre letivo é marcado por um longo período de greve nas IFES em um movimento que atingiu docentes, servidores técnico-administrativos e discentes, o que dificultou a realização das atividades acadêmicas, dentre elas, a ação das Pró-Reitorias de Extensão.

Do ponto de vista da atuação dos Pró-Reitores de Extensão o que se constata nos documentos é que apesar do movimento de paralização foram realizados, seguindo orientação emanada do II Encontro Nacional, vários encontros regionais, privilegiando a divulgação de experiências de extensão desenvolvidas pelas universidades, além de se processarem as discussões preliminares da pauta oficial do Encontro seguinte.

O ano de 1990 foi marcado por incertezas e apreensões para as universidades brasileiras. O Governo Collor que é empossado tomando medidas nunca antes vistas no setor econômico, parecia eleger o funcionalismo público como o maior responsável pelos desajustes financeiros do país e em especial as universidades federais como as grandes vilãs do gasto público. Nesta conjuntura, durante o primeiro semestre ainda foi possível ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão coordenar algumas ações, articuladas em nível nacional. Foi elaborado um cadastro de agentes financiadores para projetos de extensão e distribuído a todas as IES participantes do Fórum; foram realizados os encontros regionais, alguns dos quais já começavam a acenar para questões como a necessidade de troca, entre as IES, da produção sobre extensão universitária ou criação de um instrumento de publicação e divulgação da extensão, sendo ainda realizado o IV Encontro Nacional.

Os encaminhamentos deste evento, no entanto, sofreram atrasos tendo em vista o fato de que, nas palavras do Prof. Alex Fiúza de Melo / UFPA, Coordenador Nacional do Fórum à época a sua conclusão coincidiu com o aprofundamento da crise das universidades públicas brasileiras, que precisaram concentrar esforços no sentido de impedir que a política de demissões em massa no serviço público federal as atingisse.

Já o ano de 1991 é marcado por intensa atuação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, tanto na articulação entre as universidades visando reflexão e produção conjunta sobre extensão universitária, quanto em ações junto ao MEC / Secretaria Nacional de Ensino Superior - SENESu, à Secretaria Nacional da Cultura da Presidência da República, ao CRUB e à ANDIFES.

Durante o V Encontro, que acontece num período de greve nas universidades públicas, os Pró-Reitores reunidos, aprovam um documento intitulado Declaração de São Luiz, no qual reafirmam o desafio da universidade de resistir juntamente com outros setores da sociedade, para ter a garantia da produção e difusão do saber científico, humanístico e tecnológico e do desempenho da sua função na construção da cidadania. Cobram uma atuação mais enérgica do Congresso enquanto poder autônomo garantindo o cumprimento de orçamentos e da Constituição. Cobram também, do Executivo Federal a explicitação de a quem está servindo "*com sua grotesca versão de modernidade*" (Declaração de São Luiz, 1991).

Durante o evento são feitas algumas recomendações que indicam necessidade de mudanças operacionais no funcionamento do Fórum, tais como a escolha dos coordenadores regionais nas reuniões específicas e o estudo do regimento com vistas a uma nova discussão. Recomenda-se ainda o estreitamento de relações com outros fóruns, com o CRUB, a ANDIFES e a ABRUEM.

No decorrer do segundo semestre de 1991, a Coordenação Nacional, seguindo deliberações do V Encontro, concentrou esforços em três ações básicas. Junto à Secretaria Nacional de Cultura, numa proposta de abertura de diálogo sistemático o Fórum apresenta um programa de apoio às

editoras universitárias e outro de Bolsas de Arte, solicitando financiamento para ambos. Junto ao MEC/SENESu, as propostas do Fórum direcionavam-se à criação do Programa Nacional de Bolsas de Extensão e à liberação de verbas para projetos de alfabetização e integração do ensino superior com o ensino de 1º e 2º graus. A terceira ação consistia na elaboração do diagnóstico da extensão universitária brasileira.

Quanto ao programa de apoio às editoras universitárias, às bolsas de artes e de extensão, não se obteve liberação de recursos como programas institucionais. No entanto, do ponto de vista do fortalecimento do Fórum enquanto ator social, essas ações tiveram um aspecto positivo, pois provocaram um processo de articulação entre as coordenações regionais, as respectivas universidades integrantes, a Coordenação Nacional e os Ministérios envolvidos. A liberação dos recursos para projetos de alfabetização e integração com o ensino de 1º e 2º graus, processou-se de acordo com normas já estabelecidas pelo MEC para os respectivos programas.

Quanto ao diagnóstico da extensão universitária, ele foi realizado pela Coordenação Nacional do Fórum. O levantamento de dados e a sistematização de informações sobre extensão universitária nas IES públicas brasileiras constituiu, no entender dos organizadores, um dos passos numa nova fase do Fórum que pretendia ser um espaço para a produção de estudos e de projetos de caráter nacional em benefício da universidade brasileira. Embora se considerasse a realização do diagnóstico sobre extensão universitária brasileira como necessário à *"reflexão crítica sobre esta dimensão da vida acadêmica, no sentido de instrumentalizar o seu planejamento"*¹⁵, o documento não apresenta o aprofundamento

¹⁵ Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, 1992b.

necessário ao alcance deste objetivo. Limitou-se a uma caracterização geral considerando número de docentes, discentes, servidores técnico-administrativos, número de unidades administrativas e departamentos por região, uma aproximação de caracterização das atividades extensionistas nas IES, restringindo-se a uma descrição ampla e a números sobre departamentos e pessoal envolvido, além do registro da apuração sobre a existência de planos de extensão nas universidades.

O diagnóstico realizado não contemplou questões básicas da política de extensão proposta pelo Fórum desde a sua criação como, por exemplo, de que forma a atividade de extensão vinha articulando o ensino e a pesquisa, que mecanismos de institucionalização da mesma foram criados e implantados nas universidades, que processos foram criados no sentido de se avaliar o atendimento às demandas sociais via atividades de extensão, questões referentes a mecanismos de financiamento das mesmas, etc. Os próprios autores, no entanto, consideraram este diagnóstico como um primeira etapa, registrando limites na consecução dos objetivos iniciais - a realização de um diagnóstico síntese da extensão nas universidades públicas brasileiras - constituídos especialmente pela insuficiência de informações e diversidade de formas pela qual vinha se realizando a extensão.

A partir da revisão do regimento do Fórum autoriza-se o Coordenador Nacional a delegar competências às Coordenações Regionais para elaborar projetos de interesse do Fórum. Este procedimento é adotado logo após a realização do VI Encontro, quando as coordenações das regiões nordeste, sudeste, sul e centro-oeste recebem delegações de competência para tratar respectivamente da elaboração de um Banco de Dados sobre a extensão brasileira, da negociação junto à Secretaria Nacional de Cultura

do Projeto Bolsa de Arte e Cultura, da elaboração de texto básico sobre avaliação da extensão e do acompanhamento do processo sobre editoração. A atuação do Fórum concentrou-se na articulação das IES componentes, através das coordenações regionais, para reelaboração e encaminhamento destas propostas. Novamente nenhum recurso foi conseguido para bolsas nem para editoração.

Em 1993, com saldo orçamentário do Programa de Fomento à Extensão Universitária, o Fórum Nacional conseguiu executar antiga proposta, no sentido da divulgação das ações das IES públicas na área da extensão. Trata-se da edição do primeiro número do "Boletim do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras", no mês de setembro / 93. O editorial do Boletim reforça a unidade do Fórum enquanto representante da Universidade Pública, evitando a divisão entre IES Federais e Estaduais. O segundo número do Boletim é editado no mês seguinte, passando a ser publicado, posteriormente, em sistema de rodízio entre as regiões.

É interessante observar que uma das recomendações do XI Encontro Nacional, em 1997, é a criação de um boletim ou jornal do Fórum. Como desdobramento dessa recomendação, solicitam-se sugestões às IES membros, ficando a edição do mesmo sob responsabilidade da UFMG. Cria-se o "Boletim do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras", - nome idêntico ao anterior - cujo primeiro número é editado em novembro de 1997. Os outros três números são editados respectivamente em dezembro de 97, fevereiro e abril de 98. Observa-se que o Fórum toma a decisão de "criar" o Boletim, quando na verdade ele já fora criado em 1993, tendo diversos números publicados até

1995. Este procedimento pode ser entendido como desconhecimento ou desconsideração das ações anteriores do Fórum.

O período compreendido entre 1995 a 1997, é caracterizado por intensa atuação do Fórum no sentido de manter o Programa de Fomento à Extensão Universitária - PROEXTE, conforme será abordado no próximo capítulo, quando serão tratadas as políticas de extensão e ainda no item seguinte deste capítulo, quando se aborda a relação do Fórum com o MEC. Importa registrar aqui no entanto, que as universidades, através de suas Pró-Reitorias de Extensão, se unem na tentativa de obter junto ao MEC, garantias da manutenção do programa. Essa ação articulada em níveis local, regional e nacional, fortalece o Fórum enquanto ator que propõe, questiona, cobra e argumenta.

Paralelamente a essas ações no sentido de garantir a manutenção do Programa de Fomento, o Fórum prossegue sua atuação tanto na consolidação interna, procurando envolver os Pró-Reitores de cada universidade através de repasse de informações e solicitação de contribuições e sugestões, quanto externa, marcando sua posição na participação de comissões como a de avaliação institucional da ANDIFES.

Propõe-se a organização de um banco de dados e do perfil regional da extensão além da constituição de comissões temáticas, sendo as duas primeiras sobre saúde e prestação de serviços. Os "Cadernos de Extensão" passam a ser publicados regularmente como um espaço aberto para a publicação de artigos. Distribui-se ainda um questionário com o objetivo obter informações sobre as atividades culturais das IES públicas, para subsidiar a elaboração de um projeto a ser financiado pelo Ministério da Cultura visando a implantação de um circuito cultural universitário.

Na tentativa de compreender como esse ator social se relaciona, buscando apreender o processo de construção do entendimento, permeado por contradições e incoerências, é procedente registrar ainda fatos relacionados à realização de alguns encontros regionais mais recentes e seus desdobramentos, bem como orientações emanadas de reuniões nacionais.

Realiza-se em Macapá/Amapá, no mês de maio de 95 o II Seminário Regional de Extensão da Região Norte tendo como tema: "A Extensão Universitária na Amazônia: por uma política regional." Ainda no mesmo ano, no mês de setembro, realiza-se em Porto Velho/Rondônia, o III Seminário Regional de Extensão da Região Norte. Em outubro de 1995, realiza-se o XIII Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, sobre o tema "Articulação da Extensão Universitária com Políticas Governamentais Estratégicas de Desenvolvimento da Região Sul." Dentre as deliberações do Seminário estão as propostas de lançamento de dois programas para as universidades da região, um com a finalidade de buscar parcerias e financiamento para a realização de projetos de desenvolvimento sustentável e outro para estabelecimento de uma política cultural comum.

Observa-se que, com relação à região sul, o evento promovido pelos Pró-Reitores com vistas à integração e discussão das ações de extensão apresentam uma seqüência desde 1983, sendo que, em 1995, realiza-se já o XIII Seminário de Extensão da Região Sul. Quanto à região norte, a coordenação regional promove, em 1995, seminários enumerados como II e III quando, na realidade, os Encontros de Pró-Reitores de Extensão haviam se iniciado em 1985. O encontro de Macapá é apresentado como

"A Coordenação Regional Norte do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras vem

procurando desde 1993, desenvolver formas de atuação conjunta na região(...) O Seminário(...) visa a definição de uma política de extensão integrada para a Amazônia".¹⁶

A Carta de Porto Velho, elaborada no III Seminário traz como objetivo a "*continuidade à tomada de posição das Universidades da Região Norte em relação à chamada questão amazônica, considerando a excepcional oportunidade da integração das Universidades*".¹⁷

Esta descontinuidade, este sempre recomeço, desconsiderando o trabalho anterior, uma articulação em andamento, representa uma fragilidade no Fórum. Cada grupo que se diz iniciador de uma atividade que, de fato, já foi iniciada, fragmenta e enfraquece a atuação do Fórum. A ação dos Pró-Reitores, em nível local, regional, ou nacional, quando considera o trabalho anterior do Fórum, seja no sentido de sua consolidação ou no sentido de crítica e superação, contribui para o seu fortalecimento enquanto ator social.

A região centro-oeste realiza em outubro de 1995, em Brasília, o II Simpósio de Extensão das Universidades Públicas da Região Centro-Oeste. O primeiro fora realizado em Cuiabá, em 1994. O evento visa articular as universidades públicas integrando suas ações, projetos e programas e divulgando seus resultados. Seus objetivos são consonantes com as discussões que se davam em nível nacional, como o conhecimento do perfil de extensão das IES da região, a discussão da qualidade da relação entre universidade e sociedade frente às demandas expressas, a análise do componente acadêmico das atividades de extensão, dentre outros.

¹⁶ Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Região Norte, 1995a.
¹⁷ Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Região Norte, 1995b.

Em outubro ainda, realiza-se no Rio de Janeiro o XI Encontro de Pró-Reitores da Regional Sudeste, no qual os participantes decidiram que o Fórum deveria manter postura firme junto à SESu, no intuito de garantir os avanços obtidos nos últimos anos, pelas IES públicas. Considerando esta recomendação, a escassez progressiva de recursos para as universidades, que se dava num contexto de discussões que apontam para o desmonte da universidade pública, e a necessidade da consolidação da atuação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, o X Encontro Nacional, ocorrido em abril de 1996, define algumas propostas de atuação que são logo implementadas. Já em 16 de maio reúnem-se, em Brasília, por articulação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, os presidentes dos Fóruns de Assuntos Comunitários, de Extensão, de Graduação, de Planejamento, de Pesquisa e Pós-Graduação, além de representantes da ANDIFES e iniciaram debate propondo, ainda que de maneira informal, algumas medidas preliminares para deflagrar o Movimento em defesa da universidade pública e gratuita.

Outra medida é a criação da Rede Nacional de Extensão / RENEX, sob responsabilidade, da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, que em 02/10/96, comunica aos membros do Fórum que a "home page" encontrava-se disponível na Internet.

Outra proposta ainda é a constituição de um grupo de trabalho com o objetivo de interagir com o sistema do ensino fundamental. Este grupo realizou, inicialmente, um levantamento de dados por região e elaborou projeto, a ser desenvolvido com participação da SEF, visando dentre outros objetivos, sistematizar as formas de articulação universidade e ensino fundamental.

Propôs-se ainda a criação de um Centro de Informação e Documentação Nacional da Extensão e de um banco de dados em todas

IES, ações estas em fase de implementação. A UnB disponibilizou uma sala para funcionamento do referido Centro, e as IES têm remetido para esta sede documentos e publicações para compor o acervo. O banco de dados vem sendo criado em várias universidades algumas conforme modelo disponibilizado pela UFMG - o Sistema de Informação de Extensão / SIEEX.

A partir da elaboração do Plano Nacional de Extensão, o Fórum vem concentrando esforços na sua implementação ao nível das IES componentes, através de suas coordenações regionais, e na negociação junto ao MEC para sua publicação como uma política nacional de extensão do próprio Ministério.

3.3.2- A Instável Relação com o MEC

Um das definições do I Encontro Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas foi a busca de integração com o MEC, além de outros ministérios e órgãos financiadores. De fato, encerrado o encontro, um grupo composto por representantes de nove IES públicas participantes manteve uma audiência com a direção da SESu / MEC. O objetivo foi comunicar a criação do Fórum, colocar as conclusões e diretrizes do evento buscando apoio do MEC.

Como deliberação do II Encontro realizado em maio de 1988, define-se a elaboração da exposição de motivos solicitada pelo CRUB ao Fórum, para justificar suas reivindicações ao MEC referendadas pelos Reitores, ou seja, **a criação de um órgão responsável pela extensão no MEC, a criação de um fundo para financiamento de programas e projetos de extensão e o estabelecimento de um programa de bolsas de extensão.**

A exposição de motivos é encaminhada aos representantes do MEC pelo Presidente do CRUB, pelo Reitor da UnB, os coordenadores nacional e regionais do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, em audiência ocorrida em setembro de 1988. Nela considera-se que, embora o MEC cobrasse das universidades maior atuação junto às comunidades, não dava o devido apoio à extensão para que isso, de fato, ocorresse. Reivindica a criação na estrutura do MEC de um órgão com *“infra-estrutura, apoio institucional e autonomia a fim de que possa se constituir um efetivo canal de discussão, encaminhamento e viabilização das propostas oriundas das IES”* (GARRAFA, 1989:119). Quanto à necessidade de financiamento da extensão, argumenta-se que enquanto a pesquisa recebe atenção preferencial dos órgãos financiadores e o ensino, alguma atenção do MEC, a extensão realiza-se quase exclusivamente com recursos orçamentários das próprias universidades. Considera que, no momento em que os docentes passam a acreditar no envolvimento conseqüente da universidade com a sociedade é necessário que se criem mecanismos de apoio, estímulo e financiamento da extensão. Propõe a de criação de um Fundo para Financiamento de Programas e Projetos de Extensão vinculado ao órgão representativo a ser criado no MEC. A proposta da criação de um Programa de Bolsas de Extensão é justificada tendo em vista o desenvolvimento de *“disciplinas de caráter extensivo à pesquisa direcionada à realidade social e aos estágios curriculares em programas extensionistas”* (GARRAFA, 1989:120), além de considerar a bolsa de extensão como um estímulo à participação dos discentes em atividades desta área, como mostrou a experiência piloto desenvolvida pelo MEC na década de 70.

O relato da Coordenação do Fórum registra que as reivindicações apresentadas através da exposição de motivos foram bem aceitas tanto pelo

Secretário da SESu, quanto pelo Secretário Geral do MEC, que assumiram o compromisso de criação da Coordenadoria de Extensão. Os Pró-Reitores comprometeram-se a encaminhar à SESu proposta detalhada tanto da criação da Coordenação da Extensão Universitária quanto do Fundo Nacional de Apoio à Extensão Universitária, o que foi cumprido em outubro do mesmo ano.

Embora se constate todo o esforço do Fórum de Pró-Reitores de Extensão e a disposição declarada pelo MEC, nenhuma das três reivindicações - criação do órgão responsável pela extensão, do fundo de financiamento e do programa de bolsas - foi atendida. O ganho maior do Fórum foi o de passar a ser reconhecido como legítimo interlocutor das IES públicas na questão da extensão e o de divulgar uma concepção e uma política de institucionalização da extensão que já direcionava as ações da grande maioria das universidades.

Finalmente, em setembro de 1989, o MEC manifesta-se formalmente¹⁸ quanto às reivindicações do Fórum de Pró-Reitores de Extensão junto a esse ministério, um ano após a entrega da exposição de motivos. O documento faz referências elogiosas à criação do Fórum e a sua atuação. Recusa, no entanto, suas reivindicações fundamentando-se nas seguintes justificativas: nega a criação de um órgão, na estrutura do MEC, responsável pela extensão considerando que isto poderia caracterizar a extensão como finalidade em si mesma, separando estruturas, fracionando poderes e recursos, estimulando a fragmentação de ações; quanto à criação do fundo para fomento à extensão universitária, justifica que dependia de lei específica e sendo assim, poder-se-ia *“preparar um ante-projeto para*

¹⁸ Of. Nº 5.236 / 89 - GB. / SESu / MEC.

ser encaminhado ao Poder Legislativo"; quanto à solicitação de reimplantação do programa de bolsas, o documento sequer faz referência.

Merece registro o fato de que este mesmo ofício encaminha ao Fórum a minuta de "Uma Proposta de Trabalho para a Extensão Universitária", elaborada pela Coordenação de Desenvolvimento Social e Cultural / SESu / MEC para discussão nas várias instâncias do Fórum e que viria a constituir-se parte do plano de ação da SESu. Nesta proposta, que assume a concepção de extensão do Fórum, a SESu traz para si a função de coordenar a política extensionista, espaço este que vinha sendo ocupado pelo Fórum desde a sua criação.

Mesmo não procedendo a uma análise da Proposta de Trabalho, que na realidade não se efetivou, uma observação se faz necessária: o MEC demorou cerca de cinco anos para elaborar proposta de ação na área da extensão, apresentando-a somente ao final de um mandato de governo - Sarney - quando não poderia mais implementá-la. A sua ausência nesta questão desde o fechamento da CODAE, em 1979, encontrava-se em parte suprida pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão desde a sua criação, posto que este vinha estabelecendo diretrizes políticas definidas de acordo com as necessidades das universidades. O que se propunha ao MEC era aporte político, financeiro e administrativo para uma atuação conjunta com as IES públicas.

O novo ministério empossado com o governo Collor, em 1990, é convidado a participar do IV Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, em maio do mesmo ano, através do Prof. Paulo Roberto Thompson Flores, Diretor do Departamento de Política de Ensino Superior - DEPEs / Secretaria Nacional de Ensino Superior - SENESu. Em sua fala, na sessão de abertura do evento, o professor assume o compromisso da

integração da extensão em uma divisão de apoio às atividades acadêmicas, ligada às atividades de ensino e de pesquisa, na nova estrutura da SENESu. Registra o papel relevante do Fórum em especial na evolução do conceito de extensão na universidade brasileira, "*significando a superação do conceito arcaico de assistencialismo e do famoso tripé, chegando a uma concepção mais moderna, avançada e criteriosa da extensão como articuladora entre o ensino e a pesquisa*"(ANAIS, 1990:29). Manifesta, ainda, sua certeza e esperança de que, neste encontro, como nos outros, se atualize mais ainda a questão da extensão para que, esta área que representa o fator de articulação no processo universitário, possa contribuir para o desenvolvimento da universidade brasileira.

Mais uma vez o Fórum formula sua disposição em não constituir-se em elemento de confronto, mas de trabalhar junto com o MEC, num processo de assessoramento, numa livre contribuição das universidades brasileiras. no sentido de assegurar o encaminhamento da questão extensionista na perspectiva política que o Fórum vinha procurando impulsionar. É retomada a questão da institucionalização da extensão universitária e a necessidade de se buscarem mecanismos para implementá-la, seja ao nível das instituições, seja ao nível do próprio MEC. Programas institucionais de bolsas de extensão, por exemplo, não vinham sendo implementados em várias universidades, não por falta de vontade política, mas por falta de aporte financeiro, o que, na concepção do grupo poderia ser garantido pelo MEC, no orçamento das universidades.

O professor Thompson Flores explicita que vem ao IV Encontro na condição de ouvinte, segundo orientação do próprio Ministro da Educação. O Fórum de Pró-Reitores, na fala da professora Maria de Lourdes de Souza, Coordenadora Nacional, cobra-lhe a condição de participante ativo,

não a de ouvinte. Assevera-lhe que como representante do MEC, ele sabe *"não portar um convite simplesmente do nosso coração, e sim um convite político, estratégico e tático"* (ANAIS, 1990:32), reafirmando que os Pró-Reitores participantes do Fórum esperam que ele saia do evento como defensor de seus direitos.

O IV Encontro formula ainda um manifesto cobrando do MEC a explicitação de uma política para a educação superior pública no país. Alerta que esta deve considerar os princípios constitucionais de manutenção e consolidação do ensino público, gratuito e de qualidade, além da autonomia das universidades.

Essa reivindicação encontra amparo na fala do Diretor do DEPE/SENESu, durante o evento, de que as universidades seriam chamadas a participar de grupos de trabalho sobre questões do ensino superior. Assim, logo em 16 de maio de 1990, através da Portaria nº 395/MEC, cria-se um grupo de trabalho para, num prazo de 20 dias, analisar o estágio de desenvolvimento da extensão universitária brasileira e apresentar propostas. Este grupo, coordenado pela SENESu, compunha-se de representantes do MEC, do Fórum Nacional e de nomes reconhecidos no cenário nacional pelo seu histórico envolvimento com a extensão universitária, como Roberto Mauro Gurgel, Renato Hilário e Ana Rita Suassuna.

O grupo analisou três questões básicas: diagnóstico da situação da extensão universitária, referencial teórico indicativo de concepção e processo de institucionalização da extensão. O documento produzido pelo grupo, intitulado "Extensão Universitária", considera o MEC como formulador de política e coordenador de diretrizes nacionais de educação. A ele são feitas recomendações que refletem exatamente as reivindicações

do Fórum desde a sua criação: definição, na estrutura do MEC, de um interlocutor para as questões da extensão; dotação orçamentária para que as IES possam, respeitada sua autonomia e especificidade, cumprir as determinações constitucionais; suporte financeiro para desenvolvimento de programas institucionais de extensão; incentivo às universidades para que procedam a avaliação do trabalho acadêmico como processo que articula ensino, pesquisa e extensão. Quanto às IES, recomenda-se que promovam a inserção dos estágios curriculares como instrumento viabilizador da extensão e que se garanta a participação da população na definição, desenvolvimento e gerenciamento de seu projeto político pedagógico. Embora o grupo de trabalho tenha sido constituído por decisão ministerial e o documento por ele produzido, ainda em final do mês de maio/1990, tenha sido encaminhado ao Ministro da Educação, não foi possível localizar nenhum desdobramento político em função de suas recomendações.

Apesar da reconhecida produtividade do IV Encontro e da disposição do Fórum em prosseguir sua ação visando consolidar uma política de extensão para as IES públicas, os encaminhamentos propostos no evento viram-se prejudicados. Os Pró-Reitores envolvidos em suas instituições na luta em defesa da universidade pública, ameaçada pela exigência autoritária e indiscriminada de corte de gastos e de pessoal não puderam, de imediato, implementar ações junto ao MEC no sentido de viabilizar propostas e recomendações que emergiram da reunião. Somente no mês de dezembro, a Coordenação Nacional reúne-se, em Brasília, com o Secretário da SENESu a fim de apresentar as reivindicações prioritárias das IES integrantes do Fórum. No documento entregue ao Secretário consideram os Pró-Reitores de Extensão que a autonomia universitária não pode significar

esvaziamento de investimentos materiais do Estado para a educação superior pública, mas sim o seu reforço e consolidação, resguardando o compromisso deste com a manutenção do patrimônio nacional que são as universidades públicas. Solicitam que a SENESu proporcione tratamento isonômico aos interesses da área da extensão frente à pesquisa científica, considerando que as atividades de extensão consistem na devolução mais concreta e imediata do produto acadêmico à sociedade. Reivindica recursos para custeio de um programa de bolsas de extensão, de projetos que articulem a universidade com o ensino de 1º e 2º graus, para aquisição de equipamentos e produção de material didático-científico para reciclagem de professores das redes públicas de ensino, além da garantia de acréscimos orçamentários para as universidades que desenvolvessem atividades de interiorização. Reivindicaram ainda que as Pró-Reitorias de Extensão fossem credenciadas para articular, coordenar e executar o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), a ser desenvolvido pelas universidades.

Nenhuma ação concreta se verifica por parte do MEC quanto às reivindicações do Fórum. Tanto assim que o V Encontro, realizado em junho de 1991, define que a atuação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão junto ao MEC / SENESu, deve concentrar-se exatamente nas mesmas ações: criação do Programa Nacional de Bolsas de Extensão, liberação de verbas para projetos de alfabetização e de integração do ensino superior com o ensino de 1º e 2º graus.

O Fórum obtém, por parte do MEC, a promessa de liberação dos recursos para projetos na área da alfabetização ainda no mês de agosto de 1991, e para o programa de bolsas, a partir de 1992, com recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. No entanto,

a troca de ministros - é empossado o Ministro José Goldemberg - e seus auxiliares diretos obrigou o Fórum a retomar toda uma negociação que encontrava-se já em fase avançada. Não se percebe por parte da nova equipe disponibilidade para aceitar as reivindicações do Fórum.

O VI Encontro, realizado em abril de 1992, propõe em seu Documento Final uma moção junto à SENESu / MEC no sentido da revitalização do Programa de Apoio à Editoração Universitária e a revisão do modelo de alocação de recursos para as IES, uma vez que a extensão dele continuava excluída. A resposta desta Secretaria sobre a questão da extensão ser contemplada no orçamento do Ministério vem em correspondência datada de 22 de junho de 1992. A Secretária, Profa. Eunice Durhan, considera que as atividades de extensão são "intermitentes", podendo ser financiadas com rendas próprias, convênios ou recursos advindos da prestação de serviços, não sendo, portanto, possível nem necessário incluí-las como indicador para alocação de recursos.

A nova mudança de ministro no MEC e de seus auxiliares diretos ainda em 1992, dá oportunidade ao Fórum da retomada do diálogo, com o novo Secretário de Educação Superior, Prof. Rodolfo Pinto da Luz, que acena com a possibilidade de um programa de bolsas de extensão com recursos do FNDE para o ano de 1993. O Fórum encaminha ainda à SENESu solicitação de que nas IES públicas as Pró-Reitorias de Extensão sejam os órgãos credenciados para promover a articulação com os governos estaduais e municipais para desenvolvimento do "Programa Nacional de Capacitação de Docentes de 1º e 2º graus", lançado pelo ministro Eraldo Tinoco, na 55ª Reunião Plenária do CRUB, em Salvador, em setembro de 1992.

A ação do Fórum direciona-se então, no sentido de mobilizar as IES componentes para reelaborar e reencaminhar suas propostas definidas nos Encontros Nacionais. Mas, são as novas mudanças no MEC que vão se constituir em alento para o Fórum, há anos tentando um efetivo comprometimento desse ministério com a questão da extensão na universidade. As expectativas com a entrada do Ministro Murílio Hingel se confirmariam nos anos seguintes com a abertura de um canal permanente de diálogo e criação de programas de financiamento para a extensão. Já na primeira audiência concedida aos Coordenadores Nacional e Regionais do Fórum, o ministro mostra-se sensível às propostas apresentadas, especialmente quanto à criação de um setor no MEC que trate especificamente da extensão, institucionalizando-a de fato.

Algumas ações se desdobram logo no início do ano de 1993. Tendo assumido o Departamento de Política de Ensino Superior - DEPES, a Profa. Maria José Feres¹⁹, em fevereiro de 1993, comunica aos Pró-Reitores a responsabilidade desse órgão pelas questões da extensão universitária e convoca os Coordenadores Nacional e Regionais para uma discussão de dois projetos já em fase final de elaboração, envolvendo, além do MEC, os Ministérios do Trabalho e da Previdência Social: os Projetos de Iniciação Profissional e de Interiorização dos Profissionais Recém-Formados, em nível superior. As IES públicas são, assim, chamadas a participar da elaboração dos projetos no sentido de garantir o envolvimento democrático e coletivo da comunidade universitária.

Conforme será demonstrado no capítulo seguinte, quando se aborda o PROEXTE, o relacionamento entre o Fórum de Pró-Reitores e o MEC,

¹⁹ A Prof. Maria José Feres integrava o grupo que criou o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, em 1987, quando Pró-Reitora de Extensão da UFJF.

especialmente através do DEPES/SESu, no período compreendido entre o início do ano de 1993 até final do ano de 1994, caracteriza-se por um diálogo aberto, marcado pela confiança recíproca. Foi um período bastante produtivo em que as propostas e diretrizes políticas do Fórum foram ouvidas pelo MEC e materializadas em ações formais. Cria-se a Comissão de Extensão Universitária, composta por representantes do Fórum e do MEC; cria-se o PROEXTE - Programa de Fomento à Extensão Universitária - financiado com recursos do MEC e elaborado segundo diretrizes do Fórum; cria-se o Comitê de Extensão, cujos membros, indicados pelo Fórum e pelo MEC, trabalham de forma articulada com a Comissão de Extensão, estabelecendo critérios para avaliação de projetos baseados nas diretrizes do Fórum.

Decide-se elaborar o Perfil da Extensão Universitária no Brasil²⁰, cujo questionário utilizado para levantamento de dados é elaborado em conjunto pela Comissão de Extensão e pelo Comitê Assesor, bem como a análise dos dados e posterior divulgação dos resultados.

Embora registrem-se, de fato, insatisfações com relação ao questionário ou ainda quanto à destinação de saldo orçamentário do PROEXTE, estas questões são discutidas de forma transparente nas reuniões regionais e nacionais, não chegando a constituir impasses.

A insegurança com que os membros do Fórum e da equipe do MEC encaram a mudança de governo que ocorreria em início de 1995, pode ser apreendida a partir de vários documentos que registram a fala e os argumentos de tais sujeitos, tanto durante a realização do VIII Encontro como em documentos posteriores. A questão da manutenção e consolidação do PROEXTE passa a constituir-se meta prioritária da

²⁰ Ver a respeito SOUSA: 1995 e TAVARES:1997.

Comissão Nacional de Extensão que empenha-se em várias ações visando a institucionalização do Programa como rubrica orçamentária do MEC. Uma dessas ações foi a transferência da coordenação do Programa de Integração da Universidade com o Ensino Fundamental para o âmbito da Comissão Nacional de Extensão integrado ao PROEXTE. Esta foi uma medida administrativa e política definida pela SESu / MEC, em final de 1994, que visava fortalecer o PROEXTE.

Novamente a mudança de ministro e da equipe no MEC, com a posse do Ministro Paulo Renato, leva o Fórum a buscar reconstruir um relacionamento com este ministério, o que exigiu explicitação de sua natureza, seus objetivos, suas diretrizes políticas e sua atuação como representante das IES públicas, em questões de extensão. Inicia-se uma longa trajetória no sentido de convencer o MEC a manter o Programa de Fomento à Extensão Universitária. Isto demanda uma série de ações junto à SESu, SEF e FNDE que se constituíram em reuniões, entrevistas e documentos formais encaminhados junto a estes órgãos.

A partir da manifestação formal do DEPES / SESu quanto a sua retirada de qualquer negociação para liberação de recursos autorizados ao PROEXTE, em agosto de 1997, o Fórum inicia novas gestões junto a esta Secretaria no sentido de envolvê-la na elaboração do Programa Universidade Cidadã e do Plano Nacional de Extensão Universitária.

3.3.3- O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão e suas relações interinstitucionais

A orientação estabelecida pelo Fórum para direcionar sua própria atuação no sentido de se relacionar, além do MEC, com outros ministérios

e órgãos da comunidade acadêmica nacional verificou-se desde o I Encontro de Pró-Reitores, em 1987, quando se criou o Fórum. O Documento Final, elaborado neste evento, que apresenta como uma de suas propostas a representação formal do Fórum de Pró-Reitores de Extensão junto ao CRUB, foi encaminhado a este Conselho para apreciação, tendo o parecer aprovado em reunião plenária, em março de 1988. O parecer destaca a importância do encontro e classifica o conceito de extensão elaborado pelos Pró-Reitores como “contemporâneo” e “necessário”, considerando que a ação extensionista vinha tendo conotações bem diversificadas nas universidades brasileiras, o que impedia a plena utilização de seu potencial para a renovação da universidade. Considera ainda que

"Práticas e procedimentos das mais diferentes espécies, às vezes totalmente desvinculadas da vida acadêmica, foram muitas vezes agregados sob o manto de um conceito indefinido de extensão. Essa falta de clareza conceitual acabou contribuindo para a depreciação do "status" da extensão na vida universitária" (GARRAFA, 1989:112)

O CRUB aprova o conceito de extensão do Fórum e as propostas quanto à institucionalização e ao financiamento das atividades de extensão. Atende à proposta dos Pró-Reitores de uma participação formal junto ao Conselho, deliberando que o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão seria um órgão de assessoramento, funcionando como uma câmara “ad hoc” do CRUB.

O parecer propõe ainda que o CRUB assumira a defesa das seguintes reivindicações do Fórum junto ao MEC: a criação na estrutura do MEC de um órgão que respondesse pela extensão, a criação de um fundo para

financiar programas de projetos de extensão e o restabelecimento do sistema de bolsas; e solicita ao Fórum exposição de motivos sobre cada uma delas.²¹

Após a fase de criação do Fórum, em que o CRUB manifesta-se formalmente junto ao MEC, apoiando as diretrizes políticas e referendando as propostas elaboradas pelos Pró-Reitores, o relacionamento entre o CRUB e Fórum de Pró-Reitores de Extensão é marcado por alguns fatos que demonstram intenção de integração, encontrando-se registro de presença recíproca de seus representantes em reuniões formais de ambos.

Quando é criado o Fórum de Arte e Cultura das Universidades Brasileiras do CRUB - FACRUB cujo primeiro encontro acontece em Aracaju / SE, em março de 1992, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão discute a questão da sua criação, encaminhando moção ao CRUB. Entende-se que, sendo o Fórum uma comissão "ad hoc" do CRUB para questões de extensão e, dentre elas a cultura, a criação do FACRUB representava a regulamentação de uma estrutura paralela que viria a esvaziar a atuação do Fórum.

Durante realização do XVII Encontro Regional Nordeste do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, em Recife / PE, em setembro de 1996, o presidente do CRUB, faz apelo ao Fórum para que acolha como integrantes as IES em geral, visto que a extensão não é atividade exclusiva das instituições públicas. Esta solicitação é encaminhada formalmente ao Fórum Nacional que recebe pedido semelhante das universidades privadas do Estado de Santa Catarina, encaminhado pela Associação Catarinense das Fundações Educacionais. A questão é debatida durante realização do

²¹ A exposição de motivos é encaminhada ao CRUB, pela Coordenação Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em 15/09/88, através do ofício FPREUPB N° 011/88

XI Encontro do Fórum, em junho de 1997, quando se decide que este se mantém composto apenas por IES públicas.

Com a criação da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, a interlocução do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, passa a processar-se prioritariamente com este órgão. O primeiro contato formal se dá em dezembro de 1990, quando o Fórum encaminha à ANDIFES cópia de documento entregue ao Secretário Nacional de Educação Superior contendo suas reivindicações. Na oportunidade, sugere-se que o Fórum possa assessorar a ANDIFES em questões relativas à extensão, atuando como uma câmara, à semelhança do que se processava com relação ao CRUB.

A decisão da ANDIFES sobre a questão é tomada na reunião seguinte, em de janeiro de 1991, em Uberlândia / MG. São criadas câmaras de trabalho de acordo com a especificidade do tema, e os Fóruns de Pró-Reitores, dentre eles o de extensão, são chamados a constituírem-se em órgãos consultivos das Câmaras da ANDIFES.²²

A relação com a ANDIFES consolida-se nos anos seguintes tendo uma questão básica comum que os aproxima: a defesa da universidade pública. O Fórum procura a ANDIFES no sentido de obter apoio para suas propostas, em especial na defesa da manutenção do PROEXTE, junto ao MEC. Ao mesmo tempo vai se afirmando enquanto entidade representativa das IES. Chamado a compor o Grupo Temático de Desenvolvimento Acadêmico da ANDIFES, é encarregado pelo presidente do Grupo de redigir parte do Relatório Preliminar da Comissão Temática de

²² A Câmara para Assuntos de Extensão da ANDIFES foi composta por: Nilson Pinto de Oliveira / UFPA, Mário Pederneiras / UFPR e Sérgio Paulo Moreyra / UFGO. Os dois primeiros faziam parte do grupo que criou o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, em 1987.

Desenvolvimento Acadêmico, no que se refere a programas especiais de fomento.

O Fórum realizou algumas ações no sentido de articular-se com a Secretaria Nacional de Cultura da Presidência da República, especialmente para obter financiamento para dois programas direcionados às universidades. Um programa de apoio às editoras universitárias e outro de bolsas de arte.

Os desdobramentos da ação junto a esta Secretaria iniciaram-se após a primeira audiência, em 05/07/91, quando o Secretário, Prof. Sérgio Paulo Rouanet, solicitou ao Fórum sugestões com relação aos dois programas propostos. A Coordenação Nacional solicitou encaminhamento de propostas às IES integrantes do Fórum, e o documento apresentado à Secretaria de Cultura consistia numa síntese dessas contribuições.

O Programa Nacional de Bolsas de Arte e Cultura é apresentado considerando que, embora fosse relevante o papel da extensão na área da cultura as ações da universidade nesse campo vinham se caracterizando de modo geral como assistemáticas e pontuais, carecendo portanto da institucionalização de políticas culturais universitárias. Argumenta-se que o programa possibilitaria o envolvimento de um maior número de discentes em atividades de produção e difusão cultural, além da melhor utilização da infra-estrutura disponível nas universidades, como museus, auditórios, teatros, etc. A distribuição de bolsas pelas IES seria feita pelo próprio Fórum, de acordo com critérios como a existência de uma política cultural materializada em planos e resoluções específicas, beneficiando tanto a comunidade universitária como a comunidade externa.

No encaminhamento da proposta do Programa Nacional de Editoração das Universidades Públicas, considera-se o pouco apoio à

publicação trazendo como consequência o desconhecimento de pesquisas relevantes ou a sua publicação no exterior. Solicita-se uma parceria com a Secretaria de Cultura que suplementaria as editoras universitárias com material de consumo necessário e as IES fariam as publicações utilizando seu parque gráfico e quadro técnico. A Secretaria de Cultura da Presidência da República comprometeu-se com o financiamento de ambos os programas com recursos do Fundo Nacional de Cultura.

O relacionamento com esta Secretaria demonstrava-se promissor. O Secretário Nacional é convidado pelo Fórum a participar do VI Encontro Nacional, em 1992, na condição de conferencista, tendo confirmado, nesta oportunidade, a possibilidade de financiamento dos dois programas propostos pelo Fórum. Neste mesmo evento as Coordenações Regionais do Sudeste e do Centro-Oeste são encarregadas pela Coordenação Nacional do Fórum de acompanhar junto à Secretaria Nacional de Cultura respectivamente, o Projeto de Bolsa de Arte e Cultura e o processo sobre editoração. Embora ambos tenham sido cobrados, com insistência, por representantes do Fórum, não chegaram a ser efetivados.

Importante meta que caracteriza a atuação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão é a de articulação e integração com os outros fóruns de Pró-Reitores de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Planejamento. Esta diretriz de ação que consta do Regimento do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, esteve presente em vários documentos produzidos em conjunto nos encontros anuais e nas ações das Coordenações Nacional e Regionais. Da mesma forma, ao se analisar a fala dos Pró-Reitores, durante os encontros oficiais, a integração entre os diversos Fóruns está sempre presente nos discursos como meta a ser perseguida. Exemplifica esta afirmação o relato final das conclusões do Grupo 1, do VIII Encontro

Nacional, composto por representantes de catorze IES e do MEC, que recomenda gestões junto aos Fóruns de Graduação e de Planejamento, dentre outros, no sentido de se conseguir alianças para a manutenção do PROEXTE.

Neste mesmo evento recomenda-se uma ação integrada que vem a realizar-se ainda no ano de 1994, no mês de dezembro. Trata-se do Seminário de Articulação Ensino-Pesquisa-Extensão: Mecanismos e Formas de Operacionalização, promovido pelos Fóruns de Pró-Reitores de Graduação e de Extensão, que teve como objetivo básico definir estratégias de ação em conjunto.

Em diversos encontros oficiais de Pró-Reitores foi registrada presença de representantes de outros Fóruns. O X Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, realizado em 1996, reserva uma mesa onde se discutiu a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão que contou com os presidentes dos respectivos Fóruns, além do Fórum de Planejamento. Da mesma forma, o XIII Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação, realizado em Fortaleza, no ano de 1994, contara com a participação do Coordenador Nacional do Fórum de Pró-Reitores, os Coordenadores Regionais e um representante do Comitê Assessor de Extensão.

Foram ainda realizadas reuniões conjuntas dos Fóruns, como a que ocorreu em novembro de 1992, quando, durante três dias, os Fóruns Nacionais de Pró-Reitores de Graduação, de Extensão, de Pesquisa e Pós-Graduação reuniram-se, em Brasília, para tratar questões de interesse comum. O encontro teve, dentre outros objetivos, o estabelecimento de uma rede de comunicação entre os fóruns, o entrosamento em torno de temas relevantes para as universidades, especialmente a questão

orçamentária e o planejamento de cronograma das reuniões nacionais dos diferentes fóruns.

O que se pode observar é que o Fórum, seja do ponto de vista de sua atuação interna ou no relacionamento externo, tem procurado consolidar-se como o representante das IES públicas para as questões relacionadas à extensão universitária. A sua ação tem sido primordialmente direcionada à consecução do objetivo básico declarado quando da sua criação, a elaboração de políticas de extensão para as universidades públicas brasileiras.

GRANDES DIRETRIZES POLÍTICAS DO FÓRUM

Como já se disse anteriormente, em todas as regiões brasileiras registravam-se diretrizes de articulação e mesmo ações conjuntas dos setores responsáveis pela extensão nas universidades públicas. Na região norte, os Pró-Reitores das IES Federais já vinham atuando desde dezembro de 1985, como um fórum de extensão das Universidades da Amazônia Legal, tendo como mote a interiorização das ações dessas instituições, especialmente na formação de recursos humanos para o ensino público fundamental e médio. Na região nordeste, cria-se em abril de 1987, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste, num encontro em que se discutia a integração dessas IES em torno do eixo da cultura. No sul vinham ocorrendo regularmente, desde 1983, os Seminários de Extensão Universitária, congregando universidades públicas e privadas, atuando como um fórum de extensão universitária da região sul. O Fórum da região sudeste é criado em setembro de 1987, discutindo os temas conceito, institucionalização e financiamento.

Portanto, a criação do Fórum Nacional, em novembro de 1987, representa uma consequência dessa disposição para o entendimento, fruto de uma necessidade das IES públicas; uma ação de diversos atores – Pró-Reitores de Extensão – coordenada intersubjetivamente, que vinha amadurecendo ao longo de alguns meses. Indicador significativo disso é o fato do I Encontro Nacional não ter sido uma reunião oficial, convocada pelo MEC ou outros ministérios. Tratou-se de uma reunião promovida por uma universidade – a UnB, a cujo convite acorreram nada menos que 33 universidades públicas.

Foi uma iniciativa de um grupo que já vinha se encontrando para discutir a relação da universidade com a sociedade e o papel da extensão nesse contexto. Segundo Nilson Pinto de Oliveira, Pró-Reitor de Extensão da UFPA à época:¹

"A criação do Fórum foi uma resultante desse movimento, desse fervilhamento que havia em cada universidade, cada uma procurando o seu caminho de inserção na sociedade. (...) o chamamento foi aceito por muita gente e acabou reunindo para uma discussão informal esse grande número de pessoas que com todo empenho, tentaram estabelecer diretrizes para que a ação se tornasse mais articulada e mediante diretrizes mais bem definidas."

Os Pró-Reitores criaram o Fórum Nacional como uma organização para, através dela, definir políticas de extensão para as universidades públicas brasileiras, e para dar uma certa unidade a essa ação que era feita nas instituições sem diretrizes comuns. O movimento dos Pró-Reitores cria assim o Fórum para interferir na realidade, para produzi-la, para intervir ao nível das próprias instituições, ao nível do MEC e de outros ministérios.²

Naturalmente um grupo que começa a se constituir formado por sujeitos que procedem de instituições tão distintas e de realidades regionais e locais tão diversas, apresenta por vezes interesses diferentes. No entanto, é na situação comunicacional, a partir do primeiro Encontro Nacional, que esses objetivos se constroem coletivamente. Observa-se que os encontros regionais de Pró-Reitores que fundamentaram a realização do I Encontro Nacional e a criação do Fórum apresentavam questões consensuais bastante semelhantes. Assim, já não há espaço para os interesses individuais, as diretrizes nascem da

¹ Entrevista concedida à autora em julho de 1998.

² Ver TOURAINE, 1984

interlocução. É preciso superar a subjetividade dos pontos de vista iniciais e, a partir de convicções racionalmente construídas, através da linguagem, Reitores trabalham a partir de uma base comum - a universidade pública - em função disso, por tantas vezes, precisam abrir mão de interesses regionais e locais para se chegar ao consenso. E, no estabelecimento deste consenso o Fórum tem procurado criar uma política de unidade respeitando a diversidade das instituições.

A primeira parte deste capítulo analisa a atuação do Fórum na definição de diretrizes políticas que orientam a atuação dos Pró-Reitores em suas instituições e o desenvolvimento da ação extensionista nas universidades públicas. Na segunda parte são analisadas as políticas de extensão universitária, elaboradas pelo Fórum com a participação do MEC.

4.1- Diretrizes políticas de ação dos atores / Pró-Reitores de Extensão

Desde sua criação, estabeleceu-se que o Fórum teria um encontro nacional anual, precedido de encontros regionais com tema comum definido com antecedência suficiente para permitir o amadurecimento das discussões. **É nos encontros nacionais que se estabelecem as diretrizes políticas do Fórum**, diretrizes estas que vão orientar a atuação dos Pró-Reitores em suas instituições e o relacionamento do Fórum com o MEC, com outros órgãos acadêmicos e com a sociedade.

Na reunião em que se criou o Fórum foi produzido um documento que apresenta as conclusões aprovadas nas sessões plenárias. Os temas do encontro - conceito de extensão, institucionalização e financiamento - estiveram presentes em reuniões anteriores de Pró-Reitores de várias regiões, demonstrando que estas eram questões problematizadas em diversas IES públicas brasileiras, sobre as quais esses atores pretendiam chegar a um entendimento. Havia uma diversidade muito grande de compreensão sobre o que era extensão e assim o grupo optou por adotar uma conceituação comum, orientativa para todas as universidades.

O conceito de extensão elaborado no encontro é o seguinte:

"A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este

fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado-acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social" (Fórum Nacional, 1987).

Este conceito traz algumas convicções. Dizer que a extensão é um processo educativo, cultural e científico mostra uma convicção; que ela deve articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável é outra convicção; que através da extensão, a comunidade acadêmica, no contato com a sociedade terá a oportunidade de elaborar a *praxis* do conhecimento acadêmico, também representa outra convicção. Assim, os Pró-Reitores, já no seu primeiro encontro, quando decidem elaborar uma conceituação comum para as universidades, a estabelecem baseados em convicções elaboradas racionalmente, num processo de comunicação, fundamentados em argumentos que mostram a necessidade da universidade relacionar-se com a sociedade e da integração entre as atividades acadêmicas.

Percebe-se que a gênese desse conceito remonta a discussões que vinham ocorrendo no meio acadêmico brasileiro desde final da década de 70, tanto entre reitores, docentes, funcionários técnico-administrativos, discentes e mesmo alguns setores do MEC. Recupera propostas do movimento estudantil, do início da década de 60 e do Plano de Trabalho de Extensão Universitária de 1975.

Este conceito rompe com a visão da extensão enquanto atividade secundária na vida acadêmica, realizada de maneira isolada do ensino e da

pesquisa, de forma assalariada. Supera velhos conceitos que durante décadas permaneceram na prática e na legislação, restringindo a extensão a meras formas de "transmissão de conhecimento, prestação de serviços e difusão cultural". Rejeita ainda a consagrada idéia do tripé universitário que considera de forma dicotômica o trabalho acadêmico constituindo o ensino, a pesquisa e a extensão atividades isoladas ou, no máximo, complementares.

O conceito formulado pelo Fórum decorre, na realidade, de uma nova visão do trabalho acadêmico que passa aqui a ser visto como um processo orgânico e contínuo produzido coletivamente. A extensão é um momento, uma etapa desse processo maior que vai desde a produção do conhecimento e sua sistematização à transmissão dos resultados. Assim, ela não se caracteriza enquanto atividade isolada do ensino e da pesquisa, ao contrário, ela é uma dimensão da vida acadêmica que articula as outras duas de forma indissociável, facilitando a interdisciplinaridade. A relação com a sociedade é necessária e indispensável, pois através dela se estabelece a troca entre os saberes acadêmico e popular e, além disso, todo o conhecimento científico, tecnológico e filosófico produzido na academia precisa ser testado, realimentado e reformulado mediante o confronto com a realidade concreta.

Considerar a extensão enquanto "processo que articula o ensino e a pesquisa" significava cobrar sua presença na rotina universitária e isso implicava necessariamente na sua institucionalização. O Documento Final estabelece que a

"institucionalização da prática extensionista, na medida em que reduz a distância que atualmente separa a atividade acadêmica dos interesses concretos da população, deve ser visualizada como um instrumento básico da recuperação da função social da universidade e restauração de sua credibilidade" (Fórum Nacional, 1987).

Esta também representa uma convicção racionalmente elaborada pelo grupo de Pró-Reitores que cria o Fórum .

Visando a institucionalização da extensão são propostas diversas medidas. Algumas de caráter metodológico, outras referentes à estrutura universitária e outras ainda no sentido da valorização da extensão nos níveis regional e nacional. As medidas de ordem metodológica propõem-se a orientar a forma como a ação acadêmica deve se desenvolver visando a integração da universidade na sociedade. Recomenda que a política de extensão das IES públicas deve visar a transformação social no sentido da melhoria das condições de vida da maioria da população; que os estágios curriculares e extra-curriculares devem ser inseridos nesta política extensionista e que as comunidades envolvidas em projetos de extensão possam participar de sua elaboração, execução e avaliação. Recomenda, ainda, que as universidades promovam atividades que sensibilizem a comunidade acadêmica para questões de interesse social e que avaliem seu ensino e sua pesquisa sob a ótica da importância social.

Quanto às medidas referentes à estrutura universitária, o documento incorpora as propostas da Carta de Ouro Preto, recomendando que o órgão encarregado da extensão tenha, na estrutura organizacional das universidades, o mesmo nível que aqueles encarregados do ensino e da pesquisa, ocupando só da extensão, desde sua regulamentação interna até a sua divulgação. Essa recomendação se fez necessária pois em muitas universidades a Pró-Reitoria de Extensão ou órgão similar acumulava outras funções como moradia estudantil, bolsas de trabalho e até restaurantes universitários. Esta diversidade de atividades em muito contribuía para a pouca clareza que se tinha em várias instituições sobre o que realmente é extensão universitária. E o grupo de Pró-Reitores tinha consciência dessa situação, tanto é que assevera

no documento "serão consideradas atividades de extensão, exclusivamente aquelas referenciadas nas diretrizes conceituais deste documento" (Fórum Nacional, 1987).

Ainda sob o ponto de vista da estrutura universitária, assegura aos departamentos acadêmicos a competência para execução da atividade de extensão, recomendando que seja articulada às de ensino e de pesquisa; propõe que as atividades de extensão constem do plano de trabalho individual do docente, sejam computadas para concessão do regime de DE e sejam consideradas nas avaliações para progressão dos docentes.

Quanto à valorização da extensão nos níveis regionais e nacional o documento recomenda, além da criação e fortalecimento dos Fóruns Regionais e o Nacional de Pró-Reitores de Extensão, duas outras medidas que representavam reivindicações já presentes em discussões de Pró-Reitores por todo o país: a criação de um órgão representativo da extensão na estrutura organizacional do MEC e uma representação formal da área da extensão junto ao CRUB.

Quanto ao item financiamento, o Documento Final propõe a alocação de recursos orçamentários para desenvolvimento das atividades de extensão, a criação no MEC de um fundo especial para financiar programas e projetos de extensão, além do restabelecimento do sistema de bolsas nos mesmos níveis da iniciação científica. Recomenda que as IES façam captação de recursos junto a agências financiadoras, chegando a mencionar algumas e sugerindo um amplo cadastramento das mesmas.

O II Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras acontece em Belo Horizonte, nos dias 23 e 24 de maio de 1988, com a presença de 39 universidades, discutindo o tema

Estratégia de Articulação com o Ensino e a Pesquisa, como os seguintes subtemas:

1- Extensão / pesquisa e compromisso social

"A universidade deve dirigir seus interesses e preocupações para as questões sociais (...) buscar junto à própria comunidade subsídios que lhe permitam detectar seus anseios (...) O compromisso social da universidade é inserir-se nas ações de promoção e garantia de valores democráticos, da igualdade e desenvolvimento social (...) priorizando atividades direcionadas à luta contra a dependência econômica, cultural e política.

A extensão como prática acadêmica visa interligar a universidade em suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, buscando respeitar o compromisso social. A relação entre extensão e pesquisa ocorre sobretudo pelo papel que esta passa a desempenhar enquanto criadora e recriadora de conhecimentos (...) capaz de contribuir para a transformação da sociedade (...) a relação entre pesquisa e compromisso social (...) saber-se o que deverá ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos." (Fórum Nacional, 1988:18).

2- Conceito de sala de aula

A discussão gira em torno da concepção de sala de aula numa dimensão tradicional ou numa dimensão crítica. No primeiro caso, ela é considerada

"um espaço de elaboração teórico-abstrata, substanciada na ruptura teoria e prática, trabalho intelectual e trabalho manual (...) não se dá a sistematização da relação homem-mundo, sujeito-objeto (...) Dá-se uma prática acadêmica alienante através de uma mera transmissão de informações."

A dimensão crítica do conceito de sala de aula "emerge à medida que a ação da extensão, articulando ensino e pesquisa, pressupõe a produção de conhecimentos e a formação dos recursos humanos no confronto e como resposta aos desafios da realidade. Aqui, professores, alunos e população são atores sujeitos do ato de aprender, de produzir conhecimentos e de formar recursos humanos" (Fórum Nacional, 1988:19).

A sala de aula deixa de ser apenas o espaço físico na dimensão tradicional e passa a ser todo espaço dentro ou fora da universidade, onde se realiza o processo histórico-social. Deixa de ter o caráter unidisciplinar e passa a expressar um conteúdo interdisciplinar e transdisciplinar como decorrência da própria prática.

3- Extensão / Estágio e Crédito curricular

O estágio curricular visto como "*momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político é também um dos mais adequados instrumentos para viabilizar a extensão universitária*" (Fórum Nacional, 1988:19). Considerando que a forma como os estágios, de modo geral, acontecem nas universidades, não atendendo seus objetivos nem contribuindo para o desenvolvimento da sociedade, os Pró-Reitores elaboram várias recomendações, dentre elas a de que a participação dos discentes em atividades de extensão deva ser computada para integralização curricular, deixando como competência de cada universidade a definição de mecanismos para operacionalizar este processo.

4- Projetos / Atividades de extensão

São estabelecidos alguns critérios para que um projeto seja considerado de extensão: apresentar articulação com o ensino, especialmente o de graduação; propor ações de pesquisa; colaborar no processo de transformação

da sociedade, apresentando formas diretas de atuação; considerar o conhecimento socialmente adquirido e o desenvolvimento dos movimentos e organizações populares. As universidades são exortadas a disponibilizar recursos de seu orçamento para realização de atividades de extensão e a procurar agências de fomento externo.

As diretrizes conceituais e políticas estabelecidas neste encontro constituíram em marcos referenciais para o Fórum em toda sua trajetória, constando dos documentos por ele produzidos desde então. Elas são orientações que foram elaboradas a partir de convicções construídas racionalmente pelos Pró-Reitores, em um processo de entendimento.

As reflexões do grupo conduziram a explicitações bastante claras sobre questões de fundamental importância para a definição de uma política de extensão universitária. Questões como: - o que significa compromisso social da universidade? que relação se estabelece entre pesquisa, extensão e compromisso social? o que significa realmente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão? foram objeto de reflexão do grupo e suas conclusões registradas no documento final.

Elabora-se, além disso, um conceito bastante avançado de sala de aula, que numa visão ampliada ao perceber o espaço onde se realiza o processo histórico social como espaço de aprendizagem, supera os limites da visão tradicional.

A concepção de estágio curricular e a proposta de se conceder créditos às atividades de extensão representam, da mesma forma, uma visão bastante avançada do Fórum de Pró-Reitores de Extensão.

O III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas realiza-se em Belém / PA, no período de 23 a 25 de

julho de 1989, tendo como temas "Relação universidade / sociedade – a questão da prestação de serviços e a Interdisciplinaridade".

O primeiro deles, além de tratar-se de tema bastante polêmico nas universidades públicas, guardava estreita relação com uma questão sempre presente nas discussões do movimento docente, especialmente em situações de greve, que era a função social da universidade e a potencialidade da ação extensionista enquanto instrumento de alcance da sua credibilidade junto à sociedade. Os Pró-Reitores consideram que a prestação de serviços deve ser entendida *"como momento do processo acadêmico global que envolve o ensino e a pesquisa"*, embora reconheçam que na maioria das universidades, a prestação de serviços, remunerada ou não, ocorre como um atendimento às demandas sociais imediatas, caracterizando o serviço como um fim em si mesmo (Fórum Nacional, 1989).

Algumas diretrizes são estabelecidas recomendando-se que a prestação de serviços nas universidades seja redirecionada considerando as diretrizes políticas e a concepção de extensão do Fórum Nacional, que seja inserida no plano institucional como uma proposta pedagógica integrada no processo educativo, realizada com competência técnico-científica, numa dimensão emancipatória e não assistencialista. Recomenda ainda, que a captação de recursos via prestação de serviços seja claramente definida, alertando para o risco de vir a tornar-se num precedente que justifique a diminuição da responsabilidade do Estado para com o ensino superior público, comprometendo a autonomia universitária.

Quanto ao tema interdisciplinaridade, o Documento Final do III Encontro considera que a

"extensão é um dos espaços estratégicos para a promoção de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, integrando grupos

de áreas distintas do conhecimento, contribuindo à modificação progressiva da forma de fazer ciência e da transmissão desse tipo de saber e revertendo a tendência historicamente dominante de compartimentação do conhecimento da realidade” (Fórum Nacional, 1989).

Observa-se que no período em que se realiza o terceiro encontro, o Fórum tem ainda temas sobre os quais precisa chegar ao entendimento para definição de conceitos e diretrizes de ação consensuais.

A questão da prestação de serviços, em muitas instituições encarada como a própria extensão, e sendo uma atividade através da qual, na maioria das vezes, se captam recursos, nem sempre de forma institucional estava a exigir do Fórum uma reflexão e o estabelecimento de orientações. Ao vincular a prestação de serviços ao plano pedagógico institucional, o Fórum define um norte para orientar a institucionalização desse tipo de atividade nas universidades.

Ao defender a extensão enquanto um espaço privilegiado para a realização da interdisciplinaridade, o Fórum busca assegurar à extensão um espaço junto às outras atividades acadêmicas.

O IV Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, acontece em Florianópolis / SC, no período de 06 a 09 de maio de 1990, abordando o tema **“As Perspectivas da Extensão Universitária nos anos 90”**, contado ainda com dois painéis sobre **Universidade: Educação e Alfabetização e Metodologia em Extensão Universitária**.

Constata-se que no período em que se realizou o IV Encontro, a grande maioria dos Pró-Reitores que se empenharam na criação do Fórum, já haviam sido substituídos por término de seus mandatos, não sendo possível dizer que

havia entre os novos integrantes do Fórum a mesma identidade de idéias que unia, pelo menos o grupo que mais se destacou na sua criação. Isto se verifica, por exemplo, em textos elaborados nos encontros regionais em que encontram-se referências à extensão como componente do “tripé” que sustenta a universidade, concepção esta totalmente superada pelo Fórum, desde o primeiro documento por ele produzido.

Nota-se, no entanto, que apesar dessas divergências iniciais, o Fórum continuou a se constituir como um espaço em que os Pró-Reitores coordenavam sua ação buscando o entendimento. E assim, nesse IV Encontro foi distribuído aos participantes uma compilação dos principais documentos produzidos pelo Fórum, ou seja, os Documentos Finais do I, II e III Encontros Nacionais, para que todos os integrantes conhecessem e assumissem as propostas consensuais que essa comunidade vinha construindo ao longo de seus três anos de existência.

A análise das conferências e debates realizados no IV Encontro permite apreender os conflitos e contradições que caracterizavam várias posições com as quais os participantes chegaram para a reunião nacional.

Quanto ao tema central, “As perspectivas da Extensão Universitária nos Anos 90”, do ponto de vista dos representantes da IES públicas está presente uma grande preocupação com relação ao futuro da universidade. O Prof. Guedes / UFMG registra que dois meses após a posse, o novo governo não divulgara ainda nenhuma diretriz para a universidade e nem para a extensão. Considera que *“o momento é de incerteza e indefinição em relação aos destinos da universidade e às perspectivas da extensão”* (ANAIS, 1990:36). Alerta para os riscos da cobrança de uma eficiência numa concepção elitista que privilegiaria os centros de excelência com maior aporte de recursos, condenando as demais universidades à estagnação, sem condições de se

integrar ao processo de desenvolvimento científico e tecnológico³. "A extensão passaria a ser exclusivamente (...) venda de serviços a um mercado devido por novidades que possam maximizar o lucro" (ANAIS, 1990:37). Isto contrariava frontalmente a concepção de extensão elaborada e defendida pelo Fórum.

O Prof. Ronai Rocha / UFSM / RS reflete que o sistema educacional brasileiro, em especial as universidades, não encontram-se mais em crise, estão em estado de falência, exigindo séria reflexão crítica sobre os equívocos presentes no sistema. Registra que "a idéia de falência do sistema de ensino vem sendo amplamente usada nesta retomada da sociedade brasileira, no início de um novo governo" (ANAIS, 1990:61). Considera ele que a década de 90 inicia-se com algumas indicações de mudança. O sistema de gratuidade no sistema federal deverá ser revisto por iniciativa do próprio Congresso. Por outro lado, a exigência de processos de avaliação, deverá surgir como necessidade interna das próprias IES públicas, bem como a busca e implementação de novas soluções organizativas e metodológicas.

Do ponto de vista do representante do MEC, Prof. Paulo Roberto Thompson Flores, nada há de sombrio nas perspectivas para os anos 90. Pelo contrário, o MEC não teria ainda apresentado proposta por não querer impô-la a partir de sua estrutura organizacional. Argumenta que as diretrizes a serem implementadas pelo MEC deveriam

"brotar da própria comunidade universitária (...) pretendemos buscar nos diversos segmentos integrantes do comunidade universitária a totalidade das diretrizes que devemos, enquanto MEC, procurar conciliar, compatibilizar, unificar. (...) a proposta de

³ Esta é uma preocupação presente também na fala de Silvio Botomé (ANAIS, 1990:48)

desencadear uma série de ações, por meio da constituição de grupos de trabalho (...) sobre uma diversidade de temas" (ANAIS, 1990:42).
Assegura que o tema básico que deverá ser referência para os demais é a questão da autonomia universitária.

Outra contradição se reflete no próprio conceito de extensão. Considerado por vários participantes como hegemônico dentre os membros do Fórum, e reafirmado em algumas falas enquanto um processo que vai garantir indissociabilidade entre a produção e a transmissão do conhecimento, assegurando a participação da sociedade no processo de socialização desse conhecimento, para Prof. Sílvio Botomé / UFSCar, o maior desafio do grupo é tornar mais claro.

"... a essência das atividades de extensão, que é vinculada aos esforços em tornar o conhecimento produzido existente (...) que as universidades dominam e produzem (...) acessível à população do país.(...) temos que ter claro que o papel fundamental da universidade é de produção de conhecimento, portanto de ciência e tecnologia (...) Nesse esforço de tornar o conhecimento acessível fica claro que um dos papéis mais importantes da universidade é de produção do conhecimento (...) tornar o conhecimento acessível à população, tem como decorrência (...) desenvolver as universidades fora dos grandes centros do país" (ANAIS, 1990:47).

Ora, o que se depreende dos trechos acima é uma concepção de que o papel da universidade é produção do conhecimento - portanto, pesquisa - e que a função essencial da extensão é a transmissão de conhecimento produzido ou dominado pela universidade. Tal concepção desconsidera todo o esforço de reflexão que o Fórum vinha fazendo ao longo de três anos de

atuação ao defender a extensão enquanto processo que articula o ensino e a pesquisa às demandas sociais.

Na fala de alguns participantes a extensão aparece como mecanismo que viabiliza a credibilidade da universidade; para outros esta visão encontra-se superada na medida que entende-se não ser função da universidade substituir setores do governo em ações que lhe são próprias, seja na área de saúde, educação ou outras. Ambas as posições são sustentadas por argumentos.

Para Angela Fonseca / UFRN "*Concebendo que a extensão viabiliza a credibilidade da universidade na sociedade, porque ela vai mostrar à sociedade o que a universidade realmente faz*" (ANAIS, 1990:50)

Já Ronai Rocha / UFSM considera que

"Assistimos o fim dos ideais de redenção da Universidade por meio de uma extensão universitária hipertrofiada. A extensão universitária começa a encontrar medidas: retoma-se cada vez mais a idéia de uma extensão realimentadora do processo de ensino e pesquisa, uma extensão enxuta. Este ideal é fortalecido pela convicção de que o enfrentamento da dívida social pela universidade é apenas imediato, e que esta tarefa cabe aos governos, mediante o uso dos mecanismos adequados, que por certo não estão ao alcance da universidade".(ANAIS, 1990:66)

Quanto ao tema alfabetização, debatido em uma mesa, também registram-se conflitos e contradições em função das propostas políticas governamentais para a alfabetização. O ano de 1990 era o Ano Internacional da Alfabetização, e o governo eleito enfatizava em seu discurso o combate ao analfabetismo como sua meta prioritária na educação, cobrando efetiva

atuação das universidades na área⁴ e desconsiderando questões de extrema urgência para as IES públicas. Assim, os discursos dos participantes refletem opiniões divergentes sobre o envolvimento das universidades com tais programas governamentais. Na concepção da Prof. Maria de Lourdes de Souza / UFSC,

"... a alfabetização é projeto político prioritário, mas precisa passar automaticamente como um programa coordenado pela Extensão, articulando o Ensino e a Pesquisa. Não pode simplesmente passar às raias da extensão como se nada estivesse relacionado a ela e como se as universidades fossem assumir responsabilidades que não lhe são próprias" (ANAIS, 1990:33).

Já o Prof. Sílvio Botomé / UFSCar considera que a universidade não

"...deve fazer alfabetização quando talvez o papel dela que não foi considerado até hoje de produção de conhecimento sobre os processos e as metodologias para garantir a alfabetização estão disponíveis aí e não cabe a ela esse papel de substituir o Estado, de substituir escolas, de substituir a educação básica..." (ANAIS, 1990:48)

A Prof. Maria Oly Pey / UFSC considera que a universidade brasileira é, em parte, responsável pelo fracasso da alfabetização, pois *"faltam programas de ensino de bom nível na universidade brasileira politicamente comprometidos com a formação de professores da educação básica (...) e de formação em serviço para profissionais"* que atuam neste nível. Argumenta que *"na questão da alfabetização, conquistar a possibilidade concreta de influir no desenvolvimento social do povo é concretamente, definir e cumprir*

⁴ Ver MEC, Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, 1990.

planos de ação que alterem o quadro deprimente do analfabetismo político educacional do povo brasileiro” (ANAIS, 1990:56).

Já o Prof. Ronai Rocha / UFSM analisa que o governo ao atuar na educação com a estratégia de ações de impacto, não conseguiria resolver problemas tão graves como a alfabetização, como ocorreu o antigo Mobra. Desmistifica a idéia corrente de que por meio da alfabetização promove-se a cidadania, supondo-se que o analfabeto passaria de uma situação de marginalidade para uma situação de participação. Argumenta o professor que entendendo a cidadania como

“algo além da formalidade da existência de direitos abstratamente garantidos em lei, portanto tendo conseqüências empíricas num cotidiano de participação e reivindicações, não se deriva apenas do (...) domínio mecânico da habilidade de ler e escrever” (ANAIS, 1990:70).

Percebe-se nesses discursos fortes efeitos ilocucionários e mesmo perlocucionários. Os palestrantes, quando se pronunciam, pretendem produzir efeitos, formar opiniões, utilizam expressões fortes como "deve ser", "é necessário", "passar automaticamente", "é concretamente", e outros.

A questão da metodologia em extensão universitária foi tratada em dois discursos. O primeiro de cunho mais teórico e o segundo de cunho mais prático, embora em ambos se perpassem tanto argumentos que visam a compreensão cognitiva do tema quanto a definição de normas a ele relacionadas. A Prof. Maria Izabel Lopes / Universidade Estadual de Maringá contextualizou a extensão universitária em diferentes projetos políticos de governos; relacionou-a ao trabalho docente frente à função social da universidade e à demanda do empresariado e do Estado, através da prestação de serviços. Considera importante

"...realizar avaliações, fazer reflexões sobre elas. É necessário que se coloquem algumas questões, tais como: Qual a idéia que nos move nessa ação? Qual a finalidade? Quais as teorias que dão sustentação a uma intervenção social (...) Responder a estas questões significa refletir o sentido da autonomia da universidade. Significa também restaurar o seu sentido público, uma vez que se coloca a serviço da população pobre, doente, desqualificada, sem educação, sem trabalho..."

Recomenda que a busca de recursos para "financiamento de projetos deve ter como parâmetros o projeto coletivo. Mesmo os recursos advindos dos setores privados devem estar comprometidos com o caráter público dos projetos sociais e culturais que a universidade levará a efeito"(ANAIS, 1990:75). A metodologia da extensão universitária deve pois, expressar a possibilidade de uma intervenção social a partir das necessidades que se colocam para o conjunto da população.

O Prof. Alex Fiúza de Melo / UFPA inicia sua fala sobre o tema considerando que discutir a extensão é discutir a própria universidade e o seu papel político e social. A extensão é o momento de devolução à sociedade dos investimentos creditados à universidade.

Apresenta diretrizes metodológicas para uma política de extensão que giram em torno do eixo central que é trabalhar a partir da prática de programas. Para o professor, trabalhar com programas que subordinam projetos de forma integrada e interdisciplinar, substitui

"... com vantagens a prática dos pequenos projetos, de objetivos imediatistas e de curto alcance, para se realizar programas que a médio e longo prazos pudessem cumprir um ciclo mais completo de ações e que nos permitissem não só o exercício pedagógico para fora

da universidade, mas a possibilidade de um momento de re-educação desta última” (ANAIS, 1990:81).

São apontadas outras vantagens e recomendações quanto ao desenvolvimento da atividade extensionista sob forma de programa: a possibilidade de experimentar os procedimentos do planejamento participativo que supõe uma relação de troca entre saberes científicos e popular; a realização de um processo contínuo de avaliação com a participação das unidades acadêmicas e representantes dos organismos externos envolvidos; a facilitação da integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de outras. Apresenta ainda algumas idéias, do ponto de vista operacional, que orientam o trabalho com programas, desde as possibilidades de demanda inicial, sua elaboração, articulação interdisciplinar, carga horária para equipe, até a comunicação dos resultados científicos obtidos.

O evento deu oportunidade para que os participantes discutissem os três temas que representavam conteúdos proposicionais problemáticos para o grupo. Os argumentos esclareceram hipóteses equivocadas sobre os temas em debate, e juntamente com a crítica às experiências negativas e às intervenções fracassadas possibilitaram o estabelecimento de alguns pontos consensuais.

As Conclusões e Recomendações do IV Encontro registram que inúmeros avanços foram alcançados durante os três anos de atuação do fórum em especial quanto à afirmação do conceito de extensão, sua institucionalização e a criação de novos espaços de colaboração acadêmica via projetos e ações interdisciplinares. Considerando ser necessária a continuidade de esforços no sentido de se obter a consolidação das conquistas relacionadas, em especial, à institucionalização da extensão, à articulação entre as atividades - fim da universidade, à socialização da conhecimento

gerado e sistematizado pela universidade e ainda a busca de um maior compromisso das IES com a produção de um conhecimento científico voltado para a busca de soluções dos problemas da maioria da população.

Quanto ao tema Alfabetização, o grupo considerou que a universidade pública vinha contribuindo através de pesquisas, da formação de recursos humanos na área e da formulação de políticas e estratégias de atuação conjunta com a sociedade. Registrou a compreensão de que a alfabetização de crianças, jovens e adultos "*insere-se nas contradições estruturais da sociedade brasileira e como tal, não pode ser objeto de campanhas e planos de curto prazo...*" (ANAIS, 1990:86). As orientações que emanam do documento para as universidades são no sentido de que sua atuação deve direcionar-se para erradicar as causas do analfabetismo, através de programas institucionais com participação de instituições comunitárias que atuem na alfabetização.

Quanto ao tema Metodologia em Extensão Universitária, as conclusões refletem os conteúdos de ambos os discursos que trataram do mesmo, no painel específico. Neste sentido registram

"O desafio de discutir metodologia em extensão coloca em aberto a própria visão e perspectiva que se tem não apenas do trabalho acadêmico, mas da Universidade, pois implica em concebê-la na sua relação dinâmica com a sociedade mais ampla à qual serve e da qual é produto. Este desafio implica numa opção ideológica definida em relação ao papel político e social que a Universidade deve cumprir e assumir perante os desafios históricos (...). a seleção das metodologias a serem aplicadas em programas e projetos de extensão deverá ser orientada pelos seguintes princípios: a) explicitação da teoria que fundamenta a prática; b) afirmação de um compromisso filosófico e

prático sustentado numa concepção de Universidade; c) inserção na realidade social (...)" (ANAIS, 1990:88)

O V Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras acontece em São Luiz / MA, no período compreendido entre 12 e 14 de junho de 1991, discutindo o tema central "A institucionalização da extensão no contexto da autonomia universitária e sua gestão democrática", contando com a participação de quarenta e quatro universidades públicas.

O Documento Final produzido no evento apresenta alguns postulados:

" a integração da Universidade às realidades conjunturais se expressa pelo seu comprometimento com a sociedade que a mantém; quanto mais autônoma e democrática for uma Universidade, maior será a sua criatividade, (...) juntamente com a sociedade, encontrar caminhos para a solução de problemas; autônoma, hoje, é a Universidade que, em nome da autonomia, exerce a liberdade acadêmica, que é meio e não fim; no processo histórico de construção da Universidade democrática, o elemento fundante é a referência ao social, pois o exercício da democracia não se esgota no processo eleitoral..." (Fórum Nacional, 1991).

Com base nas considerações acima são apresentadas várias recomendações de forma coerente e articulada quanto às diretrizes políticas, à institucionalização, às estratégias de ação e às questões financeiras. Recomenda-se que a política de extensão nas universidades deve privilegiar ações integradas com as administrações públicas nas diversas esferas e com entidades da sociedade civil, mantendo-se a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, incentivando-se a interdisciplinaridade e a avaliação. Reafirmam-se recomendações anteriores do Fórum no sentido de que a

extensão tenha na estrutura organizacional das universidades o mesmo nível que o ensino e a pesquisa, além de dotação orçamentária, e que as IES definam internamente "mecanismo de operacionalização do processo extensionista nas estruturas curriculares, a fim de que a participação dos discentes em projetos e atividades de extensão seja computada para integralização curricular" (Fórum Nacional, 1991).

Mostra ainda a necessidade da criação de mecanismos de divulgação da atividade acadêmica junto à sociedade, da obtenção de recursos destinados à extensão tanto junto ao MEC quanto às agências de fomento nacionais e internacionais e da definição de critérios para distribuição dos recursos gerados pela extensão.

Observa-se que ao tratar o tema da institucionalização da extensão no contexto da autonomia universitária, o Fórum reafirma princípios e diretrizes já formulados em encontros anteriores. As estratégias de ação recomendadas a eles articulam-se. Definem-se como parceiros privilegiados as administrações públicas nas diversas esferas.

Uma questão presente era de que o grande volume de atividades na área cultural desenvolvidas pelas universidades, em sua maioria realizadas pelas Pró-Reitorias de Extensão, sem contar, no entanto, com diretrizes políticas seja ao nível nacional, seja ao nível institucional, estava a exigir do Fórum Nacional uma reflexão mais sistematizada. O canal de comunicação aberto junto à Secretaria de Cultura da Presidência da República e a negociação de financiamento de projetos na área, apontavam já nessa direção. Assim, o VI Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas que acontece em Santa Maria / RS, no período de 21 a 25 de abril de 1992, tem como tema central **Universidade e Cultura**.

A organização desse evento difere um pouco dos anteriores pois, além de conferências e painéis sobre os temas: As artes e a universidade, A crise da cultura e o papel da universidade, A universidade e a construção da noção de latinidade, optou-se pela constituição de grupos de trabalho sobre temas previamente estabelecidos. Isto reforçou o caráter de reunião de trabalho do evento, possibilitando definir uma política para as IES públicas na área artístico cultural. As recomendações e proposições dos grupos temáticos constituíram as Conclusões do VI Encontro e orientações às universidades sobre: patrimônio cultural, música, artes plásticas, editoração, artes cênicas, práticas esportivas, recreativas e lazer; cinema, vídeo e TV; criação literária; questões institucionais, políticas e administrativas atinentes à gestão do setor artístico cultural.

Dentre as recomendações do VI Encontro Nacional está a definição de uma política de atuação na área cultural em cada universidade, a criação de corredores culturais que possibilitariam o intercâmbio entre as instituições e a circulação de espetáculos, a publicação de calendários anuais de eventos culturais. A universidade é considerada como instituição cultural que deve "*produzir, preservar e difundir manifestações culturais, através da realização de Programas de Extensão*" (Fórum Nacional, 1992). Reafirma-se a necessidade e estabelecem-se orientações quanto à busca de recursos para realização das atividades culturais junto a agências financiadoras, à Secretaria de Cultura da Presidência da República, especialmente na proposta do Programa de Bolsas de Arte e no financiamento a editoras. Recomenda-se a constituição de um sistema nacional de comunicação vinculado às universidades, com emissoras de rádio e TV. Decide-se ainda, no encontro, pela reivindicação formal de representação das universidades públicas na Comissão e nos Conselhos de Cultura, através do Fórum Nacional de Pró-

Reitores de Extensão. Esta medida obtém o apoio do Secretário de Cultura presente ao evento, professor Sérgio Paulo Rouanet.

Percebe-se, através das deliberações do VI Encontro que o Fórum de Pró-Reitores de Extensão propunha-se a continuar na sua atuação enquanto órgão responsável pela definição da política de extensão para as IES públicas brasileiras, preservando os espaços já conquistados e consolidando novas. As atividades culturais, realizadas de forma bastante dispersa, são então objeto de uma reflexão sistemática, produzindo-se orientações para as IES, em nível nacional.

A questão da avaliação das universidades brasileiras era tema que se fazia presente já há alguns anos tanto no meio acadêmico quanto político. O MEC cria em julho de 1993, a Comissão Nacional de Avaliação para definir diretrizes para uma ação nesse sentido, envolvendo todas as universidades brasileiras.⁵

Da parte do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão a preocupação com a avaliação fez-se presente desde suas discussões iniciais, podendo ser encontrada esta referência em vários documentos produzidos. Já o V Encontro, em São Luiz, apontava para a urgência em se trabalhar a temática avaliação e indicadores de extensão. Da mesma forma, o documento A Extensão Universitária no Brasil: contribuição ao diagnóstico / Etapa I mostrava a necessidade do Fórum enfrentar a questão da definição de indicadores de diagnóstico da atividade de extensão, alertando para os riscos da ação extensionista continuar marginalizada nos processos da avaliação acadêmica. No Encontro de Santa Maria, decide-se que este seria o tema da

⁵ Em 26 de novembro de 1993, a Comissão Nacional de Avaliação instituída pela Portaria 130/MEC/SESu, de 14 de julho de 1993, apresenta o Documento Básico / Avaliação das Universidades Brasileiras / Uma proposta Nacional. A ênfase é dada na avaliação do ensino de graduação.

próxima reunião. Assim, o VII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, acontece em Cuiabá / MT, no período de 15 a 18 de junho de 1993, tendo como tema central "Avaliação da Extensão no Contexto da Autonomia Universitária". Além de palestra sobre este tema, o evento contou com outras sobre Avaliação Institucional no Contexto da Política de Educação Superior, Uma Política de Cultura para as Universidades, e Perspectiva de uma Política de Extensão para as Instituições de Ensino Superior / Programa de Fomento à Extensão Universitária (ANAIS, 1993). Esta última consistiu na apresentação pela Profa. Maria José Feres, Diretora do DEPE / SESu do Programa - o PROEXTE - elaborado em conjunto por representantes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão e do MEC, incorporando diretrizes que o Fórum vinha definindo desde sua criação

Nas palavras da Prof. Arleth Pereira/UFMS/RS, uma universidade que não promove a sua própria avaliação torna-se cada vez mais desvinculada das exigências postas pela sociedade, incapaz de acompanhar os avanços da ciência e tecnologia e incompetente na formação de profissionais (ANAIS, 1993: 97). Considera, ainda, que embora a avaliação, via de regra, seja feita tendo como base indicadores quantitativos, é a avaliação de cunho qualitativo que aborda dimensões mais profundas, devendo ser baseada em critérios que atendam aos princípios de autonomia, democracia e liberdade.

O VII Encontro adotou a metodologia de trabalho da discussão do tema em grupos por região, com apresentação de propostas, sendo o Documento Final elaborado tendo como base as propostas regionais. Partindo do princípio de que a avaliação da universidade é um processo político-técnico, não se restringindo às questões administrativas, recomenda que a relação processual que acontece no exercício do ensino, da pesquisa e da extensão seja

considerada no desenvolvimento do processo avaliativo. Entendendo "a avaliação como um projeto pedagógico institucional, não se pode pensar em avaliação da extensão independentemente da avaliação global da universidade" (ANAIS, 1993:178). São estabelecidos três parâmetros a serem considerados na realização da avaliação das atividades de extensão: a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a interdisciplinaridade e a relevância social. Este último não pode ser considerado apenas sob a ótica da universidade, mas deve ser definido em conjunto com a comunidade, explicitando-se as responsabilidades de cada uma, apurando a competência da universidade em contribuir para que a comunidade se torne autônoma para responder às questões trabalhadas conjuntamente, baseando no princípio de que a IES não pode substituir os poderes públicos em suas responsabilidades. Define princípios para a avaliação da extensão universitária, retirados do conceito e de diretrizes elaborados pelo Fórum, recomendando ainda aspectos da sua institucionalização a serem considerados.

Ponto relevante do Documento Final e que, de certa forma, era aguardado pela comunidade acadêmica nacional, enquanto uma posição formal do Fórum, é a definição de *indicadores de avaliação da extensão universitária*, que são definidos com referência a três níveis:

- a) Compromisso institucional para estruturação e efetivação das atividades de extensão: graus de formalização na estrutura e de participação no orçamento da instituição, definição de políticas institucionais de extensão, existência de programas institucionais de fomento à extensão, graus de envolvimento de docentes, discentes e técnicos nas atividades de extensão e de inserção destas atividades nos programas departamentais, dentre outros.

- b) Impacto Social: relevância social, econômica e política dos problemas abordados nas atividades de extensão, segmentos sociais envolvidos, apropriação, utilização e reprodução do conhecimento presente na atividade de extensão pelos setores envolvidos, grau de interação com órgãos públicos e privados.
- c) Métodos, processos e instrumentos de formalização das atividades de extensão em instrumentos próprios, envolvimento das instâncias acadêmicas na análise e avaliação dos projetos e participação dos parceiros externos na avaliação dos projetos.

Embora o Documento Final deste encontro apresente orientações bastante claras e pertinentes quanto à avaliação das atividades de extensão e, ao mesmo tempo, do ponto de vista acadêmico, o momento era propício à avaliação, não se verificou, em nível nacional, um processo de avaliação da extensão universitária.

Nos meses de março e abril do ano seguinte, ocorrem os seminários regionais, nos quais se produzem documentos preliminares sobre a temática a ser tratada no **VIII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas**, que acontece em Vitória / Espírito Santo, no período de 10 a 13 de maio de 1994. O tema central é "**Universidade: a construção da cidadania e a afirmação da soberania nacional**". O evento contou com duas atividades ligadas a este tema, uma conferência abordando "A função da universidade na construção da soberania nacional e da cidadania", proferida pelo Prof. Leonardo Boff / UERJ e um painel sobre a "Ação conjunta entre a universidade e a sociedade na construção da cidadania e a afirmação da soberania nacional". A metodologia utilizada foi a discussão em grupos de trabalho para posterior elaboração do Documento Final. O VIII Encontro contou ainda com a palestra sobre o

Programa de Fomento à Extensão Universitária e sobre o Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente. O tema "O currículo como instrumento viabilizador da articulação entre ensino, pesquisa e extensão" foi debatido em painel, seguido de apresentação de experiências de algumas IES. Foram ainda discutidas propostas de parcerias entre as universidades públicas, instituições governamentais e organismos da sociedade civil (ANAIS, 1994).

O Prof. Leonardo Boff alerta para o desafio que se coloca para a universidade na construção do Brasil como nação soberana, na construção de uma cidadania que articula o cidadão com o outro cidadão, com o Estado, com o nacional, com o mundial, na construção do devenir humano. Registra a enorme dívida social que a universidade tem para com o povo brasileiro, especialmente o pobre e marginalizado, não podendo se constituir em mera formadora de quadros para o funcionamento do sistema imperante. Há que se manter a sua missão de laboratório do pensamento de contestação e libertação. É necessário que as unidades acadêmicas busquem um enraizamento orgânico com a periferia, as bases populares e os setores ligados à produção dos meios de vida. Aqui pode se estabelecer uma fecunda troca entre os saberes acadêmico e popular, com a definição de novas temáticas teóricas, nascidas do confronto com a anti-realidade. (ANAIS, 1994:27)

O painel "Ação conjunta entre a universidade e a sociedade na construção da cidadania e na afirmação da soberania nacional" contou como debatedores, com representantes do Pensamento Nacional das Bases Empresariais, da Prefeitura Municipal de Vitória, da Associação Brasileira de ONGs e da Universidade de São Paulo. Este peso dado a representantes da sociedade na composição do painel confirma as palavras do Prof. Klinger Alves / UFES de que "O encontro ocorreu em um momento de grande

mobilização do Fórum no sentido de articular o trabalho universitário às demandas complexas da sociedade brasileira atual".(ANAIS, 1994:9)

O Documento Final do evento, intitulado "A Universidade, a construção da cidadania e a afirmação da soberania nacional", não foi elaborado como fruto de discussões dos participantes. Na realidade, ele foi um condensado dos documentos produzidos preliminarmente pelas Regionais Norte, Nordeste e Sudeste⁶, com predomínio dos conteúdos propostos pelas duas últimas, e aprovado em sessão plenária. Traz ainda a influência da conferência do Prof. Leonardo Boff, tanto nas questões conceituais, quanto no posicionamento político. Marca a posição da universidade enquanto elemento de transformação da sociedade brasileira, que deve ser *"espaço aberto às discussões que viabilizem o pleno exercício da cidadania para a superação de toda sorte de exclusão ou marginalização que ainda mantém grande parte da população alheia ao exercício de seus direitos..."* (ANAIS, 1994: 171). Considera que a universidade deve participar em todos os movimentos que visem a superação das condições de desigualdade e exclusão existentes no país. Quanto à questão da soberania nacional, considera-se que a sua afirmação passa pela mediação da construção da cidadania, na qual a universidade deve ter papel ativo, através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Documento Final, de cunho bastante normativo, define algumas diretrizes que devem orientar a ação cidadã das universidades públicas brasileiras. Entende o Fórum que a ação acadêmica, especialmente a de extensão, deve direcionar-se prioritariamente para os setores da população excluídos de seus direitos de cidadãos. Na luta pela cidadania plena a

⁶ As discussões durante o evento concentraram-se mais na questão da manutenção do PROEXTE.

universidade deve articular-se com instituições e organismos da sociedade civil e política, comprometidos com a transformação do quadro de exclusão, priorizando sua ação junto ao sistema de ensino público.

Uma questão que se faz presente durante todo o encontro de Vitória e que pode ser apreendida na fala de vários Pró-Reitores e de representantes do MEC é a preocupação pela continuidade do PROEXTE/Programa de Fomento à Extensão Universitária, que é analisada no ítem seguinte deste capítulo. Assim, várias das diretrizes do Documento Final são relacionadas à manutenção do Programa tais como: consolidação de recursos para seu desenvolvimento através de inclusão de rubrica orçamentária própria no orçamento do MEC; busca de apoio para institucionalização do Programa junto a organismos acadêmicos como o CRUB, a ANDIFES, a ABRUEM e os outros Fóruns de Pró-Reitores; promoção de avaliação do impacto dos recursos do Programa nas atividades de extensão das IES, dentre outras.

Esta questão se mantém enquanto preocupação central dos membros do Fórum durante os três Encontros Nacionais seguintes, merecendo repetidas recomendações quanto à sua manutenção e quanto à liberação dos recursos autorizados pelo MEC.

O IX Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas acontece em Fortaleza / CE no período de 14 a 16 de junho de 1995, tendo como tema central "Articulação da Extensão Universitária com os Projetos Estratégicos de Desenvolvimento Regionais e Nacionais".

O evento contou com uma mesa redonda sobre este tema central com participação do Secretário de Ensino Superior / MEC, Prof. Décio Zagottis, e apresentação e análise do documento Perfil da Extensão Universitária no Brasil, produzido em 1994, em conjunto pela SESu e pelo Fórum, coordenado

pela Comissão de Extensão Universitária e pelo Comitê Assessor. Foram realizadas duas sessões de discussão em grupos, seguidas de apresentações em plenário para, com base nas conclusões, se elaborar o Documento Final.

Embora o tema do IX Encontro se distancie dos temas dos encontros anteriores do Fórum, o documento nele produzido concentra-se na confirmação de suas diretrizes. Considera a necessidade da "*Universidade envolver-se crítica e objetivamente na definição e estabelecimento das políticas públicas que dêem conta das demandas das pessoas e da coletividade...*" (Fórum Nacional, 1995). Reafirma posições definidas pelo Fórum como: o caráter público e gratuito a ser preservado pelo ensino universitário, a extensão enquanto prática acadêmica que articula a universidade e a sociedade, a impossibilidade da extensão substituir o poder público em sua responsabilidade pela manutenção da universidade, dentre outras.

As recomendações do Documento Final, todas, de caráter prescritivo, propõem que o Fórum se articule com outros fóruns ou instâncias colegiadas no sentido de garantir a participação da universidade na definição de diretrizes e estratégias de ação das políticas públicas; que estimule a formação de comissões temáticas para aprofundamento da análise do perfil da extensão, de modo que as universidades promovam a revitalização do ensino, através da extensão, formando profissionais críticos e que intervenham na realidade. Recomenda ainda a criação de um banco de dados sobre a extensão e a implementação da avaliação nas IES, tendo como diretriz a indissociabilidade entre as atividades acadêmicas.

A análise do IX Encontro, bem como dos encontros seguintes, torna-se mais difícil uma vez que a partir deste evento não são publicados os Anais que os documentassem de forma mais completa. Os documentos que

registram os eventos, tais como atas e conclusões finais tornam-se dispersos, perdendo-se da mesma forma as discussões e a maior parte dos textos das conferências.

O X Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras acontece em Belém, no período de 24 a 26 de abril de 1996, tendo como tema "Por uma Política Nacional de Extensão". Tanto a programação do evento quanto as propostas votadas em plenário demonstram a preocupação dos Pró-Reitores quanto ao delicado momento político para as universidades públicas brasileiras e a necessidade do Fórum consolidar sua atuação junto às IES que o compõem e ao MEC, buscando apoio de organismos como CRUB, demais Fóruns de Pró-Reitores e, especialmente a ANDIFES.

O Encontro contou com três mesas, cujas palestras foram seguidas de debates. Os temas foram: Por uma Política Nacional de Extensão, A Extensão Universitária e o Relacionamento com o Ensino Fundamental e A Conjuntura Atual da Educação Superior Brasileira: articulação ensino, pesquisa e extensão. Foi reservada participação nas mesas, enquanto palestrantes ou debatedores, aos próprios membros do Fórum, indicando possivelmente que este mantinha como objetivo um de seus propósitos declarados quando da sua criação, qual seja a formulação de política de extensão para as IES públicas brasileiras.

Quanto à última mesa, foi composta pelos presidentes dos quatro Fóruns de Pró-Reitores, o de Extensão, o de Graduação, o de Pesquisa e Pós-Graduação e o de Planejamento. Esta composição acena para a necessidade de integração entre os fóruns representantes das atividades acadêmicas e também administrativa das universidades.

O evento não se restringiu à participação dos Pró-Reitores e convidados, aberto que foi à toda comunidade acadêmica. Nas palavras da então Presidente do Fórum, Profa. Tania Baibich, *"Este é o momento no qual o Fórum pretende procurar outras parcerias, além do MEC, além de firmar todos os trabalhos feitos pela Universidade"* (O Liberal, 1996).

As propostas foram apresentadas, discutidas e votadas em plenário. São elas: implantação do Programa Integrado de Extensão Universitária, da região sudeste com sugestão de que as outras regiões também atuem de forma integrada; constituição da Rede Nacional de Extensão - RENEX, com o objetivo de interligar as universidades através da Internet; criação de um grupo de sistematização sobre o ensino fundamental, com o objetivo de interagir com este nível de ensino para levantar subsídios para compor alternativas de solução para seus problemas. Decidiu-se, ainda, pela criação de um movimento em defesa das universidades públicas. Quanto ao relacionamento do Fórum com o Programa Universidade Solidária, que por diversas ocasiões havia já procurado o Fórum na tentativa de realizar atividades em conjunto, ficou estabelecido que seria feito um contato formal com sua coordenação, através de documento que contemplasse os princípios da ação extensionista, definidos pelo Fórum.

Percebe-se que continuam presentes nas discussões do Fórum questões tematizadas desde sua criação, tais como: articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, atuação integrada das IES por região, a definição de uma política nacional de extensão universitária, dentre outras.

O XI Encontro do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas⁷ acontece em Curitiba / PR, no período de 08 a 10 de junho de 1997, contando com a participação de representantes de 64

⁷ Em vários documentos o evento é registrado equivocadamente como X Encontro.

(sessenta e quatro) universidades, tendo como tema **10 anos de Fórum: Avaliando a Extensão**. O evento comemora os dez anos de atuação do Fórum Nacional de Pró-Reitores, contando com a presença de alguns de seus fundadores. Conta-se com uma mesa sobre "Autonomia e Extensão Universitária", porém o tema sobre o qual os Pró-Reitores dedicam grande parte das discussões é a Avaliação da Extensão Universitária e o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB. A avaliação da extensão que já fora debatida no VII Encontro, em Cuiabá, volta a ser tema de destaque no XI Encontro, quando os Pró-Reitores se dividem por região, com a tarefa de propor indicadores de avaliação da ação extensionista. Foi distribuído a cada universidade integrante do Fórum, com a devida antecedência, o texto "Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras: construção do modelo e implicações", de José Dias Sobrinho / UNICAMP. Outros documentos que serviram de subsídio às discussões foram o "Projeto de Avaliação das Atividades de Extensão" apresentado pela Universidade Federal da Paraíba / UFPB, em fase de implantação à época do encontro, e "Avaliação Institucional da Universidade Federal de Goiás - Projeto Biênio 96/97."

O grupo da região centro-oeste subscreve o documento da UFPB, registrando que o perfil da avaliação vai depender da especificidade de cada IES e que todo o processo, desde a concepção, realização e os encaminhamentos, deve contar com a participação dos atores envolvidos na extensão. A avaliação deve ainda considerar a repercussão da extensão na formação do aluno, na produção do conhecimento, na constituição da autonomia econômica e social das populações envolvidas e a transformação recíproca entre universidade e população. Aponta ainda como indicadores a

serem considerados a interdisciplinaridade, interdepartamentalidade e a interinstitucionalidade.

O grupo da regional sudeste resgata o Documento Final do Fórum produzido no VII Encontro, em 1993, considerando que a etapa inicial do processo de avaliação da extensão é o estabelecimento de *índices* que evidenciem a *produção acadêmica* a ela pertinente. Relacionam alguns indicadores de avaliação do impacto social das atividades de extensão e outros referentes aos métodos, processos e instrumentos de avaliação. Quanto aos que avaliam o impacto social, são considerados: relevância social, econômica e política dos problemas abordados, interação com órgãos públicos, privados e segmentos da sociedade civil, resultados alcançados, tais como a construção conjunta do conhecimento, a apropriação do conhecimento por parte dos parceiros e outros. Os métodos, processos e instrumentos de avaliação da extensão devem contemplar os seguintes indicadores: formalização das atividades através de instrumentos específicos, envolvimento das diversas instâncias acadêmicas na análise e avaliação dos projetos e participação dos parceiros na avaliação dos projetos. Recomenda-se ainda que os programas, projetos e atividades de extensão componham o plano departamental e da unidade acadêmica objetivando sua institucionalização. Da mesma forma valoriza-se a integração entre tais atividades como meio de se alcançar a interdisciplinaridade e interdepartamentalidade. Os indicadores são decorrentes da detecção de aspectos tais como: os graus de formalização da extensão na estrutura universitária, da sua participação no orçamento da instituição, da sua valorização na estrutura acadêmica, da participação da extensão nas carreiras docente e técnico - administrativa e do envolvimento destes em programas de extensão, além da existência de programas institucionais de fomento,

especialmente de bolsas, e a definição de políticas institucionais de extensão, com explicitação de metas e prioridades. O grupo considera ainda pertinente apresentar a dimensão quantitativa da extensão nas universidades públicas, sugerindo, neste sentido alguns índices: aluno equivalente / curso, número de certificados emitidos em cursos e em eventos, produção em extensão, público atingido, dentre outros.

O grupo da região norte apresenta indicadores de avaliação relacionados à concepção de extensão, ao desempenho docente, às condições de infraestrutura e à gestão. Quanto à concepção de extensão são considerados os aspectos da indissociabilidade entre as atividades acadêmicas, a interação entre universidade e sociedade, a interdepartamentalidade e interdisciplinaridade, a participação discente e continuidade. A eles são associados os seguintes indicadores: grau de inserção nos projetos pedagógicos, linhas de ação comuns entre as Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão, mudanças ocorridas que demonstrem a relevância social dos projetos, níveis de integração entre projetos. Quanto ao desempenho docente consideram-se como indicadores a natureza da atividade, a participação em eventos e a produção científica. Quanto à infra-estrutura recomenda-se como indicadores os recursos humanos, materiais e financeiros. Os indicadores relacionados à gestão são: existência de resoluções e normas, funcionamento de órgãos colegiados, planos de ação, dentre outros.

O grupo de representantes das universidades da região sul apresenta os seguintes indicadores da avaliação da extensão: participação de alunos nos projetos, discussão com os pares para aprovação dos projetos, transformações no ensino e na produção do conhecimento, reflexos na política interna da IES, interação com a comunidade e transformações sociais.

Na produção do documento final do XI Encontro, intitulado Súmula da Avaliação da Extensão Universitária e o PAIUB, optou-se pelo registro das conclusões dos grupos de trabalho por região. Não houve, portanto, uma discussão das conclusões dos grupos, visando elaborar uma síntese como produto final consensual do Fórum. A decisão de registro das conclusões de cada grupo poderia ser interessante diretriz para as regionais se o documento final apresentasse o registro completo de cada região. No entanto, para não ser repetitivo, a Súmula da Avaliação suprimiu as conclusões comuns apresentadas pelos grupos, o que empobreceu as propostas de cada região, vistas separadamente. Exceção feita à regional centro-oeste que, por ser a primeira relacionada no documento, tem suas conclusões apresentadas integralmente.⁸

Os dois Encontros Nacionais seguintes, realizados ambos em Brasília, respectivamente o XII, em dezembro de 1997 e o XIII, em março de 1998, marcam o redirecionamento das ações do Fórum com vistas à formulação de um novo programa de extensão, em parceria com o MEC, para as IES públicas. Isto se dá em decorrência do encerramento das infrutíferas negociações do Fórum, com diversas instâncias do MEC, para manutenção do PROEXTE. Os Pró-Reitores, então, iniciam novas articulações junto ao MEC, quando são produzidos dois instrumentos integrados: o Programa Universidade Cidadã e o Plano Nacional de Extensão Universitária, sobre os quais se discorrerá no item seguinte deste capítulo.

O primeiro deles, intitulado Programa Nacional Temático de Fomento à Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - Universidade Cidadã, é apresentado durante a abertura do **XII Encontro Nacional**, que contou com a

⁸ Importante registrar que a preparação do documento, em questão, ficou a cargo de um Pró-Reitor da região centro-oeste.

presença do Presidente da ANDIFES, Reitor Tomaz Aroldo da Mota Santos / UFMG, representantes do MEC e do Ministério do Trabalho.

Baseado em diretrizes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão propondo que as ações extensionistas das universidades públicas se integrassem por áreas, o documento define oito áreas temáticas nas quais devem se integrar tanto as atividades em desenvolvimento nas IES quanto as novas ações a serem implementadas. São elas: Preservação e Sustentabilidade do Meio Ambiente, Promoção à Saúde e à Qualidade de Vida, Educação Básica, Desenvolvimento da Cultura, Transferência de Tecnologias Apropriadas, Atenção Integral à Criança, Adolescente e Idoso, Capacitação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas, Reforma Agrária e Trabalho Rural.

Algumas diretrizes são definidas na plenária final do XII Encontro (Fórum Nacional, 1997c). A primeira delas é a constituição da Comissão Nacional de Extensão do Fórum, composta pelos Presidente e Vice, os cinco Coordenadores Regionais e três consultores. A missão imediata desta Comissão é a elaboração do Plano Nacional de Extensão, em parceria com a SESu / MEC.

Define-se, ainda, pela constituição de oito comitês temáticos, de acordo com as áreas estabelecidas no Programa Universidade Cidadã, compostos por Pró-Reitores de IES membros do Fórum. As principais atribuições dos Comitês Temáticos são a elaboração de listagens de "sub-temas" decorrentes dos temas mais amplos estabelecidos no Programa e o levantamento de informações sobre os projetos de impacto para o desenvolvimento regional em andamento nas universidades. Além disso, são encarregados de fazer contato com instituições e órgãos de fomento, possíveis financiadores das

atividades de extensão, encaminhando listagem dos mesmos à Coordenação Nacional do Fórum.

Decide-se pela elaboração de um documento contendo indicadores quantitativos das ações extensionistas das universidades públicas brasileiras. Neste sentido, é distribuído um roteiro simplificado, solicitando informações tais como: número de projetos, programas, eventos, cursos realizados pelas IES; número de certificados expedidos em atividades de extensão, público atingido nos eventos, atendimentos em atividades de prestação de serviços e número de docentes, técnicos e discentes envolvidos nas atividades de extensão. Decide-se ainda por dar início a uma publicação contendo informações sobre os projetos mais relevantes das IES por área temática, a ser coordenada pela Vice-Presidência do Fórum.

Define-se como objetivo principal para a criação do Plano Nacional, o *"estabelecimento de metas para as atividades extensionistas a fim de utilizá-las como um instrumento no desenvolvimento de políticas públicas nas diversas regiões em que as universidades estão inseridas"* (Boletim nº 2, 1997d).

O XIII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras ocorre, como o anterior, em caráter extraordinário, tendo como objetivo central a discussão da versão preliminar do **Plano Nacional de Extensão**, elaborado em conjunto por representantes do Fórum e da SESu/MEC. Decide-se, nesta oportunidade, incorporar ao Plano as áreas temáticas definidas no Programa Universidade Cidadã. O documento é analisado detalhadamente e as sugestões de alteração são votadas em plenário com vistas à redação definitiva.

O Plano Nacional de Extensão Universitária apresenta em sua estrutura os seguintes itens: antecedentes, objetivos, metas, metodologia e avaliação.

Incorpora, na íntegra, o conceito de extensão definido pelo Fórum, em 1987, durante realização do I Encontro e mantido como orientação para a ação extensionista das IES públicas, desde então. No ítem "metas", distinguem-se aquelas referentes à organização da extensão universitária e as relacionadas à articulação com a sociedade.⁹

O XIV Encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras acontece em Natal / RN, no período de 6 a 8 de junho de 1998, tendo como tema o Plano Nacional de Extensão Universitária. Votada a versão final do documento, que incorpora mudanças propostas na reunião anterior do Fórum, define-se como diretriz, "*a elaboração de Planos Regionais em que as metas definidas no Plano Nacional sejam estabelecidas sob forma de temas prioritários de cada região.*"¹⁰

Algumas modificações são propostas nas áreas temáticas, a partir das reuniões regionais do Fórum. **O XV Encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas**, ocorre em Campo Grande / MS, no período de 16 a 18 de maio de 1999, contando com uma conferência de abertura sobre Autonomia e Extensão Universitária e apresentação dos Planos Regionais de Extensão. Discute-se nele o aprofundamento das metas do Plano Nacional, com a definição de estratégias operacionais relacionadas à organização da extensão nas universidades e aos mecanismos de fomento.

No evento são criados dois grupos de trabalho. O GT - Sistema de Dados e Informações e Renex tem como objetivos: definir dados básicos de identificação para programas, projetos e atividades de extensão, apresentar

⁹ O Plano Nacional de Extensão, bem como o Programa Universidade Cidadã são analisados no ítem seguinte deste capítulo.

¹⁰ Entrevista de Arnon Mascarenhas Andrade / UFRN, Coordenador Nacional do Fórum, período de março de 1998 a maio de 1999, concedida à autora, em janeiro de 1999.

proposta de uniformização para as áreas temáticas e indicativos para as linhas programáticas para uso nacional, elaborar termos de referência que padronizem os dados, além de promover a revisão da RENEX.¹¹

O GT - Avaliação da Extensão Universitária é criado tendo como objetivos resgatar os documentos já produzidos pelo Fórum sobre avaliação, estabelecer indicadores qualitativos e quantitativos para avaliação da extensão universitária, elaborar um Programa Nacional de Avaliação da Extensão e realizar um seminário nacional sobre avaliação.¹²

¹¹ Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, Resolução n° 001, de 28 de junho de 1999.

¹² Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, Resolução n° 002, de 28 de junho de 1999.

4.2- Elaboração de Políticas de Extensão

Aqui são apresentadas as duas políticas de extensão universitária elaboradas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, ambas com participação do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Superior, o Programa de Fomento à Extensão Universitária - PROEXTE e o Plano Nacional de Extensão Universitária. Analisam-se os processos de construção das mesmas que ocorreram em momentos em que as relações entre Fórum e MEC se deram de forma diferenciada, respectivamente em 1993 e em 1998.

O Programa de Fomento à Extensão Universitária é analisado desde a sua concepção, em conjunto pelo Fórum e pela SESu, numa fase caracterizada pela cooperação mútua, passando posteriormente por um período em que este mesmo Fórum reivindica de forma insistente ao MEC a manutenção do programa, até a sua desativação.

A elaboração do Plano Nacional de Extensão ocorre em uma fase posterior às tentativas do Fórum junto ao MEC, para manter o PROEXTE. Embora tenha participado da sua elaboração um representante da SESu, não se percebe no processo o mesmo comprometimento por parte do MEC como quando da elaboração do PROEXTE.

Em ambos os processos destaca-se a atuação do Fórum, enquanto um ator social capaz de falar e agir, um ator que pretende interferir na política acadêmica, abrindo espaço para a ação extensionista. Um ator que propõe, discute, articula e redimensiona suas propostas, que pretende ter incorporadas nas políticas públicas suas diretrizes conceituais e políticas, elaboradas num processo marcado pelo entendimento lingüístico.

4.2.1- Programa de Fomento à Extensão Universitária - PROEXTE

Em 03 de março de 1993, durante reunião realizada pelo Departamento de Políticas de Ensino Superior - DEPES/SESu/MEC com os coordenadores Regionais e Nacionais dos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão e de Graduação, esse Departamento aceita a antiga reivindicação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão da constituição de uma Comissão de Extensão. Pela Portaria nº 66/SESu/MEC, de abril de 1993, é criada a **Comissão de Extensão Universitária** com o objetivo de elaborar programas específicos que definam princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão nas IES.

A comissão é composta pelos Coordenadores Nacional e Regionais dos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão, além do Diretor do DEPES e o Chefe da Divisão de Graduação e Extensão - DIEG - do DEPES / SESu / MEC. A Comissão tem um prazo de trinta dias para elaboração de programas específicos, solicitando para isso subsídios das IES componentes do Fórum. É elaborado o **Programa de Fomento à Extensão Universitária**, discutido no DEPES/SESu em uma primeira versão em 20/05/93 e apresentado no VII Encontro Nacional de Pró-Reitores, no mês de junho, em Cuiabá/MT.

O tema reservado ao MEC, no evento, "Perspectivas de uma política de extensão para Instituições de Ensino Superior", é desenvolvido através da apresentação detalhada do Programa de Fomento à Extensão Universitária, que na realidade, constitui uma proposta política para a extensão nas universidades brasileiras, elaborado em conjunto por representantes do Fórum e representantes do MEC. O Programa é apresentado pela Diretora do DEPES / SESu, Profa. Maria José Feres, como um ganho político do Fórum, da Comissão e do Ministério, representando a concretização de uma

reivindicação do grupo de Pró-Reitores desde 1987, ou seja, a institucionalização da extensão dentro do Ministério da Educação.

O Programa de Fomento à Extensão Universitária adota o conceito de extensão elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores apresentando-a como a prática acadêmica que interliga as ações de ensino e de pesquisa com as demandas da sociedade, buscando implementar o compromisso social da universidade. Recomenda-se que nos projetos de extensão sejam priorizadas ações que rompam com a dependência econômica, cultural e política, como elemento essencial para a construção da cidadania, alertando para o fato de que as universidades não podem substituir responsabilidades governamentais.

Tomando como base o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, dimensiona as relações que devem se estabelecer entre tais funções:

- *"A relação ensino / extensão supõe transformações substantivas no processo pedagógico. Alunos e professores constituem-se em sujeitos do ato de aprender, levando à democratização e à socialização do saber acadêmico...*
- *A relação pesquisa / extensão ocorre no momento em que a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a transformação da sociedade.*
- *A extensão, como via efetiva de interação entre a Universidade e a Sociedade, constitui-se elemento capaz de operacionalizar a relação teoria / prática." (ANAIS, 1993:211).*

Os objetivos enumerados no Programa refletem o compromisso social e político, que no entender do grupo que o concebeu e consonante com a posição do Fórum, deve caracterizar a ação da universidade pública brasileira. A extensão deve procurar implementar o processo de democratização do conhecimento acadêmico, estabelecer mecanismos de integração entre os

saberes acadêmico e popular, de forma que a produção do conhecimento se efetive no confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática. Deve contribuir para reformular concepções e práticas curriculares e para rever o conceito de "sala de aula" para além do espaço tradicional, para qualquer lugar onde o ato de aprender ocorra, caracterizado pela interação recíproca entre professores, alunos e sociedade, dentro ou fora dos muros da universidade.

As diretrizes do Programa são no sentido de que a política de extensão de cada universidade propicie a participação da comunidade universitária, privilegiando ações integradas com as administrações públicas e com entidades da sociedade civil, de forma a atender demandas expressivas da população. Recomendam ações que visem a redução dos índices de analfabetismo, a integração da universidade com os ensinos de 1º e 2º graus, especialmente na capacitação e treinamento de professores no interior dos Estados, o desenvolvimento regional no contexto econômico e social, além de propostas alternativas para os estágios curricular e extra-curricular. Recomenda ainda como diretriz que as atividades de extensão sejam sistematicamente avaliadas no âmbito da universidade, com participação da comunidade externa envolvida no processo.

O Programa considera que a extensão universitária deve ser desenvolvida sob a forma de programas, projetos e eventos, a partir dos órgãos acadêmicos das IES, através de ações sistematizadas, criando espaços para a divulgação, aplicação e desenvolvimento de pesquisas. Estabelece que as propostas devem ser apresentadas nas seguintes linhas: Programa de Bolsas de Extensão, Programa de Apoio à Produção de Informação e à Divulgação da Extensão, Programa de Apoio a Projetos de Extensão. Devido aos limites

orçamentários o Programa de Bolsas só seria financiado a partir do ano de 1994.

A análise do Programa de Fomento à Extensão Universitária e do processo de sua elaboração permitem algumas observações. Em primeiro lugar constata-se que o MEC, através do DEPES/SESu, e as universidades, através do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, trabalharam em conjunto, de forma articulada. Criou-se um canal de comunicação entre ambos, caracterizando uma fase de parceria extremamente produtiva.

O segundo ponto a considerar é o fato de que o Programa de Fomento à Extensão Universitária realmente se efetivou, tendo sido disponibilizados recursos no montante de trinta bilhões de cruzeiros, em moeda da época para sua execução. Não ficou apenas em promessas, como em administrações anteriores do MEC, que não se dispuseram a considerar as reivindicações do Fórum. Houve vontade política por parte do Ministério da Educação para que a extensão tivesse espaço institucional neste ministério. Essa vontade política se concretizou em ações como a criação da Comissão de Extensão, o programa de financiamento e todos os desdobramentos decorrentes, o comprometimento da implantação do programa de bolsas para 1994, além da abertura de um canal permanente de diálogo e a parceria na elaboração de outros projetos e a realização de ações de interesse da universidade brasileira.

Merecem ainda registro algumas observações quanto ao próprio Programa. Ele traz o conceito e diretrizes políticas para a extensão que o Fórum vinha discutindo desde sua criação. Isso se fortalece à medida que a SESu decide que o Programa só financiaria projetos que estivessem de acordo com o conceito, os objetivos e as diretrizes nele traçados. De modo geral a proposta induz à consolidação da extensão nas universidades em torno de uma

política de extensão intencionalmente elaborada, de caráter globalizante, com participação das várias instâncias acadêmicas. Trabalha as dimensões da atividade acadêmica, ensino/pesquisa/extensão no mesmo nível, entendendo-as como etapas de um processo orgânico e contínuo. Reforça o compromisso social da universidade que deverá estar voltada para as demandas mais urgentes da maioria da população e considera a extensão como o processo que articula o ensino e a pesquisa a tais demandas. Aponta a interdisciplinaridade como uma meta a ser buscada, considerando que a ação extensionista, pelo fato de relacionar-se com a realidade como um todo, facilita o trabalho interdisciplinar. Faz uma opção radical pela parceria das IES com as administrações públicas e entidades da sociedade civil, alertando, no entanto, que à universidade não cabe substituir o Estado em suas funções quanto à educação, saúde, cultura, etc. Estabelece ainda uma metodologia recomendando que a extensão deve trabalhar sob forma de programas integrados e que a sua avaliação deve processar-se com participação da comunidade externa.

O Programa de Fomento foi discutido pelos participantes do evento, comprometendo-se o MEC em divulgar com rapidez sua versão final. Encerrado o VII Encontro Nacional, os Pró-Reitores empenharam-se nas suas universidades na elaboração ou seleção de projetos que concorreriam ao Programa de Fomento à Extensão Universitária, cuja versão final, aprovada pelo Fórum, foi encaminhada, juntamente com a convocatória, às IES públicas, pela DIEG/DEPES/SESu, em 02 de julho de 1993.

Na seqüência, cria-se o Comitê Assessor para avaliar e julgar os projetos concorrentes ao Programa de Fomento à Extensão Universitária, através da Portaria nº 134, de 16 julho de 1993. Este Comitê composto pelos professores Roberto Mauro Gurgel Rocha / UFMA, Renato Hilário dos Reis /

UnB, Marcos Vieira Silva / FUNREI e Klinger Marcos Barbosa Neves / UFES divulga, em 22 de julho, critérios que seriam por ele observados no julgamento dos projetos. Observa-se que esses critérios são retirados das próprias diretrizes políticas do Fórum registrando ainda o compromisso interno da instituição com o projeto, a relevância social da problemática abordada, os agentes externos envolvidos e a garantia de continuidade.

Cada IES deveria apresentar uma única proposta, mesmo que incluísse diversos projetos, sendo o teto para financiamento igual para todas elas. No entanto, como nem todas as universidades encaminharam proposta, o Comitê Assessor decidiu, no sentido de comprometer todo o recurso disponível, beneficiar alguns projetos, já aprovados no mérito, extrapolando o teto estabelecido

O Comitê Assessor após avaliar 128 projetos, tendo em vista a continuidade do Programa de Fomento à Extensão Universitária, faz uma série de recomendações à Comissão de Extensão Universitária. Nelas, está registrada a necessidade de se realizar, sob coordenação do Fórum e da SESu, discussões em níveis local, regional e nacional sobre a *praxis* da extensão, seus avanços, limites e contradições, além de levantamento da situação nacional. Reforça as diretrizes do fórum e aconselha que seja estimulada a interrelação entre os vários projetos numa perspectiva interdepartamental e interdisciplinar, tendo como referência a política global da instituição. Recomenda a intensificação da parceria entre as universidades e setores da sociedade civil organizada no planejamento, execução e avaliação das ações extensionistas, numa linha de aprendizagem mútua.

As recomendações do Comitê Assessor são consideradas pela SESu, sendo algumas incorporadas ao texto que traz a nova versão do Programa de Fomento à Extensão Universitária para 1994. Quanto ao levantamento da

situação nacional, já em 01/11/93, a Divisão de Extensão e Graduação do DEPES distribuiu às IES questionário com vistas à elaboração do perfil da extensão universitária no Brasil.

Durante todo o 2º semestre de 1993, a Comissão de Extensão e o Comitê Assessor reuniram-se regularmente. Na reunião ocorrida em final de setembro realiza-se a revisão do Programa de Fomento à Extensão Universitária, cuja versão para o ano de 1994 é encaminhada logo em seguida às universidades, juntamente com a convocatória e formulários. O Programa destina-se ainda, nesse momento exclusivamente às IES públicas.

O questionário elaborado para construção do "Perfil da Extensão Universitária no Brasil", adotou a tipologia de referência para classificação dos programas, projetos e atividades proposta pelo CNPq, no sentido de maior integração com as atividades de pesquisa e ensino. O questionário, distribuído às universidades, tinha como finalidades possibilitar a partir dos dados coletados, a montagem de um banco de dados, a constituição de elementos de análise do Comitê Assessor para avaliação de projetos e elaboração de um estudo sobre a extensão universitária no Brasil.

O questionário, não obteve aprovação de várias universidades. A regional sudeste, por exemplo, em reunião realizada no Rio de Janeiro, em 10/12/93, manifestou formalmente seu desacordo, sob a argumentação de que o formato sob o qual o questionário se apresentava não permitia construir o perfil pretendido, pois concentrava informações parciais, não fazendo uso de uma linguagem que possibilitasse análise nem cruzamento de dados. Não seria possível pois, através dele, identificar a proposta nacional da extensão - plural e diversificada. Ademais, o formulário distribuído não contemplava o acordado nas reuniões entre MEC, Comissão e Comitê Assessor.

O preenchimento do questionário, no entanto, fora proposto pelo MEC como pré-requisito para concorrer ao Programa de Fomento / 94. Assim, as universidades o preencheram, o tratamento dos dados foi feito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sendo seus resultados publicados em 1995, em documento intitulado Perfil da Extensão Universitária no Brasil.

O VIII Encontro Nacional, ocorrido em Vitória /E.S., no mês de maio de 1994, reserva espaço para uma palestra sobre o Programa de Fomento à Extensão Universitária e a discussão do mesmo. A metodologia adotada no evento é a discussão em grupos sobre três temas: avaliação institucional, a consolidação do Programa de Fomento à Extensão¹³ e diretrizes para uma ação conjunta entre universidade e sociedade na construção da cidadania e na afirmação da soberania nacional. Com base nas conclusões dos grupos seria elaborado o documento final do encontro. O que se verifica, no entanto, é que as discussões se detém mais nas questões do fomento e da avaliação. Encontram-se nos relatos vários trechos que demonstram preocupação quanto à continuidade do programa instituído pelo MEC, em 1993, em função das mudanças no cenário político nacional em decorrência das eleições presidenciais, que se realizariam em 1994.

"ele deve ser consolidado como rubrica orçamentária do MEC. Essa deve ser nossa meta estratégica, de tal maneira que esses recursos tenham uma destinação(...) voltada para a extensão" (ANAIS, 1994:79)

"Discutimos o risco político de ser extinto o programa de recursos para a área de extensão... deve-se intensificar as gestões políticas no sentido de criar uma rubrica especial para a área de extensão"(ANAIS, 1994:81).

¹³ Observa-se que o VIII Encontro ocorre num momento em que os projetos concorrentes ao Programa de Fomento, já em sua segunda versão, encontravam-se avaliados, aguardando apenas a liberação dos recursos.

Esta mesma preocupação se evidencia na fala da representante do MEC, Prof. Maria José Feres, Diretora do DEPESES/SESu, ao considerar que é necessário institucionalizar o programa no MEC, através de rubricas próprias, além de articulá-lo com outros já existentes como o Prograd, o Prolicen e o da Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras. Segundo ela,

"É preciso lançar as bases que garantam a continuidade desse programa seja o governo que for, é preciso que nós passemos a investir uma parte da nossa energia, inteligência, criatividade e coragem, para garantir essa continuidade". (ANAIS, 1994:72).

Apresenta ainda outra proposta de ação que consiste na mobilização política através de ações articuladas com o Fórum da Graduação, envolvendo os reitores tanto no plano interno das instituições como através de seus órgãos representativos. Argumenta ela que, se for conseguida essa articulação, os programas deverão permanecer, independente do governo que assuma o poder.

Esta é a mesma percepção de um dos grupos de trabalho no qual foram citadas as representações de reitores e os diversos fóruns como instituições acadêmicas com as quais seria possível "conseguir alianças" para a permanência do programa e sua futura transformação em rubrica orçamentária. No evento, apresenta-se ainda como proposta que cada IES faça uma avaliação do impacto do programa na instituição de forma que estes relatórios específicos sejam utilizados na luta pela sua manutenção.

A presença dessa discussão nos grupos de trabalho, conferências ou registros de manifestação de participantes permite concluir que a manutenção do Programa de Fomento à Extensão financiado pelo MEC era um tema que preocupava os membros do Fórum, sobre o qual eles buscavam se entender para coordenar suas ações. O documento final incorpora, de maneira sucinta

essa discussão, através das seguintes orientações: inclusão de rubrica orçamentária própria no orçamento do MEC, implementação de ações políticas junto ao CRUB, ANDIFES, ABRUEM e os demais fóruns de Pró-Reitores no sentido de obter apoio para a institucionalização do programa; promoção da avaliação de impacto dos recursos do programa nas universidades, além de fortalecer a ação do Comitê Assessor.

O Prof. Renato Hilário / UnB que participa do VIII Encontro na qualidade de representante do Comitê Assessor faz uma avaliação dos projetos apresentados pelas IES públicas, concorrentes ao Programa de Fomento à Extensão Universitária, nos anos de 1993 e 1994. Informa que alguns dos projetos não atendem aos princípios estabelecidos e que foram definidos pelo próprio Fórum. A posição do Comitê tem sido de recusar esses projetos para prestigiar as decisões do Fórum e manter a coerência das orientações estabelecidas. Considera que a maioria das universidades tem avançado no sentido de conceber e realizar a sua proposta de extensão de forma mais orgânica, relacionando-a às diretrizes da instituição ou às linhas de ação que orientam sua inserção na sociedade, percebendo ainda um esforço no sentido de construir a interdisciplinaridade. Quanto à articulação da atividade acadêmica considera que

"embora haja avanços, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, parece ser muito mais um desafio do que uma realidade em processo".

(ANAIS, 1994:73)

Quanto à participação de docentes, informa a existência de carga horária alocada para a extensão, e quanto aos estudantes, que em sua maioria atuam como bolsistas, sugere que sejam encontradas formas de sua participação como parte do conteúdo de uma disciplina ou do desenvolvimento de uma pesquisa. Quanto à participação da sociedade nas ações de extensão

universitária, avalia que não se verifica a presença de atores da sociedade civil na concepção e planejamento dos projetos de extensão.

A questão da manutenção e consolidação do Programa de Fomento à Extensão, tão presente nas discussões desse Encontro Nacional, mantém-se como preocupação constante do Fórum, o que pode ser apreendido de algumas publicações ou encaminhamentos posteriores. O Boletim do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, Nº 4, informa que setenta IES públicas concorreram ao Programa em 1994, que teve um financiamento total no valor de CR\$ 2.173.000,00 (dois milhões, cento e setenta e três mil cruzeiros reais). Informa ainda que para o ano de 1995, a SESu propõe que o Programa de Integração da Universidade com o Ensino Fundamental passe a ser também coordenado pela Comissão Nacional de Extensão. Alerta o Boletim, em seu editorial:

"Este Ministério, que junto com as IESP construiu o Programa de Fomento à Extensão Universitária(...) encerra seu governo no final deste ano. Temos que conseguir garantir a continuidade e o avanço desta conquista que tivemos. (...) nossa proposta aceita pelo MEC, é de em outubro publicarmos o Edital e a Convocatória para o Programa 95, já com as duas linhas de financiamento e estarmos atentos e vigilantes para a manutenção deste em 95, junto ao próximo governo".(Boletim nº4, 1994).

A convocatória para apresentação de projetos para o ano de 1995, encaminhada às IES pelo MEC / SESu / DEPES / DIEG, juntamente com diretrizes para o Programa de Fomento à Extensão Universitária, em novembro de 1994, une os dois programas, passando o Programa de Integração da Universidade com o Ensino Fundamental, tradicionalmente

financiado pelo FNDE, a compor o Programa de Fomento. Apresentam-se duas linhas de ação para financiamento da extensão universitária:

- Linha I - Articulação da Universidade com a sociedade, financiada com recursos da SESu / MEC, abrangendo cursos de capacitação e treinamento nas áreas de educação, saúde, produção e qualidade de vida; assessorias técnico-administrativas, propostas alternativas de estágios e práticas curriculares, ações de cultura e manifestações artísticas, ações articuladas com a pesquisa e com o processo formativo em resposta às demandas sociais e ações de integração da Universidade com a educação infantil.
- Linha II - Integração da Universidade com o Ensino Fundamental - financiada com recursos oriundos do FNDE, em consonância com as Políticas Nacionais para a Educação Básica, atendendo às necessidades apontadas pelos sistemas de ensino estaduais e municipais. Destinados a crianças de 1ª a 8ª séries, jovens e adultos, incluindo educação indígena e educação especial.

A Linha I continua reservada à participação exclusiva das universidades públicas vinculadas ao Fórum, enquanto que a Linha II é aberta à participação de instituições comunitárias, filantrópicas e confessionais, por tratar-se de um programa ao qual elas já tinham acesso. Entendiam os representantes do MEC e membros do Fórum que assim se conseguiria manter o programa, esperando que a nova equipe ministerial do governo Fernando Henrique Cardoso empossada cumpriria os compromissos institucionalmente assumidos pelo Ministério.

As universidades atenderam o prazo de 31 de março de 1995 para entrega dos projetos, que no início do mês de maio encontravam-se analisados pelo Comitê Assessor, com respectivos pareceres encaminhados aos seus coordenadores. A partir de então a ação do Fórum concentra-se na tentativa

de manter o Programa de Fomento e conseguir a liberação dos recursos aprovados, junto ao MEC. As reuniões da Comissão de Extensão do Fórum Nacional de Pró-Reitores e do Comitê Assessor junto à SESu, à Secretaria de Ensino Fundamental - SEF, ao Ministro da Educação, FNDE e tantas outras instâncias são fruto de uma articulação incansável dos Pró-Reitores, através de suas Coordenações Regionais e Nacional.

Durante o IX Encontro Nacional de Pró-Reitores, ocorrido em Fortaleza / CE, em junho de 1995, os participantes firmam posição do Fórum na luta pela manutenção do Programa de Fomento, pela liberação dos recursos aprovados e pela continuidade da relação entre o MEC e as IES estabelecidas durante o governo anterior.

A informação inicial que se obtém do MEC, em maio de 1995 é de que o Programa será mantido, e que "o Fórum de Extensão é tido pela SESu como uma extensão sua". Em julho, comunica-se corte de recursos para os projetos da Linha I e, em agosto, o Diretor do DEPES / SESu comunica que o FNDE não financiaria nenhum projeto de capacitação de pessoal do ensino básico, diretamente às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. Instrui que estas propostas deveriam ser negociadas junto às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e, através delas, submetidas à SEF / MEC. Exceção feita para as universidades das regiões norte, nordeste e centro-oeste, cujas regiões já contam com programas específicos de apoio.

Esta decisão pode ser considerada como um retrocesso com relação ao programa de financiamento instituído, apontando para uma mudança da posição das IES, de proponentes a executoras de uma demanda. É importante considerar que a integração com os sistemas públicos de ensino já figurava há alguns anos entre as diretrizes do Fórum.

A Coordenação Nacional do Fórum imediatamente comunica-se, com os coordenadores regionais, e estes com os demais Pró-Reitores. Solicita-se também, em caráter de urgência, reunião com os titulares da SESu - Profa. Vanessa Guimarães - e da SEF - Profa. Iara Prado - para discutir a questão. A Comissão Nacional de Extensão¹⁴ reúne-se com a Secretária da SESu e o Diretor do DEPES para discutir os aspectos a serem abordados quanto à Linha II do Proexte em reunião a ser realizada com a SEF. Nesta última reunião foi feito histórico do PROEXTE em sua Linha I e apresentação de resultados, especialmente no sentido do incremento de ações integradas e permanentes em parceria com a comunidade e com distintos graus de ensino. Quanto à Linha II foi argumentado que o objetivo do Fórum e do Comitê Assessor era garantir o financiamento de projetos pelo critério do mérito, além de estimular a parceria entre ensino superior e ensino fundamental. Argumenta-se ainda que os projetos aprovados contavam com manifestação das Secretarias Estaduais e Municipais de Ensino, conforme orientação contida na própria convocatória do programa. A Diretora da SEF aceita os argumentos dos representantes do Fórum e da SESu, comprometendo-se a defender junto ao FNDE o financiamento dos projetos aprovados pelo Comitê Assessor.

O Fórum decide ainda fazer um levantamento, em todas as IES integrantes, dos projetos e atividades por elas desenvolvidos junto ao ensino fundamental para subsidiar as suas discussões com a SESu, SEF e FNDE, no sentido de obter a liberação dos recursos para a Linha II do Programa de Fomento à Extensão. Cerca de um mês após a reunião, as universidades recebem comunicação da aprovação dos projetos com cortes em torno de

¹⁴ Nas atas do Fórum a Comissão Nacional passa a ser registrada como composta pelos coordenadores Nacionais e Regionais do Fórum. Não figura nesta relação o Diretor do DEPES nem chefe da DIEG, conforme Portaria que instituiu a Comissão.

50%, cuja liberação ocorreria, no entanto, para várias delas, só no decorrer do ano de 1996.

Em novembro de 1995 as Coordenações Nacional e Regionais do Fórum e o Comitê Assessor reúnem-se, em Brasília, com as Secretarias de Ensino Fundamental e de Ensino Superior para tratar questões relativas ao financiamento do PROEXTE para o ano de 1996. A SEF solicitou apoio das universidades, através das Pró-Reitorias de Extensão, para discussão e implementação da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais pedindo aos representantes do Fórum uma proposta de trabalho a ser discutida junto ao FNDE. Tal proposta foi elaborada pelo grupo e apresentada à SEF, constituindo em três linhas de ação: formação continuada de professores do ensino fundamental (de 1ª à 4ª séries), produção de material didático, e promoção de debates sobre a proposta de novos parâmetros curriculares para o ensino fundamental.

Com a SESu, a discussão orientou-se no sentido de obter liberação dos recursos para as universidades estaduais, referentes ainda ao PROEXTE/95 e a definição da convocatória para o ano de 1996. A SESu informa que as IES Estaduais não receberiam repasse pois o MEC encontrava-se impedido de fazê-lo devido à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Quanto ao PROEXTE/96 informa que assim que fosse aprovado o Orçamento para o ano de 1996, a SESu convocaria a Comissão de Extensão e o Comitê Assessor para discutir o seu redimensionamento. A ata dessa reunião assinada pela Presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão e distribuída aos Pró-Reitores das IES componentes do Fórum registra

"nossa argumentação no sentido de sublinhar os corolários deste Programa na Universidade Brasileira e na Comunidade, na defesa enérgica do sentido desta política na

extensão e no risco de uma descontinuidade foi firme, consistente e enfática.. Embora os argumentos tenham sido desta natureza, não foram suficientes para orientar a postura da direção da SESu..." (Fórum Nacional, 1995b)

A discussão com a SEF torna-se mais fácil que com a SESu. Obtém-se dessa Secretaria, juntamente com o FNDE, o compromisso da liberação, em 1996, dos recursos referentes aos PROEXTE/Linha II ainda pendentes, relativos a projetos aprovados no ano de 1995. E, no mês de abril, reúnem-se a Comissão de Extensão, o Comitê Assessor e a SEF para elaboração do Edital de Convocatória do Programa Nacional de Extensão para 1996, posteriormente encaminhado às IES. Observa-se que o programa destina-se a financiamento exclusivo de projetos relacionados com a formação de professores e produção de material didático para o Ensino Fundamental de 1ª à 4ª séries, além da educação de jovens e adultos. Tais linhas de financiamento representavam prioridades definidas pela SEF e não diretrizes do Fórum.

Embora mantenha-se a denominação Programa de Fomento à Extensão Universitária / Integração da Universidade com o Ensino Fundamental e tenha o mesmo conteúdo do Programa em sua versão de 1995, a convocatória destina-se não apenas às universidades públicas, sendo também convocadas as IES comunitárias, filantrópicas e confessionais. Os recursos para financiar o Programa são oriundos do FNDE, e a SESu assina a convocatória juntamente com a SEF e, ao mesmo tempo, decide não financiar nenhum projeto na antiga Linha I do PROEXTE.

O Comitê Assessor analisa os projetos, encaminhando os pareceres, às universidades que atendem às diligências. Apenas 33 (trinta e três) universidades recebem os recursos, enquanto 56 (cinquenta e seis) não os

recebem. O que se consegue no segundo semestre de 1996 é a liberação dos recursos devidos referentes a projetos aprovados na Linha II, em 1995. O MEC acena com a promessa de liberar em 97 os recursos referentes a 96.

O que se percebe é que da parte do Fórum, do Comitê e das universidades todos os procedimentos ocorreram com bastante rapidez no sentido de não comprometer a consecução da meta colocada, que era o financiamento dos projetos. Da parte do MEC, no entanto, verificaram-se mais promessas que ações concretas, muitas delas em função das insistentes cobranças do Fórum.

Nos primeiros meses de 1997 registram-se alguns embates entre os dirigentes do Fórum e representantes do MEC. O Fórum tinha o compromisso formal do antigo Presidente do FNDE - Barjas Negri -, de que as universidades que não receberam os recursos referentes ao ano de 1996 o receberiam no decorrer ano de 1997. Ao cobrar tal pagamento o Fórum obtém a resposta que os recursos acabaram, que os critérios de avaliação para distribuição dos recursos foram diversos e que as normas agora eram outras. O Fórum, questiona os critérios e cobra com firmeza o cumprimento do compromisso por parte do MEC, obtendo a promessa do FNDE de nova definição de valores e de forma de pagamento. A Comissão Nacional providencia o envio de um ofício comum por parte de todas as IES que não receberam recursos à SEF, à SESu e ao FNDE. Após várias tentativas de liberação dos recursos por parte do Fórum, o Secretário da SESu - Prof. Abílio Baeta Neves -, baseado em documento elaborado por Osmar Bettiol, Memorando 555 / 97 DIEG / SESu / MEC, de 23 de junho de 1997, solicita ao FNDE que seja examinada a possibilidade de atendimento a tais solicitações. Dentre outros argumentos este documento considera que a análise do Comitê Assessor ainda é pertinente, que as IES contempladas

comprometem-se a reapresentar os projetos adequando-os aos pareceres deste Comitê e às diretrizes da Sistemática de Financiamento do Ensino Fundamental para 1997.¹⁵

Os encontros das cinco Regionais do Fórum de Extensão ocorrem quase simultaneamente no mês de maio, marcados pelo posicionamento de cobrança ao MEC dos recursos devidos, e a plenária final do XI Encontro realizado em Curitiba / PR, no mês de junho de 1997, apresenta dentre suas deliberações, cobrança dos recursos ainda pendentes do PROEXTE/96 ao DEPES/SESu.

Com relação à liberação desses recursos, em 14/08/97, o Diretor do DEPES - Prof. Luiz Roberto Liza Curi -, informa que, da parte da SESu o compromisso já se esgotara e que a decisão estava no âmbito orçamentário e administrativo do FNDE.

4.2.2. Plano Nacional de Extensão Universitária

Na análise da Prof. Malvina Tuttman/UNIRIO, Coordenadora Nacional do Fórum, eleita em maio de 1999,

"com o encerramento pelo MEC do PROEXTE, e sem nenhuma perspectiva de apoio financeiro para o desenvolvimento de projetos de extensão, o Fórum, após vários contatos com a SESu considerou necessária a elaboração de um documento que evidenciasse as suas políticas e diretrizes construídas a partir de 1987 e que servisse de base para a abertura de novas possibilidades de fomento"¹⁶

A Comissão Nacional de Extensão, reunida em Brasília, nos dias 14 e 15 de agosto de 1997, apresenta como uma de suas propostas a elaboração de

¹⁵ Resolução Nº 05 / MEC, de 26 de maio de 1997, define parâmetros para assistência financeira do FNDE.

¹⁶ Entrevista à autora, em setembro de 1999.

um novo programa nacional de extensão das universidades públicas brasileiras. São referências para sua elaboração: a definição de linhas temáticas com base nas ações comuns desenvolvidas pelas universidades; a criação de um programa nacional de bolsas de extensão; o desenvolvimento de um sistema de avaliação em parceria com programas institucionais como o PAIUB; o estabelecimento de parcerias com o MEC, outros ministérios e a iniciativa privada.

Para elaboração desta proposta que passou a chamar-se Programa Nacional Temático de Fomento à Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - Universidade Cidadã, é aberta uma lista de discussão na internet, restrita a um representante de cada universidade participante do Fórum. O texto preliminar é colocado à disposição na página eletrônica da Rede Nacional de Extensão / RENEX, administrada pela Pró-Reitoria de Extensão da UFMG.

Os coordenadores do Fórum Nacional e dos regionais reunidos em Ilhéus, em outubro de 1997, por ocasião da realização do XIX Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Região Nordeste, discutem o texto preliminar do Programa Universidade Cidadã. Destacam alguns de seus aspectos: possibilidade de envolvimento na sua elaboração de todas as IES participantes do Fórum, disponibilização do que estas universidades já executam, estabelecimento de estratégias de financiamento, criação de comitês de análise dos programas.

O Programa Universidade Cidadã é ainda apresentado e analisado durante realização do XV Encontro da Regional Sudeste do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em Vitória / ES, realizado pela UFES, no período de 29 a 31 de outubro de 1997. A proposta, embora considerada boa enquanto temática, sofre sérias críticas de vários

participantes do evento. O Prof. Alceno Ferri / UFSM/RS considera-o "... extenso, redundante e repetitivo, principalmente no ítem Princípios, sugere que seja explicitada a parceria com os Municípios" (Ata Fórum Sudeste, 1997).

A Profa. Rossi / UnB elogia o programa sob o ponto de vista dos conceitos nele destacados, mas aponta

"... falta de objetividade nos conceitos (indissociabilidade, concepção de Universidade Cidadã, conceito de cidadania), (...) existe ainda um "ranço" assistencialista, não se percebe a relação com o ensino e a pesquisa; na avaliação, faltam indicadores da universidade, do trabalho do professor e do aluno(...) sugere que cada tema seja melhor explicitado, indica a falta do item avaliação e que o documento não aborda a influência da extensão na mudança curricular." (Ata Fórum Sudeste, 1997)

O Prof. Marins / UFF considera que o documento apresenta detalhamento de conceitos de uma linha apenas dentre as várias atividades desenvolvidas pelas universidades. O Prof. Eduardo Santa Cecília / UEMG considera que o documento deve enfatizar a função social da universidade, afirma que nas estratégias deve ficar evidente a articulação com os municípios e a ação conjunta das universidades através de projetos interinstitucionais. A Profa. Malvina Tutman / UNIRIO, confirma a necessidade de condensar o documento com objetividade, dando-lhe formato acadêmico, com explicitação de justificativa, objetivos, metas, impacto social, tipos de articulação possíveis, etc. Manifesta uma preocupação, que é também apontada por outros participantes, qual seja, o estabelecimento de linhas temáticas de extensão para a universidade pública, feito a partir de demandas apontadas pelos ministérios, tais como transferências de tecnologias apropriadas,

preservação e sustentabilidade do meio ambiente, reforma agrária e trabalho rural. Outra preocupação que aparece na fala de vários participantes é a necessidade de apoio parlamentar para o desenvolvimento do programa.

A Ata do XV Encontro da Regional Sudeste apresenta como conclusões:

- que é fundamental a organização de um Programa Nacional de Extensão Universitária;
- que a maioria dos presentes considera que a proposta deve ser mais concisa e objetiva; ter caráter político sem perder a forma acadêmica; identificar a universidade pública; que a estrutura do programa deve considerar o público ao qual ele se destina e explicitada a parceria com os municípios.

O XII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que acontece em dezembro seguinte, tem como tema central o Programa Nacional Temático "Universidade Cidadã." O documento apresentado em Brasília não difere daquele discutido no XV Encontro da Regional Sudeste, demonstrando que não foram feitas as correções sugeridas na ocasião. Isto significa que este documento não atendeu a um dos propósitos de sua criação, que era a possibilidade de participação, em sua elaboração, de todas as universidades integrantes do Fórum, uma vez que não incorporou propostas decididas consensualmente em uma reunião regional. Estas propostas nem mesmo foram levadas à discussão em reunião nacional.

Foram convidados pelo Fórum para participar de diferentes sessões do evento representantes dos seguintes Ministérios: Educação (Secretarias de Educação Superior, de Educação Média e Tecnológica, de Educação Fundamental), da Justiça, do Trabalho, da Cultura, da Saúde e do Meio

Ambiente. Esses convites feitos a representantes de ministérios responsáveis por temas do Programa - ou a definição das áreas temáticas do Programa em função de demandas explicitadas por determinados ministérios - evidencia uma estratégia de comprometer esses ministérios com o Universidade Cidadã, esperando vir a receber recursos para fomento dos programas de extensão nas IES públicas.

A leitura dos documentos que registram o XII Encontro Nacional (Ata oficial do evento e o Boletim do Fórum Nacional de Pró-Reitores. Ano I. Dez. 1997, nº 2), permitem concluir que, embora aprovado, o Programa Universidade Cidadã não apresentava consistência suficiente para constituir-se como proposta do Fórum para a extensão nas IES públicas brasileiras. Tanto assim, que a diretriz central do evento foi a constituição da Comissão Nacional de Extensão do Fórum para, em conjunto com a SESu / MEC, elaborar o Plano Nacional de Extensão Universitária.

Analisando o Programa Universidade Cidadã, constata-se que o texto apresenta em sua estrutura os seguintes itens: Conceitos Gerais, Diretrizes de Programa, Princípios Gerais, Operacionalização e Financiamento, Temáticas de Trabalho e Caracterização das Ações. Parte do Programa Universidade Cidadã consiste em reprodução de textos, alguns produzidos pelo próprio Fórum, como o Documento Final do VIII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, do qual se transcrevem os trechos que abordam os conceitos de Universidade e Cidadania, Extensão Universitária e Cidadania e as Diretrizes do Programa. (ANAIS, 1994: 171 - 174)

O item que aborda os conceitos é extenso e repetitivo. Em especial, sob o título universidade e comunidade, chega-se a um nível de detalhamento incompatível com a proposta do documento. Sob o título conceito de

universidade e cidadania, aborda-se na verdade, o papel da universidade na construção da cidadania e da soberania nacional. O conceito de cidadania só aparece no item seguinte associado à extensão universitária.

A proposta de avaliação do Universidade Cidadã embarça-se na consideração sobre contexto e graus de participação das comunidades, conceitos estes específicos dos projetos governamentais de ação social. Não incorpora as diretrizes do Fórum sobre avaliação, estabelecidas no VII Encontro Nacional, em 1993, retomadas e confirmadas no XI Encontro Nacional, em 1997.

Quanto às áreas temáticas propostas, uma crítica já fora manifestada durante a realização do XV Encontro da Regional Sudeste, quanto ao fato de que a escolha de algumas áreas se deu em função de programas específicos de ministérios, indicando provavelmente a crença na possibilidade de financiamento para ações de extensão das universidades. Considerando a existência de programas como o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, do Ministério do Trabalho, o Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - PRONAICA, do Ministério da Educação e o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária - PRONERA, parece correta a análise de que áreas como Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas, Atenção Integral à Criança e ao Adolescente e, Reforma Agrária e Trabalho Rural foram definidas direcionadas a estes programas.

Outra crítica ao Universidade Cidadã ainda quanto às áreas temáticas é que as mesmas são apenas mencionadas. Sendo elas o eixo central da proposta, denominada Programa Nacional Temático, seria indispensável um maior detalhamento delas enquanto diretrizes para as universidades. Seria necessário dizer, por exemplo, o que se entende por "Desenvolvimento da

Cultura", ou sob que ponto de vista se recomenda trabalhar "Educação Básica": será a formação de professores? Atualização? Professores de ensino fundamental ou médio? Ou se priorizará educação infantil? Ou será capacitação de professores leigos? Em programas de educação à distância ou outros? Elaboração de material didático? Enfim, não se estabelecem as bases conceituais referentes às áreas temáticas.

O Programa Universidade Cidadã falha ainda em não considerar diretrizes que o Fórum tem definido e reafirmado desde sua criação, tais como a função da extensão enquanto articuladora entre as atividades de ensino e pesquisa, a indissociabilidade entre estas funções, a interdisciplinaridade, a troca entre saberes acadêmico e popular, a articulação com as administrações públicas, etc.

O Programa não apresenta uma metodologia própria. No entanto, ela aparece, de certa forma, no ítem Caracterização das Ações. Desconsiderou-se, na sua elaboração, a proposta metodológica do Fórum para desenvolver a extensão universitária, estabelecida como diretriz no Documento Final do IV Encontro Nacional, realizado em 1990 e confirmada em documentos posteriores, inclusive no PROEXTE. A orientação de que a ação extensionista seja desenvolvida sob a forma de programas integrados, fortalecendo a interdepartamentalidade e interdisciplinaridade também não aparece no texto do Programa Temático.

Apesar dessas fragilidades, o Universidade Cidadã possui um aspecto bastante positivo que é a proposta de articular o trabalho das universidades públicas em torno de eixos temáticos comuns. Verifica-se que a partir do programa inicia-se uma articulação temática daquilo que as universidades já fazem, bem como o dimensionamento de novas propostas.

Nas palavras do Prof. Evandro Lemos¹⁷, presidente do Fórum Nacional no período 97/98, o Programa "...tem uma linha de condução social que é muito interessante, pois ele apropria o que já existe nas universidades e cria situações novas de interlocução, tanto no setor governamental quanto no setor privado para um trabalho conjunto".

A Prof. Maria das Graças Tavares / UFAL¹⁸ considera que o Programa surge da necessidade de se aglutinar ações conjuntas sistemáticas e interativas visando a superação de graves problemas sociais. Neste sentido, a proposta "*considera que somente a unificação dos inúmeros programas e projetos, já em andamento, teria um maior impacto na formulação de políticas que visassem o equacionamento dos problemas sociais*".

O que se verifica é que a elaboração do Programa Temático Universidade Cidadã representou uma estratégia do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão. O MEC não tinha proposta para as universidades na área de extensão e o Fórum teve a intenção de ocupar este espaço de uma forma política, ou seja, fazendo a proposição de um programa que desse unidade nacional à ação extensionista. A proposta, no entanto, não era bem estruturada e não havia consenso entre os Pró-Reitores sobre ela. Tanto assim que o Fórum e o MEC acertaram a elaboração conjunta de um plano nacional de extensão que pudesse vir a ser financiado pelo próprio MEC e por outros ministérios.

¹⁷ Entrevista à autora, em maio de 1998.

¹⁸ Entrevista à autora, em janeiro de 1999.

O Plano Nacional De Extensão Universitária representa a construção coletiva de uma proposta política¹⁹. Definida a sua elaboração por deliberação do XII Encontro do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, em dezembro de 1997, a ser realizada em parceria com a SESu/MEC, a comissão incumbida desta tarefa reúne-se pela primeira vez em janeiro de 1998. Neste encontro inicia-se a elaboração do Plano, ficando a cargo do Prof. Arnon Mascarenhas/UFRN, Vice Coordenador Nacional do Fórum, a organização das idéias discutidas em uma proposta preliminar. Esta primeira versão é encaminhada para discussão em 03 de fevereiro de 1998.

A análise desta proposta é feita em reunião realizada nos dias 17 e 18 de fevereiro, no MEC, em Brasília, com participação da Comissão Nacional de Extensão do Fórum, consultores e representante do MEC. A ata da reunião registra o propósito de realizar um encontro extraordinário do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, no mês de março seguinte para *“apresentação e discussão do Plano Nacional de Extensão, que deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional para ser incluído no Plano Nacional de Educação”*. (Fórum, 1998a) Observa-se que o projeto do Plano Nacional de Educação já fora encaminhado pelo Ministro da Educação ao Presidente da República, em 16 de dezembro de 1997 (SAVIANI, 1998:93).

A segunda versão do Plano de Extensão, elaborada ainda em caráter preliminar, é distribuída a todas as IES componentes do Fórum, no início do mês de março, para análise, com vistas à redação de uma proposta final.

Durante a realização do XIII Encontro do Fórum, em Brasília, em março/1998, a segunda versão do Plano Nacional de Extensão Universitária é discutida detalhadamente, sendo votadas em plenário as alterações propostas.

¹⁹ O Plano aqui analisado é o aprovado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão, no XIV Encontro Nacional, em 1998.

Estas alterações são incorporadas ao texto, cuja versão final é aprovada durante a realização do XIV Encontro do Fórum, em Natal-RN, em maio de 1998. O documento é composto pelos seguintes itens: antecedentes, objetivos, metas, metodologia e avaliação. Na primeira parte, após uma rápida retrospectiva sobre a história da extensão no Brasil, contextualiza-se a década de 80, com os questionamentos que se fizeram presentes no meio acadêmico nacional, até a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão e a legalização do princípio da indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, garantido pela Constituição de 1988. Recuperam-se diretrizes políticas e princípios de ação da extensão universitária definidos pelo Fórum desde sua criação.

O Plano Nacional de Extensão Universitária se propõe a permitir:

“1) a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras; 2) a garantia de recursos financeiros destinados à execução de Políticas Públicas correlatas(...); 3) o reconhecimento, pelo Poder Público, de que a Extensão Universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica mas como uma concepção de Universidade Cidadã; 4) a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no país”. (Plano Nacional de Extensão Universitária, 1998:37)

Dentre os objetivos desse Plano registram-se: assegurar a relação entre universidade e sociedade de modo que os problemas urgentes da sociedade recebam atenção por parte da universidade; priorizar as ações voltadas para o atendimento às necessidades da população relacionadas à saúde, educação, habitação, produção de alimentos, geração de renda e de emprego; criar condições para que a universidade participe da elaboração de políticas

públicas voltadas para a maioria da população, acompanhando e avaliando a implantação das mesmas. Estimular ações inter, multi ou transdisciplinares e interprofissionais entre setores da universidade e da sociedade. Enfatizar a educação continuada e à distância, utilizando tecnologia disponível nas IES, e a educação ambiental como componentes da ação extensionista. Estimular a produção e preservação cultural e artística como elemento de afirmação do caráter nacional e promover a avaliação permanente e sistemática da extensão universitária.

O Plano Nacional apresenta um conjunto de metas, separadas em dois blocos. O primeiro, refere-se à organização da extensão universitária e o segundo, à articulação com a sociedade. Quanto ao primeiro grupo, cujo prazo de realização varia de um a três anos, registram-se: a consolidação de um sistema de informações sobre a Extensão Universitária com a inclusão de todas as IES públicas à RENEX; a elaboração e a implantação de um Programa de Avaliação da Extensão Universitária; a definição de linhas prioritárias de extensão nos planos dos departamentos e da instituição, e a adoção de indicadores quantitativos de extensão para alocação de vagas e distribuição de recursos orçamentários internos. Prevê ainda a implantação de um sistema nacional de educação continuada e à distância e de escritórios ou coordenações de desenvolvimento e transferência de tecnologia; a institucionalização da participação da extensão no processo de integralização curricular e a instituição de um programa de fomento à extensão, cobrindo despesas de custeio e bolsas para estudantes.

As metas relacionadas à articulação da universidade com a sociedade são decorrentes das áreas temáticas definidas pelo Fórum no Programa Universidade Cidadã.

A metodologia proposta para desenvolvimento do Plano Nacional especifica três ações:

- "delimitação do perfil geopolítico de cada região brasileira com indicação das demandas sociais;
- definição de um programa nacional de extensão que delimite áreas e linhas temáticas prioritárias de atuação das IES;
- definição de projetos interinstitucionais a partir das áreas e linhas temáticas definidas". (Plano Nacional de Extensão Universitária, 1998:38)

Quanto à avaliação, não há detalhamento de como ela se processará. Registra-se apenas que o Fórum proporá um sistema de avaliação das metas.

Analisando o Plano Nacional de Extensão Universitária verifica-se que ele dedica um grande espaço para reafirmar conceitos, princípios e diretrizes políticas do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, assumindo sua atualidade e necessidade enquanto norteadores da atuação das IES públicas brasileiras na questão da extensão.

As ações que o Plano Nacional afirma permitir merecem uma análise diferenciada. De fato, através dele é possível dar unidade nacional aos programas temáticos que as universidades vem executando e também interferir nos principais problemas sociais que o país enfrenta. A partir da articulação entre as coordenações regionais é possível identificar, por exemplo, o que as IES públicas vem realizando na questão da educação em assentamentos rurais e, ao mesmo tempo, planejar uma ação integrada em nível nacional na busca de soluções para esta urgente questão social. No entanto, quando o Plano afirma assegurar a garantia de recursos financeiros e o reconhecimento pelo Poder Público de que a extensão coloca-se como uma concepção de Universidade Cidadã, estabelece duas relações um pouco

equivocadas, pois, o Plano, em si, não assegura uma coisa nem outra. A questão dos recursos financeiros tem demandado negociações longas, árduas e, até o momento, infrutíferas junto ao MEC. O máximo que as IES têm conseguido em termos de recursos tem sido através de programas institucionais de diferentes ministérios, como Universidade Solidária, PRONERA e outros. De forma semelhante, conseguir que o Poder Público e, mesmo, a sociedade venha a reconhecer que a extensão é a atividade acadêmica que dá visibilidade à concepção de Universidade Cidadã, depende de um longo trabalho das IES individualmente, em suas regiões, de ações articuladas de divulgação da atuação das mesmas nos níveis regional e nacional.

Os objetivos e metas do Plano articulam-se de forma coerente baseando-se no conceitos e princípios do Fórum. A metodologia é descrita de forma bem ampla, deixando a explicitação dos procedimentos de sua operacionalidade a critério das coordenações regionais. Quanto à avaliação da extensão percebe-se certa incoerência no trato da questão. Ela tem seu espaço assegurado no Plano, figurando como um de seus objetivos, recomendando que a mesma seja um dos parâmetros de avaliação da própria universidade. Duas são as metas que a contemplam referindo-se à elaboração e à implementação de um programa de avaliação da extensão desenvolvida nas universidades brasileiras. No entanto, apesar de reconhecer a importância da avaliação, o Plano Nacional falha ao não explicitar a sua própria avaliação.

O Plano Nacional de Extensão Universitária é lançado pelo MEC, em 14 de dezembro de 1999, em Brasília, na sede deste ministério, contando com a presença do Ministro da Educação, Paulo Renato, a presidente da Comunidade Solidária, Ruth Cardoso, coordenadores nacional e regionais do

Fórum de Pró-Reitores, Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do país, além de deputados e senadores das diversas regiões do país.

Nesta mesma ocasião, o Fórum Nacional reunido assiste a apresentação dos documentos preliminares produzidos pelos dois grupos de trabalho - o de sistema de dados e o de Avaliação. O primeiro deles após detalhada discussão é aprovado pelo Fórum, ficando o de avaliação para ser discutido durante a realização do XVI Encontro Nacional do Fórum, a ser realizado no primeiro semestre do ano de 2000.

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão universitária vem ocupando espaço na discussão da universidade pública brasileira, notadamente nas duas últimas décadas. Em especial, quando se discute o papel social da universidade, a extensão é considerada como o meio através do qual as IES públicas podem cumprir seu compromisso social com a população em geral, e não apenas aquela que encontra-se diretamente a elas vinculada, através de seus cursos regulares, seja de graduação ou de pós-graduação.

Não obstante este destaque, a extensão não ocupa espaços de reflexão sistemática na área de políticas públicas educacionais de ensino superior no Brasil. Observa-se mesmo, certa contradição em setores do MEC, que cobram das universidades, através de seus reitores e órgãos representativos, uma atuação mais efetiva junto à sociedade, especialmente os segmentos da população que não são por elas atendidos através de suas atividades regulares, mas, por outro lado, não lhes proporcionam nenhum suporte para realizar a sua ação extensionista. Com efeito, não existe, por parte do MEC, financiamento à extensão universitária enquanto atividade acadêmica, como o ensino e a pesquisa. Além disso, ainda hoje, o espaço reservado à extensão nas políticas governamentais, de caráter mais amplo, é quase sempre insignificante, restringindo-se, por vezes, à simples menção, ou ainda, baseando em concepções arcaicas e ultrapassadas, como se verá ainda ao final deste capítulo.

As considerações finais acerca da pesquisa são elaboradas seguindo quatro eixos de reflexão. Em primeiro lugar analisa-se o desenvolvimento

das atividades de extensão sob o aspecto da sua proximidade ou distanciamento das reais necessidades da maioria da população. Em seguida, examina-se a correspondência entre o que a legislação estabeleceu para a extensão e o que, de fato, foi realizado pelas universidades. Busca-se, depois, apreender as concepções de extensão que estiveram presentes, desde que se registraram as primeiras atividades nessa área, até a década de 70. Por último, são analisadas as políticas de extensão universitária brasileira, sob estes mesmos aspectos, dentre outros.

Para proceder à análise de tais políticas configurou-se como uma abordagem interessante, entendê-las a partir dos atores que as elaboraram. Os ensaios de políticas anteriores a 1975 e o Plano de Trabalho de Extensão são analisados primeiramente a partir dos atores difusos que os elaboraram, para proceder depois à análise da política, propriamente dita. Quanto às políticas pós-1987, situa-se primeiramente o Fórum de Pró-Reitores de Extensão, enquanto ator social em construção, que estabeleceu para si a função de elaborar a política de extensão para as IES públicas brasileiras. Em seguida, são analisadas as duas políticas elaboradas por este Fórum com participação da SESu / MEC: o Programa de Fomento à Extensão Universitária e o Plano Nacional de Extensão.

Pode-se afirmar que a extensão realizada, hoje, nas universidades públicas brasileiras segue as diretrizes emanadas do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, direcionando-se no sentido de atender às demandas mais urgentes da maioria da população. Estas demandas chegam à universidade através das comunidades, setores organizados da sociedade civil e órgãos das administrações públicas, das esferas federal, estadual e municipal. Dessa forma, a universidade pretende estar próxima da sociedade que a mantém.

Nem sempre foi assim, no entanto. A história do ensino superior brasileiro está repleta de situações em que a extensão - apesar do discurso de suas finalidades direcionado à população excluída da universidade - realizou-se de forma desvinculada dos interesses dessa população. Assim o demonstram as primeiras experiências de extensão realizadas no Brasil, que consistiam em conferências e lições públicas ministradas na Universidade Popular, vinculada à antiga Universidade de São Paulo. Destinando-se a uma classe operária em organização, em um período marcado pelo agravamento das condições de vida dos trabalhadores, tais conferências abordavam temas bastante desarticulados dos interesses imediatos dessa clientela.

A extensão realizada nas universidades brasileiras, até o final dos anos cinquenta, apresenta-se, em geral, como um instrumento para difusão dos resultados da pesquisa nelas produzida e como reforço ao ensino elitista nelas ministrado. Os cursos de extensão realizados beneficiavam uma clientela egressa ou frequentadora de seus cursos regulares e que, quase sempre, era a mesma que se interessava pelos resultados da pesquisa.

Neste sentido, constituíram em exceções, experiências extensionistas como a realizada pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, cuja atividade de prestação de serviços consistia na assistência técnica aos agricultores da região, respondendo assim, as suas demandas mais imediatas.

A extensão aproxima-se, de fato, das camadas populares, a partir sobretudo da ação dos estudantes, no início dos anos 60. As várias atividades realizadas pelos alunos, coordenadas pela União Nacional de Estudantes, eram, a rigor, desvinculadas da instituição universitária como tal, embora algumas delas contassem com a participação de professores e técnicos. Ao levar o estudante a participar da vida das comunidades carentes, a UNE

pretendia aproximar a universidade da sociedade, levando para o âmbito acadêmico a discussão das questões prioritárias das classes populares.

Algumas das diretrizes da UNE para a extensão universitária, sufocadas durante os anos da repressão instaurada pelos governos militares, reaparecem nos discursos no meio acadêmico a partir da década de 80¹. Parece possível associar a recomendação da UNE de que estudantes de áreas profissionais afins deveriam, juntos, desenvolver atividades de extensão à interdisciplinaridade, que vai se fazer presente nos discursos, especialmente de docentes, e assumida como uma das diretrizes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão. O atendimento a comunidades carentes, de forma não assistencialista; a abertura da universidade à sociedade, através de cursos e outras atividades; a assessoria das IES aos órgãos governamentais, especialmente em municípios mais carentes; além da proposta de realização de estágios curriculares, em períodos de férias, em atividades de extensão, podem ser situados nessa mesma perspectiva.

Quanto ao distanciamento entre o que o texto legal estabelece para a extensão e o que, de fato, ocorreu nas universidades, esta parece ser uma característica sempre presente na história do ensino superior brasileiro. Isto já se registrou a partir do primeiro documento legal que fez referência à extensão universitária. Trata-se do conjunto de três decretos, acompanhados de exposição de motivos, datados de 11 de abril de 1931, apresentados pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, e que compunham a proposta de Reforma do Ensino Superior da República.

Esta legislação estabelece que a instituição universitária deveria elevar o nível de cultura geral do povo, e que a extensão deveria dilatar os

¹ Registre-se que muitos estudantes universitários da década de 60, encontram-se nas universidades como docentes, na década de 80.

benefícios da atmosfera universitária aos que não estão diretamente vinculados a ela através de cursos, conferências e demonstrações práticas, que visavam, dentre outros objetivos, a solução de problemas sociais. Registra-se que, subjacente a essas propostas estava o objetivo de propagar os ideais de uma classe hegemônica que se instalava no poder. No entanto, não obstante esta consideração, não se pode negar o papel de destaque reservado à extensão em toda a legislação. E o que, efetivamente, ocorreu na prática extensionista das universidades? As atividades desenvolvidas foram instrumento de divulgação do ensino ministrado nas universidades, complementando a formação de seus alunos e atualizando seus egressos. Enfim, beneficiou a classe que já tinha acesso ao ensino superior, mantendo excluídas destes benefícios as camadas populares que não tinham poder econômico nem político. Dessa forma, a proposta de "elevar o nível da cultura geral do povo" não foi efetivada. As demais universidades criadas na década de 30, sob vigência dessa legislação não consagra à extensão, o papel de destaque a ela assegurado no Estatuto das Universidades Brasileiras, à exceção da Universidade do Distrito Federal.

Continuando ainda na perspectiva do distanciamento entre o texto legal e a prática, é procedente citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 4.024, de 1961, que refere-se à extensão universitária, registrando apenas que nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados, dentre outros cursos, os de extensão, a critério da unidade acadêmica. Apesar da inexistência de estímulo às ações de extensão na legislação, o período posterior à publicação da Lei Nº 4.024 caracteriza-se por intensa atividade extensionista, realizada por estudantes universitários,

de acordo com as diretrizes da União Nacional de Estudantes, conforme abordado anteriormente.

Enquanto a extensão institucionalizada a partir da lei, reduzia-se, cada vez mais, a cursos ministrados por docentes e dirigidos, de modo geral, a uma clientela já ligada às universidades, seja frequentando seus cursos regulares ou já portadores de diplomas universitários, a extensão realizada pelos estudantes consistia em projetos de ação social que abrangiam, desde a participação em campanhas de alfabetização de adultos e movimentos de cultura popular até assistência a comunidades carentes, visando atender às necessidades das camadas populares.

A década de 60 traz vasta legislação que foi aqui analisada. Parte dela refere-se exclusivamente às ações de extensão como é o caso do Projeto Rondon e do CRUTAC. Numa fase em que o governo empenhava-se em sufocar o movimento estudantil, ambas as iniciativas podem ser entendidas como estratégias para envolver o estudante universitário em ações sociais junto a comunidades carentes, sob a tutela do governo militar.

O programa CRUTAC, criado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1966, tinha como objetivo central proporcionar ao estudante universitário uma atuação junto a comunidades rurais. Proposto inicialmente para a área da saúde foi estendido, posteriormente, para estudantes de outras áreas, transformando-se em estágio obrigatório contando com participação de professores e técnicos. O programa, que alcançou alguns resultados positivos, enquadrava-se nas propostas de legitimação do governo militar, interessado em mostrar à sociedade a sua preocupação com as condições de vida das camadas mais pobres da população. Tanto assim, que a Comissão Incentivadora dos CRUTAC, foi criada tendo como uma de suas funções ajustar a ação governamental às necessidades das populações do

interior dos Estados, mediante o trabalho das universidades, e realizando, através da extensão, atividades que conduziram "à promoção do homem, ao desenvolvimento econômico-social do país e à segurança nacional" (BRASIL, 1969).

O Projeto Rondon é instituído em nível nacional por decreto, em 1968, embora já estivesse em funcionamento há cerca de dois anos. Considerando a educação como assunto de segurança nacional, especialmente o ensino superior, o governo vincula o projeto ao MINTER e, com o apoio das forças armadas, realiza-se o intercâmbio de estudantes entre as diversas regiões do país - em especial os do sul e do sudeste que dirigiam-se às regiões norte, nordeste e centro-oeste. Este movimento tinha como uma de suas principais finalidades identificar o universitário com a realidade brasileira, para possibilitar o engajamento e a participação dos mesmos no desenvolvimento nacional e comunitário.

Os estudantes são recrutados sem a participação da universidade, não havendo envolvimento de seus departamentos, nem de seu docentes. Mas, as críticas vêm dos próprios estudantes, logo após a realização das primeiras experiências, em especial, as Operações Nacionais. Critica-se o caráter esporádico das atividades, sua desarticulação com a instituição universitária como um todo e a falta de continuidade das ações, dentre outros aspectos. O retorno do estudante à academia era, quase sempre, problemático, pois ao conhecer a realidade de regiões e comunidades mais carentes, ele levava para as salas de aula uma problemática muitas vezes desconhecida dos professores. Começa, então, a processar-se uma certa integração entre o Projeto Rondon e as universidades, em especial através criação do Programa *Campus Avançado*.

O que se pode dizer dos programas - CRUTAC e Projeto Rondon - é que, apesar de algumas diferenças, como a vinculação ministerial e a participação ou não de docentes, ambos enquadram-se em um contexto em que o governo militar pretendia envolver os estudantes universitários em atividades de caráter assistencialista, junto a comunidades mais carentes, no interior dos Estados. E a extensão foi entendida como o instrumento mais adequado para alcançar tal meta. É necessário registrar que, apesar das críticas apresentadas, as atividades desenvolvidas caracterizavam-se por grande entusiasmo, especialmente por parte dos estudantes, deixando perceber que o contato direto com a realidade era bastante enriquecedor.

Ainda na década de 60, no período de implantação e pleno funcionamento dos dois programas acima abordados, o governo adota algumas medidas legais visando a Reforma Universitária. Em ambos os Decretos-Lei que antecedem a publicação da Lei 5.540/68, o espaço consagrado à extensão dentro da universidade, pode ser considerado um retrocesso, tomando como base legislações anteriores. A extensão, reconhecida em textos legais desde 1931, como uma das funções da universidade, sequer é mencionada no Art. 1º do Decreto-Lei Nº 53, de 18 de novembro de 1966², que estabelece como funções da universidade apenas o ensino e a pesquisa. Já o Decreto-Lei Nº 252, de 28 de fevereiro de 1967, que complementa o anterior, em seu Art. 10 restringe a extensão a "cursos e serviços" realizados como forma de estender à comunidade o ensino e a pesquisa, estes sim, considerados inerentes à universidade.

A Lei Nº 5540 / 68 mantém o espírito dos decretos citados quanto à extensão, apresentando, mesmo, transcrições de legislações anteriores, como

² Decreto-Lei Nº 53, 18 de novembro de 1966, fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências.

o Art. 17 que é uma transposição quase textual do Art. 69 da LDB, Nº 4024 / 61. O seu Art. 20 representa uma transcrição do Art. 10 do Decreto-Lei Nº 252 de 1967. Consagra a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa.

O terceiro eixo de análise destas considerações finais, que consiste na apreensão dos conceitos de extensão universitária, é desenvolvido de forma mais sucinta, pois os mesmos apareceram diversas vezes, no decorrer do estudo.

A concepção inicial de extensão que pode ser apreendida a partir das primeiras atividades realizadas em 1911, na Universidade Popular, restringe a ação extensionista à realização de cursos e conferências. Esta concepção aparece de forma ampliada na legislação de 1931, da Reforma do Ensino Superior da República, na qual se explicita que os cursos destinam-se a propagar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos, além da difusão de conhecimento filosóficos, artísticos e literários. De fato, esta legislação, considera "cursos e conferências" como formas através das quais a extensão se efetivará. O conceito é mais amplo, pois considera-se que a extensão destina-se a dilatar os benefícios da atmosfera universitária aos que não se encontram diretamente vinculados às universidades, contribuindo para elevar o nível da cultura geral do povo.

A idéia de que a extensão se realiza através de cursos e conferências está presente nos documentos de criação da Universidade de São Paulo, em 1932, e da Universidade do Distrito Federal, em 1935, ambas criadas sob vigência do Decreto Nº. 19851/1931. A Universidade Federal de Minas Gerais, criada em 1927, mas reformada de acordo com o mesmo decreto, também registra como extensão cursos e conferências.

A concepção de extensão enquanto prestação de serviços, tem sua primeira manifestação registrada na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa.

A Lei 5540/68 abarca as duas concepções historicamente situadas, e determina que as universidades e instituições de ensino superior deverão estender à comunidade suas atividades de ensino e os resultados da pesquisa, através de cursos e serviços especiais. Além disso, na concepção desta lei, a extensão é praticada por estudantes, sem envolvimento de docentes e extra planejamento departamental. Isto lhe dá o caráter de atividade secundária, realizada de forma opcional, desvinculada das demais atividades acadêmicas.

Entender a extensão apenas enquanto promoção de cursos ou apenas como prestação de serviços é restringí-la a um nível que a impede de alcançar sua dimensão acadêmica. Dificilmente nestas atividades, realizadas de forma isolada, existe articulação com as demais atividades acadêmicas, o ensino e a pesquisa. Ademais, quando realizadas desvinculadas de um planejamento institucional, muitas vezes atendem a uma clientela oriunda de uma camada social que pode pagar por estes serviços e que, em geral, já tem acesso ao ensino superior.

O avanço na concepção de extensão surge no movimento estudantil, no início da década de 60, e está, na realidade, embutido na sua concepção de universidade³. A partir de documentos produzidos pela UNE percebe-se a proposta de uma universidade aberta para a sociedade, comprometida com as classes populares. Neles, a extensão deveria realizar-se de várias formas. Através de cursos acessíveis a todos, incluindo operários, analfabetos, etc, não se restringindo, como nos cursos frequentemente realizados nas

³ Importante registrar a atuação do Prof. Álvaro Vieira Pinto junto aos estudantes.

universidades, à classe social que a ela já tinha acesso. Através de serviços prestados aos órgãos públicos, especialmente no interior dos Estados, onde encontra-se maior carência de pessoal qualificado, através de assistência às camadas populares nos setores médico, odontológico, jurídico, técnico, etc. Algumas dessas atividades poderiam ser realizadas sob forma de estágio curricular, integrando o ensino e a extensão.

Dentre as propostas estudantis, as que aparecem, alguns anos depois, com mais destaque, nas propostas do Fórum são o compromisso social da universidade, a articulação entre o ensino e a extensão, através do estágio, e a interdisciplinaridade. As duas primeiras podem também ser percebidas no Plano de Trabalho de Extensão Universitária.

Após algumas décadas, em que tudo que se escrevia sobre extensão e tudo que se realizava nesta área era tão disperso, são formuladas as políticas de extensão universitária. Que mudanças, afinal, trazem estas políticas? Quais foram os atores sociais que as elaboraram?

O **Plano de Trabalho de Extensão Universitária**, elaborado pelo MEC, em 1975, não pode ser considerado como proposta de um ator social. Representa muito mais, uma disputa de poder do MEC com outros ministérios, uma demarcação de espaço de atuação, pois vários deles também coordenavam programas de extensão envolvendo estudantes universitários, muitas vezes sem a participação das universidades e do próprio MEC. A oportunidade de assumir, de certa forma, o controle da situação e apresentar propostas e diretrizes, surge quando, a pedido dos reitores, em uma reunião do CRUB, cria-se uma Comissão Interministerial MEC / MINTER, que tinha como função promover a integração entre os programas CRUTAC, coordenado pelo MEC, e o Projeto Rondon, coordenado pelo MINTER. O que se verificava é que ambos, atuando com

objetivos semelhantes, apresentavam críticas severas e recíprocas. Dentre as sugestões apresentadas pela comissão estava a de criação de uma coordenação em cada ministério, que teriam, respectivamente, as funções de propor política de extensão universitária e a política de desenvolvimento relacionada à extensão universitária, além de acompanhar a implantação de ambas.

Nota-se que o relatório da Comissão MEC/MINTER é fortemente influenciado pelos ideais de desenvolvimento e segurança nacional do governo militar. Refere-se aos programas CRUTAC e Projeto Rondon como "instrumento de extensão universitária para o desenvolvimento" e, considerando a educação como fator de desenvolvimento, propõe que a política de extensão universitária seja vinculada às diretrizes desenvolvimentistas nacionais.

O MEC cria a Coordenação de Atividades de Extensão e divulga, pouco depois, o Plano de Trabalho de Extensão Universitária. A elaboração deste plano, bem como sua implementação, supervisão e acompanhamento não se deu sem tensões. As equipes internas do MEC e as das universidades eram compostas por profissionais de linhas ideológicas, por vezes, bastante diversas. Nesta ação social, em que seus atores individuais relacionavam-se, tantas vezes, movidos por uma racionalidade instrumental, os confrontos possibilitaram a elaboração da primeira política de extensão universitária brasileira.

Não se percebe no Plano de Trabalho a influência dos ideais de desenvolvimento e segurança nacional, como se constatou no relatório da Comissão MEC / MINTER. Não foi possível verificar as causas desse fato, podendo-se supor, como uma possível explicação, o fato de que este plano é elaborado por equipe interna do MEC, deixando a entrever a possibilidade

de que o forte cunho desenvolvimentista do relatório da comissão devia-se à equipe do MINTER. Em outros aspectos, o documento se aproxima do relatório da comissão.

O Plano de Trabalho de Extensão Universitária constitui importante marco político para o MEC, que através dele assegura para si a competência de propor a política de extensão para as universidades brasileiras. Traz um conceito de extensão que supera todos aqueles encontrados nas legislações anteriores.

"A extensão é a forma através da qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa" (MEC / DAU, 1975).

Algumas observações sobre este conceito devem ser feitas. Em primeiro lugar, ao estabelecer a quem a extensão deve atender, "organizações, outras instituições e populações de um modo geral", o Plano indica em direção de quem deveria se dar o compromisso da universidade, não estando aí priorizada a clientela historicamente atendida pelos cursos de extensão.

O outro elemento de análise é relação entre as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, sendo esta o componente através do qual se faria o repensar das outras duas. E, por último, a idéia de comunicação entre universidade e sociedade, não mais num sentido elitista de transmissão de conhecimento, mas no sentido de troca entre saberes acadêmico e popular,

que teria como resultado, a produção de um conhecimento já confrontado com a realidade.

O Plano amplia as formas através das quais a extensão deveria se processar: cursos, serviços, difusão cultural, difusão de resultados de pesquisas, projetos de ação comunitária, além de outras formas de atuação, que a realidade na qual a instituição encontra-se inserida, viesse a necessitar. Pode ser considerado outro avanço do Plano o fato de se superar a proposta da Lei Nº 5540/68, que restringia a extensão à participação de estudantes e procurava envolver também os docentes.

A proposta de atuação da CODAE, contida no próprio Plano, previa medidas para buscar conhecer o que as instituições realizavam em termos de extensão e para promover a articulação dessas atividades tanto ao nível interno da instituição, como ao nível interinstitucional e com os órgãos públicos e de apoio à extensão, situados nas comunidades onde elas estivessem inseridas.

Algumas contradições, no entanto, podem ser observadas nas propostas do Plano de Trabalho. Ao mesmo tempo em que recomenda que as atividades de extensão deveriam ser programadas nas próprias universidades, a partir dos departamentos, articulados com programas de instituições das comunidades locais, ele define como competência do DAU / MEC, através da CODAE, o estabelecimento de diretrizes políticas, a coordenação, supervisão e avaliação das atividades em desenvolvimento. Além disso, era também responsabilidade dessa coordenação o contato com os órgãos públicos ou privados que atuassem em apoio à extensão.

Não se pôde avaliar com precisão, que mudanças realmente se operaram no cotidiano das universidades, com relação à extensão por elas realizada, nesse período. Há indicações de que se prosseguiu, no geral, na

reprodução do padrão de ações que já se consolidara nas instituições de ensino superior.

O que se percebe, a partir da intensa atuação da CODAE e dos fundamentos do Plano de Trabalho de Extensão Universitária, é que a reflexão sobre a questão da extensão, de fato, se iniciara. Mesmo extinta a CODAE, os efeitos de sua ação permaneceram, a necessidade da mudança fora colocada e as bases estavam lançadas. Dentre as idéias que compõem o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, duas delas reaparecem com destaque nas propostas do Fórum. Trata-se da relação entre ensino, pesquisa e extensão e a idéia da troca entre saberes acadêmico e popular.

A reflexão sobre a extensão e a discussão de políticas neste setor, para IES públicas, passa a ser coordenada, a partir de meados dos anos 80, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. A criação deste fórum foi fruto de uma ação articulada, em nível nacional, a partir de discussões que vinham ocorrendo nas universidades públicas de todo país, em torno de algumas questões comuns, tendo como tema central a sua relação com a sociedade. Ocorrem alguns encontros de caráter regional, ocasião em que se criam alguns dos fóruns regionais.

A criação do Fórum Nacional ocorre tendo como base algumas questões já consensuais entre seus membros participantes e que seriam o fundamento para elaboração das políticas de extensão. Isto significa que o entendimento entre os Pró-Reitores se deu a partir destas idéias consensuais, que podem ser apreendidas como conclusões dos documentos dos encontros regionais. São elas: o compromisso social da universidade na busca da solução dos problemas mais urgentes da maioria da população; a indissociabilidade entre as atividades de ensino, extensão e pesquisa; o caráter interdisciplinar da ação extensionista; a necessidade da

institucionalização da extensão ao nível das instituições e ao nível do MEC; o reconhecimento do saber popular e a consideração da importância da troca entre este e o saber acadêmico, e a necessidade de financiamento da extensão como responsabilidade governamental.

Cria-se o Fórum em função de uma necessidade institucional. No nível externo às universidades, no sistema do ensino superior público, somente as atividades de ensino, de graduação e de pós graduação, e a pesquisa contavam com políticas específicas e interlocutores nos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. Internamente, nas universidades, a ação extensionista realiza-se de forma bastante diversificada de uma instituição para outra, necessitando de orientações comuns para sua institucionalização. Neste contexto, os Pró-Reitores de Extensão criam o seu fórum para coordenar as reflexões sobre a extensão, estabelecendo diretrizes políticas para sua execução e institucionalização interna, além de propor ao MEC a definição de um interlocutor no ministério, como já possuíam as outras atividades acadêmicas, e programas próprios de financiamento. Enfim, visavam interferir na política acadêmica.

O Fórum é um ator social em construção. Caracteriza-se como uma comunidade de comunicação, em que seus integrantes, sujeitos capazes de linguagem e ação, se aceitam e se reconhecem enquanto interlocutores. A sua atuação tem se caracterizado pelo entendimento lingüístico como seu mecanismo coordenador. A construção do entendimento se dá nos encontros nacionais e em seus desdobramentos, pois é neles que se estabelecem as diretrizes conceituais e políticas da extensão universitária. As orientações são elaboradas a partir de convicções racionalmente construídas no processo de comunicação dos atores individuais, fundamentadas na fala argumentativa. Estes atores - Pró-Reitores de Extensão - regulam suas

condutas por expectativas de validade intersubjetivamente reconhecidas pelo grupo e pretendem obter, não apenas o consenso, mas o reconhecimento da validade das diretrizes por eles definidas pela comunidade acadêmica, em suas próprias instituições e ao nível nacional.

Ao longo de seus doze anos de atuação o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras definiu diretrizes conceituais e políticas de ação para as IES públicas, que vem sendo confirmadas nas discussões de seus componentes e nos documentos produzidos. São estas diretrizes que fundamentam as duas políticas de extensão, elaboradas pelo Fórum, ambas com participação da SESu / MEC: **o Programa de Fomento à Extensão Universitária e o Plano Nacional de Extensão Universitária.**

Na visão do Fórum, o **trabalho acadêmico** é concebido como um processo orgânico e contínuo, produzido coletivamente, que se estende desde a produção e a sistematização do conhecimento até a transmissão dos resultados. A **extensão** é concebida como uma dimensão da atividade acadêmica. É um processo que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

Através da extensão ocorre a **troca entre os saberes sistematizado-acadêmico e o popular**, que possibilitará a produção de conhecimento resultante do confronto com as realidades regional e nacional, propiciando a efetiva participação da comunidade na atuação da universidade.

Defende-se, como um princípio, o **compromisso social** da universidade enquanto instituição pública, que deve estar empenhada na busca de soluções para os problemas da maioria da população. A extensão

universitária é o instrumento que vai possibilitar a IES pública cumprir sua função social.

A universidade deve ser um espaço aberto às discussões que visem o pleno exercício da **cidadania** e a superação das formas de exclusão e marginalização que existem no país, e que mantém grande parte da população alheia ao exercício de seus direitos. Considerada enquanto **instituição cultural**, a universidade deve produzir, preservar e difundir manifestações culturais, através de programas de extensão, cabendo a cada IES a definição de uma política própria de atuação na área cultural.

A ação extensionista deve ser desenvolvida de modo a tornar as comunidades autônomas, evitando qualquer forma de dependência ou assistencialismo. Da mesma forma, recomenda-se que a extensão seja realizada em **articulação com as administrações públicas**, nas esferas federal, estadual e municipal, alertando-se, no entanto, que a universidade não pode substituir o poder público em suas funções constitucionais.

O princípio da **indissociabilidade** das atividades de ensino, pesquisa e extensão é defendido pelo Fórum como fundamental no fazer acadêmico. A relação entre o ensino e a extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, pois alunos e professores constituem-se em sujeitos do ato de aprender. Ao mesmo tempo que a extensão possibilita a democratização do saber acadêmico, através dela, este saber retorna à universidade testado e reelaborado. A relação entre pesquisa e extensão ocorre quando a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a transformação da sociedade. A extensão como via de interação entre universidade e sociedade constitui-se em elemento capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática.

O **estágio curricular** é o momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, sendo um instrumento

adequado para viabilizar a extensão universitária. O estágio deve responder às questões sociais dimensionadas nos debates entre universidade e comunidade, fortalecendo a relação entre ambas. Recomenda-se ainda que a participação dos discentes em projetos e atividades de extensão deve ser computada para integralização curricular.

A **interdisciplinaridade** é recomendada pelo Fórum como meta a ser buscada em todo o trabalho acadêmico. Considera que a extensão é um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, possibilitando a integração de áreas distintas do conhecimento, contribuindo para uma nova forma de fazer ciência, de forma integrada, revertendo a tendência comum nas universidades de compartimentação do conhecimento da realidade.

A **institucionalização** da extensão é defendida pelo Fórum em dois níveis. No nível das IES, com a recomendação da existência de um órgão na estrutura da instituição, responsável pela extensão, no mesmo patamar hierárquico do ensino e da pesquisa; com o estabelecimento de legislação interna que regulamente as atividades próprias, além de recursos orçamentários destinados ao desenvolvimento da ação extensionista. No nível do MEC, o Fórum vem insistentemente, cobrando a existência de um órgão que seja o interlocutor para as universidades, nas questões da extensão. Ao mesmo tempo, tem proposto a inclusão da extensão como indicador para alocação de recursos em rubrica orçamentária do MEC ou, ainda, a criação de programas permanentes para financiamento da extensão nas IES, com ênfase especial em programas de bolsas para estudantes. Estas medidas são consideradas como facilitadoras da continuidade dos projetos implantados.

A proposta metodológica do Fórum para o desenvolvimento da ação extensionista é que ela seja realizada, prioritariamente, sob a forma de programas articulados, que subordinam projetos de maneira integrada e interdisciplinar. Os programas, de duração mais longa que projetos pontuais, possibilitam cumprir um ciclo mais completo de ações.

Amplia-se a visão de **sala de aula**, de espaço de produção teórico-abstrata, numa dimensão tradicional, para se considerar sala de aula todo espaço, dentro ou fora da universidade, onde se realiza o processo histórico social. Professores e alunos são sujeitos do ato de aprender e de produzir conhecimentos, no confronto com a realidade. Caracteriza-se assim, como um processo interdisciplinar e transdisciplinar, pois decorre da própria prática.

A **prestação de serviços** deve ser inserida na proposta da instituição, integrada em um processo educativo, considerando as diretrizes conceituais do Fórum. Deve ser de cunho emancipatório e não assistencialista, seja remunerada ou não. Alerta-se para o risco da prestação de serviços vir a constituir-se em um fim em si mesma, servindo apenas como instrumento para captação de recursos, tornando-se precedente para o Estado restringir suas responsabilidades para com o ensino superior público.

Outra diretriz política do fórum é quanto à **avaliação** das atividades de extensão. Os princípios estabelecidos para este aspecto são baseados nas diretrizes conceituais acima abordadas. Recomenda-se que a atividade de extensão deve ser submetida a um sistema de avaliação, na universidade, de modo análogo às demais atividades-fim, incluindo-se no caso da extensão, a participação de setores da comunidade externa envolvidos no processo.

O Fórum tem manifestado preocupação quanto à pouca **divulgação** que se faz da extensão. Neste sentido, recomenda que ela se faça no nível da

sociedades local, regional e mesmo nacional; da ação e da produção extensionista das IES públicas e do próprio Fórum.

Quanto às diretrizes conceituais e políticas, tanto o PROEXTE quanto o Plano Nacional de Extensão apresentam esta mesma fundamentação comum. A diferença básica entre eles consiste no sistema de financiamento. O PROEXTE contava com o interesse e intensa participação do MEC, através do DEPEs / SESu, tanto na sua concepção, quanto na elaboração e divulgação. Assim, o Ministério assume o compromisso de financiamento do programa, compromisso este explicitado em sua convocatória (Anexo B). Já o Plano Nacional de Extensão, apesar dos reconhecidos esforços do Fórum neste sentido, não conta, com o mesmo apoio financeiro, por parte do MEC, anteriormente concedido ao PROEXTE. Permanece vaga a questão do seu financiamento, deixando perceber que o Fórum deverá negociar recursos para sua implementação através de fontes diversas.

Outro aspecto que diferencia as duas propostas é o fato do Plano Nacional de Extensão trabalhar com áreas temáticas. Esta parece ser uma proposta estratégica do Fórum que, por um lado, facilita a captação de recursos em diferentes fontes financiadoras, que acolhem projetos em áreas específicas de atuação como meio ambiente, reforma agrária, atenção a crianças e idosos, por exemplo. Por outro lado, ao incentivar as universidades a desenvolver seus programas em áreas temáticas e ao mesmo tempo registrar e mapear essas ações, o Fórum torna-se capaz de mostrar ao MEC, ao governo, e à sociedade em geral, o que as IES públicas tem efetivamente realizado no sentido de contribuir para resolver os grandes problemas nacionais.

À guisa de últimas considerações, cabe registrar que concepções de extensão universitária estão presentes hoje, no cenário do ensino superior

brasileiro, e qual é a correspondência entre o que os documentos governamentais propõem e o que realmente se realiza nas instituições universitárias. Quanto ao primeiro aspecto, do ponto de vista do Fórum, o conceito elaborado em 1987, permanece como atual e contemporâneo, sendo confirmado inclusive nas políticas de extensão por ele elaboradas:

"A extensão é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade".

Do ponto de vista governamental outras concepções podem ser apreendidas, a partir de documentos produzidos nesta esfera. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, no Art. 43, inciso VII que trata das finalidades da educação superior, registra:

"promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição" (BRASIL, 1996).

Embora não se detenha numa análise mais profunda da lei, o que se percebe, mesmo superficialmente, é que essa concepção não avança muito em relação aos Decretos - Lei do Ministro Francisco Campos, de 1931.

Interessante observar no Art. 53, que trata das atribuições universitárias relativas à autonomia, inciso X, Parágrafo único que estabelece:

"Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão"
(BRASIL, 1996).

Não se considerou aqui sequer a existência, nas universidades, em nível regimental, de unidades administrativas e órgãos colegiados encarregados de cuidar dos assuntos de extensão.

Esta superficialidade no trato da questão da extensão universitária pode ser também observada no Plano Nacional de Educação, encaminhado pelo Ministro da Educação ao Presidente da República, em 16 de dezembro de 1997 que, dentre as metas para a educação superior, refere-se à extensão apenas no contexto de avaliação institucional:

"Instituir programas de fomento para que as instituições de Educação Superior constituam sistemas próprios de avaliação institucional e de cursos, capazes de possibilitar a elevação dos padrões de qualidade do ensino, da extensão e, no caso das universidades, também da pesquisa".(MEC / Plano Nacional de Educação, 1998:16).

Ainda nesta perspectiva, situa-se o Plano Plurianual 2000 / 2003, do Ministério da Educação / Secretaria Executiva / Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, que estabelece como objetivo do Programa de Extensão Universitária:

"Promover o aperfeiçoamento dos alunos universitários e prestar serviços sócio culturais à comunidade" (MEC / 1999).

Observa-se que esta é uma concepção que data do início do século, quando se registraram as primeiras atividades referidas como extensão. A rigor não se pode dizer que este seja o conceito que o MEC tem da extensão universitária. Mas, pode-se afirmar que existem hoje, no MEC, setores com poder e atribuição para elaborar política para o ensino superior brasileiro, cuja visão da ação extensionista remonta ao início deste século.

Percebe-se, portanto, que do ponto de vista governamental situam-se basicamente duas concepções de extensão. Uma, como prestação de serviços

de cunho assistencialista, para os setores excluídos, especialmente nas áreas de saúde e educação. E, neste sentido, a universidade estaria utilizando seus docentes e, especialmente seus discentes para substituir funções do Estado. O outro conceito situa também a extensão como prestação de serviços a uma clientela que por eles pode pagar, incentivando com isto a geração de recursos para a manutenção das IFES, em especial, em setores onde o governo vem progressivamente se afastando. Neste sentido é bom lembrar que nem todas as áreas do conhecimento produzem serviços que podem ser vendidos.

E, como última reflexão, vale registrar que, apesar da extensão ocupar ainda hoje, tão pouco espaço nas políticas governamentais para o ensino superior público, as universidades públicas brasileiras vêm realizando, nas duas últimas décadas, intenso trabalho na área da extensão como uma atividade acadêmica que é parte do processo orgânico e contínuo que se estende desde a produção, até a sistematização e transmissão do conhecimento. Este trabalho se processa inspirado e coordenado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, baseado em um princípio constitucional que assegura que as universidades obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Referências Bibliográficas

- BOTOMÉ, Silvio Paulo. *Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis: Vozes, São Carlos: Editora UFSCar; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1996. 248p.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.
- BRASIL. Lei n. 4024 - 20 dez. 1961. Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- _____. Lei n. 4464 - 09 nov. 1964. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e dá outras providências. Documenta, Brasília n. 32, p. 119-123. dez 1964.
- _____. Lei n. 5540 - 28 nov. 1968. Lei básica da Reforma Universitária.
- _____. Lei n. 7395 - 31 out. 1985. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências. Documenta, Brasília n. 300, p. 245. dez 1985.
- _____. Lei n. 9394 - 20 dez. 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 53 - 18 nov. 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências.
- _____. Decreto-Lei n. 252 - 28 fev. 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei n. 53 - 18 nov. 1966 e dá outras providências.
- _____. Decreto-Lei n. 916 - 07 out. 1969. Cria a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais de Treinamento e Ação Comunitária - CINCRUTAC
- BRASIL. Decreto n. 19.850 - 11 abr. 1931. Cria o conselho Nacional de Educação.
- _____. Decreto n. 19.851 - 11 abr. 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados.
- _____. Decreto n. 19.852 - 11 abr. 1931. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.

_____. Decreto n. 5513 - 04 de abr. 1935. Institui na cidade do Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal e dá outras providências.

_____. Decreto n. 62.927 - 23 jun. 1968, Institui o Projeto Rondon.

_____. Decreto n. 91.177 - 29 mar. 1985. Cria a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior.

CARVALHO, Guido Ivan de. *Ensino Superior: legislação e jurisprudência*. 3. ed. Rio de Janeiro: MEC, 1971. 489 p.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã : Da Colônia à Era Vargas*. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986. 339 p.

EAGLEATON, Terry. *Ideologia. uma introdução*. Trad. Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Ed. UNESP, Ed. Boitempo. 1997. 204 p.

FAGUNDES, José. *Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas*. Campinas: Ed. Unicamp, 1986. 170 p.

FÁVERO, Maria de Lourdes, *A Universidade e Poder: análise crítica, fundamentos históricos. 1930-45*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980. 208 p. (série Universidade, 8).

_____. *Da Universidade " Modernizada" à Universidade Disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Cortez, 1991. 150 p. (Coleção educação contemporânea).

_____. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995. 218 p. (série Universidade)

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Documento Final do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileira - 1987*. In: GARRAFA, Volnei. *Extensão: a universidade construindo saber e cidadania; Relatório de atividades 1987/1988*. Brasília, Ed. UnB, 1989. 124 p.

Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, 2, 1988, Belo Horizonte. *Conexão, Revista de Extensão da UFMG*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 18-20, 1998, Belo Horizonte: 1988a.

_____. *Ofício Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. N. 11-15 nov. 1988b.

_____. *Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas*, 3, 1989, Belém: UFPA, 1989 (mimeo).

_____. *Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas*, 4, 1990, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Editora da UFSC, 1990. 109p.

_____. *Documento Final do Encontro Nacional do Fórum Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas*, 5, São Luis: 1991. (mimeo).

_____. *Documento Final do VI Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas*, 6, Santa Maria: 1992 a. (mimeo).

_____. *A extensão universitária no Brasil: contribuição e diagnóstico - Etapa I*. Editora Universitária UFPA. Belém: 1992 b.

_____. *Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas*, 7, 1993, Cuiabá. Anais... Cuiabá: Editora UFMT, 1993 a. 227 p.

_____. *Boletim Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*, v.1 n.1 Set. 1993 b.

_____. *Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas*, 8, 1994, Vitória. Anais... Vitória: Gráfica UFES, 1994 a. 196 p.

_____. *Boletim Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*, v.1 n.4 Ano 1. Agosto, 1994 b.

_____. *Boletim Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*, v.1 n.5 Outubro, 1994 c.

_____. *Documento Final do IX Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas*, 9, Ata. UFPR, 1995 a. (mimeo).

_____. *Ata da Comissão Nacional/Comitê Assessor 1995 b.*

- _____. *Encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 10, Ata, 1996 a. (mimeo).*
- _____. *Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, 11. Súmula da Avaliação da Extensão Universitária e o PAIUB. Curitiba: 1997 a. (mimeo).*
- _____. *Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, 11. Relato dos grupos por região sobre o tema Avaliação da Extensão Universitária, 1997 b. (mimeo).*
- _____. *Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, 12. Ata. UFMG, 1997 c. (mimeo).*
- _____. *Boletim do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. V.1, n.2 dez. 1997d.*
- _____. *Programa Nacional Temático de Fomento à Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: Universidade Cidadã, 1997e.*
- _____. *Ata da reunião Coordenação do Fórum com a SESu/MEC, fev. 1998 a.*
- _____. *Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras, 13. Ata, mar. 1998b (mimeo).*
- _____. *Encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 14. Ata, mai. 1998c (mimeo).*
- _____. *Encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, 15. Ata, mai. 1999 (mimeo).*
- Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste. *Documentos Finais: contribuição ao estudo dos Fóruns Regionais.* São Luiz: Ed. Augusta, 1991.
- Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas da Região Norte. *Seminário Regional de Extensão / A extensão Universitária na Amazônia: Por uma política regional, 2.* UNIFAP, Macapá: 1995a.

- SEMINÁRIO REGIONAL DE EXTENSÃO DA REGIÃO NORTE, 3, 1995, Porto Velho. *Carta de Porto Velho*. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 1995b.
- Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas da Região Sudeste. *Carta de Ouro Preto*, Boletim UFMG, v.14. N. 733 p.4. 1987.
- _____. Ata do XV Encontro da Regional Sudeste. nov. 1997. (mimeo).
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FREITAG, Barbara ROUANET, Sérgio Paulo. *Habermas*. São Paulo: Ática, 1993. 216 p. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- GARRAFA, Volnei. *Extensão: a universidade construindo saber e cidadania, Relatório de atividades 1987/1988*. Brasília, Ed. UnB, 1989. 124 p.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria C. S. Raposo. Petrópolis: Vozes, 1975. 233p.
- GURGEL, Roberto Mauro. *Extensão Universitária: comunicação ou domesticação?*. São Paulo: Cortez UFCE, 1986. 182 p.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa I Racionalidade de la acción y racionalización social*. Versión castellana de Manuel Jiménez Redondo. Madri: Taurus, 1987a. 517 p. (Col. "Ensayistas" nº. 278).
- _____. *Teoría de la acción comunicativa II Crítica de la razón funcionalista*. Versión castellana de Manuel Jiménez Redondo. Madri: Taurus, 1987b. (Col. "Ensayistas" nº. 279).
- _____. *Técnica e Ciência enquanto "ideologia" e outros textos escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. 343 p. (Os pensadores).
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1995.
- LOPES, Maria Izabel de Souza. *Algumas considerações acerca da construção de uma metodologia para a extensão universitária*. In:

ENCONTRO Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades
Públicas, 4, 1990, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 1990.

MEC, Portaria nº. 289 - 16 mai. 1974a. Cria a Comissão Mista CRUTAC/
MEC - Campus Avançado / MINTER.

_____. Comissão Mista CRUTAC / MEC. Campus Avançado / MINTER.
1974. 15 p. (mimeo).

_____. Portaria nº 742 - 20 set. 1985a. Fixa diretrizes básicas que deverão
orientar a elaboração e atualização dos Planos de Cargos e salários e de
Benefícios e Vantagens das Fundações Educacionais vinculadas ao
Ministério da Educação.

_____. Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior.
Uma nova política para a Educação Superior. Relatório Final, 1985b.

_____. Portaria nº 100 - 06 de fev. 1986a. Cria o Grupo Executivo para a
Reformulação da Educação Superior.

_____. Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior -
GERES. *Relatório e Anteprojetos de Lei - Dois pontos / MEC, nº. 31.*
Brasília: 1986b.

_____. Ofício Nº 5.236/89 - GB./SESu/MEC, setembro de 1989.

_____. Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania - Marcos de
Referência, 1990.

_____. Portaria nº 66 / SESu / MEC. - abr. 1993. Cria a Comissão de
Extensão Universitária.

_____. Portaria nº 130 / SESu / MEC. - 14 jul. 1993. Cria a Comissão
Nacional de Avaliação.

_____. Portaria nº 134 / SESu / MEC. - 16 jul. 1993. Cria o comitê
Assessor de Extensão Universitária.

_____. Resolução nº. 5 - 26 mai. 1997. Define parâmetros para a
assistência financeira do FNDE.

- _____. Memorando nº 555/97 - DIEG/SESu/MEC - 23 jun. 1997.
- _____. Plano Plurianual - 2000/2003 - PPA, 1999.
- MEC/DAU. Plano de Trabalho de Extensão Universitária. 1975. 13 p.
(mimeo)
- MEC/INEP. Plano Nacional de Educação metas. Brasília: 1998. 29 p.
- MEC/SESu, *Programa de Fomento à Extensão Universitária*, 1995a.
(mimeo).
- _____. *Perfil da Extensão Universitária no Brasil*. Rio de Janeiro:
Gráfica da UERJ, 1995b.
- MINTER. Portaria nº 398. 1974. Cria a Comissão Mista CRUTAC / MEC -
Campus Avançado / MINTER.
- O AGRICULTOR. Lavras, n.1 Ano 1. Junho, 1922.
- O LIBERAL: caderno Atualidades, Belém, Pará. 24 de abril de 1996
- OLIVEIRA, Luiz Carlos F. J. A História da Extensão Universitária no Brasil -
um reparo e uma conclamação. Lavras: ESAL, 1987 (mimeo).
- PAIVA, Vanilda. Extensão Universitária no Brasil. *Revista Brasileira de
Estudos Pedagógicos*. INEP Vol. 67 nº. 155 p. 135-51. jan. / abr. 1986.
281 p.
- Plano Nacional de Extensão Universitária*. Raízes e Rumos, Órgão de
divulgação do Deptº. de Extensão/UNIRIO e do Fórum de Pró-Reitores de
Extensão da Região Sudeste. v. 5, nº. 9. Belo Horizonte: Imprensa
UFMG, 1998. 38 p.
- REIS, Renato Hilário, A institucionalização de extensão. In: *Educação
Brasileira*. Brasília, v.14 n. 28, 1992.
- SAVIANI, Demerval. Extensão Universitária: uma abordagem não-
extensionista. In: *Ensino Público e algumas falas sobre Universidade*. São
Paulo: Cortez, 1984. 112 p. (Coleção Polêmicas do nosso tempo).

_____. *Da nova L.D.B. ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional*. Campinas: Autores Associados, 1998. 169 p.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. *Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. 181 p.

SOUZA, Ana Luiza Lima. *A História da Extensão Universitária a partir de seus Interlocutores*. Goiânia: UFGO, 1995. 329 p. (Dissertação de mestrado).

SPINDEL, Arnaldo. *O que é Socialismo*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 84 p. (Coleção Primeiros Passos).

SUCUPIRA, Newton. *A condição atual da universidade e a Reforma Universitária Brasileira*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1972.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. *Extensão Universitária: novo paradigma de universidade?* Maceió: EDUFAL, 1997.

TOURAINÉ, Alain. *Le retour de l'acteur: essai de sociologie*. Paris. Fayard, 1984. 350 p.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, Sub-Reitoria para Extensão. *Conclusão do Encontro de Pró-Reitores de Extensão do Norte do País*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1986. (mimeo)

_____. *Recomendações do IV Seminário de Extensão das Universidades da Região Norte*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1987. (mimeo)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. *Estudos conclusivos de grupos de trabalho sobre extensão*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 1988. (mimeo)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. *Documento final do I Seminário de Extensão Universitária da Região Sul*. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1983. (mimeo)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Projeto de Interiorização da Universidade Federal do Pará*. Belém: 1985.

_____. *Projeto Norte de Interiorização*. Belém: UFPA, 1986.

ANEXOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTOS DE ASSUNTOS UNIVERSITÁRIOS

Plano de Trabalho
de
Extensão Universitária

Brasília

Abril - 1975

1. Introdução

A extensão universitária é a forma através da qual a Instituição de Ensino Superior, estende sua área de atendimento às Organizações, outras Instituições e populações de um modo geral, das quais recebem um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa.

A extensão da universidade se processa sob a forma de Cursos, Serviços, difusão de resultados de pesquisas, projetos de ação comunitária, difusão cultural e outras formas de atuação exigidas pela realidade da área onde a Instituição se encontra inserida, ou exigências de ordem estratégica.

Por meio das atividades extensionistas são proporcionadas "aos corpos discentes e docentes, oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento." (1)

A extensão universitária no Brasil, como atividade sistemática e intimamente relacionada com o ensino e a pesquisa é um dado novo na realidade das instituições de ensino superior. Como tal ainda é muitas vezes mal compreendida e mal interpretada, sendo confundida com atividades isoladas de caráter diversional, cultural, cívico, religioso ou mesmo promoção de cursos sem nenhuma vinculação com o sistema de ensino. Não se pode esquecer todavia, que a extensão universitária é uma projeção do ensino e da pesquisa, e desse modo, "a inerência da atividade de extensão está, pois, em outras palavras, no seu comprometimento didático, na sua vinculação necessária à missão da Universidade que tal." (2)

As atividades de extensão universitária devem, pois, ser programada a nível de Instituições de Ensino Superior, tendo

como ponto de partida os Programas dos Departamentos ou Cur
sos, devidamente compatibilizados com os Planos, Programas ou
Projetos de Instituições ou Comunidade do local onde se dá a
ação extensionista.

Deve-se considerar ainda a importância do estágio
como meio para compatibilização da política de extensão com
o ensino e a ~~aprendizagem~~. O estágio complementa o ensino e a apren
dizagem e será planejado, executado, acompanhado e avaliado,
em conformidade com os currículos, programas e calendários
escolares, a fim de se constituir em instrumentos de integra-
ção em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento téc
nico cultural, científico e de relacionamento humano.

(1) Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1958 - Art. 40, alínea'
"a"

(2) Estudo Analítico sobre a revisão e prosseguimento do Pro
jeto CR-11-PT-5, do CRUB.

2. ESQUEMA DE ATUAÇÃO

A Coordenação Nacional da Política de Extensão Universitária, cabe ao Ministério da Educação e Cultura, a quem compete:

- a) propor a política de extensão Universitária;
- b) traçar diretrizes e normas nacionais;
- c) acompanhar a execução dos trabalhos de extensão, evitando que sejam criadas distorções que possam desfigurar a própria imagem da Instituição Universitária;
- e) estimular o intercâmbio de experiência entre as várias Universidades;
- f) proporcionar condições ao maior ajustamento de experiências existentes, face ao conceito de Extensão Universitária.

O Plano de Trabalho do Ministério da Educação e Cultura para as atividades de Extensão Universitária será executado pelo Departamento de Assuntos Universitários, por meio de sua Coordenação de Atividades de Extensão.

A atuação do DAU se fará basicamente em uma linha de assessoramento às Instituições de Ensino Superior, utilizando-se as seguintes formas:

- a) supervisão sistemática, com observação "in loco" do andamento das experiências;
- b) avaliação periódica das experiências, utilizando-se como meios, fichas, relatórios e encontros;

- c) contatos e Encontros com organismos públicos e que atuam a nível nacional, regional e local, possam dar suporte às atividades de extensão de de desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior;
- d) manutenção de um fluxo contínuo de informação, através de ofícios, circulares ou boletins, de modo a possibilitar um intercâmbio permanente entre as várias IES;
- e) contatos com as Instituições de Ensino Superior visando a implantação de novos Programas ou Projetos de Extensão.

3. JUSTIFICATIVA

A lei da Reforma Universitária ao Vincular de modo indissociável o Ensino a Pesquisa e a Extensão, possibilitou uma perspectiva nova à Universidade Brasileira. O ensino não se pode restringir somente a uma mera transmissão do conhecimento já elaborado, mas deve associar uma visão crítica do saber adquirido, exercendo assim uma atividade criadora.

A Extensão Universitária, das funções da Universidade é a que menos se projetou, tendo sido algumas vezes mal compreendida e até confundida, estando a merceder por parte do MEC uma tomada de posição no sentido de uma melhor articulação.

As atividades de extensão universitária coordenadas pelo Ministério da Educação e Cultura, são desenvolvidas presentemente através dos Projetos de Integração das Universidades nas Comunidades e Integração Escola - Empresa - Governo, ambos executados pelas Instituições de Ensino Superior.

Os CRUTACs encontram-se difundidos em todo o país contando com núcleos nas seguintes Universidades Federais: Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná Santa Catarina, Pelotas, Santa Maria, São Carlos e Mato Grosso. Além desses existem núcleos de CRUTAC na Universidade de Londrina e em Mossoró. Para uma articulação geral dos CRUTACs, existe a CENCRUTAC, criada pelo Decreto Lei 916 e 07. 10.69.

Os núcleos do Projeto Integração Escola - Empresa Governo, encontram-se também disseminadas do Instituto Euvaldo Lodi, presentemente, nos seguintes Estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

4. OBJETIVOS

4.1 - Geral

Coordenar, a nível nacional, as experiências de extensão em andamento nas instituições.

4.2 - Específicos

- Supervisionar, e avaliar as várias experiências desenvolvidas.
- Programar atividades de extensão que levam à comunidade; dentro de seus mecanismos normais de mercado, o produto de pesquisas em áreas consideradas relevantes para o desenvolvimento tecnológico, social e econômico.
- Promover a articulação, a nível de IES, das várias experiências existentes, estimulando o surgimento de polos de extensão universitária.
- Proporcionar a integração de Organismos, Programas ou Projetos que sirvam de fluxo à retroalimentação do sistema de ensino.
- Estimular as instituições de ensino superior a uma maior participação no processo de desenvolvimento, com a consequente mudança dos atuais padrões de demanda das comunidades e populações.
- Incentivar as instituições de ensino superior no sentido de novas experiências no âmbito da extensão universitária.

5. PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho do Departamento de Assuntos Universitários, no que se refere à extensão, terá como ponto de partida as experiências extensionistas em execução no país, especialmente as desenvolvidas através do Projeto Rondon, CRUTACs, IEL, MUEDES, OPEMA e CIEE. Assim sendo, inicialmente serão feitas supervisões às experiências em andamento nas várias Universidades e a partir daí a montagem de um esquema de trabalho que possibilite uma maior economia de custos e evite a duplicação de esforços. Serão feitas tentativas no sentido de uma maior articulação com outros Organismos Públicos de âmbito Nacional, Regional ou mesmo local, especialmente com as Superintendências de Desenvolvimento Regional. Referidos Organismos servirão de suporte aos trabalhos de extensão universitária.

O Plano de Trabalho será desenvolvido mediante as seguintes linhas de atuação:

- Coordenação, supervisão e avaliação das experiências de extensão;
- Articulação a nível de Instituição de Ensino Superior das várias experiências de extensão existentes;
- Articulação da Coordenação de Extensão com os Organismos Públicos ou Privados - Nacionais, Regionais ou Estaduais, que servem de suporte ao desenvolvimento das atividades extensionistas.

5.1 - Coordenação, Supervisão e Avaliação das Experiências de Extensão em Andamento.

A Coordenação, Supervisão e Avaliação das Atividades de Extensão a nível nacional far-se-á através de observação "in loco" nas Instituições de Ensino Superior das várias formas de extensão existentes.

A atuação do MEC anteriormente restrita aos Projetos de Integração Empre a-Escolas-Governo e de Integração da Universidade nas Comunidades, assume dessa maneira uma dimensão mais ampla e o acompanhamento incluirá as experiências próprias das Universidades e as estimuladas por outros Organismos como é o caso dos Campi Avançados do Projeto Rondon, do Ministério do Interior.

A partir do conhecimento das várias formas existentes se tornará possível a articulação das mesmas a nível de execução e a nível de Coordenação Nacional.

5.2 - Articulação a Nível de Instituição de Ensino Superior das várias experiências.

A articulação das atividades de extensão da Universidade em uma estrutura central, representa uma forma de racionalização dos trabalhos, evitando-se duplicação de esforços, dispersão de recursos humanos, materiais e financeiros. Tal estrutura, possibilita ainda uma maior articulação com os demais componentes do sistema universitário-ensino e pesquisa.

A nível do MEC a articulação das atividades de extensão universitária das IES em uma estrutura central e intimamente relacionada com o ensino e a pesquisa, será considerada como polo de extensão, que poderá se apresentar sob a forma de Pro-Reitoria, Superintendência, Câmara de Extensão, etc.

Referidos polos serão objeto de um acompanhamento mais atento por parte do DAU/MEC, através da Coordenação de Atividades de Extensão, a qual deverá servir também como elemento auxiliar na mobilização de Instituições para apoio aos trabalhos e na captação de recursos financeiros para os polos de extensão universitária.

Os polos de Extensão representarão experiências piloto onde se farão algumas tentativas, dentre as quais se poderão destacar;

- Polos de Extensão, onde se fará a articulação dos vários projetos do Plano Setorial da Educação, com as experiências de Extensão;
- Polos de Extensão, onde se fará o relacionamento da experiência de extensão com os mecanismos de estágio e com o sistema de bolsas;
- Polos de Extensão para a articulação das experiências extensionistas com os Programas e Projetos Governamentais de caráter prioritário;
- Polos de Extensão para combinação das atividades de extensão universitária com as que são desenvolvidas em algumas universidades dentro da política de extensão rural, no sistema "Land Grant".

a) Polos de Extensão para Articulação das várias experiências extensionistas com os Projetos do Plano Setorial de Educação e Cultura.

Serão escolhidas para o desenvolvimento das experiências as Universidades que contam com o maior número de projetos do PSEC que possuam interface e que possam agrupar-se em Núcleo Comum.

Basicamente deverão ser considerados os seguintes projetos:

- novas metodologias do ensino superior;
- reformulação de currículos;
- integração das Universidades nas comunidades;
- Integração Escola/Empresa/Governo;
- Implantação gradativa dos Cursos de Curta Duração;
- desenvolvimento do sistema de bolsas.

b) Polos de Extensão onde se fará o relacionamento da experiência de extensão com os mecanismos de estágio e com o sistema de bolsas.

Serão escolhidas como polos para este tipo de atuação, as Instituições de Ensino Superior que contam com mecanismos de estágios já implantados ou em fase de implantação. Dever-se-á a aproveitar a estrutura do sistema de bolsas que representará uma forma de remuneração do estágio, levado a efeito de acordo com as perspectivas da extensão e do estágio.

c) Polos de Extensão para a articulação das Experiências Extensionistas com os Programas e Projetos Governamentais de caráter estratégico.

Referidos polos serão estabelecidos em áreas que con tam com programas ou projetos de desenvolvimento regional ou lo cal, com os quais se procurará compatibilizar a política de atu ação da Universidade.

d) Polos de Extensão para combinação das atividades de extensão Universitária, com os que não desenvolvidas em algumas Universidades dentro da política de extensão rural no sistema "Land Grant".

Algumas Universidades do país contam com trabalhos na linha da extensão rural, que muitas vezes apesar de se encontrarem na Instituição de Ensino Superior, são desenvolvidos interinamente dissociadas das atividades de extensão Universitária. A experiência poderá ser desenvolvida não somente no sentido de combinação da extensão rural e extensão Universitária a nível da Universidade, mas, também aproveitando a estrutura da ETRATER através de suas filiais Estaduais.

5.3 - Articulação da Coordenação de Extensão com os Organismos Públicos ou Privados - Nacionais, Regionais ou Estaduais que servem de suporte ao desenvolvimento das atividades extensionistas.

A Coordenação das Atividades de Extensão deverá articular-se com Organismos que servem de suporte à ação extensionista das Universidades, visando a garantia de uma linha de ação em comum e a promoção de atividades que possam garantir esta Unidade.

Os trabalhos serão executados em estreita articulação com as Superintendências de Desenvolvimentos Regional, e, em conjunto com as mesmas, deverão ser promovidos encontros e outras formas de atuação que ~~prevevidos encontros e outras formas de atuação~~ que propiciem a maior integração da Universidade ao processo de desenvolvimento do país.

6. METAS

- Acompanhamento das atividades de extensão executadas pelas Universidades: CRUTACs, Campi Avançados, Núcleos de Integração Empresa-Escola-Governo ou outras formas;
- Implantação de Polos de Extensão Universitária;
- Realização de Encontros Regionais em articulação com as Superintendências de Desenvolvimento Regional e Governos Estaduais, visando a montagem de uma estratégia de ação em comum.

PROGRAMA DE FOMENTO À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - 1995

1). INTRODUÇÃO

A Extensão como prática acadêmica visa interligar as atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, procurando assegurar o compromisso social da Universidade. Ressalte-se, que, pelas especificações desta prática acadêmica, as ações da Universidade não podem substituir as responsabilidades governamentais. As atividades relacionadas ao processo de rompimento com diferentes níveis de dependência econômica, cultural e política devem ser priorizadas, como elementos essenciais para a construção da cidadania, numa sociedade justa e democrática. Tendo como parâmetro o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é fundamental dimensionar as relações que se estabelecem ou que devem se estabelecer entre ensino/extensão e pesquisa/extensão no cotidiano da vida acadêmica.

A relação ensino/extensão supõe transformações substanciais no processo pedagógico. Alunos e professores constituem-se em sujeitos do ato de aprender, levando à democratização e à socialização do saber acadêmico e estabelecendo uma dinâmica de intercâmbio e participação das comunidades interna e externa na vida universitária.

A relação pesquisa/extensão ocorre no momento em que a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a transformação da sociedade.

A Extensão, como via efetiva de interação entre a Universidade e a Sociedade, constitui-se elemento capaz de operacionalizar a relação teoria/prática.

Considerando que o desenvolvimento da Extensão Universitária é fundamental para a vitalidade do processo acadêmico nas IES, o MEC, através da SESu, resolveu constituir uma Comissão de Extensão (Portaria N. 265 de 01/08/94), composta pelos dirigentes do Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas, pela diretora do Departamento de Política do Ensino Superior da SESu e pelo Chefe da Divisão de Extensão e Graduação, com o objetivo de elaborar diretrizes políticas para o Programa de Fomento à Extensão Universitária

O MEC, através da SESu, vem garantindo apoio ao processo de institucionalização da Extensão, consciente de que a sua irreversibilidade só será viável em trabalho conjunto com as Instituições de Ensino Superior.

2). CONCEITO DE EXTENSÃO

A Extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade. (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, 1987).

3). OBJETIVOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

3.1 Articular o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, buscando o comprometimento da comunidade universitária com interesses e necessidades da sociedade organizada, em todos os níveis (sindicatos, órgãos públicos, empresas, categorias profissionais, organizações populares e outros organismos).

3.2 Estabelecer mecanismos de integração entre o saber acadêmico e o saber popular, visando uma produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática.

3.3 Democratizar o conhecimento acadêmico e a participação efetiva da Sociedade na vida da Universidade.

3.4 Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais-cidadãos.

3.5 Participar criticamente das propostas que visem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural.

3.6 Contribuir para reformulações nas concepções e práticas curriculares.

3.7 Favorecer a reformulação do conceito de "sala de aula", que deixa de ser o lugar privilegiado para o ato de aprender, adquirindo uma estrutura ágil e dinâmica, caracterizada pela interação recíproca de professores, alunos e sociedade, ocorrendo em qualquer espaço e momento, dentro e fora dos muros da Universidade.

4). DIRETRIZES PARA A POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

4.1 A política de Extensão de cada Universidade, no âmbito interno, deve propiciar a participação da comunidade universitária, privilegiando ações integradas com as administrações públicas (em suas várias instâncias) e com as entidades da sociedade civil.

4.2 Os Programas institucionais devem ser submetidos à aprovação dos órgãos de deliberação acadêmica de cada IES.

4.3 Os Programas institucionais devem ser submetidos à avaliação sistemática compatibilizada com o Programa de Avaliação Institucional da Universidade, incluída a participação de setores da comunidade externa envolvidos no processo.

4.4 Os Programas devem ser constituídos de uma proposta institucional globalizante em que se destaque uma contribuição efetiva da Universidade ao Estado, aos movimentos sociais e a outros organismos da sociedade civil.

O Programa de Fomento à Extensão Universitária comporta, a partir de 1995, duas Linhas de ação:

Linha I: "Articulação da Universidade com a Sociedade", financiada com recursos oriundos da SESu/MEC, que abrangerá:

- incentivo a processos continuados de capacitação e treinamento a grupos populacionais, principalmente no interior dos Estados e periferias urbanas, nas áreas de Educação, Saúde, Produção e Qualidade de Vida;
- assessoramento técnico-administrativo às administrações públicas e à mobilização e organização dos movimentos sociais;
- desenvolvimento de propostas alternativas para os estágios e práticas curriculares;
- ações de cultura e manifestações artísticas que procurem resgatar e consolidar as raízes culturais de formação brasileira;
- ações articuladas com a pesquisa e com o processo formativo e que tenham como finalidade a resposta à demanda social;
- ações de integração da Universidade com a Educação Infantil

Linha-II: "Integração da Universidade com o Ensino Fundamental (crianças 1ª a 8ª séries, jovens e adultos, incluindo a Educação indígena), e Educação Especial, financiada com recursos oriundos do FNDE/SESu, em consonância com as Políticas Nacionais para Educação Básica e com as estratégias abaixo:

- Estes programas deverão ser encaminhados com a manifestação favorável da Secretaria de Educação, do Estado e dos Municípios envolvidos. Preferencialmente as Universidades localizadas no mesmo estado, devem apresentar programas integrados delimitando as áreas de atuação.
- Desenvolvimento de programas sistemáticos e continuados de capacitação de recursos humanos, formulados a partir das necessidades apontadas pelos Sistemas de Ensino;
- Desenvolvimento, em articulação com os Sistemas de Ensino, de estudos, pesquisa, planos e inovações pedagógicas que objetivem a aplicação simultânea dos seus resultados no processo ensino-aprendizagem (através do planejamento, programas de treinamento, aplicação de metodologias e práticas pedagógicas inovadoras) para a Superação do Fracasso Escolar (evasão, repetência e falta de domínio dos conteúdos mínimos), especialmente nas primeiras séries;
- Cooperação técnica aos Sistemas de Ensino na elaboração e produção de material didático visando o atendimento das necessidades apontadas (livros didáticos, materiais de ensino e outros recursos pedagógicos para uso dos estudantes e dos professores);
- Cooperação técnica aos Sistemas de Ensino no desenvolvimento e implantação de currículos, metodologias, além de práticas pedagógicas destinadas a aprimorar o processo ensino-aprendizagem.

5). O DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO EXTENSIONISTA

A Extensão Universitária deve ser desenvolvida sob a forma de Programas.

5.1 Os Programas devem contemplar formas e mecanismos de articulação com o ensino e a pesquisa.

5.2 Os Programas de Extensão devem ser desenvolvidos a partir dos órgãos Acadêmicos das IES, através de ações sistematizadas, voltadas às questões relevantes da sociedade.

5.3 Os Programas devem ser entendidos como um conjunto de projetos e atividades de caráter orgânico-institucional com clareza de diretrizes e voltados a um objetivo comum.

5.4 Os Projetos devem ser entendidos como um conjunto de ações continuadas de caráter educativo, cultural, científico e tecnológico.

5.5 As atividades devem ser entendidas como iniciativas de caráter educativo, cultural, científico ou tecnológico, a exemplo de: cursos, fóruns, congressos, seminários, prestação de serviços e outros, desde que articuladas a Programas Institucionais.

6). PROGRAMA DE FOMENTO À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA 1995

Em 1995, a SESu/MEC apoiará Programas com caráter institucional e ênfase interdisciplinar, na área de Extensão, de acordo com o conceito, os objetivos e as diretrizes apresentadas nos itens 2,3 e 4.

Os Programas Institucionais serão encaminhados à SESu/MEC pelas Pró-Reitorias de Extensão ou órgãos similares, após a compatibilização e integração das diferentes propostas oriundas de sua instituição; em dois documentos: um para cada Linha de ação, no prazo estabelecido pela SESu.

Caberá, também às Pró-Reitorias de Extensão ou órgãos similares o encaminhamento do(s) Relatório(s) Final(is) do(s) Programa(s) Institucional(is).

A SESu informará às IES a previsão orçamentária aprovada para o exercício.

7). CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO INSTITUCIONAL PARA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA

O Programa estará aberto às Instituições Públicas de Ensino Superior, de vinculação Federal, Estadual e Municipal, que poderão pleitear recursos das Linhas I e II.

As Instituições de Ensino Superior Comunitárias, Filantrópicas ou Confessionais que comprovem o atendimento ao Artigo 213 da Constituição Federal poderão pleitear recursos exclusivamente da Linha II.

Só estarão capacitadas as IES nas quais exista um órgão responsável pela implementação da Política de Extensão (Pró-Reitoria, Sub-Reitoria, Coordenação, Decanato, etc).

No caso de Instituições já contempladas com financiamento do PROEXTE, havendo aprovação de um novo financiamento, a liberação dos recursos ficará condicionada à apresentação do relatório referente ao exercício anterior.

8). Análise das Propostas das IES

A análise das propostas das IES será feita pelo Comitê Assessor do PROEXTE, considerando o seguinte referencial:

8.1). Relevância Acadêmica:

- Proposta globalizante e orgânica na articulação do ensino/pesquisa/extensão onde estejam inter-relacionados os conteúdos de disciplinas, concepções de pesquisa e demandas da sociedade.
- Interdisciplinaridade - entendida como inter-relação de competências e complementariedade entre as áreas do conhecimento.
- Grau e forma de participação dos diversos sujeitos da comunidade acadêmica.

8.2). Relevância Social:

- Grau e forma de participação da sociedade - possibilidade da repercussão social da temática.
- Problemática abordada - possibilidade de contribuição para a inserção/político, econômico, social e cultural da população excluída.
- Possibilidade de criação, desenvolvimento e difusão de tecnologias apropriadas, com a população.

8.3). Viabilidade do Programa Institucional

Compatibilidade entre os objetivos do Programa e os mecanismos de operacionalização propostos.

- Definição das etapas de implantação, execução e avaliação.

8.4) Compromisso Institucional

- Relação com o Plano de Trabalho Global da IES.
- Aprovação nas instâncias de deliberação acadêmica das IES.
- Recursos investidos pelas IES como contrapartida.
- Garantia de continuidade.

9). ROTEIRO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS PARA O PROGRAMA DE EXTENSÃO (PROEXTE) - 95

As Instituições que se habilitarem ao financiamento das Linhas I e II apresentarão as propostas em separado para cada Linha, seguindo o roteiro abaixo.

Ressalte-se que para a Linha II, após a aprovação da proposta, as IES preencherão formulário próprio do FNDE.

1) Identificação da Instituição (nome, mantenedora, endereço, telefone, fax e responsável pela Instituição)

2) Título

3) Justificativa:

a) antecedentes e histórico do programa;

b) contribuição para a oxigenação e redimensionamento curricular, programático e administrativo da universidade, bem como para a criação e difusão de novos conhecimentos;

c) contribuição para o atendimento de demandas sociais.

4) Pressupostos teóricos e epistemológicos.

5) Referencial metodológico.

6) Objetivo(s) geral(ais) e específico(s).

7) Desenvolvimento do Programa:

a) local de realização;

b) público abrangido;

c) equipe responsável (carga horária);

d) inter-relação e complementariedade entre as áreas do conhecimento (interdisciplinaridade);

e) formas de articulação com o ensino e/ou pesquisa e com as demandas sociais;

f) especificação das metas e das ações (projetos e atividades); ressaltar a articulação entre as ações.

8) Forma e cronograma de avaliação

9) Cronograma de execução

10) Orçamento por elemento de despesa (vide convocatória), especificando as despesas financiadas e a contra-partida da Instituição.

PROGRAMA DE FOMENTO À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (1995)

(CONVOCATÓRIA)

1) DEFINIÇÃO

O Ministério da Educação e do Desporto, através da Secretaria de Ensino Superior, torna público o Programa de Extensão Universitária/95, abrangendo duas Linhas de ação (Linha I: "Articulação da Universidade com a Sociedade" e Linha II: "Integração da Universidade com o Ensino Fundamental"), e convoca as Universidades Públicas para apresentarem propostas nas duas Linhas e as Universidades Comunitárias/Filantrópicas e Confessionais a apresentarem propostas na Linha II.

1.1) Cada IES deverá apresentar uma única proposta institucional para cada Linha de ação;

1.2) A(s) proposta(s) apresentada(s) pela(s) IES, por suas Pró-Reitorias de Extensão, ou órgãos similares, deverá(ão) estar em completo acordo com as recomendações do Programa de Fomento à Extensão Universitária do MEC.

1.3) Cada proposta deve ser apresentada em 01 (uma) via, em conformidade com o Roteiro elaborado pela SESu/MEC (em anexo)

1.4) O período de encaminhamento é de 15 a 31 de março de 1995, tanto para a Linha I como para a Linha II.

2) ITENS FINANCIÁVEIS:

2.1 Para a Linha I (Conforme Programa/95)

- a) Bolsas para alunos
- b) Passagens
- c) Serviços de Terceiros Pessoa Física
- d) Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- e) Material de Consumo
- f) Assinatura de periódicos

2.2 Para a Linha II (Conforme Programa/95)

a) Despesas Correntes: pessoa jurídica; pessoa física; passagens; material de consumo;

b) Despesas de Capital

As despesas de capital são vedadas para as instituições não públicas.

3) Contrapartida

Para as propostas referentes a Linha I a contrapartida das IES será no mínimo de 10%.

Para as propostas referentes a Linha II, as IES proponentes deverão alocar recursos a título de contrapartida na seguinte proporção: municípios nas áreas da SUDENE, SUDAM e Região Centro-Oeste - 10% sobre o montante solicitado; nos demais municípios - 20% do total pleiteado, conforme Art. 28, Parágrafo 2º, da LDO de 12 de agosto de 1993 (Lei 8594)

4) RECURSOS FINANCEIROS

4.1 Os recursos serão solicitados em Reais, não sendo permitido o uso de qualquer outro índice, ou unidade monetária.

4.2 O programa terá que ser executado durante o ano de 95, mesmo que a sua concepção seja plurianual. Assim, os recursos solicitados, terão que ser previstos somente para 95.

4.3 A IES que pleitear recursos, não poderá alocá-los para o pagamento de salários, encargos sociais, amortização de empréstimos ou encargos financeiros, taxa de administração ou gerência, contratação de pessoal e aquisição de veículos.

4.4 É condição indispensável para o recebimento de recursos, que a IES não esteja em situação de mora, nem de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer Órgão da Administração Pública Federal.

5) TETO DE FINANCIAMENTO

Dependendo da análise de mérito será apoiada 01 (uma) proposta institucional para cada uma das Linhas I e II às IES públicas e uma proposta institucional da Linha II para as IES comunitárias, filantrópicas e confessionais.

- teto para a Linha I é R\$ 50.000,00
- teto para a Linha II é R\$ 200.000,00

6) SISTEMÁTICA DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 A Comissão de Extensão Universitária é o órgão deliberativo da Política de Extensão Universitária apoiada pelo MEC.

A Comissão de Extensão Universitária é integrada pelo Coordenador Nacional, Vice-Coordenador e Coordenadores Regionais do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e representantes da SESu/MEC.

6.2 O Comitê Assessor de Extensão tem a competência de: analisar as propostas de Extensão encaminhadas pelas IES; emitir parecer técnico recomendando ou não a alocação de recursos financeiros; sugerir formas de acompanhamento, continuidade ou suspensão de apoio financeiro à ação extensionista das IES; subsidiar a Comissão de Extensão Universitária no processo de análise dos relatórios dos programas aprovados.

O Comitê Assessor de Extensão é constituído por especialistas indicados conjuntamente pela SESu/MEC, Comissão de Extensão Universitária e Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão.

6.3 A aprovação das propostas será realizada pela Comissão de Extensão Universitária/SESu.

6.4 A análise das propostas da Linha II poderá contar também, com a participação de representantes das secretarias do MEC envolvidas, conforme a natureza das mesmas.

7) AS PROPOSTAS DEVERÃO SER ENCAMINHADAS DIRETAMENTE À SESU/MEC ATÉ O DIA 31 DE MARÇO DE 1995.

Ministério da Educação e do Desporto - MEC
Secretaria de Educação Superior - SESu
Divisão de Extensão e Graduação - DIEG
Esplanada dos Ministérios Bloco "L" 2º andar Sala: 208
CEP: 70047 - 903 Brasília/DF
Fone: (061) 214 - 8728 / 214 8810
Fax: (061) 225 - 5757

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

ANTECEDENTES

A Universidade Brasileira surgiu tardiamente, na primeira metade do século XX, pela união entre Escolas Superiores Isoladas criadas por necessidades práticas do Governo, por carências sentidas pela Sociedade ou como resultado de avaliação sobre um potencial existente em uma ou outra área.

Foi também no início do século que as conferências tidas como "lições públicas" começaram a ser oferecidas pela Universidade de São Paulo, caracterizando a tomada de consciência da Instituição para essa necessidade de difundir o conhecimento ali acumulado.

De qualquer modo, esses fatos colocam as Universidades brasileiras, a partir de sua história, muito próximas das comunidades que lhes deram origem.

No fim dos anos 50, início dos anos 60, os Estudantes Universitários brasileiros, organizados na União Nacional dos Estudantes (UNE), empreenderam movimentos culturais e políticos reconhecidos como fundamentais para a formação completa das lideranças intelectuais de que carecia o país. Estavam assim definidas as áreas de atuação Extensionista, antes mesmo que o conceito fosse formalmente definido.

O fortalecimento da sociedade civil, principalmente nos setores comprometidos com as classes populares, em oposição ao enfraquecimento da sociedade política, ocorrido na década de 80, em especial nos seus últimos anos, possibilita pensar a elaboração de uma nova concepção de Universidade baseada na redefinição das práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão até então vigentes.

Do assistencialismo passou-se ao questionamento das ações desenvolvidas pela extensão; de função inerente à Universidade, a Extensão começou a ser percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa, que organiza, assessorando, os movimentos sociais que estavam surgindo.

A institucionalização passava a ser perseguida, só que em sua dimensão processual, envolvendo toda a Universidade e não mais através de programas concebidos fora do espaço acadêmico. Pelo ensino se encontrariam formas de atender a maioria da população através de um processo de Educação Superior crítica, com o uso de meios de educação de massa que preparassem para a cidadania com competência técnica e política. A pesquisa, tanto a básica quanto a aplicada, deveria ser sistematicamente direcionada ao estudo dos grandes problemas, podendo fazer uso de metodologias que propiciassem a participação das populações na condição de sujeito e não na de meros espectadores.

Esse tipo de Extensão, que vai além de sua compreensão tradicional de disseminação de

conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais), já apontava para uma concepção de Universidade onde a relação com a população passava a ser encarada como a oxigenação necessária à vida acadêmica.

Dentro desses balizamentos, a produção do conhecimento, via extensão, se faria na troca de saberes sistematizados: acadêmico e popular, tendo como consequência a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade.

O reconhecimento legal da atividade acadêmica, sua inclusão na Constituição, a Organização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão no fim da década de 80, deram à comunidade acadêmica as condições e o lugar para uma conceituação precisa da Extensão Universitária assim expressa no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

A conceituação assumida pelos Pró-Reitores expressa uma nova postura da Universidade diante da Sociedade em que se insere. A sua função básica de produção e de socialização do conhecimento, visando à intervenção, na realidade, possibilita acordos e ação coletiva entre Universidade e população. Por outro lado, retira o caráter de terceira função da Extensão, para dimensioná-la como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma universidade voltada aos problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através da pesquisa básica e aplicada, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta.

Ao se afirmar que a Extensão é parte indispensável do pensar e fazer universitários, assume-se uma luta pela institucionalização dessas atividades, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico, o que implica a adoção de medidas e procedimentos que redirecionam a própria política das Universidades.

Ao reafirmar o compromisso social da Universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, a Extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a Universidade, em suas atividades de Ensino e Pesquisa, com as demandas da Sociedade.

Com relação à Pesquisa, reconhece-se um leque bastante diversificado de possibilidades de articulação do trabalho realizado na Universidade com setores da sociedade. Assume interesse especial a possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade/comunidade, priorizando as metodologias participativas e favorecendo o diálogo entre categorias utilizadas por pesquisados e pesquisadores, visando a criação e recriação de conhecimentos possibilitadores de transformações sociais, onde a questão central será identificar o que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos.

Quanto ao Ensino, discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que não se limite ao espaço físico da dimensão tradicional, mas compreende todos os espaços dentro e fora da Universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi/inter/transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.

O estágio curricular é alçado como um dos instrumentos que viabilizam a Extensão enquanto momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, devendo ser obrigatório para todos os cursos, desde o primeiro semestre, se possível, e estar integrado a projetos decorrentes dos departamentos e à temática curricular, sendo computado para a integralização curricular de docentes e discentes.

Fica bastante explícito que a Extensão só se concretizará, enquanto prática acadêmica, quando for discutida a sua proposta de ação global, e sua inserção institucional nos departamentos, definindo as suas linhas de Ensino e Pesquisa em função das exigências da realidade.

É importante ressaltar que a intervenção na realidade não visa levar a Universidade a substituir funções de responsabilidade do Estado mas sim produzir saberes tanto científicos e tecnológicos quanto artísticos e filosóficos, tornando-os acessíveis à população, ou seja: a compreensão da natureza pública da Universidade se confirma na proporção em que diferentes setores da população brasileira usufruam dos resultados produzidos pela atividade acadêmica o que não significa ter que, necessariamente, frequentar seus cursos regulares.

Assumir mais veementemente a posição de uma Universidade voltada aos interesses e a necessidades

da maioria da população, requer uma retomada de alguns princípios básicos presentes na plataforma política da Extensão Universitária desde 1987, quais sejam: a Ciência, a Arte e a Tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país; a Universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à Sociedade mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa Sociedade, a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem das suas atividades próprias de Ensino, Pesquisa e Extensão; a Universidade deve participar em todos os movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil; a ação Cidadã das Universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas Pesquisas; a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre esta realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visam a transformação social; a atuação junto ao sistema de Ensino Público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da Educação Básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da Cidadania.

Assim, têm-se hoje como princípio, que para a formação do Profissional Cidadão é imprescindível sua efetiva interação com a Sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá de enfrentar.

A Extensão entendida como prática acadêmica que interliga a Universidade, nas suas atividades de Ensino e de Pesquisa, com as demandas da maioria da população possibilita essa formação do Profissional Cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes.

A partir dessas premissas é que se considera a atividade de Extensão, pelo potencial da comunidade universitária (professores, alunos, técnicos), um instrumento incomparável de mudança nas próprias instituições onde se desenvolvem e nas Sociedades onde essas instituições estiverem inseridas.

Resultado dessas reflexões é que se considera importante consolidar essa prática dentro das Instituições de Ensino, o que possibilitará a constante busca do equilíbrio adequado entre as demandas que lhe são socialmente exigidas e os saberes e as inovações que surgem do trabalho de seus professores, estudantes

e funcionários técnico-administrativos.

Este Plano Nacional de Extensão Universitária, além do significado para do desenvolvimento das instituições acadêmicas, é importante também porque permite: 1) a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes Universidades brasileiras; 2) a garantia de recursos financeiros destinados à execução de Políticas Públicas correlatas, viabilizando a continuidade dos referidos programas; 3) o reconhecimento, pelo Poder Público, de que a Extensão Universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica mas como uma concepção de Universidade Cidadã; 4) a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no País.

OBJETIVOS

- 1) Reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado através do Ensino e da Pesquisa em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- 2) Assegurar a relação bidirecional entre a Universidade e a Sociedade, de tal modo que os problemas urgentes da sociedade recebam atenção produtiva por parte da Universidade;
- 3) Dar prioridade às práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais emergentes como as relacionadas com área de Educação, Saúde, Habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda;
- 4) Estimular atividades cujo desenvolvimento implique em relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da Sociedade;
- 5) Enfatizar a utilização de tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da Educação, aí incluindo a Educação Continuada e à Distância;
- 6) Considerar a atividade voltada para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevante para a afirmação do Caráter Nacional e de suas manifestações regionais;
- 7) Inserir a Educação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentado como componentes da atividade Extensionista;
- 8) Valorizar os Programas de Extensão Inter-Institucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacional;

9) Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de Extensão Universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria Universidade;

10) Criar as condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas.

11) Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do País.

METAS

Da Organização da Extensão Universitária

1. Consolidação do Sistema de Informações sobre Extensão Universitária, através da implantação de Banco de Dados Interrelacional, em até 2 anos;
2. Inclusão das Instituições de Ensino Superior Públicas à Rede Nacional de Extensão (RENEX), no máximo em um ano;
3. Elaboração de uma proposta de Programa Nacional de Avaliação da Extensão Universitária das universidades brasileiras a ser apoiado e financiado pela Secretária de Ensino Superior do MEC, no prazo de um ano;
4. Implementação do Programa de Avaliação da Extensão Universitária nas IES em até três anos;
5. Definição de linhas prioritárias de Extensão nos planos estratégicos departamentais e da Universidade, em até um ano;
6. Adoção de Indicadores quantitativos e qualitativos de Extensão nas análises de mérito para alocação de vagas para docentes nas Unidades e Departamentos e para distribuição de recursos orçamentários internos, em dois anos;
7. Implantação de um Sistema Nacional de Educação Continuada e à Distância, incluindo as IES, através de desenvolvimento de mecanismos de interlocução com a Secretaria Nacional de Educação a Distância do MEC, em até 3 anos;
8. Institucionalização da participação da extensão no processo de integralização curricular, em 4 anos;
9. Implementação de escritórios ou coordenações de desenvolvimento, inovação e transferência de

tecnologia, articulados com as Pró-Reitorias de Extensão, em até 2 anos;

10. Instituição de um Programa Nacional de Fomento à Extensão - Custeio e Bolsas de Extensão - que seja balizado nos conceitos desenvolvidos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão e pela Sociedade Civil, dentro das áreas consideradas prioritárias, em até 2 anos.

Da Articulação com a Sociedade:

1. Desenvolvimento de programas e projetos de Extensão ligados: a ampliação da oferta e melhoria da qualidade da Educação Básica, em até três anos; a Preservação e Sustentabilidade do Meio Ambiente, em parceria com as Agências Financiadoras em nível nacional e internacional, em até três anos; a melhoria da Saúde e Qualidade de Vida da população brasileira, em até três anos; a melhoria do atendimento a Atenção Integral à Criança, Adolescentes e Idosos, em até dois anos;

2. Participação no Programa Nacional de Educação nas áreas da Reforma Agrária através da capacitação pedagógica de Monitores e Coordenadores locais, em até dois anos.

3. Promoção do Desenvolvimento Cultural, estimulando as atividades voltadas para o Incentivo à Leitura, Turismo Regional, Folclore e Cultura Popular, em até dois anos.

4. Desenvolvimento em parceria com órgãos federais, estaduais, municipais e entidades não governamentais, de programas e projetos voltados para a formação de mão de obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e a capacitação de gestores de políticas públicas, em até três anos;

METODOLOGIA

O plano se desenvolverá a partir dos seguintes eixos: delimitação do perfil geopolítico de cada região brasileira com indicação das demandas sociais; definição de um programa nacional de extensão que delimite áreas e linhas temáticas prioritárias de atuação das IES; definição de projetos interinstitucionais a partir das áreas e linhas temáticas definidas.

AVALIAÇÃO

O Fórum proporá um sistema de avaliação das metas contidas no plano a ser desenvolvido pelas Instituições envolvidas no processo.

Anexo D

Relação dos Encontros Nacionais do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Realizado em Brasília / DF - UnB, período de 04 a 05 de novembro de 1987.

Tema: Conceito de extensão, institucionalização e financiamento

II Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Realizado em Belo Horizonte / MG - UFMG, período de 23 a 24 de maio de 1998.

Tema: Estratégia de Articulação com o Ensino e a Pesquisa

Extensão / pesquisa e compromisso social

Conceito de sala de aula

Extensão / estágio e crédito curricular

Projetos e atividades de extensão

III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas

Realizado em Belém / PA - UFPA, período de 23 a 25 de julho de 1989.

Temas: Relação Universidade / sociedade - a questão da prestação de serviços Interdisciplinaridade

IV Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas

Realizado em Florianópolis / SC - UFSC, no período de 06 a 09 de maio de 1990.

Tema Central: As Perspectivas da Extensão Universitária nos anos 90.

Educação e Alfabetização

Metodologia em Extensão Universitária

V Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

Realizado em São Luiz / MA - UFMA, no período de 12 a 14 de junho de 1991.

Tema: A Institucionalização da extensão no contexto da autonomia universitária e sua gestão democrática

VI Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas
Realizado em Santa Maria / RS - UFSM, período de 21 a 25 de abril de 1992.
Tema Central: Universidade e Cultura

VII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas
Realizado em Cuiabá / MT - UFMT, período de 15 a 18 de junho de 1993.
Tema: Avaliação da Extensão no contexto da Autonomia Universitária

VIII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas
Realizado em Vitória / ES - UFES, período de 10 a 13 de maio de 1994.
Tema Central: Universidade: a construção da cidadania e a afirmação da soberania nacional

IX Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas
Realizado em Fortaleza / CE - UFCE, período de 14 a 16 de junho de 1995
Tema: Articulação da Extensão Universitária com os Projetos Estratégicos de Desenvolvimento Regionais e Nacionais

X Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas
Realizado em Belém / PA - FCAP, no período de 24 a 26 de abril de 1996
Tema: Por uma Política Nacional de Extensão

XI Encontro do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas
Realizado em Curitiba / PR - UFPR, no período de 08 a 10 de junho de 1997
Temas: Autonomia e Extensão Universitária
Avaliação da Extensão Universitária

XII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas
Realizado em Brasília / D.F. - MEC, no período de 15 a 17 de dezembro de 1997.
Tema: Programa Nacional Temático "Universidade Cidadã"

XIII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das
Universidades Públicas
Realizado em Brasília / D.F. - MEC, no período de 18 a 19 de março de 1998.
Tema: Plano Nacional de Extensão

XIV Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das
Universidades Públicas
Realizado em Natal / RN - UFRN, no período de 06 a 08 de maio de 1998
Tema: Plano Nacional de Extensão

XV Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das
Universidades Públicas
Realizado em Campo Grande / MS - UFMS, no período de 16 a 18 de maio de
1999.
Tema: Autonomia e Extensão Universitária

